

COLEÇÃO: HISTÓRIA,
ARQUEOLOGIA, MEMÓRIA
E PATRIMÔNIO CULTURAL.

ENTRE "BRICOLAGENS"
E NARRATIVAS:
POSSIBILIDADES
PARA UM "FAZER"
HISTORIOGRÁFICO.

ANA LÚCIA DO NASCIMENTO OLIVEIRA
ORGANIZAÇÃO



“Entre bricolagens e narrativas: possibilidades para um fazer historiográfico”, é o primeiro livro da Coleção: “História, Arqueologia, Memória e Patrimônio Cultural”, reúne um conjunto de trabalhos oriundos de projetos de Iniciação Científica, Extensão, Mestrado e Doutorado, orientados pela organizadora deste livro, a Professora Dr.ª Ana Lúcia do Nascimento Oliveira, na Graduação e no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Esta obra traz em seu título o conceito de “Bricolagem”, utilizado ao longo do tempo em diferentes áreas das Ciências Humanas, mas que, nesse livro, se remete ao conceito proposto por Michel de Certeau, ao defender que a união de vários elementos culturais, unidos e sistematizados, possibilita a criação de algo novo. Assim é a criação de um mosaico, como uma colcha artesanal feita de retalhos de tecido, os fuxicos, igualmente a união de vários elementos culturais, que uma vez interligadas, possibilitam a criação de algo novo, de narrativas singulares. Dividido em três eixos temáticos: I – Patrimônio Cultural, Educação Patrimonial e Ensino de História; II – Patrimônio Cultural, Cultura Popular e Memória; III – Patrimônio Cultural e História Colonial, este livro oferece ao leitor diferentes apropriações de temas e abordagens que podem ser adaptadas no fazer historiográfico, oferecendo a possibilidade de viajar por diferentes universos, que de alguma forma, dialogam entre si. Ao abordar o campo do Patrimônio Cultural e suas múltiplas interpretações nos estudos históricos, esta obra consolida sua importância para a historiografia ao fornecer subsídios para o entendimento do espaço que este campo ocupa na pesquisa historiográfica, trazendo aos leitores narrativas que mostram a importância desse campo na construção do saber/fazer historiográfico.

Equipe Editorial



Coleção: História, Arqueologia, Memória e Patrimônio Cultural.

**ENTRE “BRICOLAGENS”
E NARRATIVAS:
POSSIBILIDADES
PARA UM “FAZER”
HISTORIOGRÁFICO.**



Ana Lúcia do Nascimento Oliveira
Organização

**ENTRE “BRICOLAGENS”
E NARRATIVAS:
POSSIBILIDADES
PARA UM “FAZER”
HISTORIOGRÁFICO.**

Direção Editorial: Lucas Fontella Margoni
Edição Científica: Ana Lúcia do Nascimento Oliveira
Edição Editorial: Jaime de Lima Guimarães Junior
Jonas Clevison Pereira de Melo Júnior
Rodrigo Ibson da Silva Oliveira
Diagramação e Capa: Renaldo Segundo
Edição de Arte: Jaime de Lima Guimarães Junior
Revisão dos Textos: Maria do Carmo Correia de Oliveira Galvão
Djaneide Jokasta Alves da Silva

Apoio



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Departamento de História



Programa de
Pós-graduação
em História



NEPARQ

Núcleo de Ensino e
Pesquisa Arqueológica
História | UFRPE

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi
estão sob os direitos da Creative Commons 4.0
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

OLIVEIRA, Ana Lúcia do Nascimento (Org.)

Entre “bricolagens” e narrativas: possibilidades para um “fazer” historiográfico [recurso eletrônico] / Ana Lúcia do Nascimento Oliveira (Org.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

325 p.

ISBN - 978-65-5917-053-1 (Impresso)

ISBN - 978-65-5917-052-4

DOI - 10.22350/9786559170524

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. História; 2. Arqueologia; 3. Memória; 4. Patrimônio Cultural; 5. Historiografia; I. Título.

CDD: 900

Índices para catálogo sistemático:

1. História 900



Sobre a autora

Ana Lúcia do Nascimento Oliveira

A professora Ana Nascimento, como é comumente chamada, tem Pós-Doutorado em História pela Faculdade de Letras do Porto - PT (FLUP), e Doutorado, Mestrado e Graduação em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Iniciou sua vida acadêmica no Laboratório de Arqueologia da UFPE como Técnica em Assuntos Culturais e como Arqueóloga. Foi Professora da disciplina de Pré-História na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) no Curso de Licenciatura em História. Atualmente é pesquisadora coordenadora do Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológica (NEPARQ) da UFRPE e docente dos Programas de Pós-Graduação em História da UFRPE e da Universidade Católica (UNICAP). Dra. Ana Nascimento desenvolve pesquisas nas áreas de História, Arqueologia, Memória e Patrimônio Cultural. E-mail: ananascimentoufrpe@gmail.com

Este livro é dedicado a todos os amigos que participaram direta ou indiretamente dessa minha caminhada. Em especial a meu esposo Rubem Oliveira pela parceria de todos esses anos e aos meus filhos, Otávio Augusto e Pedro Arthur, pela minha ausência em dias e momentos importantes de suas vidas.



Bricolagem

O termo “Bricolage” é oriundo do francês, e significa um trabalho manual, feito com muitos materiais diferentes, e que por vezes, se constituíam a partir de improvisos. Na apropriação de Derrida (1971)¹, o termo foi apropriado na seara da teoria literária, onde o termo significou a junção, a colagem de diversos textos, para composição de um outro texto. Para Lévi-Strauss (1976)², bricolagem foi entendido como um método de expressão, através da seleção e da consequente síntese de componentes selecionados de uma dada cultura. Contudo, o sentido em que Bricolagem se faz presente em nosso livro, se relaciona com o conceito posto por Michel de Certeau (1994)³, que utilizou tal conceito para representar a união de vários elementos culturais, que resultam na produção de algo novo. No caso da pesquisa histórica, são diversas fontes, métodos de análise, e por fim, diálogos inter e transdisciplinares que possibilitaram as construções das fantásticas e peculiares narrativas, contidas neste livro.

¹ DERRIDA, Jacques. A Estrutura, o Signo e o Jogo no Discurso das Ciências Humanas. In: DERRIDA, Jacques. *A Escrita e a Diferença*. Tradução de Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Perspectiva, 1971. p. 229-249.

² LÉVI-STRAUSS, Claude. *O Pensamento Selvagem*. Tradução de Maria Celeste da Costa e Souza e Almir de Oliveira Aguiar. São Paulo: Nacional, 1976.

³ DE CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano – artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

Sumário

Prefácio	
<i>Suely Cristina Albuquerque de Luna</i>	17
Apresentação	
<i>Ana Lúcia do Nascimento Oliveira</i>	21

EIXO TEMÁTICO I

Patrimônio Cultural, Educação Patrimonial e Ensino de História

Museus, Ensino de História e a responsabilidade com o mundo comum.	
<i>Juliana da Costa Ramos</i>	35
Uma viagem ao Museu Elísio Caribé: uma experiência sobre educação patrimonial em Belém do São Francisco-PE.	
<i>Marcos Antônio Alves de Vasconcelos</i>	49
A importância de ações educativas para a preservação do patrimônio arqueológico: o Projeto “Expondo Cultura”.	
<i>Angélica Pignata de Moraes</i>	61
Os tensionamentos em torno do termo Pré-história adotado nos Livros Didáticos nos Anos Finais do Ensino Fundamental.	
<i>Luiz Adriano Lucena Aragão</i>	73
Ensino de História Local: uma prática possível para a aprendizagem histórica.	
<i>Ana Cláudia Pontes de Lima</i>	84
“Patrimônio cultural, herança de quem?”: (re)pensando abordagens em livros didáticos de História.	
<i>Jonas Clevison Pereira de Melo Júnior</i>	95
“Que patrimônio é esse?”: Os vestígios arqueológicos na Educação de Jovens e Adultos (EJA).	
<i>Jaime de Lima Guimarães Junior</i>	109

EIXO TEMÁTICO II

Patrimônio Cultural, Cultura Popular e Memória.

Revisitando os balcões das mercearias: histórias e memórias dos comerciantes de alimentos do Portal do Sertão (Arcoverde 1970-1980).

Helder Remigio de Amorim 126

Arquitetura eclética no centro do Cabo de Santo Agostinho.

John Kennedy Ferreira da Luz 139

Uma festa, vários patrimônios: o caso do São João de Campina Grande

Glauber Paiva da Silva 150

“Espalhavam a morte, o crime com desembaraço e o sangue frio próprio dos sicários”: as representações do capoeira no Recife, da Primeira República, nas penas dos literatos.

Carlos Bittencourt Leite Marques 162

Categorias imigrantes italianas em Pernambuco: discussão sobre regionalidades e perfis.

Vanessa Pereira de Albuquerque 172

Os tempos da memória e a história da Vila Velha de Itamaracá.

Nátalli Emanuelli Araújo da Silva 180

Uma história de martírios - memória, esquecimento e história: a irmandade do Bom Jesus dos Martírios e sua igreja.

Albino Mário Santos Dantas 191

Em busca da unidade estilística: intervenções arquitetônicas em igrejas recifenses no início do século XX.

Rômulo José Benito de Freitas Gonzales 199

A romaria ao Santuário de São Severino do Ramos no município de Paudalho, Zona da Mata Norte, interior do Estado de Pernambuco.

José Édson Cardozo da Silva 211

Redescobrir, reencontrar: uma análise dos processos migratórios dos judeus e cristãos-novos na Capitania de Pernambuco.

Ana Lígia Lira da Silva 223

Cultura popular: possibilidades de uma história dos esquecidos.

Emanuel da Silva Oliveira 234

EIXO TEMÁTICO III

Patrimônio Cultural e História Colonial.

Escravos em “Alagoinhas:” um estudo de caso no contexto da escravidão no Interior de Pernambuco (último quartel do século XVIII e primeiras décadas do XIX).	
<i>Alexandre Bittencourt Leite Marques</i>	248
Espaço judaico no atual município do Cabo de Santo Agostinho - PE.	
<i>José Gustavo Wanderley Ayres</i>	261
Expedições, revoluções e medo: Pernambuco e o Naufrágio do Le Diligent (1792).	
<i>Lenivaldo Cavalcante da Silva</i>	273
O episódio dos Males e as práticas da intervenção pública na cidade do Recife em 1685.	
<i>João Carlos Berenguer Correia</i>	286
A História Ambiental e as condições para a produção da cal na Ilha de Itamaracá nos setecentos.	
<i>Rodrigo Ibson da Silva Oliveira</i>	295
Um breve ensaio bibliográfico sobre arqueologia e história da Ilha de Itamaracá.	
<i>Josué Lopes dos Santos</i>	306
SOBRE OS AUTORES	319

Prefácio

Suely Cristina Albuquerque de Luna

Quando a Professora Ana Lúcia do Nascimento Oliveira me convidou para prefaciar esta obra, nem pensei duas vezes em aceitar o convite. Há anos trabalhamos juntas, e sei do esforço e dedicação que ela dispensa na execução de quaisquer tarefas as quais se atribui ou que lhe é atribuída, tornando-se fácil aceitar toda a solicitação vinda de sua parte.

O tema da motivação para a elaboração deste livro é bastante envolvente e empolgante e digo isso com muita base, pois, ao menos desde a década de 1990 eu e a Professora Ana estamos envolvidas em projetos de pesquisa e extensão, bem como orientando trabalhos acadêmicos na Universidade Federal Rural de Pernambuco sobre temas que envolvem Arqueologia, História, Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial.

Em linguagem acessível, a obra é recomendada a todos os públicos, e em especial aos interessados no tema, como os estudantes e estudiosos das áreas de História, Arqueologia, Patrimônio, Educação, Cultura, entre outras. Dessa forma, o livro vem colaborar, na sistematização de uma temática da área das ciências humanas tão instigante, que nos permite refletir sobre a história e a cultura brasileira

Conheço Ana Nascimento desde a graduação em História que fizemos na UFPE, e esse convívio iniciado na academia tornou-se uma amizade sólida, e ao longo do tempo essa amizade transformou-se em uma ligação de comunhão fraternal: ela é minha irmã do coração. Mulher, filha, mãe, esposa, irmã, amiga e guerreira, essas são algumas das múltiplas facetas de Ana, que sempre está disposta a auxiliar todos a sua volta. Sua jornada profissional foi sempre pautada na dedicação e empenho em tornar o seu caminho e o daqueles que caminham, e que ainda caminham ao seu lado, o mais comprometido com a realização de trabalho íntegro e inovador. Na trajetória de sua formação acadêmica,

desde a graduação até seu pós-doutorado, teve a Arqueologia como principal fonte para a construção de sua obra. Porém, sua formação em História permitiu que ela enveredasse por outros campos do saber como as áreas de Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial com uma base de análise crítica que transformou de modo consubstanciado o saber e o fazer das ações nessas áreas. Essa obra é uma justa homenagem a uma professora/educadora e, acima de tudo, uma cidadã que dedica a sua vida a prestar serviços à comunidade acadêmica na formação de novos pesquisadores e em especial à ciência, quando se debruça sobre temáticas que são fundamentais no alicerce do conhecimento e no desenvolvimento de uma sociedade mais justa e plural.

Ao longo de sua trajetória, a Professora Ana Nascimento escreveu e orientou inúmeros trabalhos nas mais diversas modalidades acadêmicas. A obra em questão apresenta trabalhos frutos de pesquisas para a realização de dissertações de mestrado, teses de doutorado e de Iniciação Científica.

Primeiro livro da Coleção: História, Arqueologia, Memória e Patrimônio Cultural, a obra, Entre “bricolagens” e narrativas: possibilidades para um “fazer” historiográfico é bastante abrangente e objetivou relacionar as diversas obras e seus jovens Historiadores-autores em um contexto sobre temáticas que se aproximam do eixo da História e Patrimônio Cultural, e apresenta ao leitor diversas possibilidades de abordagens que podem ser seguidas para o estudo do fazer histórico, utilizando-se de um conjunto heterogêneo de modelos, entre os textos apresentados como capítulos e distribuídos em três eixos temáticos (I – Patrimônio Cultural, Educação Patrimonial e Ensino de História; II – Patrimônio Cultural, Cultura Popular e Memória; III – Patrimônio Cultural e História Colonial), que atendem perfeitamente às necessidades específicas da obra.

Vivemos em uma sociedade consumista e imediatista! Tudo tem que ser rápido e “eficiente”, que atenda os nossos desejos e tudo está contemplado. No geral, não nos debruçamos do porque as coisas ao nosso redor, são do jeito que são, parece-nos que sempre foi assim. A nossa memória individual, e principalmente coletiva, é um dos instrumentos mais potentes quando tratamos dos temas abordados neste livro. Segundo Jacques Le Goff (1990, p. 477):

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória (LE GOFF, Jacques. **História e memória.**

Campinas: Editora da UNICAMP, 1990).

A necessidade de compreendermos sobre o que nos rodeia faz parte da afirmação de nossa identidade e do nosso papel na sociedade. É nos tornarmos cidadãos históricos, conscientes de que a destruição de nosso patrimônio cultural significa o desmantelamento do que somos, tornando fácil a subjugação de nossos princípios e convicções como sociedade por interesses alheios e nefastos. Finalizando este prefácio, invocamos mais uma vez as palavras de Jacques Le Goff (1990, p. 478):

A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens (LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990).

Boa leitura a todos!

Apresentação

Ana Lúcia do Nascimento Oliveira

“*Gratidão não custa nada e tem um valor imenso*”
Augusto Branco

Em um sentido mais amplo, “*gratidão*” pode ser explicada como reconhecimento abrangente pelas situações e dádivas que a vida proporcionou e ainda proporciona. É este sentimento que tenho ao escrever a apresentação deste livro, pois mostra quantas pessoas ajudei a realizar sonhos na minha vida de pesquisadora e docente. Gratidão especial a três queridos alunos, companheiros e amigos: Jaime Guimarães Junior, Jonas Melo Júnior e Rodrigo Oliveira que sem suas ajudas, disposição e cumplicidade, esse livro não seria possível de ser publicado.

Ao chegar à estação denominada Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, como docente em 2002, senti que ali iria dar tudo de mim e levar junto comigo tantas outras pessoas dispostas a se introduzir no mundo acadêmico. Não posso esquecer-me de falar da importância que teve minha amiga Suely Luna, companheira de muitas lutas e cumplicidade em todo processo dessa minha caminhada profissional. Sabia que essa viagem não seria fácil por estarmos em um Curso de História onde as facilidades para a pesquisa e apoio ao conhecimento na área de humanas era, e ainda são, poucas ou quase nenhuma. Mas mesmo assim, tentei encorajar meus alunos que queriam chegar muito mais além do que somente uma graduação.

Muitos conseguiram seguir a caminhada junto comigo numa mesma estação, outros se encaixaram no meio do caminho para ingressar na Pós, todos cheios de esperanças, carregando a bandeira em defesa da História, da Memória e do Patrimônio Cultural, o que muito me orgulha, pois a maioria desse time foi galgando desde a graduação até se engajar na pós-graduação, na docência e na pesquisa. Infelizmente outros alunos não ficaram ao meu lado na mesma estação, seguindo diferentes caminhos e veredas independentes – o que não é de todo mal, pois ensinar também é apresentar autonomia – mas tais caminhos me fizeram perder de vista esses queridos alunos, assim, meu forte abraço

e profundos sentimentos de não estarmos juntos com aqueles que hoje são meus colegas e amigos os quais abrilhantam este livro.

Sinto-me premiada com a ideia da construção deste livro denominado **“Entre “bricolagens” e narrativas: possibilidades para um “fazer” historiográfico”** que nos permite viajar por diferentes universos que, na verdade, dialogam entre si, com objetivo de reunir trabalhos que foram por mim orientados no âmbito de minha caminhada na UFRPE, alunos da graduação e do programa de pós-graduação em história resolveram me homenagear fazendo esta coletânea, apresentando os resultados de pesquisas de seus projetos de iniciação científica, extensão, mestrado e doutorado que ajudei a construir.

A ideia de abordar o campo do Patrimônio Cultural e suas múltiplas interpretações, tem o intuito de fornecer subsídios para o entendimento e importância que esse campo do conhecimento ocupa na pesquisa historiográfica, trazendo aos leitores narrativas em torno de estudos que mostram a importância desse tema na construção do saber histórico. Nesta perspectiva a obra foi organizada em três eixos temáticos: **I – Patrimônio Cultural, Educação Patrimonial e Ensino de História; II – Patrimônio Cultural, Cultura Popular e Memória; III – Patrimônio Cultural e História Colonial**. Cada eixo contará com a participação de “Historiadores-autores” apresentando trabalhos que dialogam com o eixo temático para o qual foram convidados.

O **Eixo I** traz capítulos que discutem a importância do patrimônio e apresentam sugestões de como se pode realizar a interação desse tema junto a equipamentos como museus e exposições, através de abordagens de fácil compreensão e também como esse tema é exposto nos livros didáticos no ensino de História.

Dentre os trabalhos que tratam do papel dos museus como ferramenta para o ensino de História temos o **Capítulo Um** da autora Juliana da Costa Ramos intitulado **“Museus, Ensino de História e a Responsabilidade com o Mundo Comum”**, no qual a autora aponta os museus como espaços de produção do conhecimento histórico, analisando como eles constituem o que se pode denominar de história pública, discutindo este conceito que surge nos anos 1970 e, com a finalidade de relacionar com as práticas de ensino de história. Em seu capítulo a autora ressalta que “as experiências realizadas pelos museus ganham destaque nas últimas décadas a partir de práticas curatoriais partilhadas, criação de novas tipologias museológicas e a própria ascensão da educação patrimonial. Ações que se vinculam com muita ênfase às práticas de ensino de história”. Utiliza como exemplo deste processo o Museu do Homem do Nordeste como elemento de fundamental importância para o entendimento da História do Nordeste, fazendo um histórico da criação

da instituição e as mudanças ocorridas.

O autor Marcos Antônio Alves de Vasconcelos com o **Capítulo Dois** também nos traz sua experiência na relação museu/ensino. Seu texto **“Extra Muros escolares, uma viagem ao Museu Elísio Caribé: uma experiência sobre educação patrimonial com duas escolas públicas do município de Belém do São Francisco-PE”**, trata da importância e da inserção do museu na escola como ferramenta didática, permitindo uma maior compreensão do aspecto histórico da comunidade, além disso, trata também da importante função do museu enquanto ferramenta na construção do processo educativo dos alunos da rede pública da cidade de Belém do São Francisco, Pernambuco, Brasil. Dessa forma, seu estudo utiliza o “Extramuros” como exemplo de um projeto que deu certo. Com isso, salienta a validade do binômio Museu e Educação revelando que o desenvolvimento da educação das pessoas não está restrito, apenas, aos entre muros da escola e ao contexto da sala de aula.

No **Capítulo Três** sobre **“A importância de ações educativas para a preservação do patrimônio arqueológico: o Projeto ‘Expondo Cultura’”**, a autora Angélica Pignata de Moraes apresenta um entendimento sobre “patrimônio” cultural, artístico e histórico de uma sociedade, mostrando o percurso da concepção desses conceitos. Propõe uma nova abordagem de repasse do conhecimento do patrimônio e, partindo do princípio de que o espaço do museu não se limita exclusivamente à simples imóveis históricos e lugares delimitados, a autora nos apresenta uma experiência de uma exposição itinerante dentro de um ônibus, que leva ao público esse conhecimento denominado Projeto Expondo Cultura. Esse projeto foi fruto da pesquisa de salvamento arqueológico no município de Ipojuca, PE.

Ainda neste eixo, somos presenteados com quatro trabalhos que tratam diretamente da Educação patrimonial e o Ensino de História nas escolas e nos livros didáticos. O autor Luiz Adriano Lucena Aragão com o **Capítulo Quatro** intitulado **“Os tensionamentos em torno do termo Pré-história adotado nos Livros Didáticos nos Anos Finais do Ensino Fundamental”** se propõe, e que o faz muito bem, a tomar o livro didático como fonte histórica para análise do conceito de História e Pré-história em seu corpo textual. Traz a intenção de revelar o caráter eurocêntrico da historiografia escolar brasileira que esteve, e ainda está presente, na literatura didática através dos conceitos abordados nos conteúdos desses livros, na elaboração do currículo e, principalmente, na tradição escolar. É uma discussão baseada em documentos e em diferentes discursos de especialistas que utilizam este termo na sua vida acadêmica e mostram estes conceitos nos livros didáticos do ensino fundamental.

No **Capítulo Cinco**, Ana Cláudia Pontes de Lima trata do “**Ensino de História Local: uma prática possível para a aprendizagem histórica**”, assim, apresenta contribuição para o ensino da história local baseado no projeto “Memórias de Garanhuns” realizado na Escola Municipal Instituto Presbiteriano de Heliópolis, situada na cidade de Garanhuns, PE, Brasil. Tal atuação nos mostra os resultados desse projeto pedagógico que possibilitou aos professores da disciplina de história utilizar elementos como identidade, memória e alteridade de maneira eficiente, que possibilitaram aos alunos o melhor entendimento da história local.

O **Capítulo Seis**, intitulado “**Patrimônio Cultural, herança de quem?: (Re)Pensando abordagens em livros didáticos de História**”, do autor Jonas Clevison Pereira de Melo Júnior, nos apresenta uma reflexão sobre como o campo do Patrimônio Cultural tem sido abordado nos livros didáticos de História. Em sua pesquisa, o autor selecionou para seu estudo três livros didáticos do 1o ano do ensino médio, que fazem parte das três coleções mais distribuídas no Brasil de acordo com o percentual de distribuição apresentado pelo Programa Nacional de Livros Didáticos para os anos de 2015-2017. Em seu texto, Jonas aponta a atenção especial que a historiografia brasileira vem dando ao campo do Patrimônio Cultural e a importância de entender como este campo tem sido abordado no Ensino de História, partindo de uma revisão do conceito de Patrimônio Cultural e sua consequente inclusão nos livros didáticos de História. O autor nos fornece subsídios para pensar como esses livros tem acompanhado as discussões historiográficas nesse campo, trazendo importantes contribuições para o campo do Ensino de história por analisar materiais escolares, que segundo seu estudo, são considerados um dos principais recursos de informação que alunos e professores dispõem no cotidiano da sala de aula.

No **Capítulo Sete** intitulado “**Que patrimônio é esse?: os vestígios arqueológicos na Educação de Jovens e Adultos (EJA)**”, o autor Jaime de Lima Guimarães Junior também discorre sobre a temática da educação patrimonial e do patrimônio cultural nas turmas noturnas de alfabetização da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Somos presenteados com os resultados de sua experiência vivenciada nas escolas municipais de Camaragibe - Pernambuco, como resultado de um projeto de extensão. Jaime promoveu oficinas didáticas que utilizaram os objetos arqueológicos da cultura material, possibilitando aos alunos e alunas o contato com a temática do patrimônio cultural. O trabalho ressalta que o resultado da aprendizagem foi além das expectativas do autor, denotando a importância da criatividade na maneira lúdica de repassar os conhecimentos aos alunos.

O **Eixo II** compõe textos que tratam do patrimônio cultural com temas sobre a cultura popular e a memória. Neste contexto temos o **Capítulo Oito** do autor Helder Remigio de Amorim “**Revisitando os balcões das mercearias: histórias e memórias dos comerciantes de alimentos do Portal do Sertão (Arcoverde 1970-1980)**”. Trata das práticas culturais e memórias dos comerciantes de alimentos na cidade de Arcoverde em Pernambuco, abordando as principais vias de acesso aos gêneros alimentícios que eram oferecidos aos seus habitantes durante o período da década de 1970. A pesquisa apresenta-nos sujeitos históricos que tiveram suas vidas voltadas para o comércio, através das inúmeras mercearias e bodegas espalhadas pelas ruas da cidade que é o foco de seu trabalho. Mostra o cotidiano entre vendedores e compradores e suas práticas no comprar, no transportar as mercadorias e as mudanças dessas práticas que foram ocorrendo ao longo do tempo. Dinâmica essa que só foi possível de ser resgatada a partir, principalmente, da recuperação de relatos da memória oral.

No **Capítulo Nove**, podemos voltar ao tempo na cidade de Cabo de Santo Agostinho, PE com o texto sobre “**Arquitetura Eclética no Centro do Cabo de Santo Agostinho**” onde o autor John Kennedy Ferreira da Luz nos faz caminhar pela cidade, revisitando não apenas um período onde percebemos uma influência arquitetônica Eclética bem como o simbolismo nela contido. O autor também mostra as interferências, a partir do início do século XX, no município e na formação de novos bairros decorrente de um rápido fenômeno de expansão urbana em face de um novo quadro socioeconômico, inspirado pela industrialização da atividade açucareira. Assim, o autor nos faz perceber que, ainda hoje, existem resquícios deste período representados nas fachadas mantidas das antigas construções ou inseridas, propositadamente, nas novas construções erguidas no Centro da cidade.

O **Capítulo Dez**, intitulado “**Uma festa, vários patrimônios: o caso do São João de Campina Grande**” Glauber Paiva da Silva apresenta aos leitores discussão sobre uma celebração da memória de práticas festivas que dialogam com a identidade da comunidade de Campina Grande. São os festejos juninos divulgados como “O Maior São João do Mundo”. Detalha-nos como foi o processo da inclusão dessas práticas que fazem parte dessa festa a fim de tornarem-se Patrimônios Culturais Imateriais do estado da Paraíba.

No **Capítulo Onze**, com o texto “**Espalhavam a morte, o crime com desembaraço e o sangue frio próprio dos sicários: As representações do capoeira no Recife, da Primeira República, nas penas dos literatos**” o autor Carlos Bittencourt Leite Marques aponta como a capoeira, uma manifestação cultural afrodescendente, foi reconhecida como um dos patrimônios culturais brasileiro. Faz um

histórico mostrando como a maioria dos letrados recifense de finais do século XIX e início do século XX escreviam e percebiam a capoeira de forma diferente e, quais suas impressões sobre ela. Marques mostra como esses homens capoeiristas conseguiram, através de diferentes táticas, sobreviver e viver no Recife em fins do século XIX e início do século XX deixando seu legado.

Somos contemplados, no **Capítulo Doze**, com o texto da autora Vanessa Pereira de Albuquerque “**Categorias Imigrantes Italianas em Pernambuco: discussão sobre regionalidades e perfis**” que propõe a análise do perfil do imigrante italiano em Pernambuco iniciada no final do século XIX e começo do século XX. Através deste texto podemos perceber a importante influência que esses imigrantes italianos tiveram nas práticas culturais, artísticas e comerciais em Pernambuco.

O texto sobre “**Os Tempos da Memória e a História da Vila Velha de Itamaracá**” de Nátalli Emanuelli Araújo da Silva é o **Capítulo Treze** do livro, no qual a autora nos permite entender como a história da Vila Velha de Itamaracá foi construída em três momentos específicos. Instalada na Ilha de Itamaracá, a Vila Velha teve uma grande importância na história de Pernambuco e do Brasil, e por muito tempo foi esquecida. A autora traz à tona essa discussão importante e nos conduz a diferentes recortes temporais que vai do século XVII até finais do século XX, sempre relacionando à história dos dias atuais. Consegue, através da oralidade, mostrar os sentimentos de pertencimento dos moradores locais com relação à Vila Velha.

No **Capítulo Quatorze**, sobre “**Uma História de Martírios - Memória, Esquecimento e História: A Irmandade do Bom Jesus dos Martírios e sua Igreja**” Albino Mário Santos Dantas nos faz participar de um cortejo da quarta sexta-feira da Quaresma, apresentando a história da procissão do Bom Jesus dos Martírios, pelos bairros de Santo Antônio e São José no Recife no cotidiano colonial. O autor mostra-nos como o crescimento urbano, em nome do progresso, destrói e transforma esse formato de ruas e becos, caminhos por onde a irmandade realizava esse cortejo com a participação das comunidades, desarticulando essas vivências cheias de significados. Entristece-nos quando aponta que, em nome de um projeto político, tudo é apagado de nossa paisagem e de nossa memória, não se vê mais ruas, becos, igreja ou procissão do Bom Jesus dos Martírios dos Homens Pretos de Recife, construindo-se outro formato de cidade, destruindo-se com isso parte de nossa história.

Rômulo José Benito de Freitas Gonzales também nos traz um texto sobre as intervenções arquitetônicas nas igrejas do Recife contribuindo para a pouca estudada história da restauração arquitetônica em Pernambuco. Com o **Capítulo Quinze**, intitulado “**Em Busca da Unidade Estilística: Intervenções arquitetônicas em Igrejas Recifenses no**

Início do Século XX.” o autor discute que as intervenções realizadas nas Igrejas do Convento do Carmo, Matriz da Boa Vista e da Igreja da Madre de Deus, marcaram uma nova fase nas intervenções realizadas pela Igreja Católica nos seus templos. Enfoca que, a primeira grande restauração realizada nestes templos foi em 1930 na Igreja da Madre de Deus. Essa Igreja, segundo documentações, teria sua construção iniciada ainda no século XVII.

No texto sobre **“A Romaria ao Santuário de São Severino dos Ramos no Município de Paudalho, Zona da Mata Norte, interior do estado de Pernambuco”** no **Capítulo Dezesseis**, o autor José Édson Cardozo da Silva nos apresenta um fenômeno cultural religioso das romarias e a importância social que este fenômeno representa para a comunidade deste município. Situa-nos como surgiu este santuário e o porquê dessa devoção ao São Severino dos Ramos, discorrendo sobre sua história. Faz-nos entender que a prática dos ex-votos funciona como prática de comunicação com o sagrado e que a romaria é um fenômeno de forte movimento, tanto religioso quanto comercial no município de Paudalho.

Ana Lúcia Lira da Silva analisa, no **Capítulo Dezessete “Redescobrir, reencontrar. Uma análise dos processos migratórios dos judeus e cristãos – novos na Capitania de Pernambuco”**, documentações escritas e vestígios arqueológicos que apontam para emigração de judeus e cristãos-novos em direção a possíveis rotas, ainda não estudadas, e capazes de explicar a presença de tantos costumes judaicos presentes em comunidades no interior de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e demais estados nordestinos durante o período colonial. O texto direciona para os resultados das pesquisas na região da Serra do Ororubá, onde foi fundada a Vila de Cimbres na cidade de Pesqueira. Na região, foram encontrados indícios culturais dos povos judeus e cristãos-novos como, por exemplo, antigas estruturas em ruínas relacionadas às práticas judaicas. A autora, ainda, associa a esses achados a memória popular as quais indicam ter algum vínculo com a história desses povos. Esses indícios apontam para uma rota migratória dos judeus e cristãos – novos para o agreste de Pernambuco no período de perseguição a estes povos.

O **Capítulo Dezoito** sob o título **“Cultura Popular: possibilidades de uma História dos Esquecidos”** do autor Emanuel da Silva Oliveira traz contribuições críticas sobre processo histórico de percepção da Cultura que possibilitam uma ressignificação da cultura popular, viva no tempo e diversa. “Mostra-nos que, dentro do universo da cultura não existe baixa cultura e alta cultura” ou “cultura rica e cultura pobre”, e sim que ela perpassa por sistemas simbólicos de grupos e sociedades,

constituindo “uma ampla produção simbólica humana, isso é, uma enorme gama de artefatos (imagens, ferramentas, casas e assim por diante) e práticas (conversar, ler, jogar)”.

Chegamos finalmente ao **Eixo III**, recheados de textos que tratam da história regional e da micro-história. A maioria dos textos baseiam-se para seus estudos, além da documentação histórica escrita, a cultura material oriundas de pesquisas arqueológicas para auxiliar na reconstrução histórica.

O autor Alexandre Bittencourt Leite Marques nos brinda com o **Capítulo Dezenove** intitulado “**Escravos em “Alagoinhas:” um estudo de caso no contexto da escravidão no interior de Pernambuco (último quartel do Século XVIII e primeiras décadas do XIX)**”. Ao se deparar, em suas pesquisas, com remanescentes de uma comunidade quilombolas em Alagoinha, Alexandre iniciou uma busca na ampliação da discussão acerca da presença de escravos africanos, crioulos e mestiços na região para o período do último quartel do século XVIII e primeira metade do século XIX. Isso nos faz entender como se deu o processo da expansão colonizadora sobre os sertões de Pernambuco e demais capitanias do norte do Brasil. Descreve as dificuldades encontradas pelas pessoas ao adentrarem nos espaços dos sertões. Então, através da pesquisa em vestígios, sinais e indícios em inventários post-mortem, encontrou peças que o ajudou a entender como aqueles indivíduos chegaram até essas paragens, contribuindo, assim, para o preenchimento das lacunas a respeito da história dessas pessoas vítimas da escravidão no agreste pernambucano.

O **Capítulo Vinte**, “**Espaço judaico no atual município do Cabo de Santo Agostinho – PE**” do autor José Gustavo Wanderley Ayres, mostra a importância, no século XVII, do Cabo de Santo Agostinho por ser uma região geograficamente banhada por vários rios interligados, o que facilitava o abastecimento humano, o deslocamento da produção, possibilitando rotas de penetração na região, permitindo, assim, um comércio de sucesso. Segundo documentações apresentadas por José Gustavo, os principais comerciantes eram judeus, pois terras e engenhos foram a eles vendidos por Nassau, em 1637, para estimular a volta do funcionamento de engenhos que se encontravam, até então, em fogo morto no Cabo de Santo Agostinho. Ressalta que, neste momento, os judeus adquiriram praças comerciais e terras, mediando transações comerciais variadas na colônia. Esclarece que, até hoje, a maioria dos engenhos encontram-se na região, muitos em ruínas, inclusive evidenciados através de estudos arqueológicos, outros, ainda tem suas estruturas erguidas.

“Expedições, Revoluções e Medo: Pernambuco e o Naufrágio

do Le Diligent (1792)” é nosso **Capítulo Vinte e Um** apresentado pelo autor Lenivaldo Cavalcante da Silva que alerta sobre os perigos vindos do mar durante o período do Brasil colônia. Chama-nos atenção para as preocupações das autoridades que temiam a disseminação das ideias revolucionárias, que possivelmente, poderiam contaminar a população pernambucana local com a divulgação das ideias das “vis ideias dos clubes de França” trazidas da França provavelmente pelos tripulantes de navios desta bandeira que circulavam pelos mares pernambucanos. Daí, Lenivaldo nos deixa navegar por essas histórias apontando como se deu essas intervenções na tentativa de impedir que tais ideias não se espalhassem pelo Brasil.

No **Capítulo Vinte e Dois** escrito por João Carlos Berenguer Correia, intitulado “**O episódio dos Males e as práticas da intervenção pública na cidade do Recife em 1685**”, o autor discorre sobre um surto que assolava no Recife em finais do século XVII, denominado de “surto dos males”. Apresenta-nos quais as políticas públicas adotadas para combatê-lo dando origem a um dos primeiros movimentos de profilaxia urbanas realizadas dentro do Brasil colonial. Como exemplo para mostrar essas medidas profiláticas, o autor utilizou os resultados das pesquisas arqueológicas realizadas no sítio arqueológico do Pilar, Recife.

A História da Ilha de Itamaracá vem à tona novamente neste eixo com dois artigos escritos sobre a história do local no período colonial. Utilizando como suas fontes de pesquisa a tríade: fontes históricas escritas, fontes arqueológicas e o entendimento geográfico da região, o autor Rodrigo Ibson da Silva Oliveira apresenta-nos no **Capítulo Vinte e Três “A História Ambiental e as condições para a produção da cal na Ilha de Itamaracá nos setecentos”** discorrendo sobre a importância da cal na construção civil ao longo de nossa história colonial. Itamaracá aparece no cenário como a principal produtora e fornecedora deste produto, como uma forte influência na organização social da Ilha. Pela leitura que o autor faz das cartas e mapas de Itamaracá, sugere que esse produto poderia ter sido distribuído para outras cidades através de barcos, saindo da ilha seguindo a malha de rios existentes na região que davam acesso da Ilha ao Continente e às demais Capitâneas. Arqueologicamente, Rodrigo descreve a quantidade e a qualidade de fornos de Cal e de seu contexto de produção, que evidenciou em Itamaracá, auxiliando no entendimento da dinâmica comercial local.

E por fim, para coroar essa coletânea, temos o **Capítulo Vinte e Quatro**, onde o autor Josué Lopes dos Santos com o tema “**Um breve ensaio bibliográfico sobre Arqueologia e História da Ilha de Itamaracá**” traz uma excelente reconstrução da história da Ilha de

Itamaracá e sua dinâmica comercial, baseando-se nos resultados de levantamento de documentações históricas e de pesquisas arqueológicas que foram realizadas na Ilha desde a década de 1980 até os dias de hoje. O texto permite uma visão ampla dos trabalhos escritos sobre a Ilha de Itamaracá e dá um direcionamento para quem deseja pesquisar esse reino encantado chamado Ilha de Itamaracá.

Concluo pedindo minhas sinceras desculpas aos leitores pela extensão da apresentação. Espero que não tenha ficado cansativo, porém, não poderia ser diferente, já que meu caminho acadêmico foi longo e muitos trabalhos acadêmicos foram por mim, orientados. Agradeço, profundamente, aos autores que dedicaram seu tempo precioso para escrever seus capítulos tão cheios de riquezas acadêmicas. Espero que este livro venha a contribuir com outros estudiosos/pesquisadores os quais desejem aprofundar os temas aqui abordados. Gostaria ainda de manifestar que, cada capítulo lido me vez voltar no tempo junto a cada um de vocês, lembrando momentos que compartilhamos construindo seus trabalhos. O sentimento é de felicidade e carinho ver vocês, junto comigo, nessa coletânea selando um momento muito importante para todos nós.

Embarquem na nossa história e boa leitura a todos!



EIXO TEMÁTICO I

**Patrimônio Cultural,
Educação Patrimonial e
Ensino de História**



Museus, Ensino de História e a responsabilidade com o mundo comum.

Juliana da Costa Ramos ⁴

O DEVIR DA HISTÓRIA: O CONHECIMENTO HISTÓRICO E O PÚBLICO.

O conhecimento histórico não é um dado a priori, ele é produzido socialmente. Contudo, é um produto que não está restrito ao ambiente acadêmico. Deste modo, é importante esclarecer que diversas instâncias do social produzem o saber histórico e contribuem para a compreensão individual e coletiva sobre o passado.

É comum dotar a memória desta responsabilidade de construção do passado, entretanto, na invenção da história, a memória é parte e não todo. Neste pequeno ensaio, vamos discutir os museus como espaços de produção do conhecimento histórico, analisaremos de que forma eles constituem o que podemos denominar de história pública e de que maneira este saber se relaciona às práticas de ensino de história.

O conceito de história pública surge nos anos 1970 e ganha relevo, sobretudo, no bojo dos debates pertencentes à historiografia social inglesa. Na época, colocava-se em questão a necessidade de uma reflexão em torno da relação entre memória, narrativa histórica e identidades. Esse cenário fértil produziu efeitos que impulsionaram a expansão do tema para outras regiões como Estados Unidos, Canadá, Austrália, Itália, África do Sul, marcadamente, territórios não tão influenciados pela historiografia culturalista francesa (ALMEIDA, J. R; ROVAI, M. G. O, 2011).

Em seus primórdios, a história pública inglesa buscava debater os usos políticos do passado no contexto público, mas a ampliação do uso do conceito, em outros países, trouxe, com bastante ênfase, a premissa da difusão do conhecimento histórico de maneira

⁴Doutoranda em História, UFPE. E-mail: ju.ramos@live.com

a extrapolar o ambiente acadêmico. Tal tendência, fortemente, influenciada pela escola norte-americana de história pública, não apenas se vincula ao uso político do passado, como em sua origem inglesa, mas também atribui a ela um viés formativo, baseado na difusão do conhecimento sobre a história para diversos públicos.

A conjuntura social é também favorável ao desenvolvimento da história pública, à medida em que os meios de comunicação de massa compreendem a história como forma de entretenimento, no qual o passado se torna matéria de várias produções televisivas, cinematográficas, literárias, como séries, documentários, filmes de teor histórico que, até os dias atuais, estão presentes em nosso cotidiano, sendo ou não versões fidedignas do passado. Além dos já tradicionais lugares de memória como museus, galerias, arquivos em que:

[...] o passado popular é apresentado como se estivesse logo ali, dobrando-se a esquina, a um mero estalar de dedos. Não é preciso passaporte ou uma longa viagem; você só tem que usar o controle remoto da TV, clicar com seu mouse, navegar pelo History Channel, e instantaneamente – muitas vezes, prazerosamente – você estará lá (LIDDINGTON, J, 2011, p. 31-32).

Contudo, faz-se necessário compreender que o conceito de história pública está além dos usos públicos ou da difusão do conhecimento sobre o passado. A história pública, em sua complexidade, precisa ser compreendida como um conceito, que busca problematizar como o nosso senso público de passado foi construído, inclusive, historicamente, de maneira que:

[...] o estudo de história pública está ligado a como adquirimos o nosso senso de passado – por meio da memória e da paisagem, dos arquivos e da arqueologia (e, por consequência, é claro, do modo como esses passados são apresentados publicamente) (IDEM, 2011, p. 34).

E, para pensar além, a história pública compreende a necessidade de que a própria sociedade participe do processo de construção da história. Nesse sentido, as experiências realizadas, notadamente, pelos museus ganham destaque nas últimas décadas, a partir de práticas curatoriais partilhadas, criação de novas tipologias museológicas e a própria ascensão da educação patrimonial. Ações que se vinculam com muita ênfase às práticas de ensino de história.

Deste ponto, falar em história pública e de ensino de história implica pensar na relação que essas práticas possuem entre si. Extrapolando a concepção de que ambas estão apenas associadas à difusão do conhecimento histórico. “Sabe-se que os professores de História ensinam a história, e pensa-se, comumente, que este conhecimento já está pronto em algum outro lugar, do lado de fora de suas práticas” (ANDRADE E ANDRADE, 2016, p. 177). Entretanto, o que concebemos é que tanto a história pública quanto o ensino de

história produzem saberes específicos sobre o passado.

No campo do ensino de história, a própria consagração do conceito de saber histórico escolar já compreende tal problemática e consolida a concepção de que o conhecimento sobre o passado extrapola a produção acadêmica sem, contudo, desacreditá-la. Todavia, ao trazer a correlação do ensino de história e da história pública, discute-se a necessidade de uma responsabilidade de formação escolar ampla do público, mas também a compreensão do social, que reitere o sentido do saber sobre o passado como forma de tomada de responsabilidade coletiva com o *mundo comum*⁵ em que vivemos e que deixaremos para os que vierem depois de nós.

PENSAR HISTÓRIA A PARTIR DOS MUSEUS

Quando mencionamos a instituição museal⁶, é corriqueiro depararmo-nos com a definição que assimila os museus à Casa das Musas. Tal conotação está associada ao mito das origens, “que toma como referência esse duplo estereótipo: Conservatório do patrimônio da civilização e escola das ciências e das humanidades” (POULOT, 2013, p. 15.).

Tais espaços são representados como locais de referência da história, da memória, da civilização e da erudição. Assim, o museu se assemelha e se imbrica a outras instituições clássicas como as bibliotecas, arquivos, galerias de arte. Ambientes, historicamente, destinados, quase sempre, a um tipo muito particular, quando não restrito, de público. É sobre esse espaço de produção do conhecimento histórico que fixaremos nossa análise.

Os museus conjugam diversas representações - “o túmulo ou o templo, a um só tempo, lugar de acúmulo de riquezas intelectuais e lugar de sacralização, representariam as raízes de uma antropologia da musealidade” (IDEM, 2013, p. 15). Assim, pensar as instituições museais como produtoras de discursos e representações do passado, na sociedade contemporânea, requer analisar sua historicidade.

A função da instituição museológica, influenciada pelo movimento iluminista e impulsionada pelas ideologias da Revolução Francesa, sofreu mudanças importantes a partir do século XVIII. O museu,

⁵ ARENDT, 1992.

⁶ Utilizamos o termo museal e museologia a partir da concepção definida no texto Conceitos-chave de Museologia/André Desvallées e François Mairesse, editores; Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury, tradução e comentários. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013. Pág 54; que diz: (1) O adjetivo “museal” serve para qualificar tudo aquilo que é relativo ao museu, fazendo a distinção entre outros domínios (por exemplo: “o mundo museal” para designar o mundo dos museus); (2) Como substantivo, “o museal” designa o campo de referência no qual se desenvolvem não apenas a criação, a realização e o funcionamento da instituição “museu”, mas também a reflexão sobre seus fundamentos e questões. Esse campo de referência se caracteriza pela especificidade de sua abordagem e determina um ponto de vista sobre a realidade (considerar uma coisa sob o ângulo museal é, por exemplo, perguntar se é possível conservá-la para expô-la a um público). A museologia pode, assim, ser definida como o conjunto de tentativas de teorização ou de reflexão crítica sobre o campo museal, ou ainda como a ética ou a filosofia do museal.

antes local destinado a um público seletivo, passa a ser instrumento de difusão dos ideais republicanos destinados às massas⁷. De modo que, os grandes museus nacionais nascem, simultaneamente, com o conceito de patrimônio público, “os museus públicos, assim como os conhecemos, tomaram forma nesse momento, ao final do século XVIII e princípio do XIX, transformando as práticas das primeiras instituições colecionistas” (BENNET apud CANTARELLI, 2012, p. 6).

A trajetória desses museus atendeu não apenas aos ideais dos recém-formados Estados-Nacionais, mas serviu de modelo para instauração das demais instituições museológicas em diversos lugares do mundo, inclusive no Brasil, como referência histórica, estética e conceitual sobre o que expor acerca da história material das sociedades, definidas dentro do padrão positivista, linear e progressista do discurso científico para o qual tais dispositivos serviram como balizas.

Notadamente, a historiografia positivista é, extremamente, presente nas instituições museológicas em que o passado é um dado objetivo, de tal maneira, que o museu se transforma em um portal em que a história é apresentada “tal qual aconteceu” por meio das encenações encarnadas pelos objetos e expografias. “Do teatro da memória ao laboratório de história”, parafraseando o título do famoso artigo do professor Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes⁸, os museus se alinhavam a uma tentativa de reproduzir o passado sem, no entanto, problematizar a complexidade e a incompletude do próprio conhecimento histórico. Para Ramos (2004, p. 130):

[...] o que se busca hoje não é resgatar o passado tal como ele aconteceu, que era tendência de várias correntes historiográficas, e sim, problematizar o pretérito através do presente. Ao contextualizar os objetos com reprodução de cenários, a museologia, pressupõe que o passado é dado, ou melhor, um dado espetacular e aberto para a aceitação de estereótipos, esvaziando a proposta de colocar a história como lugar de juízo crítico. Elimina-se, na reprodução, o labor interpretativo das problemáticas historicamente engajadas.

Nesse sentido, verificamos o movimento de musealização da memória, além da salvaguarda de bens de valor e de excepcionalidades destinados à pesquisa e ao deleite, a instauração, não só do acervo e das exposições, mas, sobretudo, de uma representação do museu como espaço legitimador e irradiador de referências históricas para as sociedades ocidentais, no que diz respeito à identidade cultural

⁷ Se a conjuntura da Revolução Francesa, em fins do século XVIII, traçou a acepção moderna de museu, esta se consolidaria no século XIX com a criação de importantes instituições museológicas na Europa. Em 1808, surgiu o Museu Real dos Países Baixos, em Amsterdã; em 1819, o Museu do Prado em Madri; em 1810, o Altes Museum, em Berlim; e em 1852, o Museu Hermitage, em São Petersburgo, antecidos pelo Museu Britânico, 1753, em Londres, e o Belvedere, 1783, em Viena. Concebidos dentro do “espírito nacional”, esses museus nasciam imbuídos de uma ambição pedagógica – formar cidadãos a partir do conhecimento do passado – participando de maneira decisiva do processo de construção das nacionalidades. Conferiam um sentido de antiguidade à nação, legitimando simbolicamente os Estados nacionais emergentes (JULIÃO, 2006, p. 19)

⁸ MENEZES, 1994.

e à memória coletiva, supostamente ameaçadas pelo processo de esquecimento.

No Brasil, não por acaso, a história das instituições museológicas se confunde com a história das práticas preservacionistas e com as políticas públicas de memória. Assim, quando se problematiza o museu como local de produção de sentidos, é necessário apontar que tal instituição é produtora de discursos, lugares sociais, práticas de subjetivação e construção de verdades. Nesse sentido, é imperioso circunscrever o museu não apenas a partir do binômio museu-memória, mas em torno das relações de poder que nele estão inseridas.

Produzir uma investigação sobre a contribuição dos museus para a produção do conhecimento histórico, implica compreender a própria construção do pensamento científico brasileiro, visto que as instituições museais chegaram ao Brasil antes mesmo das universidades e da profissionalização do historiador, não no sentido de regulamentação, mas de formação acadêmica. Foram os museus, arquivos, institutos históricos geográficos que impulsionaram o desenvolvimento do saber histórico em nosso país. Esse panorama é fundamental para compreendermos a especificidade dessa instituição e de suas práticas, assim como seu lugar de fala na sociedade brasileira.

Como afirma Guarneri (1979, p. 88), “O museu antecede, no Brasil, em cerca de uma década, a criação dos cursos jurídicos e, em cerca de 120 anos, a das Universidades. Durante esse largo período, foi, praticamente, o único centro de investigação científica que a nação dispôs”. Observamos que, com o passar das décadas, os museus foram as instituições que com melhor desenvoltura se adaptaram às mudanças sociais. Tais instituições conseguiram, ao longo dos tempos, incorporar, de modo muito eficaz, os discursos daqueles agentes do Estado, tendo seu ápice quando da emergência do Estado republicano se instaurando como dispositivo⁹ da nacionalidade, local privilegiado de exposição/construção da história da nação.

O museu moderno marca a consolidação da instituição museológica como um espaço de saber. Nos anos finais do século XIX e início do século XX no Brasil, os museus são as instituições a serviço da nação, tendo por objetivo educar o público e são marcados, basicamente, por três finalidades: conservar, pesquisar e expor. Deste modo, os museus vêm atender o imperioso chamado de guardar a história e a memória da nação, frente às intensas modificações urbanas e sociais, que se desenvolvem no país, ainda, nas primeiras décadas do século XX.

Contudo, o museu, em sua especificidade, ainda, é considerado

⁹ Para Agambem (2005, p.11): “no uso comum como no foucaultiano, parece se referir a disposição de uma série de práticas e de mecanismos (ao mesmo tempo linguísticos e não- linguísticos, jurídicos, técnicos e militares) com o objetivo de fazer frente a uma urgência e de obter um efeito.”

um tema recente no campo da pesquisa histórica, por ter sido, durante longo tempo, objeto de estudo quase restrito aos arquitetos, folcloristas, antropólogos e cientistas sociais (ÓRIA, 2009). É partir da revisão historiográfica e da ascensão epistemológica dos estudos culturais, que se torna emergente tal temática na historiografia brasileira. Esta abertura ocorreu, principalmente, pelos problemas de pesquisa relacionados ao patrimônio/museu e por estarem inseridos no bojo dos debates que buscavam refletir sobre as identidades nacionais e a memória coletiva, assim como sobre o deslocamento da narrativa histórica para outros territórios, não àqueles dominados pelas histórias dos grandes ícones e heróis nacionais.

Assim, as discussões que, hoje, permeiam a pesquisa histórica que tematizam o museu inserido no campo do patrimônio e dos estudos culturais têm por objetivo “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 16-17). Ao refletir em torno dessas questões, formulam-se problemas que dizem respeito à crise das representações sociais balizadas pela instituição museológica, enquanto dispositivos de poder e ordenamento para a sociedade ocidental moderna, além da salutar atuação das instituições museais na definição das identidades coletivas e nas orientações a respeito das políticas públicas de memória e do nacional.

MUSEU DO HOMEM DO NORDESTE: DO PROJETO DE NAÇÃO AO ESPAÇO DA REGIÃO

O mito fundador institucional do Museu do Homem do Nordeste (Muhne) estabelece que o mesmo foi constituído, a partir da junção dos três museus que já existiam ou que foram ao longo dos anos incorporados ao Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais¹⁰, instituição de pesquisa a qual o Muhne está vinculado. São eles: o Museu de Antropologia (MA), o Museu de Arte Popular (MAP) e o Museu do Açúcar.

Se pudéssemos definir o Muhne em um conceito, a concepção de bricolagem é a que melhor se adequa. Sua composição parte da tessitura em que são tramados acervos, sujeitos, formas de expor, temáticas, cores e texturas pertencentes ou, intimamente, vinculados a cada um desses museus predecessores. Porém, antes de adentrar no resultado dessa costura, vamos pensar nas linhas, nas tramas, na história dessas três instituições distintas para que, assim, possamos problematizar esse encontro e seu novo desenho em um único museu.

¹⁰ Ao longo de sua existência a Fundação Joaquim Nabuco teve seu nome alterado. Por isso, vamos fazer menção aos nomes utilizados em cada período. Instituto Joaquim Nabuco (1949), Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (1963) e Fundação Joaquim Nabuco (1979).

A primeira instituição que destacamos é o Museu de Antropologia, organizado por volta de 1964. Sob a orientação dos antropólogos René Ribeiro e Waldemar Valente, é coletada, desde 1959, uma série de objetos, em sua maioria, advindos de coleções particulares, como as do próprio Freyre, que comporiam seu acervo (JUCÁ, 1991). Na natureza dessa organização, há um anseio pelas expressões etnográficas dos povos “constituidores” da identidade nacional, fortemente influenciado pela teoria das três raças (negra, branca e indígena), comum na mentalidade e no discurso histórico da época, sobretudo quando da influência teórica do próprio Freyre. Essa condição não se difere de uma tendência existencial de boa parte dos museus brasileiros, que possuíam como finalidade, em grande parte, a atuação na formação do sujeito sobre a história nacional, como nos alerta Ulpiano (1993, p. 213):

O museu de horizontes nacionais é o que maior risco corre, em particular por sua necessidade de dar conta de uma suposta totalidade, a nação. Ocorre, assim, comumente, que ele passe a privilegiar o estereótipo (ver DUNDES 1983:250ss.), por sua capacidade de expressar a quintessência do típico: roupas, alimentos, armas, utensílios, objetos domésticos, de aparato e cerimoniais, equipamentos, imagens e situações, tudo se organiza disciplinadamente, e a diversidade apenas dá mais cor ao núcleo estável da identidade nacional. Por já ter existido no passado, esta deve continuar indefinidamente sua existência. Nos museus históricos, tal perspectiva obriga sínteses já discutíveis como forma de conhecimento histórico (“História Nacional...”) e cujo resultado, muitas vezes, equivale ao de enciclopédias ilustradas que dão ordem, forma e sentido a um universo caótico e trepidante de contradições [...].

Nesse momento ainda inicial, a visão museológica desta instituição estava muito mais voltada à captação de acervos denominados significativos que estavam por se perder. O que, inclusive, apontava para uma tendência do que era o pensamento museológico e preservacionista brasileiro na época, voltado para um movimento de salvaguarda do passado. É o sentimento que Gonçalves (1996) concebeu como conceito de “retórica da perda” em que o passado se apresenta como:

[...] processo inexorável de destruição, em que valores, instituições e objetos associados a uma “cultura”, “tradição”, “identidade” ou “memória” nacional tendem a se perder. (...) O efeito dessa visão é desenhar um enquadramento mítico para o processo histórico, que é equacionado, de modo absoluto, à destruição e homogeneização do passado e das culturas (GONÇALVES, 1996, p. 22).

O acervo é colhido em muitas das ações e pesquisas de campo organizadas pelo IJN, durante as incursões às tribos indígenas da região Nordeste. Ao realizar a análise do processo de pesquisas, aquisição, catalogação, o Museu de Antropologia do IJNPS parecia buscar e expor, através do seu acervo, as origens da Região, que se confundiam com a mítica construída em torno da própria origem da

nação. Essas coleções são o retrato da ênfase dada pelos antropólogos Waldemar Valente e René Ribeiro às “manifestações” de ritos e cultos afro-indígenas que só corrobora com a afirmação de Gonçalves (2007, p. 45) ao considerar que:

Essas coleções e museu poderiam também ser entendidos como uma espécie de “prolongamento do campo”, a desempenhar um papel importante na formação dos etnólogos [entretanto, o que se coloca de modo mais contundente é o fato de que] não se questiona o papel desempenhado por essas instituições na construção de determinada forma de representação do outro.

De modo geral, é visível que a maioria dos objetos que compunham as coleções do MA não eram possuidores, na época, de um grande valor *financeiro*, mas eram, sobretudo, representativos quanto ao olhar desses indivíduos sob cotidiano regional e suas referências interpretativas às experiências das comunidades estudadas. O argumento que permeia toda concepção do Museu de Antropologia, e que, posteriormente, é repassado para o Museu do Homem do Nordeste, é a concepção de uma instituição museológica que retrata o cotidiano, que expõe objetos familiares de uso corriqueiro e popular.

Seu acervo poderia ser a extensão do que existem nas feiras, nos mercados, no cotidiano daqueles que vivem na região Nordeste do Brasil. Assim, o Museu Antropológico buscou conferir *status* de autenticidade e legitimidade aos artefatos, classificá-los como representantes de uma história regional, definindo-os como objetos de “tradição”, garantindo-lhes a ideia de uma essência e de uma continuidade no tempo.

Nesses processos, está presente uma determinada noção de temporalidade na qual a história é vista como um processo incontrolável da destruição, devendo as “culturas”, as “tradições”, serem “resgatadas”, “preservadas”, especialmente através do colecionamento e da exposição de seus objetos” (CLIFFORD apud GONÇALVES, 2007, p. 48-49).

Outra instituição crucial para a construção genealógica do Muhne é o Museu de Arte Popular de Pernambuco, incorporado pelo então Instituto Joaquim Nabuco, no ano de 1966. A apropriação do museu e seu acervo também retomam a pauta do popular, conceito, extremamente, presente no cenário de produção acadêmica brasileira, sobretudo, no que diz respeito às práticas folcloristas¹¹. É consenso a percepção da importância quanto à representatividade do acervo de “arte popular” do Map, em sua maioria, pertencentes a artistas nordestinos consagrados. Segundo Araújo (2014, p. 44):

O acervo era composto de preciosas obras de ceramistas populares como Vitalino, Zé Caboclo, Faustino, Severino de Tracunhaém, Porfírio, brinquedos populares e uma coleção de ex-votos proveniente da Igreja Santa Quitéria

¹¹ Para Muniz (2013, p. 51) “A emergência dos estudos do folclore regional e a emergência da noção de cultura nordestina parecem ser inseparáveis do processo de declínio de importância econômica e política vivido por este espaço [Nordeste] e suas elites, que parecem temer não restar espaço para ocuparem também no mundo das letras. O estudo do folclore local, das tradições regionais parece ser uma forma de defesa de um dado modo de vida, de uma dada estrutura social, de um dado momento histórico em que este espaço e estas elites ocuparam outra posição na correlação de forças e nas disputas regionais entre as várias áreas do país”.

75, santuário situado no município de São João, próximo a Garanhuns, Pernambuco, entre outras peças não menos importantes para o patrimônio da Região. Após a criação do Departamento de Museologia em 1972, do acervo foi transferido para a sede o IJNPS, vinculando-se ao Departamento.

Por fim, o Museu do Açúcar, que pertenceu ao Instituto do Açúcar e do Alcool, era uma voluptuosa instituição museológica, tanto por sua organização quanto por seu acervo e sua exposição. Criado pela Resolução 1.745, de 03 de agosto de 1960, pela Comissão Executiva do Instituto do açúcar e do álcool¹², teve sua primeira exposição apresentada na sede do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) na cidade do Rio de Janeiro. Todavia, foi, sumariamente, transferido para a cidade do Recife, onde, no ano de 1963, teve concretizada em definitivo a inauguração da exposição *O Açúcar e o Homem*, organizada pelo artista plástico e museólogo Aloísio Magalhães e pelo arquiteto Armando Holanda.

A transferência do Museu para o Recife era o retrato dos confrontos em torno de representatividade e visibilidade regional no cenário nacional, como podemos perceber a partir do relato de Virginia Barros, servidora do IAA, que, por duas ocasiões, esteve à frente da direção do Museu do Açúcar, inclusive durante a incorporação dessa instituição pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Sua posterior indexação aos equipamentos museológicos dessa instituição foi configurada, tempos depois, como Museu do Homem do Nordeste.

Antes de tudo, o Museu do Açúcar era um museu único no mundo; existia o Instituto do Açúcar na Alemanha, mas Museu do Açúcar com características como foi criado, só existia no Recife. Quando esse museu surgiu, de uma ideia de Dr. Gil Maranhão, contou com o apoio de Gomes Maranhão para que o museu fosse edificado no Recife, *porque a luta que ele encontrou no Sul foi muito grande. (Nascimento, Angela e Camarão, Carla. Transcrição de entrevista colhida com Virgínia Barros e Silva Alves dos Santos. Em 25 de Agosto de 1988. Disponível no setor de História Oral, Cehibra. Fundaj).*

O Museu do Açúcar teve um caráter diferenciado em relação ao Museu de Arte Popular, por ser, sobretudo, uma instituição bastante sofisticada em relação ao MAP e ao próprio Museu de Antropologia do IJNPS. Já existia, na organização institucional do Museu do Açúcar, desde 1963, um departamento de Museologia, além de possuir, no seu corpo funcional, profissionais renomados, como é o caso de Aloísio Magalhães, artista com formação em Museologia no exterior, com bastante prestígio e experiência, diferentemente do grupo de jovens museólogos que seriam lotados no IJNPS, que ainda estavam por concluir seus estudos no curso de museus, do Rio de Janeiro.

Além desse ponto, outros elementos revelam a força do Museu do Açúcar, tal como a disposição de maiores recursos para a compra de acervo, a organização de uma edificação própria para o abrigo do Museu.

¹² Fonte: Catálogo Museu do Açúcar, 1969.

Esses são fatores consideráveis para uma época em que se propunha dinâmica de administração pública mais moderna e o Museu do Açúcar do IAA significava essa vanguarda.

De tal maneira, traçar a genealogia em torno da criação do Museu do Homem do Nordeste (Muhne) não é apenas apresentar o resultado da fusão de três outros museus, anteriormente, existentes. Fazer referência as três instituições e seus acervos nos permite realizar uma genealogia museológica, incomum à maioria dos museus, afim de esclarecer a complexidade do processo histórico, no qual não só as instituições, mas também os sujeitos estavam imersos.

Assim, é a partir dessa bricolagem que é criado o Museu do Homem do Nordeste, que é tipologicamente antropológico. Contudo, é, genealogicamente, um híbrido de museu de história e ciências sociais. Foi a partir do legado dos acervos dos três museus, o de Antropologia, o de Arte Popular e do Açúcar, das experiências humanas e das visões de mundo construídas pelos sujeitos que fizeram parte dessas instituições precursoras, que se desenhou a história e a cultura do Homem do Nordeste acunhada e exposta pelo Muhne.

O Museu do Homem do Nordeste expõe e legitima formas de Nordeste, elenca acervos, reconstitui momentos históricos, cria ambiências, produz cenários e representações. É um *entre-lugar*, localizado entre o real, o ficcional e o histórico. Nesse sentido, construir ou buscar a genealogia do Muhne e seus sujeitos históricos é, primeiramente, situá-los nos processos históricos dos quais fazem parte. Em segundo lugar, é desnaturalizar o discurso museológico, que não reconstitui o passado, mas atua num jogo de luz e sombra e produz formas de dizer e legibilidade a um dado discurso. Acreditamos que apresentar essas nuances implicam em uma mudança significativa da condição do museu como o templo, como se apresenta a sua definição clássica. Segundo afirma Ulpiano (2000, p. 93):

Assim, convém ter presente que a memória não pode ser objeto de “resgate”, pois ela não deve ser confundida com os suportes pelos quais indivíduos, grupos e sociedades constroem e continuamente reconstróem (sempre em função das necessidades impostas pelas situações) uma autoimagem de estabilidade e permanência. Trata-se de um processo, historicamente mutável, de um trabalho, e não de uma coisa objetivada ou de um pacote fechado de recordações. Além disso, mais que mecanismos de registro e retenção, depósito de informações, conhecimento e experiências, a memória é um mecanismo de esquecimento programado.

De tal modo, mesmo inserido no conjunto de narrativas que se colocam em disputas em torno da legitimação da história do nacional, o Museu do Homem do Nordeste se formaliza com quase meio século de atraso em relação as demais narrativas. Se observarmos o início do século XX, perceberemos que diversos são os intelectuais que

estabeleceram disputas e buscaram um domínio em torno da memória oficial da nação. Notadamente, os irmãos Mário e Oswald de Andrade, Gustavo Barroso e Gilberto Freyre são os intelectuais que, no cenário nacional, possuem grande representatividade.

Os irmãos Andrade são as grandes referências nacionais não só se pensarmos na sua atuação frente a Sphan¹³, mas também para a configuração das políticas públicas de conservação de memória, vista como ações de Estado. Trazem com muita ênfase a narrativa de um Brasil dos sertões, com origem no território afastado do litoral. Um país que nasce, a partir da coragem e da malícia daqueles que adentraram em suas entranhas.

Por seu turno, Gustavo Barroso será uma das grandes influências para a museologia no país. Sobretudo, a partir da narrativa exportada pelo Museu Histórico Nacional, que por sua tipologia consagrava o mito fundador baseado na memória imperial e colonial brasileira como própria concepção de brasilidade, traçando para o país uma origem consagrada por uma historiografia positivista e científica que tornou o passado um dado, uma verdade.

Com viés de forte caráter culturalista, Gilberto Freyre é considerado, internacionalmente, como um dos principais intérpretes da brasilidade. Sua concepção de nação pautada na sociedade patriarcal, na visão positivada de miscigenação, insere o Nordeste no centro de uma genealogia da civilização brasileira. Contudo, o projeto de nacional de Freyre, que se inicia com a criação do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, só se consolidará como instituição de memória cinco décadas depois das discussões que povoaram o meio intelectual na primeira metade do século XX.

Comparando cenários, podemos dizer que o projeto de brasilidade materializado pelo Museu do Homem do Nordeste chega ultrapassado quando comparado aos projetos de nacionalidade supracitados. O Muhne se insere em um país que estava imerso em um regime ditatorial, em que as discussões sobre a identidade nacional já não faziam mais sentido. Os movimentos que buscavam imaginar a nação já estavam consagrados, pois como afirma Anderson (2008, p. 33) “as comunidades se distinguem não por sua falsidade/autenticidade, mas pelo estilo em que são imaginadas”, e os paradigmas sociais já não eram mais os mesmos.

MUSEUS, HISTÓRIA PÚBLICA E ENSINO DE HISTÓRIA

Na esteira dessa constatação, observamos, igualmente, que diversos

¹³ Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1936).

são os sujeitos, os veículos, as instituições que se organizam enquanto campo de produção de narrativas e significados acerca do passado e isso nos permite definir um panorama geral sobre os aspectos e conceitos, referentes ao fazer museológico e suas zonas de contato (JULIÃO, 2015) com a ciência histórica. Ao longo de sua trajetória, a instituição museal também compartilhou a produção de sentido acerca do passado, de modo que tal atividade vem sendo, a cada dia, mais evidenciada como algo que não se encontra restrito à ciência histórica.

Nesse sentido, emergem os debates sobre como os museus constituem saberes e, nas últimas décadas, podemos perceber que as reflexões que ocorrem, no interior dos museus, têm contribuído na organização de processos mais transparentes. Esse movimento mobiliza os museus a desmistificarem os postulados do fazer museológico, demonstrando suas vulnerabilidades e convocando o público a dialogar com as suas escolhas.

Na condição de lugar de expor artefactos, o museu deve ser tratado como objeto de exposição, aberto para gerar vias de reflexão sobre a nossa historicidade. Em outros termos: é preciso lidar com a história do objeto antes e depois da sua entrada no espaço museológico. Só assim é que o saber da história começa a ser desnaturalizado para tornar-se saber da história que, antes de tudo, é histórico (RAMOS, 2004, p. 139).

Se a conjuntura afirma que a narrativa da história não é um privilégio dado aos historiadores, pensamos que talvez seja pertinente incorporar o método de análise historiográfica a outros espaços produtores de saber e de narrativa histórica, sem, no entanto, obliterar as especificidades de cada lugar e seus objetivos e intencionalidades.

Nesse sentido, o museu por sua relação com a memória, com documentos acerca da história material da sociedade poderia ter sua narrativa museológica analisada a partir dos postulados da *operação historiográfica*? Talvez sim, mas não de forma obrigatória. Contudo, “o que importa para o ensino de história não é “ir ao museu”, mas usar a pedagogia do objeto no museu e em muitos outros territórios” (RAMOS, 2004, p. 48). É a partir desse desafio que surge este trabalho. Pensar de que maneira diversas instâncias do social criam o nosso passado.

Para o ensino de história fica a necessidade de construir outras epistemologias, que sejam, inclusive, sensíveis não apenas aos conceitos, às palavras, ao tangível, mas ao mundo. Ao exercício contínuo proposto por Paulo Freire da leitura do mundo, de estar no mundo e com o mundo. Compreendemos que o museu se configura como espaço, onde se circunscrevem *representações historiadoras do passado*¹⁵ e da vida coletiva da sociedade, mas a história se torna pública, também, por sua relação com o ensino e com a sociedade, ao passo que compreender o

¹⁴ FREIRE, 1990.

¹⁵ RICOEUR, 2007.

museu, enquanto instância criadora de saber histórico, é também refletir sobre os impactos dele na construção do senso público sobre o passado e a sua responsabilidade com o mundo comum.

FONTES

BARROS, Virgínia. **Entrevista com Virgínia Barros concedida Ângela Nascimento e Carla Camarão**. Dossiê 40 anos da Fundação Joaquim Nabuco, 1988. [Fotocópia, Arquivo CEHIBRA].

REFERÊNCIAS

AGAMBEM, Giorgio. **O que é um dispositivo?** Disponível em: http://www.uc.pt/iii/ceis20/conceitos_dispositivos/programa/agambem_dispositivo Acesso em: 27 de Setembro de 2015.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A Invenção do Nordeste e Outras Artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **A Feira dos Mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste (1920-1950))**. São Paulo: Intermeios, 2013.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO, Silvana Barbosa Lira de. **Guardiões, Memórias e Fronteiras: histórias e gestão do Museu do Homem do Nordeste**. Recife: 2014. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste) - Universidade Federal de Pernambuco.

ARENDT, Hanna. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CANTARELLI, Rodrigo. **Contra a Conspiração da Ignorância com a Maldade: a Inspeção Estadual dos Monumentos Nacionais e o Museu Histórico e de Arte Antiga do Estado de Pernambuco**. Recife: Massangana, 2014.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994, pp. 56-106.

_____. **A Operação Historiográfica**. In: **A Escrita da História**. Trad. Maria de Lourdes Menezes, 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, pp. 56-119.

CHAGAS, Mário de Souza. **Imaginação Museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: Minc/Ibram, 2009.

_____. SANTOS, Myrian S. **A Vida Social e Política dos Objetos de um Museu**. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v.34, pp. 195-220, 2002.

_____. OLIVEIRA, Aécio. Une expérience sous les tropiques: le Musée de l'homme du Nord-Est, à Recife. In: **Museum. Musées ethnographiques**. Paris: Unesco, n.139, p.181-185, 1983.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand/Difel, 1990.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade: Unesp, 2006.

CHUVA, Márcia. **Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo. **Alfabetização: leitura de mundo, leitura da palavra**. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

FREYRE, Gilberto. Introdução. In: **Instituto Joaquim Nabuco De Pesquisas Sociais**. O homem do Nordeste. 1979, 73p. Série Documento, 12.

_____. Um Museu que Teria Atuação Social. 1924, 2. ed.. In: **Retalhos de Jornais Velhos**. 1964.

_____. **As muitas Heranças do Museu do Homem do Nordeste**: um depoimento. In: O Museu do Homem do Nordeste. São Paulo: Safra, 2000. Catálogo. São Paulo, 2000, pp. 7-11.

_____. **Nordeste, Aspectos da Influência da Cana Sobre a Vida e a Paisagem**. São Paulo. Global, 2004.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/Iphan, 1996.

_____. **Antropologia dos Objetos**: coleções, museus e patrimônio. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://nau.ufsc.br/files/2010/09/antropologia_dos_objetos_V41.pdf>. Acesso em: 14/dez./2015, às 17h37.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Existe um passado museológico brasileiro? In- **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri**: textos e contextos de uma trajetória profissional. BRUNO, Maria Cristina de Oliveira. [org.]- São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Cômite Brasileiro do Conselho internacional de Museus, 2010.

JUCÁ, Joselice. **Fundação Joaquim Nabuco**: uma instituição de pesquisa e cultura na perspectiva do tempo. Recife: Fundaj, Massangana, 1991.

JULIÃO, Leticia. Apontamentos sobre a História do Museu. In: **Caderno de Diretrizes Museológicas I**. Brasília: Ministério da Cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Departamento de Museus e Centros Culturais. Belo Horizonte: Secretária de Estado da Cultura/ Superintendência de Museus, 2006. 2. edição.

LIDDIGTON, Jill. O que é história pública? Os públicos e seus passados. In: Almeida, J.R.; Rovai, M.G.O. (org.). **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. In: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N.Ser. V. 2, p. 9-42. Jan./dez., 1994.

_____. Educação e Museus: seduções, riscos e ilusões. In: **Ciência e Letras**: Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras. Porto Alegre. N. 27, pp, 91-101. Jan./jun., 2000.

_____. O Campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. In: **IPHAN. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural**: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009. Brasília: Iphan, 2012. p. 25-39. (Anais; v.2, t.1).

ORIÁ, Ricardo. Memória e Ensino de História. In: **O Saber Histórico na Sala de Aula**. Circe Maria Fernandes [org.]. São Paulo: Contexto, 2009.

PENNA, F.A; SILVA, R.C.A. As operações que tornam a história pública: A responsabilidade pelo mundo e o ensino de história. In: MAUAD ET ALL. **História pública no Brasil**: Sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

POULOT, Dominique. **Museu e museologia**. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2013.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto: O museu no ensino de História**. Chapecó: Argos, 2004.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. – Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **A Escrita do Passado em Museus Históricos**. Rio de Janeiro: Garamond, Minc, Iphan, Demu, 2006.

Uma viagem ao Museu Elísio Caribé: uma experiência sobre educação patrimonial em Belém do São Francisco-PE.

Marcos Antônio Alves de Vasconcelos ¹⁶

INTRODUÇÃO

Analisando os pressupostos em torno da função educadora que o museu pode exercer sobre uma comunidade, a partir do estímulo à indagação, nas pessoas, para que estas busquem compreender os caminhos e histórias que antecederam sua origem, a forma de convivência dos seus antepassados, a motivação para a instalação da comunidade em determinada localização geográfica e para instigar outros questionamentos e soluções surgiu a proposta de estudar o Museu Elísio Caribé objetivando mostrar sua importante função, enquanto ferramenta fundamental na construção do processo educativo dos alunos do sistema de ensino da cidade de Belém do São Francisco-Pernambuco-Brasil.

A experiência lúdica vivenciada por pessoas, em espaços como museus, e o conhecimento de informações culturais sensibilizam os indivíduos e agregam valor à bagagem intelectual de cada um que teve a oportunidade de visitar locais como esses. De acordo com essa observação, torna-se possível inferir que um momento de lazer proporcionado por visitas a museus pode, também, ser utilizado como ferramenta educativa, desde que com impressões claras e bem definidas para uma comunidade, uma família, uma turma escolar ou por um simples viajante, que prepara uma mochila e segue viajando pelo mundo inteiro.

O percurso de análise desta pesquisa está ancorado, principalmente, na importância dos museus em todo o país. Para construir o conceito de que o museu Elísio Caribé, em Belém do São

¹⁶ Mestre em História Social da Cultura Regional pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (2018).

Francisco (PE), exerce um importante papel social na comunidade em que se encontra, é realizada a análise histórica e social do museu e a fim de que existam condições de promover a sensibilização sobre o resguardo do patrimônio cultural, trabalham-se, como aparatos conceituais, a ideia de patrimônio cultural, história e memória, assim como, também, se traz os conceitos de museu e sua importância ao longo da História.

Dessa forma, a análise do binômio Museu e Educação revela que o desenvolvimento da educação das pessoas não está restrito aos muros da escola e ao contexto da sala de aula somente. A educação pode acontecer dentro do ambiente familiar, em instituições de ensino, grupos de jovens em igrejas, bibliotecas, livrarias e em museus. Ou seja, pode-se construir um conhecimento e haver influência na formação do senso crítico das pessoas, em qualquer espaço, onde a troca de informações seja estabelecida e discutida. Sendo o museu um lugar privilegiado para a formação humana, difusão do conhecimento, desenvolvimento da argumentação e da capacidade do senso crítico, além do olhar artístico, histórico e estético. Uma das formas de se trabalhar a educação patrimonial, que os professores praticam no museu, é o contato com peças históricas através de visitas a museus, seguidas da elaboração de atividades que estimulam os alunos a relatarem a experiência vivenciada e a fixarem os conhecimentos ali adquiridos. De acordo com Hooper-Greenhil, com ferramentas cada vez mais interativas os museus conseguem sair de uma perspectiva contemplativa e passam a permitir que os visitantes vivenciem e controlem a essência da mensagem que se pretende transmitir. A comunicação, dentro do museu, assume, gradativamente, o papel educativo, resgatando a sua função primordial como uma necessidade de adaptar-se às novas demandas educativas sociais.

MUSEU ELÍSIO CARIBÉ E A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

O acervo do museu é diversificado, mas possui eixo temático focado em artefatos históricos do século XVII ao século XX, que representam parte relevante da história do município ou que se enquadram em um contexto histórico importante da perspectiva histórica nacional. Ao levar em consideração que toda história vale a pena ser ouvida, escrita e compartilhada, o trabalho tem como objetivos o aprofundamento de questionamentos relativos à preservação patrimonial e ao resgate cultural das tradições locais, assim como explicar pontos importantes sobre a origem do museu, o conhecimento a respeito da importância histórica da ação dos seus idealizadores e fundadores, descobrir a importância do museu para o reconhecimento e divulgação local da

cultura e formação dos cidadãos belemitas¹⁷.

A motivação para este estudo é estimulada por se acreditar que há falta de valorização do museu por parte da comunidade de Belém do São Francisco-PE, como também pela falta de divulgação para que a mídia e as demais pessoas tenham conhecimento da existência do Museu Elísio Caribé e da importância do seu acervo. Junto a isso, há uma necessidade da escola sair do seu universo de conforto, extrapolar os limites de sua estrutura física e utilizar recursos que conectem o educando à realidade social em que vive, situando-o no tempo histórico de forma efetiva. Ainda que o fizessem, poucas experiências podem se comparar à visualização do objeto ou da manifestação cultural legítima, que representa um personagem de um período histórico. Assim, a informação chega de maneira mais rápida até as pessoas, utilizando-se uma linguagem mais atraente para os jovens e agregando valor às ferramentas que possui, ultrapassando os muros da escola e atingindo outros espaços, onde a educação pode acontecer de forma tão verdadeira e profunda quanto na sala de aula.

O que veremos, neste texto, é um percurso metodológico executado a partir da análise dos dados obtidos com o desenvolvimento do projeto Extramuros, no ano de 2012, em Belém do São Francisco, associados aos relatos coletados pelos pesquisadores/docentes participantes.

Os museus são uma criação humana surgida da necessidade de preservação de artigos que, pela sua singularidade e representatividade, expõem elementos (características culturais, expressões de belo, arquétipos ideológicos, etc.) que aos olhos dos habitantes das sociedades, que os possuem, passam a ter um significado importante a ser transmitido para a posteridade. Os museus têm seu nome da tradição grega: surgem das figuras míticas das musas, *museion*, em grego, e os primeiros prédios e coleções artístico-culturais são documentados desde o século 69 a.C. As primeiras coleções atendiam a propósitos contemplativos: a tradição iniciava-se com a coleção numismática¹⁸ do imperador romano Augusto em 63 a.C.¹⁹

Farias esclarece que a natureza formal do museu não o distancia do objetivo principal na formação do senso crítico do seu público: o aspecto socializador, o qual compartilha com a escola:

É, contudo, importante não esquecer que é comum a estas duas instituições o facto de favorecerem formas de socialização específicas que se situam

¹⁷ Cidadãos da cidade de Belém do São Francisco-PE.

¹⁸ Coleção de moedas de várias partes do mundo.

¹⁹ CARLAN, 2008.

num campo que se estende muito para além da transmissão de matérias de um emissor a um receptor, e que não são substituíveis por nenhum ambiente comunicacional alternativo. É essa possibilidade de partilha *in loco* que deverá ser explorada numa relação da escola, ou do museu, com a comunidade e com outros ambientes, mais ou menos institucionais, onde esta se reveja e esteja de algum modo presente (FARIA, 2000).

Desse modo, o aluno será preparado, desde cedo, para se deparar com a arte cultural, saber interpretá-la e, sobretudo, saber se comportar nesses ambientes. A sociabilização dos discentes em espaços que vão além do espaço físico da sala de aula é um aspecto relevante, que contribui sobre os aspectos éticos e políticos do cidadão em formação. Estudos, na área de educação, realizados pela Universidade de Coimbra associam a frequência a museus a uma melhoria sistemática na qualidade da interpretação informacional *in loco* e no exterior, permitindo, assim, uma forma mais sutil e eficiente, pois a representação dos objetos e elementos apresentados, nesses espaços, permite que o sujeito possa refletir a práxis social de maneira intermediada e positiva, fundamentando, então, uma relação diferenciada entre os objetos expostos e a mensagem que o conjunto do acervo passa. Mendes afirma que os museus:

Pelas suas múltiplas implicações em diversos sectores – salvaguarda, estudo e divulgação do património, cultura e educação, lazer e ocupação dos tempos livres, criação de postos de trabalho e dinamização socioeconómica das localidades e respectivas comunidades, qualidade de vida, reforço da identidade e preservação da memória colectiva –, urge prestar-lhe mais atenção e tirar partido das suas enormes potencialidades²⁰.

A educação patrimonial é construída através da identificação dos indivíduos com a história atribuída aos objetos expostos nos museus e o vínculo de ligação com a cultura e costumes dos antepassados locais. O significado na história por trás das peças ou objetos são diferentes dos atuais, pois o conceito está relacionado com a interpretação de cada indivíduo. Entretanto, há um elo que mantém o passado e o presente conectados.

Para compreender a educação patrimonial é necessário, inicialmente, saber que se constitui de um processo educacional contínuo e disciplinado, que possui como objeto principal de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo, o património cultural. Sendo importante pontuar que a íntima relação das pessoas com evidências e manifestações culturais conduz os discentes a desenvolver um processo de reconhecimento, apropriação e valorização da herança cultural no contexto em que nasceu ou viveu. Por permitir a construção de uma educação de maior percepção, sensibilidade e abrangência, que desperta no aluno a busca pelo seu papel na sociedade na qual

²⁰ MENDES, J. A. *Estudos do património. Museu e educação*. 2. ed. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013, p.61.

está inserido, a educação patrimonial consegue ganhar, aos poucos, seu espaço nas grades curriculares²¹.

O patrimônio é visualizado como a história materializada. Entretanto, o termo patrimônio pode transitar e ter outros sentidos para diferentes áreas, estes sentidos que podem ser utilitários, simbólicos, representantes de status social ou de momentos específicos na realidade social, que revelam tanto a historicidade da existência e manutenção de artefatos e peças, tanto como objetos como quanto símbolos, resultam do esforço humano em construir o seu próprio DNA cultural. Nas palavras de Ballard (2006, apud NOGUEIRA *et al.*, 2012):

(...) o termo habitual na fala corrente, coisa se confunde ou se complementa a outros conceitos chave associados a valores de civilização, tais como objeto, artefato e cultura material. Em sua acepção imediata e material, objeto é qualquer coisa que se configure como presença sensível aos sentidos, possui três dimensões e não pode estar ao mesmo tempo em dois lugares distintos. O uso do termo artefato no sentido literal de objeto material se especifica a partir de sua contribuição para a compreensão e interpretação de uma realidade sócio-histórico (NOGUEIRA, 2012).

O patrimônio material que se representa nas coisas, portanto, tende a compreender múltiplos significados, além dos mencionados, previamente, nesta pesquisa, fundamentando a lógica humanizada da sua existência. Ballard admite que a expressão humana não se delimita apenas à sua existência como os demais animais, ao contrário, ela trabalha e transforma a sua realidade, fundamentando novos contextos tão singulares em alguns aspectos, que chegam mesmo a comprometer parte da lógica, que fundamenta a existência de uma experiência conjunta entre homem (ser imaterial) e coisa (objeto cultural). Karl Marx, em sua dialética da evolução socioeconômica e ideológica humana, fundamenta sobre o homem, o trabalho e a cultura:

Animais e as plantas que costumamos considerar produtos da natureza são, possivelmente, não só produtos do trabalho do ano anterior, mas, em sua forma atual, produtos de uma transformação continuada, através de muitas gerações, realizada sob controle do homem e pelo seu trabalho. No tocante aos meios de trabalho, a observação mais superficial descobre, na grande maioria deles, os vestígios do trabalho de épocas passadas (NOGUEIRA, 2012).

Visto sob tal perspectiva, os objetos, assim como, praticamente, todos os elementos que consolidam a existência da sociedade contemporânea, estão linkados entre si e com as sociedades e comunidades que os desenvolveram. Eles existem em função de um aspecto próprio da necessidade prática ou contemplativa de quem, originalmente, os

²¹Ver: HORTA, M. de L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. Guia básico de educação patrimonial. Brasília: Instituto do patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial. MALTÉS, C. R.; SOBRINHO, C. P. C.; BITTENCOURT, D. L. A.; MIRANDA, K. dos R.; MARTINS, L. N. Educação e patrimônio: o papel da escola na preservação e valorização do patrimônio cultural. Pedagogia em ação. v. 2, n. 2, 1-17, 2010.

idealizou e, portanto, consolidam o processo de formação e intervenção cultural em suas mais diversas vias, percebendo-os em sua real dimensão.

É possível entender que a sua significância se insere em diversos aspectos da vida prática, embora a eles não se limite, mas também conseguem os objetos transitar entre as mais diversas formas de manifestação, de expressão cultural e de diversificação de saberes, culturalmente, propostos e construídos, influenciados pela diversidade de pensamentos e, por fim, consolidando o entendimento complexo de cultura, estando presente na memória e identidade de povos e comunidades, no turismo, no desenvolvimento do trabalho e no lazer.²²

Nas bases curriculares da educação do país, publicadas pelo Ministério da educação, nos Parâmetros Curriculares Nacionais há fortes evidências acerca da necessidade do estudo e fomentação do patrimônio histórico cultural, pois é indispensável ao aluno (indivíduo) ter conhecimento do contexto de produção histórico cultural, suas referências, identidade tradicional local e do seu patrimônio.

Conforme Moraes²³, a educação patrimonial visa à transformação (ou concepção do caráter político do cidadão para estimular as mentes a terem a capacidade de identificar a história cultural por entre as muitas formas, que essa historicidade se manifesta. Além disso, deve promover o protagonismo do indivíduo dentro de sua história, a fim de que este busque novos conhecimentos e reflita sobre as informações, construindo o seu ponto de vista sobre os fatos.

O Museu Elísio Caribé surge no cenário educacional belemita como um dos principais suportes para a educação em sala de aula, estabelecendo a tutela e a manutenção de bens históricos e culturais que, efetivamente, serve de arcabouço para o enriquecimento das atividades didáticas no contexto local.

A proposta de intervenção, na educação dos jovens belemita, através de atividades desenvolvidas no Museu Elísio Caribé possui o objetivo de romper paradigmas e qualquer barreira que possa existir entre o público jovem e museus e de incentivar a visita ao espaço, rotatividade de público e reduzir a associação desses ambientes a espaços obscuros e que albergam peças velhas inutilizadas. Sobretudo, instruí-los sobre o papel daqueles artigos antigos e suas influências para o alcance do contexto atual da humanidade e até mesmo sobre o futuro. Porém essa abordagem com a juventude deve ser feita utilizando uma linguagem convincente e bem direcionada para atrair esse tipo de público.

O tipo de museu correspondente às características e conformação

²² MENDES, J. A. Estudos do patrimônio. Museu e educação. 2. ed. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

²³ MORAES, C.C.P. et. all. O Ensino de História e a Educação Patrimonial: Uma Experiência de Estágio Supervisionado. Revista da UFG. vol. 07, no. 02, dez. 2005.

do Museu Elísio Caribé, em que os espaços são menores e regionais com função mais voltada para a preservação patrimonial começaram a surgir no final do século XIX. Além de servirem de vitrine para exposição de peças manufaturadas de arte mecânica, que, aos poucos, perdiam o lugar e funcionalidade com o advento da industrialização e surgimento de tecnologias que aumentavam a produtividade²⁴.

O pioneirismo, na educação, na região identificada como sertão nordestino, desenvolveu-se por influência dos colonizadores da região advindos de lugares, nos quais a colonização já havia se estabelecido. Com forte característica voltada para a valorização familiar, assim como ocorria na formação das primeiras sociedades, exemplos que foram seguidos na construção do saber, formação do poder político e legitimação da sociedade local²⁵.

O desenvolvimento do trabalho, junto ao Museu Elísio Caribé para realização de atividade educadora, buscou dar continuidade ao perfil de educação proposta desde início da história de Belém do São Francisco, como também utilizar um recurso local para fortalecer a educação na rede municipal de ensino e impedir que as memórias e o patrimônio cultural da cidade sejam perdidos em meio aos rumos da sociedade, que vive em uma era da informação, em que tudo acontece muito rápido e os dados mudam em fração de segundos.

O museu Elísio Caribé vem desenvolvendo um significativo papel na educação patrimonial no município de Belém do São Francisco, no entanto as escolas da região ainda devem explorar mais as suas potencialidades, assim como o próprio museu deve planejar mais



Figura 1: Museu Elísio Caribé. **Fonte:** Prefeitura Municipal de Belém do São Francisco (2017).

²⁴ PEIXOTO, A. L. R. Museus regionais. *Revista de Portugal*, vol. III, n.º 14, Porto, Novembro de 1890, pp. 184-194.

²⁵ FERRAZ, T. V. A formação da sociedade no sertão pernambucano: trajetória de núcleos familiares. 87f. 2004. Dissertação (Mestrado em História do Norte e Nordeste) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE.

ações em torno da educação patrimonial. Sobre esse aspecto, torna-se necessário evidenciá-lo, porque os espaços dos museus – assim como todo espaço que possa servir de complemento ao aprendizado – deve ser explorado, no sentido de que são importantes meios de melhoria da qualidade didática, onde se manifestam.

A proposta é, justamente, utilizar os recursos existentes na comunidade e no Museu Elísio Caribé, onde se pode fomentar a discussão da cultura, memória e patrimônio da comunidade de Belém do São Francisco, fato que se justifica considerando o valor dos objetos que fazem parte do patrimônio determinado pelos mitos e pelas tradições, que podem ser considerados suportes da memória coletiva, cultura e história dos homens, de tal forma que pesquisar a educação patrimonial é estar contribuindo para o resgate da história e cultura dos povos²⁶. Nos museus, a exemplo do museu em questão, encontram-se parte da dinâmica social, que se aventa em face da sua diversidade, que é expressão prática das influências históricas e pessoais, que se consolidaram na comunidade. Sobre essa característica, a perspectiva de Borges evidencia seu caráter de espaço de multiaprendizado:

No âmbito da ação humana, coexistem várias formas de ser e estar no mundo as quais constituem a pluralidade humana marcada por diferenças sociais, étnicas, culturais e religiosas. Por meio da socialização, o ser humano torna-se um indivíduo que se constrói no espelho do outro, num reconhecimento que não se limita a uma relação interpessoal (BORGES, 2000).

Considerando que os museus têm potencial para provocar uma experiência de aprendizagem, que vai além da simples complementaridade do ensino escolar: a proposta do projeto interdisciplinar – *Extramuros escolares: uma viagem ao museu de Belém do São Francisco* tem a finalidade de contribuir para uma compreensão do que é educação patrimonial e despertar, nos alunos, a preservação da história do povo belemita. Assim, ao escolher os museus como laboratório para atuar no debate de patrimônio, fez-se acreditar que esse espaço se apresenta como local de extrema riqueza de acervo e potencialidade para a formação educacional e cultural.

O museu, em parceria com o curso de Direito da Faculdade de ciências Humanas e Exatas do São Francisco – FACESF e do curso de História do Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco – CESVASF vêm desenvolvendo ações de acessibilidade e sendo palco de debates, em especial no curso de História, sobre temas como Memória, Identidade e Representatividade.

Segundo os dados fornecidos pelo museu, o espaço conta com

²⁶ OLIVEIRA, L. *Cultura é patrimônio: Uma guia*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2008.

artefatos materiais, que remontam ao início do século XX, no Brasil e conta a história de famílias, que detinham status socioeconômico e comandavam, politicamente, a cidade de Belém do São Francisco. O coronelismo e o surgimento de oligarquias familiares explicam boa parte da história no contexto belemita, tanto que parte dos objetos disponíveis, no acervo, dizem respeito às famílias XXX e YYY, que devido à sua contribuição tanto, do ponto de vista material (emprego de recursos financeiros) e histórico (papel nos eventos históricos relevantes para o município), definiram parte da identidade do belemita contemporâneo. A importância do museu não está apenas na representatividade, mas na atividade docente e científica, a partir dos encontros realizados e estudos dirigidos, que permitiram uma boa experiência do discente.

A metodologia adotada para introduzir os alunos, no Museu Elísio Caribé, foi feita através de agendamento prévio de visitas para cada turma envolvida nas atividades, além da garantia de acesso gratuito ao museu para os alunos participantes do projeto e visitas monitoradas para apresentação e estudo dos objetos históricos. O tempo de visitação estabelecido variava entre 1 hora e 1 hora e 30 minutos.

O projeto aconteceu em duas etapas, inicialmente, com o desenvolvimento de atividades pelos professores e monitores em sala de aula, que levam os alunos a entender a história da cidade de Belém do São Francisco, através do patrimônio do museu e do seu acervo relatado de maneira teórica, como aconteceu, entre outros, com os alunos da Escola Estadual Monsenhor João Pires. Os professores titulares das disciplinas envolvidas, previamente, fizeram uma reunião para realizar a avaliação pedagógica da atividade e



Figura 2. Fonte: Acervo do Núcleo de Pesquisa Extra Muros do Cevvasf (2013).

sua coerência juntos aos objetivos educativos da instituição escolar e, posteriormente, levaram à compreensão dos alunos sobre os objetivos da visita com base no que foi estabelecido na reunião, conscientizando-os sobre o que iriam se deparar.

Cada profissional elaborou um plano de aula com base na sua experiência e forma de passar o conteúdo para a turma, mas esse plano deveria ser elaborado respeitando as individualidades do método de ensino presentes na proposta político-pedagógica da escola. A ideia era passar o conteúdo da realidade vivida no museu e instigar a curiosidade dos alunos sobre a atividade e sobre o museu, deixando-os em uma zona de conforto e motivados para realizar a etapa prática.

Assim, realizou-se a visita dos alunos tendo como conteúdo privilegiado a história do município de Belém do São Francisco no século XIX. Sendo, previamente, organizado pelos professores um roteiro prévio de visita, o que, ao realizar-se a visita, o mesmo foi aplicado. O ingresso dos educandos, ao museu, após tê-los orientado com o conteúdo, que os preparou para essa atividade, sendo possível observar que as primeiras dúvidas e perguntas sobre o museu partiam voluntariamente deles. O trabalho tem sido visto e utilizado pelos docentes do Ensino Fundamental e Médio belemita como instrumento de alfabetização cultural, que tem possibilitado ao aluno compreender, de maneira ainda incipiente, o universo ao seu redor, suas relações sociais, suas origens e sua contribuição na manutenção do patrimônio cultural, no ambiente a que ele pertence, como também fazê-lo visualizar a trajetória histórica temporal da sociedade em que ele está inserido. O mecanismo de ação do trabalho busca desenvolver atividades, que resgatem o significado do passado histórico, possibilitando a produção da memória coletiva e a percepção dos bens materiais e imateriais, que compõem o patrimônio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância do museu Elísio Caribé, situado no município pernambucano de Belém do São Francisco, é permitir relações entre o museu e a educação, no processo de configuração da valorização dos objetos materiais como parte da formação da identidade cultural, em um processo capaz de resgatar valores, representações simbólicas e elementos subjetivos importantes para uma comunidade.

A perspectiva da educação patrimonial concentrada na valorização de objetos e manifestações, que representam o contexto da realidade dos sujeitos participantes da pesquisa, foi contemplada, adequadamente, uma vez que o acervo do museu Elísio Caribé permitiu que diversos atores sociais, alunos, professores, profissionais envolvidos com a criação e adaptação de estruturas, etc. passassem a compreender o

imperativo, que representa o acervo em questão, consolidando seu valor face à diversidade de elementos, que o compõem. O projeto, portanto, privilegiou a educação formal no município, somando experiências de docentes com o contexto do patrimônio do museu, permitindo uma melhora significativa, a médio prazo, na qualidade do ensino de história no município de Belém do São Francisco (PE), comprovando a eficácia de iniciativas dessa natureza na melhoria da qualidade do ensino e na valorização e preservação do patrimônio cultural local vinculado aos seus objetos simbólicos, estimulando, dessa forma, a reflexão sobre a utilização de museus como ferramenta pedagógica, já que a identidade cultural encontra-se em risco, face às constantes influências no contexto globalizado contemporâneo.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, J. C. T. M. de. **Identidade cultural, educação e museus**: desenvolvendo a educação patrimonial na escola. Revista Observatório da Diversidade Cultural Volume 3, Nº1, 21-28, 2016, p.22
- ALUCCI, R. R. **Consumir as cidades históricas**. VI Congresso Internacional Comunicação e Consumo. São Paulo, Outubro, 2014.
- CARLAN, 2008. FALCÃO, A. Museu como lugar de memória. In: BRASIL, Ministério da Educação (2009), **Museu e escola**: educação formal e não-formal. Ano XIX – Nº 3 – Maio/2009
- FACESF. **Faculdade de Ciências Humanas e Exatas do Sertão do São Francisco** Disponível em: <http://www.facesf.com.br/historico> Acesso em: 24/04/2017.
- HORTA, M. de L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: Instituto do patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.
- FERRAZ, T. V. **A formação da sociedade no sertão pernambucano: trajetória de núcleos familiares**. 87f. 2004. Dissertação (Mestrado em História do Norte e Nordeste) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo, Atlas, 2003.
- LOPES, J. T. Museus e territórios educativos de intervenção prioritária: um triplo jogo. Departamento e Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto - Portugal In: **Observatório dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária** (FSE/CED/83553/2008), p. 692.
- MALTÊS, C. R.; et al. **Educação e patrimônio**: o papel da escola na preservação e valorização do patrimônio cultural. Pedagogia em ação. v. 2, n. 2, 1-17, 2010.
- MENDES, J.A. **Estudos do patrimônio**. Museu e educação. 2. ed. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013, p.61.
- MORAES, C.C.P. et. all. **O Ensino de História e a Educação Patrimonial**: Uma Experiência de Estágio Supervisionado. Revista da UFG. vol. 07, no. 02, dez. 2005
- OLIVEIRA, L. **Cultura é patrimônio**: Uma guia. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2008.
- PACHECO, R. de A. **Ensino Escolar de História como Alfabetização Humanística**. Ágora, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 2, p. 116 a 123, jul./dez. 2009, p. 01.
- _____. **Ensino escolar como alfabetização humanística**. Disponível em: <<https://>

online.unisc.br/seer/index.php/agora/article/view/1850>. Acesso em 29 de janeiro de 2018.

PEIXOTO, A. L. R. **Museus regionais**. Revista de Portugal, vol. III, n.º 14, Porto, novembro de 1890, pp. 184-194.

VALENTE, M. E.; CAZELLI, S.; ALVES, F. **Museus, ciência e educação**: novos desafios. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, vol. 12 (supplement), p. 183-203, 2005.

A importância de ações educativas para a preservação do patrimônio arqueológico: o Projeto “Expondo Cultura”.

Angélica Pignata de Moraes ²⁷

INTRODUÇÃO: O CONCEITO DE “PATRIMÔNIO”

O entendimento sobre o que venha a ser o “patrimônio” cultural, artístico e histórico de uma sociedade é algo bastante complexo, difuso, inexato, relativo e, em boa parte, fruto de construções elaboradas por determinados setores, pessoas e instituições sociais que visam se beneficiar dessas definições em certa conjuntura. De certa forma, patrimônio se confunde com a ideia de hereditariedade, visto que é considerado como um conjunto de bens materiais e imateriais ligados sempre à identidade, à cultura e à história de uma coletividade.

O percurso da concepção do conceito de patrimônio está ligado à temática da nacionalidade e, segundo Françoise Choay (2001), era destinado a ilustrar e servir a um determinado sentimento - o nacional -, isto é, aquele baseado no sentido de “pertencimento a uma nação”. Anteriormente, a questão da preservação dos monumentos históricos estava ligada aos antiquários.

Até o século XVIII, as ações deliberadas, voltadas para a preservação de monumentos, eram ocasionais, e, quando ocorriam, eram realizadas pelos seguimentos sociais dominantes, basicamente a Igreja e a aristocracia, visando a conservar seus bens. Para os antiquários, os objetos antigos. Interessavam primordialmente como documentos, dotados também de valor artístico, e o interesse na coleta e na guarda era partilhado apenas pelos membros dessas sociedades (FONSECA, 1997, p. 57).

Com o surgimento dos Estados nacionais europeus, o termo patrimônio ganhou uma versão moderna, e ficou mais forte a noção de coletividade, pois os Estados-nação, que agora se consolidavam, buscaram afirmar seus valores com projetos de construção de edifícios e monumentos de valor histórico, que passaram a representar as

²⁷ Mestra em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

identidades dos povos e o passado de suas nações. Segundo Fonseca (ibidem, p.5):

Foi a ideia de nação que veio garantir o estatuto ideológico (do patrimônio), e foi o estado nacional que veio assegurar, através de práticas específicas, a sua preservação [...]. A noção de patrimônio se inseriu no projeto mais amplo de construção de uma identidade nacional, e passou a servir ao processo de consolidação dos Estados-nação modernos.

Vitor Oliveira Jorge (2000, p. 190) considera que:

O conceito público de patrimônio é recente, moderno (começa com a Revolução Francesa), e ainda nos habituamos mal a encarar valores colectivos como o mesmo cuidado com que, antes recolhíamos e valorizámos uma herança familiar (fosse ele em pecúlio, fosse um simples conjunto de memórias...).

A partir daí o termo “patrimônio cultural” veio constituir o conjunto de bens, legalmente, protegidos e que participavam da construção do sentimento de pertencimento, das identidades e da continuidade da experiência social, estando relacionados ao surgimento e formação dos Estados-nação.

Entender o patrimônio como um bem coletivo de valor cultural, que pode ser abraçado por vários grupos de uma sociedade e transformado em objeto de preservação, garantindo, assim, sua salvaguarda e proteção é um embate que se trava em vários âmbitos tanto no ambiente acadêmico dominado por intelectuais e pesquisadores do ramo do patrimônio quanto na sociedade dita “comum”, onde percebemos a atuação de agentes na busca de conjuntos de características culturais que possam criar uma identidade coletiva e, em um nível mais amplo, uma identidade nacional.

A construção do conceito de patrimônio cultural, no Brasil, pode ser considerada recente, surgindo no mesmo período do movimento literário e político conhecido como Modernismo. A junção de três momentos específicos da história do país foi fundamental para o desenvolvimento do conceito: O Movimento Modernista de 1922; o Estado-Novo; e a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). O movimento modernista trouxe à tona um debate intelectual e público, que procurou reavaliar a identidade brasileira, qual seria o seu legado, a sua herança e o seu patrimônio. Curiosamente, esses intelectuais modernistas, conhecidos por buscarem novos padrões para a cultura brasileira, designaram como patrimônio cultural a ser protegido, especialmente, as edificações e monumentos de pedra e cal, representativos do país colonial, escolhendo os sítios e monumentos setecentistas como símbolo das nossas raízes socioculturais.

Foi ainda no governo de Getúlio Vargas, na década de 1930, com

a forte influência do movimento modernista da década 1920 e de seus intelectuais, que se estabeleceu uma profunda relação entre os modernistas e o Estado. A partir do Estado Novo, com a instalação de uma nova ordem política, econômica e social, o ideário do patrimônio passou a ser integrado ao projeto de construção da nação pelo Estado (FONSECA, 1997, p.103-104).

Surge, então, a chance de criação de um órgão governamental, que se dedicasse, exclusivamente, à preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. Começa, assim, no ano de 1936, a operar, em caráter de experiência, a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), direcionada à proteção de todo conjunto dos bens culturais no Brasil. O IPHAN, hoje, é o órgão federal encarregado pela guarda e proteção do patrimônio cultural, sendo responsável direto pela elaboração e sistematização das políticas públicas, que priorizem a salvaguarda de todo o conjunto dos bens patrimoniais do país. Com relação ao patrimônio arqueológico e os esforços para a sua preservação, é importante considerar que além da criação do IPHAN, as sanções do Decreto-Lei nº 25/37 e da Lei²⁸ nº3.924/61, juntamente, com a implantação da legislação ambiental trouxeram avanços consideráveis. Atualmente, o órgão faz parte do ministério da cidadania.

PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

O conceito de patrimônio arqueológico surgiu, juridicamente, no Brasil, a partir de 1961, com a Lei Federal nº 3914/61 que “protege os monumentos arqueológicos e os sítios históricos” e se fortaleceu com a CONAMA 01/86, que dispõe sobre os estudos de impacto ambiental e com a portaria IPHAN 07/88, que disciplina a apresentação de projetos de arqueologia em todo território nacional e consolidou-se com as portarias IPHAN 230/02 e 28/03, respectivamente, que compatibilizam as fases do licenciamento ambiental aos processos arqueológicos e dispõe sobre os estudos arqueológicos de diagnóstico para licenças de operação em empreendimentos hidrelétricos antigos, que não foram objetos de pesquisas arqueológicas preventivas.

De acordo com o art. 1º da “Carta de Lausanne”, o “patrimônio arqueológico” compreende:

A porção do patrimônio material para a qual os métodos da arqueologia fornecem os conhecimentos primários. Engloba todos os vestígios da existência humana e interessa todos os lugares onde há indícios de

²⁸ A Resolução CONAMA 01/86, foi extremamente necessária, considerando-se o crescimento dos projetos arqueológicos, que se enquadravam na categoria da arqueologia de contrato.

atividades humanas não importando quais sejam elas, estruturais e vestígios abandonados de todo o tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associado (CARTA DE LAUSANNE, 1990, p. 2).

A noção do que é um “patrimônio”, seja ele arquitetônico, arqueológico, material e imaterial é sempre atravessada pelos interesses daqueles que pretendem estabelecer algo como digno de proteção e preservação. Interesses individuais, coletivos, políticos, financeiros e outros são levados em consideração pelos agentes de proteção, muitas vezes se utilizando das categorias imprecisas de “público”, “sociedade” ou “povo” para legitimar suas ações.

No entanto, existe uma realidade que deve ser considerada pela sociedade sobre si mesma: há uma necessidade real de promover ações que visem à proteção, preservação e difusão do seu patrimônio para que o maior número de membros desta seja beneficiado por esse bem e pelo conhecimento sobre ele. Sobre isso, a “Carta de Lausanne” declara que:

O patrimônio arqueológico é o registro básico das atividades humanas do passado. Portanto, sua proteção e gerenciamento adequado são essenciais para permitir que os arqueólogos e outros acadêmicos os estudem e interpretem para as gerações atuais e futuras e seus benefícios (CARTA DE LAUSANNE, 1990, p. 1).

Ao se tratar da preservação do patrimônio arqueológico, temos uma maior preocupação com esse tipo de bem a partir da criação do IPHAN, quando os sítios arqueológicos passaram a ser vistos como objeto de proteção e foram incorporados nos textos das políticas públicas. Mesmo tendo desde o início da sua fundação a incumbência de resguardar o patrimônio artístico cultural, incluindo o arqueológico, o IPHAN não apresentava uma política educativa de divulgação e valorização do patrimônio arqueológico. Essa preocupação veio, inicialmente, cumprir as demandas da entrada dos estudos arqueológicos em licenciamentos ambientais durante a década de 1980. Como resposta a essas novas necessidades e chegando à compreensão de que os bens arqueológicos poderiam ser vistos como recurso patrimonial e que serviriam de utilização científica, educativa, econômica e pública, foram criadas políticas que trouxeram a inclusão da educação no âmbito da questão patrimonial.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO FERRAMENTA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

A Educação Patrimonial é uma importante arma no processo educacional, como propulsora de práticas preservacionistas do Patrimônio Cultural e, em especial, do patrimônio arqueológico pernambucano. A educação patrimonial passa a ser uma exigência a

partir da Portaria do IPHAN 07/88 (IPHAN, 1988), onde se percebe um avanço por parte do poder público na intenção de valorizar o patrimônio arqueológico e passa a introduzir a necessidade de ações educativas no âmbito de projetos Arqueológicos. No entanto, é só a partir da Portaria IPHAN 230/02 (IPHAN, 2002) que o órgão avança, consideravelmente, no sentido de definir como política pública a obrigatoriedade da Educação Patrimonial nos projetos Arqueológicos vinculados aos Licenciamentos Ambientais. Essa portaria foi, posteriormente, revogada em 2015 pela instrução normativa 001 de 25 de março de 2015, que traz, em seu texto, uma seção especialmente voltada para a Educação Patrimonial.

Especialmente a partir dos anos 2000, a educação patrimonial passou a fazer parte dos projetos de pesquisa, das escavações e de projetos escolares e sociais.

Segundo Allana Pessanha de Moraes:

A necessidade de trabalhar o Patrimônio Cultural nas escolas fortalece a relação das pessoas com suas heranças culturais, estabelecendo um melhor relacionamento destas com estes bens, percebendo sua responsabilidade pela valorização e preservação do Patrimônio, fortalecendo a vivência real com a cidadania, num processo de inclusão social (MORAES [s.d.], p. 2).

Através do Programa de Educação Patrimonial, o IPHAN tem possibilitado a realização de várias ações educativas, que ajudam na prática da cidadania, por meio da divulgação da importância do patrimônio histórico-cultural. Em 2014, o IPHAN publicou uma cartilha específica sobre educação patrimonial em que definia o conceito nos seguintes termos:

Educação Patrimonial constitui-se em todos os processos educativos, formais e não formais que tem como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio (IPHAN, 2014, p. 19).

Para se enquadrar nas leis que regem as políticas de preservação do patrimônio arqueológico, os trabalhos arqueológicos incorporam práticas de educação patrimonial, com objetivo de incluir o conhecimento aprendido nas pesquisas de campo e levá-lo ao conhecimento das comunidades, que se localizam no entorno dos sítios arqueológicos, gerando, assim, um diálogo entre a comunidade e seu patrimônio.

Em 2016, o IPHAN publicou a portaria 137/2016 que instituiu

“um conjunto de marcos referenciais para a Educação Patrimonial (EP) enquanto prática transversal aos processos de preservação e valorização do patrimônio cultural no âmbito” do instituto (IPHAN, 2016). A portaria apresentou uma delimitação para o conceito de educação patrimonial, como se segue:

Art. 2º Para os efeitos desta Portaria, entende-se por Educação Patrimonial os processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que têm como foco o patrimônio cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sociohistórica das referências culturais, a fim de colaborar para seu reconhecimento, valorização e preservação. Parágrafo único. Os processos educativos deverão primar pelo diálogo permanente entre os agentes sociais e pela participação efetiva das comunidades (ibidem).

Essa definição de Educação Patrimonial parece ter chegado a uma perspectiva bem mais ampla, de modo a perceber que a proteção do patrimônio cultural só poderá ocorrer, de fato, se houver ênfase na participação dos diferentes grupos que compõem a sociedade nesse processo e que não seja um trabalho apenas de uma elite intelectual, ou seja, este é um trabalho que deve focar no “protagonismo dos diferentes grupos sociais” e que esteja integrando os bens patrimoniais à vida cotidiana das pessoas.

ATIVIDADES EDUCATIVAS DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO PROJETO EXPONDO CULTURA: PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DE PERNAMBUCO

O Projeto Expondo Cultura surgiu da parceria da Fundação Apolônio Sales de Desenvolvimento Educacional – FADURPE, com a Universidade Federal Rural de Pernambuco e a Petrobras, idealizado para ser uma exposição itinerante, que levasse ao público o conhecimento sobre o patrimônio arqueológico e a urgência de sua preservação. O desejo foi de levar o projeto para as escolas da rede estadual de ensino, com o duplo objetivo de divulgar para a sociedade o conhecimento científico e promover a valorização do patrimônio arqueológico evidenciado nas escavações realizadas no estado de Pernambuco. O Projeto nasceu, sobretudo, para cumprir as exigências legais que permeiam a legislação patrimonial e teve origem a partir da construção das instalações da Refinaria Abreu e Lima, que se encontra localizada em Suape, no município de Ipojuca/PE e com suporte na Lei do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA nº 001/86. A partir desta resolução, o patrimônio arqueológico começou a fazer parte do patrimônio ambiental brasileiro, surgindo, assim, a possibilidade de uma percepção da sociedade sobre a necessidade de valorizar sua identidade cultural e compreender a história da sua região.

Na área onde se localiza a Refinaria, ocorreram as escavações arqueológicas entre os anos de 2006 e 2009, sendo identificados e analisados o material dos 31 sítios arqueológicos encontrados e contabilizados cerca de 100.000 vestígios, com características que identificam diversos períodos da nossa história, desde o período pré-colonial até o início do século XX.

Partindo do princípio de que o espaço do museu não se limita, exclusivamente, a simples imóveis históricos e lugares delimitados,



Figura 1: Expondo Cultura **Fonte:** Relatório final do Projeto Expondo Cultura (2013, p. 39).

o Projeto Expondo Cultura objetivava transportar o público, de maneira itinerante, para uma exposição, que se encontrava adaptada no interior de um ônibus (Figura 1):

Provido de uma estrutura para receber visitantes, que os levava a lembrar o cotidiano histórico e cultural do Brasil da sua pré-história até o início do século XX. Uma das coordenadoras da elaboração e execução do projeto, a arqueóloga Ana Nascimento, descreveu assim a exposição itinerante do museu:

O ônibus museu, como assim é conhecido, é envolvido desde a área externa até seu interior com uma atmosfera histórica rica em artefatos e painéis que envolvem as paredes e o piso criando um diálogo diferenciado entre o público e a exposição. O caráter itinerante facilitava a proximidade da população com o patrimônio arqueológico, e o fato do ambiente da exposição dos artefatos arqueológicos está configurado em um ônibus estimulou a curiosidade e a imaginação do público (SILVA; OLIVEIRA, A., 2012, p. 5).

A constituição de uma exposição itinerante sob a forma de um “ônibus museu” parece querer endossar a ideia de urgência de proteger

o patrimônio arqueológico em Pernambuco, mas, além disso, levar um entendimento de que é através da educação patrimonial que essa proteção ocorrerá, já que são as iniciativas educacionais que possibilitam a ciência e apropriação desse patrimônio por parte da sociedade.

Vivenciando essa experiência de modo prático, a arqueóloga e organizadora do projeto, Ana Lúcia Nascimento de Oliveira e o historiador e monitor do Expondo Cultura, Rodrigo Ibson Oliveira, fizeram as seguintes observações:

O que notamos, neste sentido, é que independe o fato de as peças expostas terem sido localizadas e fazerem parte do contexto dos municípios de Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho, o discurso dos monitores aliado ao conjunto de elementos que compõem o ônibus transporta o visitante e faz daquelas peças parte da vida de todos eles, e mais os faz repensar sobre estas pequenas marcas do passado que sempre estiveram presentes em suas vidas, mas que não eram valorizadas como tal (OLIVEIRA, R; OLIVEIRA, A, 2011, p. 8).

Segundo Ana Nascimento e Rodrigo Ibson “A ação em educação patrimonial aplicada ao museu itinerante se dá a partir de ferramentas pedagógicas que envolvem elementos lúdicos que servem de instrumentos de apropriação dos conceitos e práticas coletivas vivenciadas” (OLIVEIRA, R; OLIVEIRA, A, 2011, p. 9).

Na área externa do ônibus, foram desenvolvidas diversas atividades educativas como teatro e recursos interativos, onde foram apresentados dois dioramas, sendo um reconstituindo o cenário de um aldeamento indígena típico do período pré-colonial e outro retratando o ambiente de um engenho de cana de açúcar dos séculos XVIII ao XIX.

A peça teatral intitulada “Descobrimos Patrimônios”²⁹, com texto de Gustavo Gomes e com livre adaptação e direção de Fabio Calamy, foi montada com uma estrutura de suporte, totalmente, voltada para a demanda da encenação. O grande objetivo da apresentação de um espetáculo teatral foi trazer o cotidiano de uma escavação arqueológica, abordando temas como patrimônio, identidade cultural, memória e meio ambiente e discutir os conceitos de patrimônio cultural, memória e identidade. E, acima de tudo, fazer com que esses elementos fizessem parte do dia a dia da comunidade local (SILVA; OLIVEIRA, A., 2012).

Outra importante atividade que foi desenvolvida para fazer parte do projeto foi um *quiz* (jogos de perguntas e respostas) sobre a cultura e a história de Pernambuco, que estava disponível nos computadores do museu durante a exposição e no site do projeto. Foram disponibilizados três computadores com *touch screen* para que os visitantes pudessem participar do jogo de forma interativa. O objetivo do *quiz*, segundo o

²⁹ A peça narra o cotidiano e as relações sobre o processo de escavação arqueológica na construção da Refinaria Abreu e Lima, e trazia uma encenação que retrata um momento de descoberta de um vestígio arqueológico por um escavador na área da Refinaria Abreu e Lima.

relatório do projeto (2013), foi oferecer um teste de conhecimentos sobre a história de Pernambuco, trazendo elucidações acerca da vida nos aldeamentos indígenas e nos engenhos de cana-de-açúcar do estado. E mostrar, também, para os visitantes que essa história se aproxima e é parte da vida deles, que eles poderiam reconhecer elementos dessa história nos lugares que eles, normalmente, frequentam, visto que a região em que eles vivem foi cenário para as ocupações indígenas em outros períodos históricos. Para desenvolver as atividades educativas e direcionar as visitas das escolas e comunidades, o ônibus museu contava com o trabalho de 10 monitores na ação educativa, que se preocupavam com a viabilização do conhecimento para a sociedade. O projeto também buscou aproximar os visitantes deficientes, atendendo as diretrizes museológicas para acessibilidade, contendo elevador de acesso para cadeirantes.

A metodologia utilizada, segundo as próprias idealizadoras do projeto, tinha um viés pedagógico, evidenciando a ideia de conscientização sobre proteção do patrimônio arqueológico, através da via educacional, como, assim, consideram:

A metodologia utilizada para a transmissão do conhecimento advindo do levantamento patrimonial através das palestras e oficinas realizadas variou de acordo com as séries escolares que foram trabalhadas em cada escola, previamente selecionadas pelo corpo docente e diretores e, segundo a disponibilidade de horários. Ao final dessas ações, foi concebida uma cartilha educativa, que por solicitação da Petrobras, contemplou os dois municípios diretamente afetados pelo empreendimento, Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho. A cartilha voltada para o público escolar, especialmente alunos do ensino fundamental, consta de informações históricas e arqueológicas, juntamente com glossário de termos dessas áreas do conhecimento, um pouco sobre o que é uma refinaria (material cedido pelo empreendedor), e diversas atividades lúdicas/educacionais a serem realizadas pelo pequeno leitor (ibidem, p. 103-104).

As ações do projeto visaram, principalmente, realizar um diálogo com a população diretamente afetada pelas obras, que estavam sendo desenvolvidas no âmbito da refinaria. Durante as atividades do Projeto, esse objetivo foi alcançado e ultrapassou as expectativas iniciais, visto que as ações foram levadas para diversos municípios do estado.

RESULTADOS DAS AÇÕES DO PROJETO EXPONDO CULTURA

No período de 28 de fevereiro de 2011 a 25 de outubro de 2012 foram realizadas 232 (duzentos e trinta e duas) exposições, totalizando 29 (vinte e nove) municípios do estado de Pernambuco e dois municípios do estado de Sergipe (Laranjeiras e São Cristóvão), recebendo um público de 36.980 (trinta e seis mil novecentos e oitenta) visitantes. Alcançando um percentual médio que se aproximou de 2.054 (dois mil

e cinquenta e quatro) visitantes por mês, em 18 meses de exposição. Esses números surpreendentes mostram a eficácia e o sucesso que foi alcançado nesse primeiro momento do projeto e, também, evidenciam como ações como essas, que abarcam a educação como principal meio para a prática da difusão do conhecimento sobre o patrimônio cultural, podem trazer resultados satisfatórios.

No período de 28 de fevereiro de 2011 a 20 de dezembro de 2012, as atividades do Expondo Cultura foram levadas para diversas escolas entre públicas e privadas do estado e Institutos Federais. Esse público escolar foi, desde o início, o principal alvo das ações do projeto. Porém, como consta no relatório, essas ações se estenderam para outras realidades, como eventos públicos, programações culturais e eventos realizados em diversas universidades e faculdades, levando ao conhecimento da população os resultados das escavações realizadas na área da refinaria, promovendo uma aproximação maior entre o museu e a identificação com a memória histórica e a exploração desses patrimônios. No período de dois anos de atividades, o ônibus museu teve um considerável número de visitantes. Um público que era composto, de forma geral, por alunos das escolas da rede pública e privadas das diversas cidades que compõem a Região Metropolitana do Recife e interior do estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão da preservação patrimonial no Brasil é um tema que tem sido discutido nos últimos anos e, com mais ênfase, a partir da década de 1980. Apesar de existir esse interesse por parte de alguns grupos e por ações desenvolvidas através do IPHAN, poucas são as iniciativas governamentais com relação à preservação do patrimônio arqueológico.

O Expondo Cultura teve, desde o início, seu foco voltado para a produção e, sobretudo, para a divulgação do conhecimento acadêmico junto à população e foi uma iniciativa pioneira e inovadora no estado de Pernambuco, pois levou, para diversos municípios do país, parte do material arqueológico encontrado durante as escavações. O Projeto visou promover o conhecimento do patrimônio arqueológico do estado, através da mostra itinerante realizada no ônibus museu, que, também, foi uma inovação na perspectiva da estrutura de um museu. Essa peculiaridade permitiu levar o acervo arqueológico da exposição para diversas cidades, permitindo o acesso da população a parte do seu patrimônio arqueológico.

Diante do grande quantitativo de visitantes e da excelente receptividade do público ao trabalho, acredita-se que o projeto tenha cumprido com seu objetivo de expor a história e a cultura de Pernambuco

a partir dos vestígios arqueológicos encontrados na área da Refinaria Abreu e Lima e em outros sítios do estado. Isso se deu porque o projeto trouxe ações pioneiras, que incluíram atividades lúdicas e como já foi dito uma “nova proposta para um museu”. Além dessa iniciativa precursora estava, em pauta, a tentativa de mostrar o patrimônio arqueológico como um elemento possível de ser inserido na vida da população, que foi alcançada pelo projeto.

Segundo as arqueólogas Ana Lúcia do Nascimento Oliveira e Suely Cristina Albuquerque de Luna, idealizadoras e coordenadoras do projeto:

Além da temática específica relativa ao patrimônio e à cultura, o Projeto, em sua concepção, foi também direcionado a outros temas transversais como: *Cidadania* – na medida em que as pessoas têm acesso ao conhecimento elas adquirem a ideia de pertencimento, de responsabilidade sobre sua história; *Democratização Social* – a exposição tem ido até os lugares onde estão as pessoas, permitindo a democratização do acesso de produtos culturais à população que, normalmente, não tem oportunidades nem condições econômicas de deslocamento para museus, exposições, teatro entre outros e; *Acessibilidade* – a exposição atende pessoas com deficiência visual, auditiva e física, oferecendo oportunidade a esse público de exercer a sua cidadania através da inclusão social e, visando promover o amplo conhecimento do patrimônio arqueológico do estado de Pernambuco, através de mostra itinerante em ônibus adaptado e acessível (OLIVEIRA, A; LUNA, 2015, p. 104, grifos das autoras).

O grande diferencial do Expondo Cultura parece ter sido o de oferecer ao público uma nova proposta de contato com o museu. No caso do ônibus museu, o público alvo foi a infinita parcela da sociedade que não tem acesso a esse espaço museológico. Com a estrutura física do ônibus adaptada para funcionar como um museu e receber uma exposição de peças arqueológicas, extremamente, delicadas e de grande valor histórico foi possível oferecer para a população dos diversos locais visitados uma parte da história de Pernambuco contada a partir dos artefatos expostos.

FONTES

BRASIL. **Lei Federal nº 3.924, de 26 de julho de 1961**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm. Acesso em: 13/02/2018.

CARTA de Lausanne. **ICOMOS/ICAHM, 1990**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Lausanne%201990.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2018.

CONAMA. **Resolução nº 01, de 23 de janeiro de 1986**. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2018/09/res-conama-01-1986.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019.

IPHAN. **Portaria nº 07, de 01 de dezembro de 1988**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_007_de_1_de_dezembro_de_1988.pdf. Acesso em: 20 dez. 2017.

IPHAN. **Portaria nº 230, de 17 de dezembro de 2002**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_230_de_17_de_dezembro_de_2002.pdf. Acesso em: 20 dez. 2017.

IPHAN. **Portaria nº 28, de 31 de janeiro de 2003**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_28_de_31_de_janeiro_de_2003.pdf. Acesso em: 20 dez. 2017.

IPHAN. “Para uma política Arqueológica da SPHAN”. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 22. 1987.

IPHAN. **Educação Patrimonial**: histórico, conceitos e processos. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducacaoPatrimonial_m.pdf. Acesso em: 24 jun. 2018.

RELATÓRIO final. **Expondo cultura**: patrimônio arqueológico de Pernambuco. Recife, jan. 2013, 215p.

IPHAN. **Instrução Normativa nº 001, de 25 de março de 2015**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/INSTRUCAO_NORMATIVA_001_DE_25_DE_MARCO_DE_2015.pdf. Acesso em: 27 de ago.2020.

REFERÊNCIAS

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade/Editora Unesp, 2001.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da Política Federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

HORTA, M.L.P GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A.Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.

JORGE, Vitor Oliveira. **Arqueologia, Patrimônio e Cultura**. Editora: Instituto Piaget.2000

MORAES, Allana Pessanha de. **Educação Patrimonial nas escolas**: aprendendo a resgatar o Patrimônio Cultural [s.d.]. Disponível em: <https://ensinodenhistoriaepatrimonio.files.wordpress.com/2015/07/educac3a7c3a3o-patrimonial-nas-escolas-aprendendo-a-resgatar-o-patrimc3b4nio-cultural-e28093-allana-pessanha-de-moraes.pdf>. Acessado em: 31 maio. 2019.

OLIVEIRA, Ana Lúcia do Nascimento; LUNA, Suely Cristina Albuquerque de. Patrimônio Arqueológico e a Educação Patrimonial: Projeto Expondo cultura das relíquias arqueológicas ao conhecimento da História. **História UNICAP**, v. 2, n. 3, jan./jun., 2015, p. 99-107.

OLIVEIRA, Rodrigo I. S.; OLIVEIRA, Ana Lúcia do Nascimento. Alegrias do Patrimônio: Educação Patrimonial no Museu sobre rodas. In: **V Encontro Cultura e Memória**: História, Narrativa e Patrimônio, 2011, Recife. V Encontro Cultura e Memória: História, Narrativa e Patrimônio. Recife: Editora Universitária UFPE, 2011.

POULOT, Dominique. **Uma história do Patrimônio no Ocidente, séculos XVIII/ XIX**: do monumento aos valores. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

SILVA, Larissa Carla Oliveira da; OLIVEIRA, Ana Lúcia do Nascimento. Projeto Expondo Cultura em Pernambuco: novo espaço para um museu. In: **Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-Rio**. São Gonçalo, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338518855_ARQUIVO_Artigo-AnpuhRIO.pdf. Acesso em: 26 jun. 2018.

Os tensionamentos em torno do termo Pré-história adotado nos Livros Didáticos nos Anos Finais do Ensino Fundamental.

Luiz Adriano Lucena Aragão ³⁰

INTRODUÇÃO

Após ter sido negligenciado, tanto pelos historiadores quanto pelos bibliógrafos, os livros didáticos vêm suscitando um vivo interesse entre os pesquisadores de uns trinta anos para cá. Desde então, a história dos livros e das edições didáticas passou a constituir um domínio de pesquisa em pleno desenvolvimento, em número cada vez maior de países [...] (CHOPPIN, 2004, p. 549).

Partindo da projeção do historiador Alain Choppin (2004), tomemos o livro didático como fonte histórica para análise do conceito de Pré-história em seu corpo textual. Pois trata-se de um material documental complexo e bastante utilizado em pesquisas, com diferentes temáticas, sobretudo no campo do Ensino de História. Nas palavras de Bittencourt (2004), o olhar contemporâneo para o livro didático revela deixar este de ser entendido como uma produção menor para ocupar o espaço de “um instrumento fundamental no processo de escolarização” (BITTENCOURT, 2004, p. 1). Olhando por essa perspectiva, os livros de ensino estão presentes, no ambiente escolar, produzindo e transmitindo conhecimento de longa data em uma dimensão histórica secular.

Para Abud (2011), a disciplina de História ocupa, nesse processo de formação escolar, um papel importantíssimo para a construção de uma tradição curricular em que são moldados os conteúdos, as práticas pedagógicas e os princípios políticos e morais aceitos na sociedade. O conjunto dessas práticas tanto criou “a imagem social da História como disciplinar escolar” (ABUD, 2011, p. 164) quanto deram subsídios teóricos para a criação dos programas e manuais didáticos. Essa estruturação curricular, notadamente da segunda metade do século XIX, da disciplina e, por consequência, dos livros

³⁰ Mestre em História (UFRPE); Graduado em História; E-mail prof.adrianolucenah@gmail.com

didáticos de História que foram sendo editados se tornou hegemônica, pautada e “apendiçada” para usar o pensamento de Nadai (1992) na História da Europa Ocidental.

A forte influência da história europeia, marcadamente francesa, serviu de alicerce para a história escolar produzida, no Brasil, durante os séculos XIX e XX. E representou, segundo Nadai:

[...] a verdadeira História da Civilização. A História pátria surgia como seu apêndice, sem um corpo autônomo e ocupando papel extremamente secundário. Relegada aos anos finais dos ginásios, com número ínfimo de aulas, sem uma estrutura própria, consistia em um repositório de biografias de homens ilustres, de data e batalhas. (NADAI, 1992, p. 146, grifo nosso).

A ideia inicial trazida ao escopo do texto tem a intenção de revelar o caráter eurocêntrico da historiografia escolar brasileira. Eurocentrismo, este, que esteve e está presente, na literatura didática, através dos conceitos abordados nos conteúdos dos livros didáticos, na elaboração do currículo e, principalmente, na tradição escolar. Não que esses aspectos não tenham sido questionados por professores, historiadores, autores de livros didáticos e educadores. O que não é aceito mais, na historiografia escolar, é permanecer restrito a um conhecimento histórico único e exclusivo (europeu). Os tensionamentos estão presentes nas pesquisas atuais e evidenciam novos temas, problemas, fontes e abordagens no Ensino de História consolidados, como afirma Fonseca (2010) na primeira metade do século XXI.

A partir de novas possibilidades de análise, o presente texto tem a intenção de refletir sobre o conceito de Pré-história, utilizado nos Livros Didáticos dos anos finais do Ensino Fundamental na rede pública de ensino. É na busca da formação e da ressignificação conceitual do termo Pré-história e também dos tensionamentos que envolvem o vocábulo, que direcionamos os nossos questionamentos. O que aprendemos ao se trabalhar com conceitos nos livros didáticos de História? Qual conceito de Pré-história é abordado nos livros do Ensino Fundamental (anos finais)? Existem reflexões, no texto didático, que possibilitam aos alunos pensarem o conceito de Pré-história a partir de sua negação ou sua aceitação? As indagações mencionadas apontam as perspectivas pelas quais o tema será analisado.

O TEXTO DIDÁTICO DE HISTÓRIA COMO FONTE DE PESQUISA PARA ANÁLISE DE CONCEITOS HISTÓRICOS

Antes de entrar no universo dos principais temas de pesquisa sobre o livro didático nas últimas décadas, faremos uso do conceito trazido por Freitas (2009), com a finalidade de entender o que é um livro didático e que funções desempenha no ambiente escolar. Para Freitas:

Livro didático é, portanto, um artefato impresso em papel, que veicula imagens e textos em formato linear e sequencial, planejado, organizado e produzido especificamente para uso em situações didáticas, envolvendo predominantemente alunos e professores, e que tem a função de transmitir saberes circunscritos a uma disciplina escolar (FREITAS, 2009, p. 14).

Observamos que a definição, acima, alude a um conjunto sistemático de características que tanto define o livro didático quanto norteia o que é operacional no livro. Assim, ser um artefato impresso, de fato, o torna o suporte mais popular e peculiar. É assim também o modo como o vemos nas mãos dos alunos, sendo utilizados em leituras e atividades pedagógicas em sala de aula ou nas residências dos mesmos, veiculando imagens e textos de forma organizada, sequencial, com uma função didática que, permite ao pesquisador lançar o olhar para os diversos recursos histórico-pedagógicos e perceber, no contexto da narrativa histórica, como são transmitidos os saberes inerentes à História.

Nos livros didáticos, espera-se que o aluno se aproprie do conteúdo, condensando seus conceitos e entendendo, na percepção das imagens, na dimensão temporal, nas ligações entre os períodos históricos, o sentido e as finalidades da disciplina.

Sobre as funções do livro didático Freitas destaca ainda:

Seis funções: reproduzir ideologia; difundir o currículo oficial; condensar princípios e fatos das ciências de referência; guiar o processo de ensino; guiar o processo de aprendizagem; possibilitar formação continuada (FREITAS, 2009, p. 14).

Nessa gama de funções destacada por Freitas, entendemos que o livro didático sistematiza o saber histórico escolar. Mesmo que os alunos não percebam, ocorrem as operações historiográficas, que se ocupam do estudo dos homens no tempo. Os intelectuais, acadêmicos e docentes trabalham com sua ciência de referência ao mesmo tempo em que a produzem. E, para isso, selecionam o que deve ser incorporado na narrativa histórica didática, baseada no seu contexto de vivência, no tempo e espaço, que reafirma o discurso produzido no livro.

Sobre as temáticas abordadas e identificadas nas pesquisas com o livro didático, dois trabalhos implementaram esse mapeamento. A pesquisa de Caimi (2013)³¹ e da Ferreira (2015)³². Caimi (2013) identificou dez temáticas: etnias e pluralidade, linguagens, cidadania, usos do livro didático de História pelo professor, gênero, análise de

³¹ As pesquisas tomaram por base os trabalhos científicos (dissertações e teses) sobre livros didático de História produzidos entre 1998 a 2007 e 2008 a 2013 e que estão disponíveis no banco de teses da CAPES. Ambas pesquisadoras utilizaram critérios metodológicos de pesquisa e filtragem de dados de forma semelhantes: como critério de filtragem gênero dos autores, região de produção, universidades, as tendências, os temas abordados, o percurso metodológico e a ausência de alguns temas. Flávia Caimi faz o inventário das temáticas de pesquisa nos livros entre os anos de 1998 a 2007.

³² Daniele Ferreira continua o trabalho realizado por Caimi mapeando os anos de 2008 a 2013.

conteúdo, História do ensino de História, concepções do livro didático, categorias de aprendizagem e historiografia.

Ferreira (2015) contabilizou onze: linguagens, negros e indígenas, ditadura, perspectivas da ciência histórica, usos dos livros didáticos, temas diversos, políticas públicas, temas regionais, História da Educação, coleções específicas e representações sociais.

Etnias e pluralidade, linguagens, cidadania figuram como as temáticas mais pesquisadas entre 1998 e 2007, seguidas de usos do livro didático de História pelo professor, gênero, análise de conteúdo, História do ensino de História. 38 dissertações do primeiro grupo e 20 do segundo. Na pesquisa de Ferreira (2015), aparecem negros e indígenas, perspectivas da ciência histórica, usos do livro didático e temas diversos, juntos esses temas têm 23 dissertações. Além de identificar as tendências de cada década, as historiadoras conseguem revelar mais uma importante função do livro didático como fonte histórica para estudo do Ensino de História. Demonstram que perpassam, pelo livro, as temáticas estudadas em âmbito acadêmico e debatidas nas sociedades.

É importante fazer essa verificação, que muitos pesquisadores do Ensino de História fazem, que visa a trazer ou questionar se determinado tema está presente ou não no livro didático e como são apresentados e trabalhados os diversos conteúdos. Assim, é identificada a persistência de determinados problemas na produção didática: defasagens históricas, estereótipos, racismos, preconceitos, discriminação, etnocentrismo, omissões de prerrogativas legais que obrigam a determinados conteúdos estarem presentes.

O aluno e o professor devem ter atenção à contextualização dos assuntos abordados nos livros, às relações que determinados conceitos podem estabelecer, às digressões que, porventura, apareceram no livro etc. Por isso, é importante estudos que analisem as especificidades dos conceitos históricos a serem apreendidos no processo de escolarização, pois tal aprendizado irá repercutir na formação intelectual do aluno.

Nas definições históricas apresentadas nos livros didáticos, aprendemos o que Malerba (2006) chama de maquinaria conceitual. Que é o refinamento do trabalho do historiador e se caracteriza por apontar situações, acontecimentos e processos históricos concretos, periodizados, datados. E o que é muito importante perceber, quando se trabalha com conceitos em uma situação de didática (sala de aula, nos livros didáticos), é que eles passam por mudanças no decorrer da História, essas mudanças carregam sentidos e esses sentidos são apropriados pelos historiadores e reproduzidos ou questionados em diferentes tempos.

De acordo com Rüsen (2007), os conceitos históricos são a base

para a construção das teorias históricas e é o meio linguístico mais importante para o historiador se expressar. A formação conceitual e a sua utilização determinam como o pensamento histórico se efetiva, isto é, a forma como se utilizam e se interpretam os conceitos históricos dão valores e sentidos às teorias históricas (RUSEN, 2007, p. 91-92).

Cada época comporta diversas temporalidades. As diferentes sociedades percebem, apreendem, compreendem, sentem e ressignificam o tempo. Assim, ocorre, também, com os conceitos na História. Caimi (1997) nos diz que a produção didática brasileira não está alheia às discussões no campo teórico e historiográfico, que se trava no âmbito nacional e internacional. O livro didático assimila em maior ou menor grau as perspectivas e as transformações que ocorrem na academia, no mercado editorial, nas pós-graduações (CAIMI, 1997, p. 1). Passemos, então, ao texto didático para analisar o conceito de Pré-história e suas (res)significações.

O CONCEITO DE PRÉ-HISTÓRIA NOS LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Para análise do conceito de Pré-história nos livros didáticos, foi necessário identificar as coleções de livros mais utilizadas e também o ano/série em que o conceito é trabalhado. Dessa forma, elencou-se os 5 (cinco) livros mais distribuídos para as escolas públicas, aprovados no PNL D para os anos 2017-2019³³ nos anos finais do Ensino Fundamental, referente ao 6º ano, conforme tabela a seguir.

Coleção	Nome da coleção	Editora	Autor	Quant. de exemplares (6ºano)
1º	História, Sociedade e Cidadania	Editora FTD	Alfredo Boulos Júnior	923.792
2º	Projeto Araribá	Editora Moderna	Maria Raquel Apolinário	478.724
3º	Vontade de Saber	Editora FTD	Adriana Dias; Keila Grinberg; Marco Pellegrini	315.013
4º	Projeto Mosaico	Editora Scipione	Cláudio Vicentino; José Bruno Vicentino	288.248
5º	Historiar	Editora Saraiva	Gilberto Cotrim; Jaime Rodrigues	219.441

Tabela 01: Coleções mais distribuídas do Ensino Fundamental (anos finais) **Fonte:** Tabela sistematizada por ARAGÃO, Luiz Adriano Lucena, 2019. Disponível em: <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/handle/tede2/8391>. Acesso em: 15 de agosto 2020.

³³ O resultado da aprovação das coleções de livros didáticos de História foi publicado pela portaria Nº 13, de 23 de junho de 2016 no site do Ministério da Educação. O PNL D aprovou 14 coleções de História para os anos 2017, 2018 e 2019. Das 14 coleções separou-se as mais distribuídas e atualizadas para o texto em curso.

Ao adentrarmos, na análise proposta, através de recortes textuais dos livros selecionados, percebeu-se que nem todos os livros apresentam diretamente um conceito de Pré-história. A que se deve essa diferença ou não apresentação do conceito nos livros? Primeiro, vamos às ideias identificadas e, depois, retornaremos ao questionamento. Nos livros, temos os seguintes conceitos:

A periodização mais utilizada em livros de história foi criada por estudiosos europeus. Eles dividiram a história em cinco grandes períodos: Pré-história, História Antiga, História Medieval, História Moderna e História Contemporânea.

Muitos estudiosos criticam essa divisão por ela levar em consideração apenas os acontecimentos da história europeia e anular a história dos outros povos” (APOLINÁRIO, 2014, p. 28).

Muitos estudiosos criticam essa divisão tradicional da História por diversos motivos. Primeiro, porque essa divisão valoriza fatos importantes para os povos da Europa e desconsidera o que se passava, por exemplo, na África ou na Ásia. Segundo, porque ainda há povos que não utilizam a escrita, o que não quer dizer que não possuam uma história. (BOULOS JUNIOR, 2015, p. 40).

HAVIA HISTÓRIA ANTES DA HISTÓRIA?

A expressão “Pré-história” quer dizer anterior à História (Pré=antes). Ela indica o enorme período compreendido entre o aparecimento dos seres humanos sobre a terra (há mais de 5 milhões de anos) e o surgimento da escrita [...] Isso significa que todo período anterior ao surgimento da escrita não seria considerado parte da História.

Mas por que a invenção da escrita foi escolhida como marco inicial da História? Há cerca de 200 anos os historiadores se baseavam nos textos escritos pelos povos antigos para entender seu passado. Assim, acreditavam que os povos do passado que não possuíam escrita não poderiam ser estudados – e, portanto, não teriam uma história. Daí criaram a expressão “Pré-história” para denominar o período em que viveram esses povos que não dominavam a escrita.

Com o tempo, os historiadores descobriram que desenhos, moradias, e ferramentas deixados pelos povos pré-históricos também revelavam muito sobre seu passado. Ou seja, entenderam que era possível contar sua história utilizando documentos não escritos. Apesar disso, a expressão “Pré-História” continuou sendo usada para definir o período anterior à invenção da escrita (VICENTINO, 2016, p. 25).

O conceito de Pré-história que os livros trazem expresso em suas páginas ora faz menção a um conceito construído no século XIX, ora justifica a utilização do conceito atrelado a uma periodização tradicional. Comparando-se as citações, acima, percebe-se uma permanência de sentido que vem desde o século XIX, qual seja que a Pré-história corresponde a um período da História em que não havia evidência de documentos escritos, possui a maior temporalidade como período histórico e é uma fonte de estudo para Arqueologia. Essas três ideias circulam nos livros didáticos e nos escritos científicos.

A ideia imbricada, na formação do termo Pré-história no século XIX, foi uma construção que comparou os homens, os costumes e a sua produção material, traçando um paralelo entre o que era “primitivo”, na América moderna, por exemplo, com os europeus pré-históricos. Para Trigger (2004), essas comparações foram justificadas à medida que a comunidade científica europeia validava e desenvolvia estudos arqueológicos sobre a Pré-história humana. Esse discurso com conotações etnocêntricas, mesmo criticado, mantém-se nos livros didáticos por força da tradição escolar.

Os livros Vontade de Saber (Editora FTD) e Historiar (Editora Saraiva) não trazem o conceito expresso em seu texto didático. Contudo apresentam a periodização tradicional com divisões inerentes ao contexto da Pré-história como o Paleolítico e o Neolítico. Percebe-se uma dicotomia, no texto didático, que mantém o termo Pré-história justificado pela tradição escolar ao passo que o mesmo termo é questionado.

ASPECTOS CRÍTICOS-REFLEXIVOS INERENTES AO CONCEITO DE PRÉ-HISTÓRIA APRESENTADOS NO LIVRO DIDÁTICO

Ao retomar os horizontes teóricos problematizados, nos tópicos anteriores, pretende-se extrair aspectos críticos-reflexivos, inerentes à literatura didática contida nos livros estudados, através dos conceitos apresentados. Para tal, utilizaremos a categoria terminologia.

A terminologia diz respeito ao conjunto de termos específicos ou sistema de palavras, que designam os vocábulos próprios de uma disciplina ou área do conhecimento. No caso, as palavras que se relacionam com o universo significativo do termo Pré-história. As palavras a seguir, sistematizadas no quadro abaixo, extraídas das obras, relacionam-se com o conceito de Pré-história:

Coleção (livro)	Categoria	Pré-história
História, sociedade e cidadania		“Divisão tradicional da História”, “fatos importantes para os povos da Europa”, “há povos que não utilizam a escrita” p.40
Projeto Araribá	Terminologia	“A periodização mais utilizada em livros de história foi criada por estudiosos europeus”; “Anula a história de outros povos” p.28
Vontade de Saber		O livro não faz uso do termo pré-história

Projeto Mosaico	“Não desenvolveram a escrita”; “divisão”; “invenção da escrita”; “atrasados”; “primitivos”. p.25
Historiar	“Atividade cultural” “etnocentrismo” “escrita”; “tradicional”. p.40

Quadro 01: Terminologias utilizadas nas coleções para o conceito de Pré-história **Fonte:** tabela adaptada da dissertação ARAGÃO, Luiz Adriano Lucena, 2019. Disponível em: <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/handle/tede2/8391>. Acesso: 15 de agosto 2020.

Segundo Koselleck (1992), os conceitos partem de palavras que sugerem associações com um mínimo de abstração comum e uma pré-aceitação para serem entendidas como importantes e significativas. Nas 05 (cinco) coleções analisadas, aparecem blocos de palavras que associam o termo Pré-história aos sentidos como escrita, divisão, primitivo, atraso, etnocentrismo, periodização tradicional. É um conceito ainda positivista, logo o primeiro contato que o aluno do ensino fundamental poderá ter, ao pesquisar o termo Pré-história, será com um conceito ainda do século XIX, ou seja, que considera a escrita como proeminente para o estágio civilizatório.

A visão da Pré-história como uma ausência da escrita implica ver o outro como o não civilizado, iletrado, defendendo a escrita como o aperfeiçoamento dos seres humanos. Por essa ótica, precisamos saber ler e escrever. Aqueles que não dominam a escrita, também não têm educação, ou seja, não são civilizados. Nesse sentido, pode-se criar a ideia errônea de que os povos pré-históricos não são apenas tidos como pré-históricos, por serem estudados a partir de vestígios materiais do passado, mas porque não possuíam vivências civilizatórias (GOSDEN, 2012, p. 28-29).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As 05 (cinco) coleções - **História, Sociedade e Cidadania**, Editora FTD, Autor: Alfredo Boulos Júnior; **Projeto Araribá** – História, Editora Moderna, autora: Maria Raquel Apolinário; **Vontade de Saber** – História, Editora FTD, autor(as): Adriana Dias; Keila Grinberg; Marco Pellegrini; **Projeto Mosaico** – História, Editora Scipione, autores: Claudio Vicentino; José Bruno Vicentino; **Historiar**, Editora Saraiva – autores: Gilberto Cotrim; Jaime Rodrigues – apresentaram, de forma crítica expressa ou velada, o conceito de Pré-história em desconstrução, que se mantém nos livros didáticos por força da tradição escolar ou, em uma segunda hipótese, para reflexão da inadequação do vocábulo com o pensamento histórico dos nossos dias.

Alguns livros excluem o termo Pré-história por julgarem

inadequado, mas ao mesmo tempo trazem explicações e divisões atreladas a esse período histórico. Essa ligação entre um passado primitivo e o termo Pré-história, notadamente, pelo uso de expressões como “atraso”, “primitivo”, “iletrados”, conforme foi visto, justifica o imaginário que permeia a criação de um homem primitivo, um homem antigo, atrasado e perpassa, sutilmente, através da literatura didática e reproduz, veladamente, estereótipos e preconceitos.

Pesquisar o livro didático, na condição de fonte ou objeto de estudo, significa inquietar-se para revelar os aspectos críticos-reflexivos, inerentes à narrativa histórica contida nas coleções estudadas. A preocupação com o debate, nos livros escolares, sobre os conceitos históricos é fundamental para aprimorar a linguagem didática com uma argumentação qualitativa, que permita produzir uma narrativa atualizada sob muitos aspectos das tendências historiográficas. Ressalta-se que modificar paradigmas históricos ou lançar uma nova forma de escrever e perceber a História é algo que acontece paulatinamente.

COLEÇÕES UTILIZADAS

- APOLINÁRIO, Maria Raquel. **Projeto Araribá: história**. 4.ed. São Paulo: Moderna, 2014.
- BOULOS JUNIOR, Alfredo. **História, sociedade & cidadania**. 3.ed. São Paulo: FTD, 2015.
- COTRIM, Gilberto. **Historiar**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
- PELLEGRINE, Marco César. **Vontade de saber história**. São Paulo: FTD, 2015.
- VICENTINO, Cláudio. **Projeto mosaico: história**. 3.ed. São Paulo: Scipione, 2016.

REFERÊNCIAS

- ARAGÃO, Luiz Adriano Lucena. **História e pré-história: investigando os usos desses conceitos nos livros didáticos de história**. UFRPE-PE. (Dissertação de Mestrado), 2019.
- ABUD, Katia Maria. **A guardiã das tradições: a História e o seu código curricular**. Educar em Revista, n. 42, p. 163-171, 2011.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. (1977). Lisboa (Portugal): Edições, v. 70, 2010.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2011.
- _____. **Em foco: história, produção e memória do livro didático**. Universidade de São Paulo, 2004.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- CAIMI, Flávia. O que sabemos (e o que não sabemos) sobre o livro didático de história:

estado do conhecimento, tendências e perspectivas. In: GALZERANI, Maria Carolina Bovério; BUENO, João Batista Gonçalves; PINTO JR, Arnaldo. **Paisagens da Pesquisa Contemporânea sobre Livro Didático de História**. Campinas: UNICAMP, 2013.

_____. **O livro didático no contexto de transição dos Paradigmas da História**, Apucarana. Disponível em: <<http://historianreapucarana.pbworks.com/f/Encontro5TEXTOS0livrodidaticoeocurriculodehistoriaemtransicao.pdf>>. Acesso em: 27 novembro 2018.

_____. O livro didático de história e suas imperfeições: repercussões do PNLD após 20 anos. In: Helenice Aparecida Bastos Rocha; Luís Reznik; Marcelo de Souza Magalhães. (Org) **Livros Didáticos De História - Entre Políticas e Narrativas**. 1ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017, v. 1, p. 23-45.

_____. MACHADO, Ironita AP; DIEHL, Astor Antônio. **O livro didático e o currículo de história em transição**. Universidade de Passo Fundo, 1999.

_____. **As disciplinas escolares no contexto do PNLD: avanços, lacunas e desafios na avaliação do livro didático**. Revista de Educação Pública, v. 24, n. 57, p. 525-543, 2015.

_____. CASSOL, Francielle Moreira. **Pesquisando sítios arqueológicos História e patrimônio na sala de aula - ISSN 2237-6674**. EntreVer - Revista das Licenciaturas, v. 2, p. 278-295, 2012.

CHERVEL, André. **História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa**. Teoria & Educação, p. 177-229, 1990.

DE OLIVEIRA, Margarida Maria Dias; FREITAS, Itamar. **Historiografia didática e prescrições estatais sobre conteúdos históricos em nível nacional (1938-2012)**. Territórios e Fronteiras, v. 6, n. 1, p. 6-24, 2013.

CHOPPIN, Alain. **História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte**. Educação e pesquisa, v. 30, n. 3, p. 549-566, 2004.

FERREIRA, Danielle da Silva. **Patrimônio cultural Pernambucano nos livros didáticos de história regional: tecendo a formação histórica nos anos iniciais da educação básica**. (Dissertação de Mestrado). Recife: UFRPE, 2015.

FONSECA, Selva Guimarães **A História na Educação Básica: Conteúdos, abordagens e metodologias**. ANAIS DO I SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO – Perspectivas Atuais, Belo horizonte, Novembro 2010.

FREITAS, Itamar. **Conceitos históricos. Ensinar e aprender história nos anos finais da escolarização básica**, p. 61-99.

_____. OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **Ensinar história nos anos iniciais do ensino fundamental**. In: BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Acervos complementares: as áreas do conhecimento nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/SEB 2009. pp. 30-35. <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc>

_____. Livro didático de história: definições, representações e prescrições de uso. In: OLIVEIRA, Margarida Dias de; OLIVEIRA, Almir Félix Bueno de. **Livros didáticos de História: escolhas e utilizações**. Natal: Editora da UFRN, 2009. pp. 11-19.

GOSDEN, Chris. **Pré-história**. Porto Alegre: L&PM POCKET, 2012.

GUIMARÃES, Selva. **Didática e prática de ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados**. 13ª ed. São Paulo: Papirus. 2012 (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

KOSELLECK, Reinhart. **Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos**. Revista Estudos Históricos, 5, n. 10, 1992. 134-146.

LDB: **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. – Brasília: Senado Federal,

Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf. Acesso em: 03 de dezembro de 2018.

MALERBA, Jurandir. **A história escrita**: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006.

NADAI, Elza. **O ensino de história no Brasil**: trajetória e perspectiva. Revista Brasileira de História, v. 13, n. 25/26, p. 143-162, 1992.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Marciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2009.

RÜSEN, Jonh. **Reconstrução do passado**. Brasília: Editora da universidade de Brasília, 2007. ISBN 978-85-230-0942-7.

TRIGGER, Bruce Graham. **Além da história**: os métodos da pré-história. Tradução de Ulpiano Bezerra de Menezes. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1973. p.01-159.

_____. **História do pensamento arqueológico**. 1ª. ed. São Paulo: Odysseus, 2004.

Ensino de História Local: uma prática possível para a aprendizagem histórica.

Ana Cláudia Pontes de Lima ³⁴

INTRODUÇÃO

Este texto trata sobre a contribuição do ensino de história local para o desenvolvimento da aprendizagem histórica, baseado em uma pesquisa realizada na Escola Municipal Instituto Presbiteriano de Heliópolis, situada na cidade de Garanhuns.

Garanhuns é uma cidade do agreste de Pernambuco, localizada a aproximadamente 230 km da capital estadual, conhecida como “Suíça Pernambucana”, “Cidade das Flores”, “Terra Onde o Nordeste Garoa”, apelidos, encontrados na música escrita por Onildo do Amaral e cantada por importantes nomes da música, como Luís Gonzaga. A cidade possui uma população de aproximadamente 138.000 habitantes segundo IBGE 2017.

No mapa de Pernambuco, destacada, é possível localizar Garanhuns, no agreste meridional do estado, próxima à fronteira de Pernambuco com Alagoas (Imagem 1).

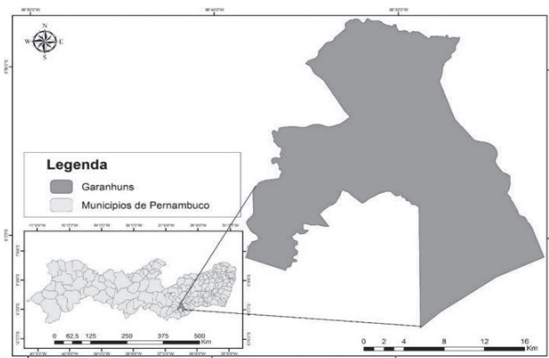


Imagem 1: Localização de Garanhuns em Pernambuco. Fonte: Deus, 2017.

³⁴ Mestranda em História Social da Cultura Regional (UFRPE); E-mail: euhanah2018@gmail.com.

Com 209 anos de história, desde quando foi elevada a categoria de Vila. Hoje comporta um polo médico, contando com um grande número de profissionais nas mais variadas especialidades, diversas clínicas e quatro hospitais, sendo dois particulares e dois públicos, polo comercial, que hoje ocupa o centro da cidade e diversos bairros e polo educacional, com várias escolas da rede pública e privada de educação básica, além de instituições de ensino superior, como a Universidade Federal Rural do Agreste, um campus da Universidade de Pernambuco, uma Autarquia de Ensino Superior e um Instituto Federal, atendendo, aproximadamente, 40 municípios da região do Agreste Meridional e parte da Mata Sul.

Para compreender a peculiaridade de Garanhuns, preciso destacar suas características geográficas. De acordo com Teixeira (2016), sua altitude chega, no ponto mais alto, o Alto do Magano, a 1030 metros acima do nível do mar, favorecendo-lhe com um clima diferenciado de áreas próximas. Composta por sete colinas: Monte Sinai, Triunfo, Columinho, Ipyranga, Antas, Magano e Quilombo. Possui um terreno fértil de muitas ladeiras, belas paisagens, vegetação de agreste e abundância de águas puras. Surpreende por se localizar no Nordeste e muito próxima ao sertão, com uma temperatura média de 21°, variando no inverno entre 16°. Cerca de 90% do seu território se encontra na área urbana e 10% na área rural, dividida entre seus distritos: São Pedro, Iratama e Miracica. Com relação às características do Agreste, Teixeira (2016), esclarece:

Garanhuns está situada na Região Agreste Meridional de Pernambuco, zona de transição entre a Mata e o Sertão. Caracteriza-se pela mistura da vegetação exuberante daquela com as plantas xerófilas deste, ora com predominância de uma, ora de outra. (...) É o Agreste uma região menos sujeita às secas do que o Sertão, apesar de igualmente afetada nas grandes estiagens (TEIXEIRA, 2016, p. 52).

A Escola Municipal, Instituto Presbiteriano de Heliópolis, localiza-se no bairro de Heliópolis, na referida cidade e foi fundada por um pastor da Igreja Presbiteriana de Heliópolis, o reverendo Jaime Alves Pinheiro em 1964, em parceria com o Estado de Pernambuco. A escola já atendeu Ensino fundamental e médio. Em 2015, foi municipalizada e, desde então, com uma equipe nova de profissionais, vem atendendo apenas o ensino fundamental na modalidade regular e EJA.

Em 2018 e 2019 a equipe docente e gestora da referida escola decidiram vivenciar o projeto “Memórias de Garanhuns”³⁵, um projeto pedagógico e interdisciplinar. Nesse texto, irei tratar acerca desta experiência exitosa.

³⁵ Existe uma lei municipal que determina a realização de atividades pedagógicas no chamado “Dia de Garanhuns”, é a lei 3946/2013, em todo dez de março em comemoração a este dia no ano de 1811, quando Garanhuns foi elevada a vila, segundo informações do Instituto Histórico e Geográfico de Garanhuns, no Brasil.

“MEMÓRIAS DE GARANHUNS: HISTÓRIA, IDENTIDADE”

A Lei de Diretrizes e Bases de 1996, alterada pela lei nº 12.796 de 2013, em seu artigo 26, prevê na parte diversificada que “(...) os sistemas de ensino e os estabelecimentos escolares considerem características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela” (BRASIL, 2012).

Deste modo, a lei determina um padrão nacional, mas respeita a peculiaridade regional e local, oferecendo à escola e, conseqüentemente, ao professor a autonomia de adequação do currículo.

Observo, nas legislações, tanto municipal quanto nacional, uma ressalva para com o desenvolvimento do conhecimento da localidade mais próxima ao estudante, mas fica claro também a pouca ênfase, já que se percebe que uma sequência didática não é capaz de aprofundar o assunto em apenas um dia de vivência, como se ver no caráter meramente comemorativo da lei municipal 3946/2013. Portanto, mesmo possuindo leis que recomendam o ensino de história local, não há destaque para a importância dessas perspectivas. Essa constatação se torna ainda mais evidente se levarmos em consideração o espaço- tempo da disciplina história no ensino fundamental, que se reduz a duas horas-aulas no sexto e sétimo anos, três horas-aulas no oitavo e nono anos, com um programa extenso, além das dificuldades que se apresentam ao próprio professor de História, como nos lembra Martins (2010):

Não se trata de tarefa fácil. Os professores de História estão sabidamente sobrecarregados e enfrentam frequentemente, condições de trabalho adversas nas escolas brasileiras. Na maioria dos municípios e estados são raros os estudos históricos de boa qualidade sobre aspectos das trajetórias locais e regionais. Quando existem, há dificuldades para acessá-los. Mas os professores não podem desanimar. Precisam ampliar suas leituras, prestar mais atenção às especificidades locais e regionais, visitar museus e arquivos existentes nas áreas onde residem, acumular informações diversas sobre suas localidades, municípios, regiões e estados, procurar saber o que se está pesquisando nas universidades mais próximas. Sem dúvida, é mais trabalho. Todavia, esse trabalho não tem que ser realizado de uma só vez. Os professores de História, para levar às salas de aula a História Regional e Local, terão que virar pesquisadores. Ensino e pesquisa, teoria e prática terão que ser definitivamente associados, respeitando-se, é claro, as situações concretas vividas pelos profissionais da História (MARTINS, 2010, p. 145-146).

Mesmo diante da realidade descrita, percebo, nesta pesquisa, que os professores de diversas áreas se envolvem em projetos didáticos que tratam o trabalho com a história local por meio da interdisciplinaridade e que tal abordagem ganha espaço em diversas instituições escolares. Talvez, porque os próprios docentes enxerguem suas memórias e identidades impressas nestes passados comuns.

Entendo que o ensino de história, ao insuflar memórias, promove o que chamamos de construção da identidade, na medida em que, cria

oportunidade de experiências que suscitam o pertencimento ao coletivo, remontando a experiências comuns de um passado. A respeito deste aspecto de construção da identidade, Carretero (2010), aborda:

“Registro”, “raízes”, “legado”, “tradição”, “memória” são algumas palavras que dão conta de várias das estratégias de valoração do passado e, também, dos processos de seleção e estruturação orgânica das lembranças por meio de um filtro que impede a permanência de alguns valuartes incômodos, enquanto intensifica a importância de outros. Por fim, a história parece ser muito eficaz para nos fazer membros do grupo social com o qual compartilhamos “algo”, que, por regra geral, é formulado por meio de um relato original; além disso, esse mesmo relato nos separa daqueles que não pertencem ao grupo. A história_ essa versão feminina do passado_ é, por outro lado, o instrumento privilegiado para diferenciar “nós” dos “outros”, instância na qual se constrói uma identidade relacional (CARRETERO, 2010, p. 33).

A História Local é abordada aqui como componente curricular, como estratégia de ensino e de pesquisa que pode colaborar para a aproximação da escola com o aluno e a comunidade, que pode contribuir para a conservação e valorização da memória, da identidade e do patrimônio local, favorecendo a significação do estudo da disciplina História e do conhecimento escolar como um todo, na medida em que, colabore para a interdisciplinaridade. Diante disto, Bittencourt (2011), nos fala:

A questão da memória impõe-se por ser a base da identidade, e é pela memória que se chega à história local. Além da memória das pessoas, escrita ou recuperada pela oralidade, existem os “lugares de memória”, expressos por monumentos, praças, edifícios públicos ou privados, mas preservados como patrimônio histórico. Os vestígios do passado de todo e qualquer lugar, de pessoas e de coisas, de paisagens naturais ou construídas tornam-se objeto de estudo (BITTENCOURT, 2011, p. 169).

O entendimento sobre o ensino de História Local, não precisa e não deve ser reducionista a ponto de promover um puro localismo. Se for vista como ponto de partida e não como limitador, cria condições para a formação de identidade, mas deve se pautar no respeito ao outro e no olhar sobre o humano como um coletivo. Acerca deste ponto Bittencourt (2011), defende:

Um dos objetivos centrais do ensino de história na atualidade, relaciona-se a sua contribuição na constituição de identidades. A identidade nacional, nessa perspectiva, é uma das identidades a ser construída pela história escolar, mas por outro lado, enfrenta ainda o desafio de ser entendida em suas relações com o local e o mundial (BITTENCOURT, 2011, p. 111).

Quando falo em história, memória e identidade, é importante deixar claro alguns detalhes, história e memória se relacionam as experiências passadas e a preservação da memória embasa a identidade. Mas é preciso atentar que tais conceitos não são sinônimos, apesar de suas estreitas relações. A memória é bem pessoal e subjetiva, apesar de se falar de memória coletiva, que são as lembranças e esquecimentos da coletividade que se embasam em elementos materiais e rituais

encontrados em todas as partes, como prédios, nomes de ruas, festividades, tradições, entre muitos outros exemplos. A história é feita de memória, mas não é apenas memória, visto que a mesma tem um compromisso com a “verdade”, busca cada vez mais a objetividade que não se encontra na memória.

Mas aqui há uma diferença entre o ensino de História e a transmissão da memória compartilhada. A história é crítica: nega-se a esquecer o doloroso, não deve nos esconder coisas que agora podemos não gostar: deve nos ensinar que às vezes, fomos vítimas, mas em outras carrascos, e que o limite entre um e outro pode ser muito tênue. Mas além disso, a história não é apenas relatos, mas é também, e sobretudo, um conjunto de recursos para nos ajudar a compreender. São habilidades de pensamento que, se são adquiridas, podem ajudar-nos não apenas a nos harmonizar com os outros, mas a divergir deles, a exercer, dentro de nossos modestos limites, a liberdade de pensamento, planejamento e ação (CARRETERO, 2007, p. 23).

Defendo que o ensino da história local, não se reduz a um meio de tornar a disciplina atrativa, o que é um importante desafio presente, mas a própria finalidade de atender a necessidade humana de conhecer suas origens, suas raízes, suas identidades. A vivência da disciplina história, na educação básica, deve explorar e criar condições para o desenvolvimento de diversas habilidades.

O que se observa é, portanto, a resistência do “regional” e do “local”, porque certas diferenças não desaparecem. Mais do que isso: as pessoas e os grupos sociais, submetidos às tensões da “sociedade global”_ os riscos ecológicos, o medo (do desemprego, do terrorismo, da competição), o individualismo exagerado, as frustrações do consumismo, etc._, experimentam uma “perda de direção”. Questionam a realidade, refletem sobre a “perda de História”, reexaminam suas experiências de vida. Enfim, são assaltadas pela inquietação relativa à identidade. A globalização, ao deslocar antigas certezas e filiações, exige que os indivíduos e as nações repensem suas identidades (MARTINS, 2010, p. 139).

A provocação ao ensino de história vai além de se fazer interessante aos estudantes, ela precisa se justificar para toda realidade social, local e global nas circunstâncias atuais. O ensino de história apenas para a identidade e cidadania não basta mais, em um mundo repleto de diversidade. A educação deve ir além do indivíduo e atingir o viver coletivamente por meio do respeito e alteridade, esta função de conhecer a si mesmo, olhar para o seu lugar não pode ser o fim, deve se pautar no direcionamento do olhar respeitoso para o outro.

A contribuição da história na escola não é só a compreensão da própria realidade e a formação da identidade, mas também a concepção e compreensão da diferença, da alteridade- tanto para ensinar a convivência nas sociedades que hoje são, na maioria multiculturais, quanto para ensinar a julgar o próprio sistema político e social em que se vive (sem outros pontos de vista além daquele onde eu vivo não há crítica efetiva possível) (CERRI, 2014, p. 126).

Sendo assim, mesmo inseridos em um mundo globalizado, é notável a importância de manter a preservação da identidade cultural e o papel

do ensino de história na educação básica perpassa essa função de proporcionar a capacidade de leitura do mundo podendo partir de uma perspectiva local, mas sem se limitar ao local. É possível perceber de maneira palpável um bom trabalho com a história no projeto “Memórias de Garanhuns” executado pela equipe da Escola Municipal IPH.

O projeto “Memórias de Garanhuns” vai além da comemoração, pois utiliza a oportunidade aberta pela exigência legal, para promover a aprendizagem e merece destaque por tratar-se de uma prática pedagógica que envolve toda comunidade escolar no desenvolvimento da pesquisa e do saber.

Para entender o sucesso deste projeto, faz-se necessário relatar o compromisso dos docentes e da equipe gestora, facilmente perceptível nas entrevistas devido à empolgação dos mesmos ao falarem sobre a experiência aqui retratada. Todos os professores renderam elogios à equipe gestora, que, segundo relatos, oferece muito apoio e se envolve diretamente na realização de todos os projetos. Eles elogiaram também os colegas, quando fica fácil perceber o clima harmonioso de colaboração. A maioria dos professores entrevistados chegou à escola em 2017 e apenas uma chegou em 2019, todos eles participaram do referido projeto e falam a respeito como uma experiência exitosa. A equipe gestora atual iniciou seu trabalho nesta escola em 2018. Senti, então, entre os profissionais, um clima de frescor de quando se inicia uma atividade nova, uma sensação de recomeço, de querer fazer junto e conseguir sem medir esforços. Vale ressaltar que apesar de todos os entrevistados terem chegado à escola, recentemente, eles têm experiências anteriores, em outras escolas. Então, para caracterizar bem essa equipe utilizo adjetivos como: experiente, motivada, comprometida, unida e coerente.

Em 2018, o projeto se voltou para a trajetória histórica de Garanhuns, desde quando se tornou vila até os dias atuais, trataram de marcos históricos, monumentos, personalidades, características geográficas, recursos naturais.

Cheguei à escola em 2019 e não encontrei nenhum registro escrito do projeto. A Escola Municipal Instituto Presbiteriano de Heliópolis, tem uma grande dificuldade estrutural e de recursos, uma vez que não conta com computadores e impressoras no setor pedagógico, por exemplo. Então, o projeto foi planejado junto aos professores, mas não foi escrito num esquema estrutural com objetivo, metodologia e justificativa. Do planejamento partiram para a prática, por este motivo utilizo relatos orais de professores e estudantes sobre a prática pedagógica.

A oportunidade de participação dos estudantes, em uma pesquisa, possibilitou-lhes um olhar mais cuidadoso sobre a cidade e uma curiosidade de saber mais. O que foi perceptível na entrevista da

professora A.

Então eu sentir que o objetivo deste projeto foi realmente alcançado porque envolveu os alunos e quando eles paravam para perguntar aos pais e aos avós como era aquele lugar antes, como era aquele lugar que eles conhecem hoje, como era antigamente, eu percebia que eles tinham uma surpresa em saber que houve muitas mudanças, então eu sentir que os objetivos foram alcançados, pelo menos dentro dos indicadores da função que eu tive que trabalhar com eles dentro do projeto. É que de fato, uma coisa tão simples fez eles refletirem que o espaço é uma transformação, o espaço é uma mudança e que os pais e avós deles viram em Garanhuns não é o que eles veem hoje. Aí eu fiquei satisfeita, foi gratificante, apesar do trabalho, foi gratificante. (PROFESSORA A, 2019).

A fala da professora A me chamou atenção, porque foi possível perceber, que a mesma explorou a entrevista dos estudantes do sexto ano com pais e avós, experiência riquíssima por favorecer a troca entre gerações, a valorização da experiência dos mais velhos e as fontes orais, na construção de narrativas sobre lugares já conhecidos dos estudantes. Acerca do uso da história oral em sala de aula concordo com Santhiago e Magalhães (2015), quando afirmam:

É nessa parte da história oral que o professor entra. Não importa a disciplina que ensine, a escola em que trabalhe, o número de alunos, as condições materiais disponíveis em sua escola - sempre existe um lugar para a história oral na sala de aula, sempre existe um lugar para as histórias, as memórias, as subjetividades e as expressões da oralidade. Dificuldades e desafios existem, mas não há barreiras intransponíveis. Cabe a nós assumirmos o desafio de implementarmos nossos projetos (SANTHIAGO e MAGALHÃES, 2015, p. 34)

Sobre história oral, utilizo nesta pesquisa, defendendo sua utilização em sala de aula e acredito no projeto “Memórias de Garanhuns” como um leque de possibilidades para desenvolver a prática. Percebo que foi utilizada por diferentes professores ao longo do projeto, mesmo que muitas vezes de maneira improvisada.

Entre as atividades desenvolvidas estão os passeios pela cidade para visitar pontos turísticos, o centro da cidade e algumas fábricas. Como é possível também perceber no relato da professora B (2019).

Nós trabalhamos os pontos turísticos também, nós levamos os alunos para o relógio de flores, ao pau pombo, para conhecer algumas praças, como a praça Souto Filho, teve outra praça... a Mestre Dominguinhos, a esplanada, nós levamos os estudantes para o Cristo do Magano, aos principais pontos turísticos. Foram também ao Castelo e ao retornar o aluno produzia maquetes resignificando o que eles viram. Nós tivemos a exposição de maquetes, de desenhos artísticos. Visitaram também uma fábrica, algumas fábricas, aí eles trouxeram o que movimenta a economia, como o comércio e algumas fábricas. Porque as salas temáticas eram isso, uma trabalhava a economia, a outra os pontos turísticos, a outra personalidades, a outra a hecatombe (PROFESSORA B, 2019).

Acredito no valor didático do passeio, pedagogicamente, planejado e orientado pela cidade, pois permite fazer uma leitura do espaço e

entender as ações do homem no tempo e no urbano. Acerca do olhar sobre a cidade Ricouer (2007), defende:

É na escala do urbanismo que melhor se percebe o trabalho do tempo no espaço. Uma cidade confronta no mesmo espaço épocas diferentes, oferecendo ao olhar uma história sedimentada dos gostos e das formas culturais. A cidade se dá ao mesmo tempo a ver e a ler. O tempo narrado e o espaço habitado estão nela mais estreitamente associados do que no edifício isolado. A cidade também suscita paixões mais complexas que a casa, na medida em que oferece um espaço de deslocamento, de aproximação e de distanciamento. É possível ali sentir-se extraviado, errante, perdido, enquanto que seus espaços públicos, suas praças, justamente denominadas, convidam às comemorações e às reuniões ritualizadas (RICOUER, 2007, p. 159).

Em 2019, na segunda edição do projeto “Memórias de Garanhuns”, a escola tratou de um tema mais específico, a história do músico Domiguinhos. Nas declarações de muitos professores e de estudantes, foi possível perceber que quando se trabalha a vida de uma personalidade, como o artista mencionado, isso repercute, no estudante, no sentido de ao conhecer a história de alguém que nasceu na cidade e alcançou visibilidade mundial, mesmo diante de dificuldades sociais e econômicas, é oferecida ao aluno a perspectiva de acreditar no seu próprio futuro e isso incentiva o interesse pelos estudos. O que pode ser identificado, claramente, na fala da Professora D (2019), “as vezes a gente ver uma personalidade artística muito distante, eles puderam ver que mesmo sendo daqui eles podem se esforçar e conseguir”. Essa mesma percepção ficou clara na fala da Professora A (2019).

Saber que aqui é uma cidade do interior mas que tem artistas, tem escritores que escrevem muito bem, tem cordelistas, cantores que como Andrea Amorim que já viajou o mundo todo e sempre volta a Garanhuns é uma forma deles também pensarem que também podem, acho que isso foi um grande avanço (PROFESSORA A, 2019).

Essa edição do projeto, por tratar da vida de um artista filho da cidade, que representou tão bem a cultura nordestina, proporcionou um espaço de valorização da identidade regional. Como é possível perceber no relato da Professora D (2019).

Quando cheguei aqui já me deparei com alguns projetos, um deles é o “Memórias de Garanhuns” e neste ano foi vivenciado o artista da terra Domiguinhos. Então foi um trabalho importante, interessante, porque os alunos se envolveram, todos os alunos da escola se envolveram e pesquisaram, apresentaram, representaram, cantaram, uma boa parte da obra de Domiguinhos foi mostrada nesse projeto através do trabalho desses alunos, a importância maior que eu vi, que eu vejo no projeto “Memórias” e especialmente neste ano foi não perder a origem, as nossas origens, o valor da música nordestina do forró, do baião e também a valorização destas músicas na região, porque, infelizmente, tem o Brasil, o nordeste, a nossa região, a nossa cidade, as nossas escolas, têm recebido influências muito distantes das nossas realidades, eu digo, estilos musicais que não condizem com nossa realidade, que atrapalham o conhecimento dos nossos alunos do

que realmente eles deveriam valorizar. Então foi uma oportunidade que eles tiveram de buscar, de buscar esse conceito da música nordestina. O principal que eu achei foi isso mesmo, foi eles verem que daqui de Garanhuns saiu um artista com tantas qualidades, com tantas performances dentro da música nordestina (PROFESSORA D, 2019).

O Professor E também fala da importância da valorização da cultura local oportunizada pelo projeto, assim como da possibilidade de atrair o estudante para a história e arte.

O projeto “Memórias de Garanhuns” aqui da escola, eu particularmente percebo que ele tem um valor afetivo, porque você trabalha com a memória. Por exemplo, vou dar um exemplo bem prático: o artista mais expressivo de Garanhuns, na minha visão, é Domiguinhos, por tudo que ele alcançou na música, por ele ser digamos uma enciclopédia da música brasileira, digamos assim os fatos mais importantes da década de 50 até o tempo que ele esteve aqui nesse plano, Domiguinhos acompanhou de maneira intensa enquanto artista, enquanto grande compositor que era e exímio acordeonista, então eu apresentei aqui um documentário muito bom sobre Domiguinhos e esse documentário trás muitas imagens raras de Garanhuns, mais antigas, da década de 50, que vai corroborando com a própria narrativa do próprio Domiguinhos contando a sua história, então assim como os estudantes, a gente criou uma sala que ficava o documentário passando, e trabalhei em sala de aula também como introdução do projeto, eu fiquei responsável pela parte de música, a minha formação é em música, então veio a calhar e esse documentário, os estudantes, acho que não sabiam muito da história de Domiguinhos e nunca tinham visto aquelas imagens da cidade de Garanhuns, imagens da década de 50 onde hoje é a praça Mestre Domiguinhos, o próprio bairro de Heliópolis que foi onde Domiguinhos nasceu e se criou, então mostra imagens dessas ruas, então essa memória afetiva, eu acho que a arte, vou puxar pro meu campo, a arte, ela vai trabalhar muito nesse lugar, a memória, inclusive a criação artística se dar muito pela memória, com a imaginação e com a realidade, com a memória. Então assim, esse projeto trás muita afetividade com a história com a memória, você saber que isso tem um valor, um valor cultural, um valor pra educação, pra formação das pessoas e inclusive eu passei a conhecer melhor Garanhuns, porque não sou daqui (PROFESSOR E, 2019).

O projeto foi vivenciado com atividades diversas, como apresentações culturais, produção de cartazes, ornamentação de salas e repetindo a experiência exitosa da primeira edição, a escola recebeu a visita de um historiador que deu uma palestra. Artistas como, escritores, cordelistas e músicos que também deram suas contribuições. Como relata a Professora F, “e todo ano, o que a gente ver aqui é um espetáculo o projeto: Memórias de Garanhuns”.

As expectativas encontradas nas falas dos professores, como valorização cultural, desenvolvimento de perspectivas de futuro, prazer em pesquisar e aprender, podem ser confirmadas nos relatos dos estudantes como, por exemplo, na fala da estudante A.

O projeto influenciou bastante no nosso conhecimento sobre a história da nossa cidade, sobre até mesmo os artistas, os poetas, eu gostei muito, até porque eu gosto muito de cantar, então o ano passado veio Andréia Amorim,

a gente teve a oportunidade de cantar com ela, então foi uma experiência maravilhosa, foi muito bom. . Esse ano o meu grupo da sala, a gente cantou uma música de Domiguinhos “Sanfona sentida”. Então foi ótimo. Se chegar um turista e me perguntar o que você sabe sobre Domiguinhos, a gente já sabe dizer alguma coisa. Em um projeto assim a gente tem a oportunidade de fazer o que gosta (ESTUDANTE A, 2019).

A fala da estudante A, resume bem o que foi dito por outros estudantes e confirma as considerações dos professores, mostrando que de algum modo os objetivos do projeto foram alcançados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um projeto pedagógico como este é uma oportunidade para a disciplina de história, na conquista de espaço dentro da escola e, até mesmo, para seu reconhecimento junto à comunidade escolar, visto que a mesma conta com uma carga horária restrita e vive uma crise existencial, assim como a história acadêmica e a “ciência” como um todo, à medida que há um contínuo abandono da importância do passado.

As atividades do projeto, como conversa em sala de aula, entrevista dos estudantes com seus parentes, participação de artistas e escritores dividindo suas experiências, o passeio pela cidade, a confecção de cartazes e maquetes, a ornamentação de salas de aulas, as apresentações dos estudantes, são passos possíveis de serem realizados em qualquer escola e que se desenvolvidos de maneira bem orquestrada tornam possível a pesquisa, a análise de dados, a produção, sistematização e socialização do conhecimento acerca de aspectos, históricos, econômicos, geográficos, sociais e culturais da cidade. É um projeto que marca a trajetória escolar de todo estudante envolvido e da própria escola como um todo.

Portanto, o projeto “Memórias de Garanhuns” é um bom exemplo de um trabalho voltado para a história local, que oportuniza a aprendizagem histórica na medida em que trabalha com identidade, memória e alteridade, de maneira eficiente, com a participação interdisciplinar de uma equipe dedicada e o envolvimento ativo dos estudantes.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394, 20 de dezembro de 1996)**. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/I9394.htm> Acesso em: 14/06/2018.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História**. Brasília, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/civil_03/Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm> Acesso em: 14/06/2018.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História**: Fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2011.

CARRETERO, Mario; ROSA, Alberto; GONZÁLEZ, Fernanda e colaboradores. **Ensino de História e Memória Coletiva**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CARRETERO, Mario. **Documento de identidade**: a construção da memória histórica em um mundo globalizado. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CAVALCANTI, Alfredo Leite. **História de Garanhuns**. Recife: CehmFiam, 1983.

CERRI, Luis Fernando. **Ensino de História e Consciência Histórica**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

DEUS, Rodolfo Alexandre da Silva Gomes de. IL. color. UFRPB. 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Mapa-de-localizacao-do-municipio-de-Garanhuns-PE_fig1_327424335> Acesso: em 06 de maio de 20.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/garanhuns/panorama>>. Acesso em: 20/05/2018.

MARTINS, Marcos Lobato. História Regional. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Novos temas nas aulas de história**. São Paulo: Contexto, 2010.

RICOUR, Paul. **A Memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. **História Oral na sala de aula**. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

TEIXEIRA, Manuel Neto. **Garanhuns**: álbum do novo milênio:(1811-2016): História, poderes, urbanismo, instituições,cultura. Recife: Ed. do Autor, 2016.

“Patrimônio cultural, herança de quem?”: (re) pensando abordagens em livros didáticos de História.

Jonas Clevison Pereira de Melo Júnior ³⁶

INTRODUÇÃO

Neste capítulo, apresento parte dos resultados do Projeto Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), intitulado “O papel do Patrimônio Arqueológico para a construção de materiais didáticos e sua utilização para o Ensino de História”, que teve, como um de seus objetivos, compreender como o patrimônio cultural tem sido abordado no ensino de História, partindo da análise desse conceito em livros didáticos de História.

Para a realização da análise, foram selecionados três livros didáticos de História do 1º ano do Ensino Médio, que fazem parte das três coleções mais distribuídas no Brasil, de acordo com o percentual de distribuição apresentado pelo Programa Nacional de Livros Didáticos (PNLD)³⁷ para os anos de 2015-2017³⁸, conforme o quadro apresentado abaixo:

Colocação	Coleção	Editora	Autor	Quantidade de Exemplares (1o ano do Ensino Médio)
1º	História, Sociedade e Cidadania 1	FTD	Alfredo Boulos Júnior	557.648
2º	História Global – Brasil e Geral 1	Saraiva	Gilberto Cotrim	406.460

³⁶ Graduando em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: clevisonjonas@gmail.com.

³⁷ O atual PNLD surgiu na década de 1980, quando o programa de livros didáticos que vigorava sofreu modificações, adquirindo essa denominação apenas em 1985, e passando a ter como principal objetivo o que muitos educadores defendiam, a garantia da melhoria da educação pública e sua universalização (ALVIM, 2009).

³⁸ A seleção dos livros a serem analisados partiu do PNLD, por esse ser o programa oficial vinculado ao Ministério da Educação (MEC), e por ser o responsável em avaliar os conteúdos e aspectos pedagógicos e metodológicos a serem aplicados nas coleções didáticas, de acordo com o Sistema de Avaliação dos Livros Didáticos, instaurado pelo MEC em 1995, e que é composta por especialistas de cada área de conhecimento, convocados para analisar e aprovar as coleções produzidas pelas editoras (ALVIM, 2009).

3º	História – das cavernas ao terceiro milênio 1	Moderna	Patrícia Ramos Braick e Myriam Becho Mota	334.660
----	--	---------	--	----------------

Quadro 1: Coleções de História mais distribuídas no PNLD 2015 (Ensino Médio). Fonte: autor, 2020³⁹.

Foram aprovadas, no PNLD 2015-2017, dezenove coleções referentes ao componente curricular de História. Dessas coleções, as três selecionadas para serem analisadas neste estudo, apresentadas no quadro acima, representam 42% da distribuição total, somando um quantitativo de 1.298.768 volumes, distribuídos em todo o país, representando uma amostragem significativa para pensar como o campo do Patrimônio Cultural tem sido abordado, nos livros didáticos de História, conforme mostra a quadro abaixo:

Colocação	Quantidade de exemplares (1a ano)	Percentual de distribuição nacional
1º ao 3º	1.298.768	42%
4º ao 19º	1.778.702	58%
Total = 19	Total = 3.077.470	Total= 100%

Quadro 2: Percentual das coleções de História mais distribuídas no PNLD 2015 (Ensino Médio). Fonte: autor, 2020⁴⁰.

PATRIMÔNIO CULTURAL E ENSINO DE HISTÓRIA

O campo do Patrimônio Cultural tem recebido especial atenção, atualmente, na produção historiográfica brasileira. Inúmeros são os trabalhos, que discutem a trajetória das concepções e das políticas públicas acerca do patrimônio cultural no ocidente, como os de Funari e Pelegrine (2009) e Poulot (2009), bem como no Brasil, como os de Fonseca (1997) e Chuva (2011), fornecendo subsídios para pensar, em uma perspectiva histórico-social, as questões que envolveram a produção de sentidos e representações em torno de patrimônios culturais produzidos em determinados contextos históricos.

Observando a contribuição desses autores, percebemos que, de modo geral, o conceito de “Patrimônio Cultural”, para se referir ao conjunto de bens culturais criados e patrimonializados por diferentes sociedades, sofreu ao longo da história modificações em torno de seu significado e de seu papel social.

³⁹ Fonte dos dados utilizados: Disponível em: <<http://www.fnnde.gov.br/programas/programas-do-livro/livro-didatico/dados-estatisticos>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

⁴⁰ Fonte dos dados utilizados: Disponível em: <<http://www.fnnde.gov.br/programas/programas-do-livro/livro-didatico/dados-estatisticos>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

As novas demandas por valorização de bens culturais antes marginalizados pelas políticas públicas, ligadas a setores da sociedade que, atualmente, têm reivindicado um direito à memória e ao reconhecimento de sua história, bem como, por outro lado, o questionamento em torno de bens culturais patrimonializados, que preservam uma memória colonial e autoritária, têm demonstrado como o campo do patrimônio cultural encontra-se marcado por disputas de narrativas e de poder.

Analisando as mudanças no conceito de Patrimônio Cultural no último século no Brasil, Vogt (2008, p. 14) apresenta uma definição que usualmente, tem sido apresentada:

Entende-se por patrimônio cultural o conjunto de todos os bens materiais ou imateriais, que, pelo seu valor intrínseco, são considerados de interesse e de relevância para a permanência e a identificação da cultura da humanidade, de uma nação, de um grupo étnico ou de um grupo social específico.

Essa definição, ao ressaltar que o que constitui o patrimônio cultural são os bens de natureza material e imaterial, criados pela ação humana e dotados de valores que são próprios de cada sociedade ou grupo social que os produziram, destaca a importância do patrimônio cultural enquanto herança das gerações passadas. Seguindo essa mesma concepção, a Constituição Federativa da República Brasileira de 1988, no seu Art. 216, define que:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Classificando os bens que constituem o patrimônio cultural do povo brasileiro, a definição presente nesse documento, segundo Miranda (2006), inova ao reconhecer que esse patrimônio não se limita apenas a bens culturais materializados, mas abrange ainda os bens de natureza imaterial, promovendo o reconhecimento e a proteção desses bens no ordenamento jurídico brasileiro⁴¹. A definição expressa, na constituição de 1988, ainda retoma a concepção de patrimônio cultural enquanto herança das gerações passadas, na medida em que considera que os bens que o integram são portadores

⁴¹ Embora a Constituição Federal de 1988 já abordasse os bens culturais de natureza imaterial, reconhecendo sua importância e seu valor social, foi apenas a partir do Decreto 3.551, promulgado em 4 de agosto de 2000, que foi instituído oficialmente o registro desses bens, através dos livros de registro dos modos de expressão, saberes e celebrações, tornando possível a realização de ações de proteção dos bens culturais de natureza imaterial.

da identidade e da memória dos diversos grupos que formam a sociedade brasileira.

Na historiografia brasileira, segundo Pacheco (2017), foi a partir dos novos referenciais teóricos do campo da história cultural e da consequente reformulação do próprio conceito de cultura, na década de 1990, que o campo do Patrimônio Cultural aflorou como “objeto historiográfico”. Articulando-se a Memória social, o Patrimônio cultural passou a ser entendido “como o conjunto de artefatos materiais e práticas imateriais que são selecionados por determinada comunidade ou grupos sociais com o objetivo de representar sua identidade coletiva” (PACHECO, 2017, p. 12).

Embora aproximando-se das definições apresentadas por Vogt (2008) e pela constituição brasileira (1998), a definição proposta por Pacheco (2017), amparada pela recente historiografia sobre o assunto, se articula a abordagem apresentada por Poulot (2009), que ao entender o patrimônio como objeto de representação de identidades coletivas, questionou a compreensão de patrimônio enquanto simples herança das gerações passadas, por entender que a emergência de bens culturais partem dos interesses da sociedade, ou comunidade, que os patrimonializaram.

No campo do ensino de História, pesquisas voltadas para a abordagem do patrimônio cultural, na sala de aula, têm ganhado cada vez mais destaque, a partir de trabalhos que visam fornecer apontamentos teórico-metodológicos, que possibilitem pensar as questões acerca do que constitui o patrimônio cultural de determinadas sociedades.

Esse interesse parte, de certo modo, da necessidade de observar como o campo do ensino de História tem contribuído para o debate sobre o patrimônio cultural brasileiro, diante das recomendações estabelecidas pela própria legislação educacional, como observado, por exemplo, no artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/96), que destaca que cada currículo destinado aos diferentes níveis de ensino da educação básica “[...] deve observar as características regionais e locais da sociedade e da cultura (...) [voltando-se] para a divulgação do acervo cultural dos municípios e estados” (BRASIL, 1996).

Embora não utilize o termo Patrimônio Cultural, essa lei destaca a importância de abordar, na educação básica, os bens culturais presentes na sociedade. O destaque para o patrimônio cultural ocorre nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1998)⁴², que propõe

⁴² Os Parâmetros Curriculares Nacionais são utilizados neste capítulo como referência para pensar as questões acerca da educação básica, por que no ano da realização desta pesquisa a Base Nacional Comum Curricular, currículo atualmente oficial, encontrava-se em fase de implantação.

que o ensino de história deve contribuir para que os alunos sejam capazes de “[...] valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a diversidade social [...]” (BRASIL, 1998, p. 43).

O trabalho, em sala de aula, com os bens que integram determinado patrimônio cultural, mas especificamente durante as aulas de História, deve centrar em abordagens que ultrapassem até mesmo o estabelecido nos currículos escolares⁴³. Assim, Bittencourt (2011, p. 277-278), analisando as possibilidades de abordar o patrimônio cultural no ensino de História, destaca que a preocupação oriunda do debate sobre o que tem sido compreendido como memória social e como patrimônio cultural, decorre do entendimento de que:

Entre nós, tem-se sedimentado a ideia de que somos “um país sem memória”, mas cabe questionar qual memória tem sido esquecida e como resgatar um passado que possa contribuir para atender às reivindicações de parcelas consideráveis da população às quais tem sido negado o “direito à memória”.

Portanto reflexões que problematizam os diferentes momentos históricos, mediante a leitura dos bens que integram o patrimônio cultural, permitirão ao aluno perceber que determinados “bens patrimonializados contribuem para a formação de *identidades* de grupos e categorias sociais [...] e, como tal, permitem-nos estabelecer elos de pertencimento com o passado” (MACHADO; MONTEIRO, 2010, p. 26, grifo do autor).

Nessa perspectiva, Machado e Monteiro (2010, p. 37) assinalam que “o ensino de História [...] assume um papel importante na medida em que possibilita a articulação e problematização dos conceitos de patrimônio, identidade e cidadania”. Assim, a compreensão acerca dos elementos que constituem o patrimônio cultural existente no cotidiano dos próprios alunos, proposta presente, inclusive, nas determinações curriculares e que tem sido bastante defendida, possibilitará, a partir de experiências nas quais os alunos apresentem os bens culturais existentes na rua, no bairro ou na cidade em que vivem, a emergência de uma consciência voltada para o reconhecimento da importância do patrimônio cultural brasileiro e, de modo específico, da região onde vivem.

LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA EM DEBATE

Seguindo os pressupostos teóricos que norteiam as pesquisas voltadas para o campo do Patrimônio Cultural e do ensino de História, voltamos nossa análise para entender como os livros didáticos de História têm apresentado a temática do patrimônio cultural.

⁴³ Faço aqui um destaque para as limitações existentes nos currículos educacionais, pois como ressalta Silva (2010), é importante compreender esses documentos enquanto construções culturais, que por se encontrarem em um campo de disputa de poder, devem ser entendidos como territórios a serem contestados, na tentativa de desconstruir uma proposta de conhecimento determinada a partir de uma única história.

Considerado um dos principais recursos de informação, que alunos e professores dispõem no cotidiano da sala de aula, os livros didáticos, como ressalta Azevedo (2005), se estabeleceram no processo de ensino e aprendizagem, adquirindo muitas vezes centralidade na transmissão dos conhecimentos propostos pelos currículos escolares.

O número de pesquisas acadêmicas com livros didáticos no Brasil em geral, como pontua Bittencourt (2011), cresceu, consideravelmente, nos programas de pós-graduação a partir da década de 1980, ganhando destaque em diferentes áreas e com proposições teórico-metodológicas diversas, e, no caso da História, marcou um momento no qual as investigações na área do ensino de História se encontravam em fase de desenvolvimento.

Entretanto, como analisa a mesma autora, foi, apenas, a partir da década de 1990, que as pesquisas educacionais se voltaram para o cotidiano da sala de aula, com discussões que promoveram “críticas aos pressupostos estruturalistas em suas concepções genéricas da escola como mero aparelho ideológico do Estado, passando a situá-la como lugar de produção cultural e de conhecimento específico” (BITTENCOURT, 2011, p. 492)⁴⁴.

Foi como resultado desse contexto, sobretudo, que, a partir da primeira década do século XXI, o livro didático tornou-se um importante foco das pesquisas, tornando-se objeto de estudo até hoje, mesmo diante de uma situação que possa parecer, a primeira vista, contraditória, pois como ressalta Bittencourt (2011, p. 504):

O interesse sobre a produção didática se apresenta, no entanto, de forma aparentemente paradoxal, uma vez que vive-se na educação um momento de incorporação de novos materiais didáticos tecnológicos que têm sido avaliados como substitutos dos manuais impressos didáticos.

Mesmo diante desse contexto de inserção de novas tecnologias no meio educacional, os livros didáticos, ainda, representam o principal suporte dos conhecimentos escolares, em virtude de duas questões: primeiro, os problemas de investimento que envolve a educação pública brasileira, e segundo porque esses materiais apresentam, em sua elaboração, os conteúdos propostos pelos currículos, constituindo-se enquanto “suporte de métodos pedagógicos, ao conter exercícios, atividades, sugestões de trabalhos individuais ou em grupo e de formas de avaliação do conteúdo escolar” (BITTENCOURT, 2011, p. 302). Assim:

Esse material oferece condições para o aluno ter maior domínio sobre a

⁴⁴ As pesquisas que se desenvolveram na década de 1990 e as discussões geradas por essas pesquisas influenciaram o interesse pela sala de aula e por seus métodos, resultando, no campo do ensino de história, na organização de congressos e palestras, bem como na criação do grupo de trabalho (GT) Ensino de história e Educação, da Associação Nacional de Professores Universitários de História (ANPUH), que reuniu pesquisadores interessados em promover discussões sobre o ensino dessa disciplina, desenvolvendo pesquisas em diferentes programas de pós-graduação pelo Brasil.

leitura e a escrita e ampliar seu conhecimento sobre vários assuntos e temas, mas, paradoxalmente, limita esse domínio, ao direcionar a leitura para determinadas formas de ler e utilizar as informações apreendidas (BITTENCOURT, 2011, pp. 317 – 318).

No ensino de História, centro de nossa discussão, o uso dos livros didáticos, na maioria dos casos, se insere, no contexto da sala de aula, como um dos principais recursos utilizados pelos professores, por apresentar os conteúdos propostos nos currículos escolares. Entretanto o uso desse suporte de informação, em sala de aula, não pode constituir o único material de acesso dos alunos, e nem pode se tornar o centro do processo de ensino, uma vez que as informações e exercícios propostos, em sua estrutura, muitas vezes, não conseguem suprir determinadas necessidades dos alunos durante o processo de ensino-aprendizagem.

Assim, ao analisar os princípios definidos para o ensino de História, percebemos que esse suporte por si só não deve ser a única forma de direcionar o processo de aprendizagem, que tem como objetivo:

[...] levar os alunos a considerarem como importante a apropriação crítica do conhecimento produzido pelos historiadores, que está contido nas narrativas de autores que se utilizam de métodos diferenciados e podem até mesmo apresentar versões e interpretações díspares sobre os mesmos acontecimentos. Essa leitura crítica presidirá também os materiais didáticos colocados à disposição dos alunos, especialmente os livros didáticos (BRASIL, 2006, p. 72).

Entender o papel que os livros didáticos exercem, no contexto escolar, torna-se essencial, pois, como produto cultural, sua produção e seus aspectos materiais são marcados por uma lógica de mercado, na qual segundo Bittencourt (2011), ao configurar-se como mercadoria ligada ao mundo editorial, constitui-se como fruto de uma dinâmica marcada por uma indústria cultural criada pelo capitalismo. Portanto é possível empreender diferentes visões sobre esse material, entendido “ora como veiculador e perpetuador de ideologias dominantes, ora como um objeto limitador da autonomia e da criatividade docentes, ora como instrumento pedagógico de apoio ao professor” (ALVIM, 2009, p. 1).

Os livros didáticos de História no Brasil, como avalia Bittencourt (2011), foram ao longo dos séculos XIX e XX organizados seguindo uma sequência linear e cartesiana, de forma que sua estrutura se encontrava dividida em capítulos, que apresentavam conteúdos, resumos e exercícios com perguntas, situação que, segundo a autora, marca a estrutura desses materiais até hoje.

Embora marcado por contradições, os livros didáticos exercem forte influência na educação, pois como avalia Caimi (2010), como suporte cultural, desempenham um papel que vai além do cotidiano da escola, uma vez que constitui, na maioria dos casos, o único material de leitura que os alunos de escolas públicas dispõem em suas

casas, devendo ser entendidos como uma ferramenta significativa no processo de ensino e aprendizagem.

Os pressupostos teóricos, aqui discutidos, ao abordarem diferentes concepções acerca dos livros didáticos, e, de modo específico, os de História, contribuíram para o nosso entendimento acerca das características desses materiais enquanto produtos culturais, possibilitando a realização de uma leitura crítica durante a análise proposta.

(RE)PENSANDO ABORDAGENS

Os livros selecionados integram coleções que apresentam três volumes destinados a cada ano do Ensino Médio, apresentando uma estrutura dividida em capítulos cujos conteúdos se encontram organizados a partir de uma sequência cronológica linear, seguindo o modelo de produção didática presente desde o século XIX, já discutido anteriormente.

Os livros analisados, destinados aos alunos do 1o ano do Ensino Médio, têm como ponto de partida a discussão de conceitos como “história”, “cultura”, “fontes históricas”, “tempo”, “tempo histórico”, e, em seguida, centram-se nos conteúdos mais específicos, sendo organizados, cronologicamente, desde a Pré-história até os conteúdos referentes aos acontecimentos situados entre o final da Idade Média e o início da Idade Moderna, seguindo a periodização determinada pela historiografia tradicional europeia.

As categorias escolhidas para análise foram Terminologia e Adequação conceitual⁴⁵. Segundo Aragão (2020, p. 95), a terminologia consiste no:

[...] conjunto de termos específicos ou sistema de palavras que designam os vocábulos próprios de uma disciplina ou uma área do conhecimento [...] também pode ser relacionada às expressões particulares de autor literário ou ainda pode representar um acervo de palavras utilizadas para determinado contexto.

Já a adequação conceitual, nas palavras do mesmo autor (2020, p. 100), pode ser entendida como:

[...] a relação de sentido, de pertinência e relevância de um texto para articular os argumentos de um dado tema. Um dos fatores que mais indica a adequação conceitual é a pertinência. A pertinência pode ser vista [tomando como exemplo o estudo realizado pelo autor] como o quanto a informação fornecida pelos livros didáticos cabe dentro do tema.

A partir da análise terminológica, representada pela observação

⁴⁵ Tomei como referência, para selecionar as categorias, o estudo realizado por Luiz Adriano Lucena Aragão, que desenvolveu uma investigação acerca dos usos dos conceitos de História e Pré-história em livros didáticos de história do 6o ano do Ensino Fundamental.

das palavras que remetem a uma determinada área do conhecimento e que produzem sentidos sobre um determinado tema, e da análise da adequação conceitual, representada pela observação de como as informações apresentadas, nos livros, contribuem para o entendimento acerca de determinado conceito, buscou-se entender como o conceito de Patrimônio Cultural tem sido apresentado nos livros didáticos de história selecionados.

Como o objetivo consistiu em analisar um conceito, o de Patrimônio Cultural, recorremos ao campo da História dos conceitos para entender como estes têm sido teorizados pela área da História. Segundo Koselleck (1992), todo conceito representa um ato de linguagem, que carrega, em si, experiências do passado e expectativas acerca do ato de nomear e caracterizar determinados elementos de uma possível realidade histórica, assim o processo de conceituação é influenciado pelo contexto histórico em que ocorre sua formulação.

Utilizamos, então, como referencial teórico para pensar o conceito de Patrimônio Cultural, as definições propostas pela Constituição Brasileira (1998), Vogt (2008), Poulot (2009) e Pacheco (2017), já citadas anteriormente, que apresentam uma conceituação mais recente sobre o que tem sido compreendido como patrimônio cultural, em termos científicos e jurídicos. Da leitura realizada nos livros didáticos selecionados, elaboramos o seguinte quadro contendo o levantamento acerca das informações associadas às categorias definidas:

Livros didáticos	Categoria 1 (Terminologia)	Categoria 2 (Adequação conceitual)
<p>(LIVRO 1) História, Sociedade e Cidadania</p>		<p>“Chama-se cultura tudo o que é feito pelos homens, ou resulta do trabalho dele e de seus pensamentos” (RIBEIRO, 1995 apud BOULOS JÚNIOR, 2013, p. 15, grifo nosso).</p>
	“Cultura”	<p>“Sobre o conceito de cultura, cabe dizer ainda que existe a cultura material [...] e a cultura imaterial [...]” (BOULOS JÚNIOR, 2013, p. 15, grifo nosso).</p>
	“Cultura material”	
	“Cultura imaterial”	<p>“Entre os bens de natureza imaterial registrados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) podemos citar a Festa do Divino, em Goiás, e a capoeira, manifestação cultural de âmbito nacional” (BOULOS JÚNIOR, 2013, p. 16, grifo nosso).</p>
	“Fontes históricas”	<p>“Para compreender um fato ou episódio, os historiadores se utilizam de todos os vestígios disponíveis: textos gravados em pedra ou papel; imagens dos mais diferentes tipos; relatos orais; objetos da cultura material, entre outros” (BOULOS JÚNIOR, 2013, p. 17, grifo nosso).</p>
<p>“Patrimônio Cultural” (BOULOS JÚNIOR, 2013, p. 15-18).</p>	<p>“Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BOULOS JÚNIOR, 2013, p. 18, grifo nosso).</p>	

<p>(LIVRO 2) História Global: Brasil e geral</p>	<p>“Fontes históricas” “Fontes escritas” “Fontes não escritas” “Cultura”. (Cotrim, 2013, p. 13-31).</p>	<p>Os historiadores trabalham com variadas fontes em suas pesquisas (COTRIM, 2013, p.12, grifo nosso). As fontes históricas podem ser classificadas de várias maneiras [...] Também já foi comum o critério de classificar as fontes em escritas e não escritas (COTRIM, 2013, p. 12, grifo nosso). [...] O termo cultura designa o conjunto dos modos de vida criados e transmitidos de uma geração para outra entre os membros de uma sociedade. Abrange conhecimentos, crenças, artes, costumes, normas padrões de controle e muitos outros elementos adquiridos socialmente pelos seres humanos (COTRIM, 2013, p. 30, grifo nosso). Quando falo de cultura, estou pensando em algo que perdurou através do tempo (COTRIM, 2013, p. 31, grifo nosso). Jogos dos povos Indígenas, realizados em Porto Nacional (TO), em 2011 (COTRIM, 2013, p. 31).</p>
<p>(LIVRO 3) História: das cavernas ao terceiro milênio</p>	<p>“Fontes históricas” “Fontes materiais” “Fontes imateriais” “Patrimônio cultural” (Braick e Mota, 2013, p. 11-13).</p>	<p>“As fontes históricas são todos os registros que podem fornecer informações sobre o passado [...] As fontes podem ser materiais [...] ou imateriais” (BRAIK; MOTA, 2013, p. 11, grifo nosso). “O conjunto das fontes materiais e imateriais compõe o patrimônio cultural de um povo. Esses bens [...] são referenciais coletivos que contribuem para construir uma relação de identidade entre os membros de um grupo ou de um país e para produzir um conhecimento histórico sobre ele. Por isso, a preservação do patrimônio cultural de um povo é tão importante. Devemos considerá-lo um legado recebido das gerações anteriores que devem ser transmitidos às gerações futuras”(BRAIK; MOTA, 2013, p. 13, grifo nosso). “Mulher Karajá faz escultura em argila na aldeia Fontoura, Ilha do Bananal, Tocantins, 2001. Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, os modos de criar, fazer e viver dos grupos formadores da sociedade brasileira fazem parte do patrimônio imaterial do país” (BRAIK; MOTA, 2013, p. 13, grifo nosso).</p>

Quadro 1: Terminologia e Adequação conceitual. Fonte: Autor, 2020.

Observando a terminologia presente nos livros didáticos, percebemos a recorrência de um conjunto de termos, que podem ser mobilizados para apresentar uma compreensão de Patrimônio Cultural, são eles: “Cultura”, “Cultura material”, “Cultura imaterial”, “Fontes históricas”, “Fontes escritas”, “Fontes não escritas”, “Fontes materiais”, “Fontes imateriais”, bem como o próprio termo “Patrimônio cultural” presente em dois dos livros selecionados.

A partir dessa terminologia, podemos entender quais perspectivas têm sido adotadas nas narrativas desses autores para apresentar uma compreensão acerca da ciência História, do ofício do historiador e de como, a partir da produção cultural dos seres humanos, esses profissionais produzem o conhecimento histórico, construindo determinadas leituras sobre o passado. Nos livros analisados, percebemos, ainda, que a terminologia se encontra adequada, na medida em que mobiliza termos cuja conceituação é própria dessa área do conhecimento, permitindo uma associação entre o que produz a cultura do homem, as especificidades dessa produção cultural, a documentalização dessa produção e sua consequente

patrimonialização, embora apenas dois livros cheguem a uma abordagem direta sobre o patrimônio cultural.

Observando como a terminologia adotada influenciou a adequação conceitual em cada livro para chegar a uma compreensão acerca do conceito de Patrimônio cultural, e como este está alinhado a novas abordagens historiográficas, percebemos que cada livro possui um conjunto de articulações conceituais, que permitem uma compreensão acerca desse conceito.

No livro 1, o ponto de partida para a compreensão do que são bens culturais ou, mais precisamente, patrimônio cultural, é a discussão sobre o conceito de cultura, cuja definição é apresentada mediante a leitura de Darcy Ribeiro. A partir dessa definição, o livro ressalta a diversidade de produções culturais provenientes da ação humana, dividindo-as em cultura material e imaterial. Buscando exemplificar bens culturais de considerável valor para a sociedade brasileira, o livro apresenta a Festa do Divino, realizada em Goiás, e, a Capoeira, presente em todo território nacional, explicando que essas duas manifestações culturais têm seu valor reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão responsável pelas políticas públicas acerca do patrimônio cultural brasileiro. Buscando exemplificar como os historiadores se utilizam dos bens culturais produzidos pela ação humana, o livro estabelece uma conexão entre esses bens e o ofício do historiador, a partir do entendimento desses bens culturais enquanto fontes históricas, que permitem ao historiador realizar a leitura do passado. Ainda, é apresentado o artigo 216 da atual constituição do Brasil, abordando o patrimônio cultural na legislação brasileira.

Este livro apresenta uma abordagem historiográfica adequada, na medida em que articula os conceitos de cultura e bens culturais, demonstrando que da leitura desses bens produzidos pela ação humana, de natureza variada e entendidos enquanto fontes históricas, os historiadores realizam sua leitura sobre o passado. Na medida em que apresenta, ainda, exemplos de bens culturais, reconhecidos pelo IPHAN e protegidos pela legislação brasileira, abre espaço para reflexões em torno dos processos de patrimonialização de determinados bens culturais, considerados importantes para a sociedade brasileira. Fica explícito, na leitura do livro, a compreensão de patrimônio cultural enquanto marca da identidade de grupos formadores da sociedade brasileira e herança das gerações passadas, patrimonializado por representar a memória social desses grupos, articulando-se as definições propostas pela Constituição Brasileira (1988), Vogt (2008), Poulot (2009) e Pacheco (2017).

No livro didático 2, o ponto de partida para se chegar à compreensão do que são bens culturais ou patrimônio cultural é a questão das fontes históricas. Ressaltando a importância dessas fontes para o trabalho do

historiador, não é apresentada uma definição específica sobre elas, apenas uma explanação sobre como contribuem para a leitura do passado. Ainda, é feita uma classificação dessas fontes em duas categorias: escritas e não escritas, ressaltando que essa classificação hoje tem sido discutida. Seguindo a sequência da narrativa é apresentado o conceito de cultura, ressaltando que ao falar em cultura, estará se falando em algo que atravessou gerações. Para destacar o que pode ser compreendido, então, como cultura, é feita uma descrição da diversidade cultural dos povos indígenas do Brasil, apresentando como exemplo jogos realizados por povos indígenas do estado de Tocantins.

Neste livro, não foi possível encontrar uma abordagem específica acerca do patrimônio cultural. Percebemos que o livro parte da explicação sobre o que são fontes históricas e como contribuem para que os historiadores realizem a leitura sobre o passado, embora não haja uma definição explícita sobre o conceito de fontes históricas. Discutindo e exemplificando, ainda, possíveis fontes históricas à disposição dos historiadores, não há uma associação dessas fontes enquanto bens culturais e, principalmente, enquanto integrantes do patrimônio cultural brasileiro, por exemplo. Embora sejam apresentadas uma definição de cultura e a diversidade cultural dos povos indígenas existentes no território brasileiro, não há uma associação entre essa diversidade cultural e seu reconhecimento enquanto patrimônio cultural.

No livro didático 3, para chegar ao conceito de Patrimônio Cultural, o ponto de partida centra-se na questão das fontes históricas. Com uma definição sobre essas fontes, é feita uma caracterização que parte de sua natureza, classificando-as como materiais ou imateriais. Assim, é destacada a associação entre fontes históricas e patrimônio cultural, ressaltando que os bens culturais que compõem o conjunto de fontes à disposição do historiador constituem o patrimônio cultural de uma sociedade. É apresentada, ainda, uma discussão sobre como os bens culturais representam referências identitárias de grupos sociais, devendo ser entendidos como um legado das gerações passadas a serem preservados. Exemplificando um bem cultural da sociedade brasileira, é apresentada uma imagem de uma mulher Karajá esculpindo animais em argila, prática que, segundo o livro, compõe o patrimônio imaterial do país, por representar modos de criar, fazer e viver de grupos formadores da sociedade brasileira.

Este livro se articula a uma tendência historiográfica mais atual, na medida em que apresenta o conceito de fontes históricas, sua natureza variada e sua conseqüente transformação em bens culturais, que fazem parte do patrimônio cultural e que compõem o conjunto de fontes a serviço do ofício do historiador. O conceito de Patrimônio Cultural apresentado nessa obra articula-se às definições propostas pela Constituição Brasileira

(1988), Vogt (2008), Poulot (2009) e Pacheco (2017), por considerar que os bens culturais se constituem como referências identitárias de diferentes grupos sociais, que embora herdados das gerações passadas, foram patrimonializados de acordo com as demandas desses grupos, vinculando-se a memória social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante as análises, perceberam-se as diferentes formas como os livros didáticos apropriam-se dos conteúdos propostos pelos currículos, com abordagens e narrativas bastante diversificadas umas das outras. No caso do conteúdo específico do patrimônio cultural, consideramos que os livros 1 e 3 apresentam uma abordagem e conceituação mais adequadas, articulando-se às atuais tendências historiográficas do campo do Patrimônio Cultural.

A falta de abordagem acerca desse campo, no livro 3, é compreensível, pois, segundo Azevedo (2005), cada autor seleciona conteúdos que considera importantes e que devem ser discutidos, e, nesse processo, alguns conteúdos são selecionados em detrimento de outros, devido às limitações do mundo editorial. Entretanto, como destaca o autor, cabe ao professor, em debate com os alunos, selecionar o que deve ser mais aprofundado, sendo importante entender que o livro didático não deve condicionar o professor na sua prática docente.

As pesquisas com livros didáticos têm demonstrado o papel que estes exercem no contexto escolar, assim se enfatiza que os livros didáticos têm sua importância, porque possibilitam uma reflexão inicial que orienta os alunos para pensarem sobre determinados assuntos (STAMATTO; CAIMI, 2016), mas cabe ao professor aprofundar os conteúdos propostos nos livros didáticos, não podendo ficar, como avalia Azevedo (2005), refém desses suportes, posicionando-se sempre de forma crítica, pensando o conteúdo para além de si.

As discussões apresentadas, neste capítulo, não se encerram aqui, mas seguem adiante em busca de possibilidades de novas análises a serem realizadas, nestes, ou em outros livros didáticos, no que diz respeito à abordagem do patrimônio cultural no ensino de História.

LIVROS DIDÁTICOS CONSULTADOS

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História, sociedade e cidadania**. Vol. 1. São Paulo: FTD, 2013.

BRAICK, Patrícia Ramos; MOTA, Myriam Becho. **História: das cavernas ao terceiro milênio**. Vol. 1. São Paulo: Moderna, 2013.

COTRIM, Gilberto. **História Global: Brasil e geral**. Vol. 1. São Paulo: Saraiva, 2013.

REFERÊNCIAS

- ALVIM, Yara Cristina. **A avaliação do livro didático de história**: diálogos entre pareceristas e professores à luz dos guias de livros didáticos do PNLD. XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza: ANPUH, 2009.
- ARAGÃO, Luiz Adriano Lucena. **História e Pré-história**: investigando os usos desses conceitos nos Livros Didáticos de História. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.
- AZEVEDO, E. M. de. Livro didático: uma abordagem histórica e reflexões a respeito de seu uso em sala de aula. **Cadernos da FUCAMP**, Monte Carmelo, n.4, p. 105-116, 2005.
- BITENCOURT, C. M. F. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2011.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal; Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: História. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 1998.
- BRASIL. **Orientações curriculares para o ensino médio** / Ciências humanas e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.
- CAIMI, Flávia Eloisa. Escolhas e usos do livro didático de história: o que dizem os professores. In: BARROSO, Vera Lúcia Maciel *et al.* (Orgs). **Ensino de História**: desafios contemporâneos. Porto Alegre: EST. EXCLAMAÇÃO, ANPUH/RS, 2010, p. 101-114.
- CHUVA, M. R. R. (org.). Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 34. Brasília: IPHAN, 2011.
- FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997
- FUNARI, P. P. A; PELEGRINE, S. de C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992.
- MACHADO, M. B. P.; MONTEIRO, K. M. N. Patrimônio, identidade e cidadania: reflexões sobre Educação Patrimonial. In: BARROSO, V. L. M. *et al.* **Ensino de História**: desafios contemporâneos. Porto Alegre: EST Ed./ EXCLAMAÇÃO/ ANPUH-RS, 2010, p. 25-37.
- MIRANDA, M. P. de S. **Tutela do patrimônio cultural brasileiro**: doutrina, jurisprudência, legislação. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.
- PACHECO, Ricardo de Aguiar. **O Patrimônio histórico**: objeto de pesquisa do historiador. *História Unicap*, v. 4, n. 7, jan./jun. 2017.
- POULOT, D. **Uma história do patrimônio no Ocidente**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- SILVA, Tomaz Tadeu - **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- STAMATTO, Maria Inês Supcpira; CAIMI, Flávia Eloisa. O Livro Didático de História do Ensino Médio: critérios de avaliação e documentos curriculares. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 54, n. 41, p. 220-250, maio/ago. 2016.
- VOGT, O. P. Patrimônio cultural: um conceito em transformação. **MÉTIS**: história & cultura, v. 7, n. 13, p. 13-31, jan./jun. 2008.

“Que patrimônio é esse?”: Os vestígios arqueológicos na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Jaime de Lima Guimarães Junior ⁴⁶

“ O passado não volta. Importantes são a continuidade e o perfeito conhecimento de sua história. A defesa do patrimônio cultural não pode ter fraturas.”

Lina Bo Bardi

SEMPRE CAPAZES DE APRENDER E ENSINAR

Este capítulo é um relato de um jovem bolsista de extensão universitária de quase 50 anos de idade que, ao ingressar na universidade, após longos anos longe da academia, experimenta o atual contexto de formação de uma nova geração de professores de História. Mesmo com o acúmulo de experiências advindas da idade, durante vivências pessoais e profissionais, considero sempre estarmos em processo de formação.

Cheio de expectativas e ávido pelas oportunidades oferecidas, surgiu a possibilidade de participar das pesquisas do Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológica (NEPARQ)⁴⁷ através do convite da Professora Dra. Ana Nascimento, uma das coordenadoras do laboratório, e naquele momento, docente da disciplina de Pré-história no 1º período do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

Como resultado das experiências vivenciadas, apresento neste capítulo um conjunto de práticas educativas que tiveram como objetivo

⁴⁶ Mestrando em História Social da Cultura Regional (UFRPE), Graduado em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e graduando no bacharelado em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Ciências Humanas Esuda (FCHE). E-mail: jaime.guimaraes@gmail.com.

⁴⁷ O NEPARQ está vinculado ao Departamento de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), possuindo um acervo fénico oriundo de várias escavações arqueológicas realizadas pelo Nordeste do Brasil e contribuindo com estudos no campo da História, Patrimônio Cultural, Memória e Arqueologia.

ajudar na formação dos alunos, e conseqüentemente, ajudar também na formação dos professores da Educação de Jovens e Adultos⁴⁸ (EJA) nas escolas municipais de Camaragibe⁴⁹, Pernambuco, desenvolvidas através do projeto de extensão “Elaboração de material didático com base nos dados arqueológicos e sua utilização no Museu Itinerante Expondo Cultura” (BEXT 2018 - UFRPE)⁵⁰.

Esse projeto de extensão, procurou levar práticas educativas centradas no patrimônio arqueológico que enfatizam a compreensão, internalização e valorização dos bens culturais e ambientais geralmente fora das grades curriculares do Ensino de EJA, ou sendo suas temáticas levadas e discutidas, na maioria das vezes, pela iniciativa de alguns poucos professores que têm um olhar diferenciado sobre o tema.

QUE PATRIMÔNIO É ESSE?

Os objetos de investigação da História são vestígios materiais e imateriais produzidos através dos resultados de processos que se desenvolveram no passado da humanidade. Como marcas produzidas ao longo do tempo, por agentes humanos em diferentes contextos de atuação e de disputas de poder, esses vestígios resultam das dinâmicas sociais e culturais vivenciadas em diferentes momentos históricos representando muitas vezes as transformações que cada sociedade vivenciou. Portanto, estas marcas podem produzir objetos que, por sua vez, estão ligados ou não a territórios submetidos a uma jurisdição.

Segundo a Constituição Federal de 1988, no seu Artigo 216, nosso patrimônio cultural constitui-se dos “[...] bens da natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, [...]” (BRASIL, 1988) através das diversas formas de manifestações, do criar, fazer e viver; pelas criações artísticas, científicas e tecnológicas; nas edificações e conjuntos urbanos e paisagísticos; pelos espaços de manifestações artístico-culturais; pelas obras, objetos culturais, documentos e sítios de valor histórico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. No mesmo artigo da Constituição brasileira, o Poder Público, junto à comunidade, deve promover e proteger todo o patrimônio cultural brasileiro (BRASIL, 1988).

⁴⁸ As turmas atendidas pela pesquisa são dos anos iniciais do Ensino Fundamental em regime curricular seriado divididas em três anos, sendo o primeiro de alfabetização.

⁴⁹ O município de Camaragibe é o 6º mais populoso segundo (IBGE 2010) da Região Metropolitana do Recife distante aproximadamente 18 km do centro da capital pernambucana. Fonte: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/camaragibe/panorama>> Acessado em: 07/10/2020.

⁵⁰ Programa Institucional de Bolsa de Extensão (BEXT - 2018) da Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC) financiado pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), com apoio da Coordenação de Ensino da EJA da Secretaria Municipal de Educação de Camaragibe - PE.

Contudo, antes de pensarmos como promover e proteger, é preciso perguntar que patrimônio é esse que queremos preservar? Quem os escolheu? Preservar é manter vivos, mesmo que modificados pelos usos e costumes populares ao longo do tempo. Mas temos visto, mesmo diante das mudanças na legislação, que objetos culturais pertencentes às classes dominantes ainda adquirem maior importância no processo de preservação. São exemplos desses objetos culturais os grandes casarões brancos preservados por condomínios luxuosos, que representam e reforçam as marcas de uma disputa de poder em torno do que se compreende como patrimônio cultural. Portanto, percebemos que esse patrimônio não é, de fato, de todos.

Diante disso, mas a quem interessa essa preservação? Existe um problema de construção da memória coletiva e de seus bens representativos (LE MOS, 1981, p. 30). Impunemente assistimos a destruição de elementos culturais de patrimônio pertencentes a comunidades historicamente marginalizadas e até consideradas desprovidas de cultura. “A classe dominante, quase sempre, tem seu prestígio herdado e, por isso, gosta de preservar e recuperar os testemunhos materiais de seus antepassados [...]” (LE MOS, 1981 p. 31), garantindo assim, sua permanência no ambiente de dominação, cerceado direitos culturais das classes marginalizadas. E no Brasil, por muitos anos, ficou nítido que “a política de preservação centrou-se, muitas vezes, nos bens de uma estreita elite de proprietários de escravos sem qualquer preocupação popular” (FUNARI, 2018, p. 98)

Um exemplo, são os bens arqueológicos, que representando um dos muitos segmentos que compõe o patrimônio cultural, estiveram durante muito tempo distantes da grande massa da população comum. É raro encontrar vestígios arqueológicos em suas grandezas suntuosas do passado expostas em grandes museus pelo mundo ligados às comunidades marginalizadas. O que permite que grande parte da sociedade não se identifique e compreenda a importância histórica desses bens culturais.

Com o surgimento de novas leis de preservação que garantam a democratização dos bens culturais, “é importante ter em mente que quando nos referimos ao patrimônio arqueológico e à arqueologia como fonte de conhecimento não nos limitamos somente a objetos, estamos também nos referindo aos contextos de deposição e aos processos de formação de sítios” (SCATAMACCHIA, 2005, p. 13), que ajudam a compreender e valorizar culturas fora do *status quo* da sociedade dominante. Ao estudar os antigos processos históricos a partir dos vários tipos de vestígios deixados pela ação do homem, a

arqueologia não segrega valores a partir dos aspectos sociais atuais e nem hierarquiza os artefatos de acordo com sua posição social do objeto encontrado. É urgente, romper com essa situação através da crítica das posições estabelecidas pelo agente opressor. Enfrentar a situação estabelecida requer uma percepção crítica da realidade da situação do patrimônio. Conhecer esse patrimônio pode fazer reconhecer a ação cultural de carácter dominador, que nem sempre é exercida de forma deliberada (FREIRE, 1977, p. 180).

A possibilidade de utilizar o patrimônio arqueológico como recurso educacional, entre outras razões, é de aproximar os objetos através do uso do conhecimento cotidiano dos alunos gerando uma relação de herança cultural. Esse tipo de patrimônio está mais próximo da realidade e gera atração quase sempre ao se relacionar com traços culturais que ainda hoje está em uso, ou cuja transformação pode ser acompanhada ao longo do tempo (SCATAMACCHIA, 2005, p. 35). Os artefatos arqueológicos também podem ser usados como ponte entre a tradição e a modernidade por meio do discurso do desenvolvimento cultural, através da noção de transformações culturais e sociais. Mas também não se pretende aceitar cegamente, assim como os documentos, todos os artefatos arqueológico como testemunhos históricos inquestionáveis. Por experiência, lembra Bloch (2001, p. 89): “nem todos os relatos são verídicos e os vestígios materiais, [eles] também podem ser falsificados”. A dúvida é um requisito fundamental para aprimorar a relação do objeto com seus entes culturais. E mais, estes objetos podem estar ligados ou não a territórios submetidos a uma jurisdição. Lemos alerta que:

[...] um objeto isolado de seu contexto deve ser entendido como fragmento, ou um segmento, de uma ampla urdidura de dependências e entrelaçamentos de necessidades e interesses satisfeitos dentro das possibilidades locais da sociedade a que ele pertence ou pertenceu (LEMOS, 1985, p. 11).

Ao alimentar essa relação com o meio, os artefatos culturais se projetam como pertencentes através da apropriação na relação com os indivíduos, e não como veículos de propagação, alimentação e manutenção de poder de alguns sobre outros. Despertar a sensibilidade crítica sobre a cultura, envolve grandes interesses, contudo, só para os grupos dominadores é considerado um problema, ou um perigo. Objetos da cultura revelam valores de memória e informação, ou até algo que apresente valor representativo de um grupo social. Portanto, “um objeto de importância cultural, que por si só, estabelece seu valor para estudos, cuidado, proteção, manutenção e restaurações, por isso, se tornam bens culturais” (GUIMARÃES JUNIOR, 2020, p. 13).

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

No contexto da situação educacional atual no Brasil, a Educação de Jovens e Adultos ainda é urgente. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - (2018) apontam para 11,3 milhões de analfabetos, com uma taxa ainda muita alta de pessoas acima de 15 anos de 6,8% que não aprenderam a ler ou escrever. No mundo, segundo dados do IBGE (2018), mais de 750 milhões de pessoas permanecem em situação de vulnerabilidade escolar.

Nesse contexto, o sistema público brasileiro ainda não foi capaz de reduzir de forma significativa esses números. Desde os primeiros programas nacionais de educação voltadas para o público fora da faixa etária nos anos 1940, os supletivos, cabe observar que já neste momento enxergava-se os analfabetos como sujeitos marginalizados e pueris, considerados incapazes de produzirem o necessário para ajudar o desenvolvimento do país. Os programas de educação para jovens e adultos desenvolvidos a partir da década de 1940, além de não atender uma clientela de uma grande diversidade regional, também não propunham um projeto contínuo de educação e formação cidadã.

Com a proposta transformadora do pernambucano Paulo Freire nos anos 1960, a educação de jovens e adultos começou a se manifestar através da reformulação pedagógica do ensino. Freire incentivava, por meio dos seus ensinamentos, a ética do educador e valorizava a bagagem cultural do educando. Contudo, com as mudanças bruscas ditatoriais do governo de maioria militar, as ações promovidas foram consideradas uma ameaça a nova ordem pública. Só com a redemocratização do país, foi possível rever as posturas pedagógicas e retomar o processo de formação cidadã.

Paulo Freire, em seu método, “não ensina a repetir palavras, não se restringe a desenvolver a capacidade de pensá-las segundo as exigências lógicas do discurso abstrato” (FREIRE, 1977, p. 5), portanto, a educação para o patrimônio desenvolvida neste trabalho buscou construir narrativas transversais através dos conhecimentos prévios dos alunos sobre o objeto arqueológico. Como já disse Paulo Freire (1997) somos seres educáveis. Nesse sentido, é importante proporcionar uma efetiva educação para a memória e o patrimônio, compreendendo que o homem está no mundo e com o mundo, e que isto o torna capaz de se relacionar, e ainda, que estas relações não se dão apenas com os outros, mas se dão no mundo, com o mundo e pelo mundo. “Quando o homem compreende a realidade, pode levantar hipótese, sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e com seu trabalho pode criar um mundo próprio:

seu eu e suas circunstâncias” (FREIRE, 1997, p. 30).

Pensando o artefato arqueológico como um elemento que precisa manter as “relações necessárias que existem entre o meio ambiente, o saber e o artefato; entre o artefato e o homem; entre o homem e a natureza” (LEMONS, 1981, p. 11). Um fragmento só se torna um objeto da cultura quando pertence em significado. Educação para o patrimônio é utilizar uma proposta pedagógica que vai além de expor objetos isoladamente onde não há interação nem significação com a comunidade, ao contrário, é propor que o artefato pertença aquele povo, elenque novas propostas ou níveis de importância. Assim, deve-se buscar agregar valor às descobertas arqueológicas, aproximando seus legítimos donos dos seus objetos dando-lhes personalidade, nome e endereço, transformando-os de fato, em cultura material.

Ao aproximar o objeto das pessoas dando significado, o patrimônio arqueológico estabelece-se como fonte de conhecimento, e também não estamos limitando somente a objetos, estamos também nos referindo aos contextos de deposição e aos processos de formação dos sítios onde estes foram encontrados.

Durante a abordagem para se entender um pouco da importância da arqueologia e do patrimônio arqueológico há diversas possibilidades antropológicas que favorece para enfoques que permitam abordar “temas como religião, etnia, arte, artesanato, técnicas construtivas e arquitetura” (SCATAMACCHIA, 2005, p. 14). Dentre essas, deve-se respeitar os significados dos artefatos a partir da interpretação do seu autor, de quem os construiu através do trabalho e de seus saberes, de quem transformou a natureza com uma inventividade de cada cultura, é mesmo o ser humano, que aprendeu com o tempo e o espaço a utilizar partes dessa inventividade em trocas em situações sociais no aprender-ensinar-aprender (BRANDÃO, 1982, p. 14).

O município de Camaragibe vive basicamente do comércio local e do turismo de temporada. Sua proposta curricular para a educação de jovens e adultos, indica que ao participar do espaço escolar, é necessário utilizar a educação inclusiva, “tendo como referência as características individuais e culturais dos aprendentes e de seus contextos familiares e sociais” (CAMARAGIBE, 2009, p. 11), conduzidas através de práticas pedagógicas que respeitem a individualidade alimentando descobertas e despertando o conhecimento. Nesta perspectiva formulou-se atividades prático-pedagógicas que permitissem aos alunos interpretar os objetos arqueológicos a partir de suas vivências.

Portanto, as práticas pedagógicas desenvolvidas por aqueles

que se preocupam com a memória e o patrimônio deveriam ter como seus objetivos a preservação das identidades culturais, ou seja, as particularidades de cada povo, de cada região do mundo. Principalmente, reconhecer as múltiplas influências que uma identidade cultural sofre de outra, percebendo assim as semelhanças, mas, principalmente, o que é diferente. Assim, é necessário que, juntamente a essa noção de identidade, é primordial “resgatar o cotidiano, os elementos que constituem e fazem o ser e o agir, a cultura, os bens patrimoniais – naturais e sociais – deve ser uma preocupação básica da educação formal para a construção do sentido de cidadania” (ITAQUI, 1998, p. 17).

Centrado basicamente no ensino de bens culturais, objetivando proporcionar às pessoas um maior contato com patrimônio cultural, a Educação Patrimonial tem mostrado relevante importância no processo de ensino e aprendizagem para capacitação dos indivíduos para reconhecer, usar, desfrutar, preservar, recriar e transformar o patrimônio cultural a sua volta. Para além das propostas pedagógicas já utilizadas pelos professores em sala de aula, Pacheco (2017, p. 74) salienta que “a Educação Patrimonial é outra metodologia de ensino, outra sequência de ações que visa orientar o professor no planejamento de suas ações pedagógicas”. Portanto, a Educação Patrimonial tornou-se a principal metodologia das nossas atividades nas salas de aula da EJA em Camaragibe – PE.

Atualmente, ainda encontramos diversas dificuldades para a prática eficiente da Educação Patrimonial nos currículos escolares. Engessados, não permitem, ou permitem pouco, adequações e inovações para o desenvolvimento efetivo da transversalidade sugerido nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's)⁵¹. Contudo, infelizmente não se encontra no espaço escolar devido a uma provável sobrecarga dos currículos propostos, com disciplinas que proporcionam uma verdadeira competição árdua por tempo em sala de aula.

Aportado por procedimentos metodológicos adotados para contribuir com o ensino em turmas de alunos de diversas faixas etárias e séries escolares, o projeto desenvolvido consiste em aulas interativas e oficinas pedagógicas que se adequam a proposta pedagógica do EJA. As atividades foram desenvolvidas através de aulas expositivas com apresentação de imagens, filmes e artefatos de várias naturezas, desde cerâmicas indígenas, líticos, obras de arte e reproduções de ferramentas encontradas.

⁵¹ O município de Camaragibe ainda não atualizou sua base curricular para a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Uma vez transformado em patrimônio histórico, esses objetos recuperados tornam-se ponto de partida para o processo de ensino e aprendizagem da História, funcionando como facilitador para conhecer os patrimônios culturais, ou seja, ao mesmo que está se apropriando e valorizando, ocorre a compreensão acerca dos saberes e práticas culturais das comunidades ao qual pertenceram.

Contudo, a proposta pedagógica é a contextualização do saber. Uma contextualização que ressignifica o processo de ensino e aprendizagem no momento em que abre caminho para o aluno perceber a sua função social e a função social do objeto de estudo, analisando, refletindo e relacionando criticamente o que se aprende e a experiência cotidiana de cada aprendiz.

As ações educativas foram planejadas utilizando o Guia Básico de Educação Patrimonial (HORTA, GRUNBERG, MONTEIRO, 1999) tomando como base as etapas metodológicas: observação, registro, exploração e apropriação. Estas atividades desenvolvidas com objetivo de conhecer e valorizar o patrimônio arqueológico iniciaram-se com a apresentação aos alunos dos profissionais envolvidos nas pesquisas, o arqueólogo e o historiador, suas funções, os ambientes de trabalho e seus objetos de estudo destacando a importância de cada profissional para as pesquisas no campo da História. O objetivo é aproximar os estudantes da pesquisa e de seus pesquisadores. Os processos de uma pesquisa através dos primeiros passos para uma escavação arqueológica, os equipamentos utilizados, os diferentes tipos de sítios arqueológicos e suas particularidades, até os prováveis resultados obtidos em laboratório através das análises dos objetos recuperados durante as escavações arqueológicas.

Para ajudar a definir um sítio arqueológico e sua importância como tal, procura-se utilizar a história da região dos alunos e suas particularidades, com ênfase no legado indígena e negro, destacando a sua importância para nossa formação sociocultural. O principal objetivo é levar os alunos a compreenderem a ocupação da região onde eles vivem e problematizarem as causas e consequências dessa ocupação a partir das investigações arqueológicas.

Ao final dessa etapa, os alunos foram levados a conhecer as ferramentas líticas utilizadas por diversos grupos hominídeos pré-históricos através das diversas atividades diárias desenvolvidas para ajudar na sua sobrevivência como a caça e as tarefas auxiliares no trato com o alimento. Através de imagens, vídeos e dos próprios artefatos, foram apresentados aos estudantes combinando usos e funções, e principalmente como foram construídos.

Após abordar a importância tecnológica das ferramentas líticas,

desenvolvemos uma oficina de expressão tecnológica em que os alunos aprendem a construir estas ferramentas utilizando instrumentos semelhantes produzidos com chocolate em barra (1kg - meio amargo) experimentando o processo de construção destas ferramentas a partir de uma “pedra bruta” representada pela barra de chocolate. Grandes seixos com aproximadamente 20cm a 25cm de diâmetro, devidamente higienizados, são utilizados como percutores para romper o chocolate e permitir a criação de lascas que se assemelham a objetos líticos cortantes. É possível também observar, os pontos de percussão e estrias tal qual como se fosse uma peça original.



Figura 1 – Oficina de elaboração de instrumentos líticos em turmas da EJA.



Fonte: o autor (2018)

A oficina teve a finalidade de fazer com que os alunos vivenciassem e experimentassem uma realidade comum na dinâmica da vida daquelas comunidades. (Figura 1) Além disso, promover a compreensão de que aqueles indivíduos possuíam uma tecnologia, que, inclusive, nós não dominamos. Acaba-se, portanto, ultrapassando o estereótipo de selvagens, de não detentores de conhecimentos e de que não trabalham. Características muito difundidas para identificar os povos indígenas do Brasil. Ao tratar dos saberes indígenas, no que se refere aos conhecimentos da natureza, dá-se a oportunidade de romper com preconceitos estabelecidos pela sociedade.

No novo encontro, os alunos são apresentados às pinturas rupestres como expressões dos grupos sociais através de imagens fotográficas capturadas em vários lugares no Brasil e no mundo. A diversidade sugerida propõe levá-los a compreender os diversos tipos e técnicas de produção das pinturas em pequenas pedras e grandes paredões, ao ar livre, protegidas por coberturas ou em grandes cavernas escuras. Durante a apresentação, as imagens sugeridas revelam seres e objetos facilmente identificáveis, em outras, os desenhos revelam nas expressões dos rostos dos estudantes, grandes rugas ao tentar, muitas vezes, comparar os traços de elementos pictóricos do seu dia a dia.

Curiosamente, ao serem questionados, os alunos se permitem estabelecer diversos entendimentos sobre algumas imagens tentando revelar sua real identidade. Nesse momento, é possível alertá-los sobre o tempo histórico em que estes desenhos foram produzidos, seus autores e suas intenções. Propõe-se que seria impossível afirmar categoricamente, mesmo que a imagem venha parecer com algo muito próximo do seu dia a dia, cujo objetivo proposto pelo desenho não tem nenhum elo com nada que confirme qualquer comparação afirmativa.

Para dar continuidade, os alunos conhecem algumas técnicas mais comuns encontradas e utilizadas para desenhar e pintar. Conhecem também, como são produzidos pigmentos, através da utilização de matérias primas e os objetos que ajudam na mistura e conservação destes pigmentos.

Logo após eles conhecerem as pinturas rupestres e sua produção, foi realizada uma oficina (Figura 2) propondo que os alunos expressassem num painel em papel, previamente disposto na parede da sala, utilizando tintas levadas ao painel pelo próprio dedo do aluno ou galhos, gravetos e até pincéis artesanais produzidos por eles.



Figura 2 – Oficina de pintura rupestre em turmas da EJA.



Fonte: o autor (2018)

Durante a oficina é possível verificar a expressão artística dos alunos revelada nos mais variados tipos, formatos e tamanhos de desenhos conduzido por suas vontades, saberes e, principalmente, liberdade artística. Na última fase da oficina, após completarem seus desenhos, todos juntos admiram a grande composição do painel (Figura 3), são incentivados a descobrir (adivinhar) o que os outros pintaram. E nesse momento, eles descobrem que mesmo que as pinturas sejam pintadas no mesmo tempo e espaço, nem sempre é possível estabelecer uma tradução precisa sobre o que realmente o autor do desenho estava expressando. Portanto, fica claro, com essa experiência, que as diversas interpretações das pinturas e gravuras rupestres são meramente especulações dos reais motivos dos autores do passado.

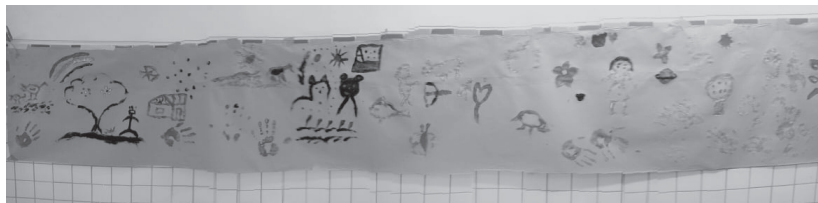


Figura 3 – Oficina de pintura rupestre em turmas de EJA Fonte: o autor (2018)

Como parte do projeto de extensão, para finalizar as atividades propostas, todos os alunos e professores da EJA do município foram convidados a apreciar uma visita ao Museu Itinerante “Expondo Cultura - Patrimônio Arqueológico de Pernambuco” onde foi possível conhecer uma exposição com artefatos arqueológicos recuperados durante várias escavações em Pernambuco. Ao se depararem com vestígios arqueológicos de comunidades indígenas expostos, os professores e alunos defrontam-se com os objetos semelhantes aos produzidos por eles na oficina de ferramenta lítica, além de outros objetos da cultura destes povos anterior a colonização do Brasil, compreendendo como o passado pode ser reconstruído através dos vestígios arqueológicos. Dessa forma, foi possível apresentar os artefatos arqueológicos dentro de um contexto histórico, permitindo uma sintonia entre as atividades realizadas em sala de aula e a experiência na visita ao museu.

Ao utilizar a visita ao museu no projeto se visou romper com a dinâmica de uma visita sem uma ligação direta com os conteúdos propostos em sala de aula. Um desafio metodológico que buscou um dialogicidade.

Circe Bittencourt (2008), nos lembra que o uso das fontes históricas ajuda a promover um aprendizado cheio de significados para os alunos:

A potencialidade de um trabalho com objetos transformados em documentos reside na inversão de um “olhar de curiosidade” a respeito de “peças de museu” - que na maioria das vezes, são expostas pelo seu valor estético e despertam o imaginário de crianças, jovens e adultos sobre “um passado ultrapassado” ou “mais atrasados” - em “um olhar de indagação”, de informação que pode aumentar o conhecimento sobre os homens e sobre sua história. (BITTENCOURT, 2008, p.355)

Tanto em sala de aula quanto em visita ao museu itinerante “Expondo Cultura - Patrimônio Arqueológico de Pernambuco”, ao se aproximar dos achados arqueológicos pré-históricos tornou possível transportar os alunos ao ambiente estudado, atraindo sua atenção de forma lúdica, proporcionando uma melhor formação sobre os conteúdos propostos, além de desmistificar as profissões de arqueólogo e historiador. Numa proposta pedagógica que permitiu desenvolver o sentimento de pertencimento relacionado à História dos povos indígenas do Brasil,

possibilitando reconhecer sua produção cultural, a importância da preservação e conservação dos sítios arqueológicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Patrimonial, aliada às pesquisas arqueológicas, contribui de forma eficaz na proteção, manutenção e difusão de conhecimento através da exposição com achados arqueológicos históricos do museu itinerante “Expondo Cultura - Patrimônio Arqueológico de Pernambuco”. Assim, as atividades, conduzidas através de uma abordagem interdisciplinar, onde a escola, em seu conjunto, é vista como disseminadora de conhecimento que incluem a comunidade escolar como operadora de transformações, vão além das ações relacionadas diretamente a nossa pesquisa.

Criamos e utilizamos recursos didáticos vinculados à Educação Patrimonial como suporte metodológico aliado a linguagens alternativas dando um caráter lúdico as nossas atividades, sem sacrificar a construção crítica do conhecimento a fim de promover, entre a comunidade, o reconhecimento do acervo patrimonial arqueológico como um instrumento que possibilita o resgate de uma memória local diversificada e a constituição de laços identitários. Surgindo assim uma proposta de trabalho, criando estratégias interativas junto à população local, a fim de difundir o reconhecimento, valorização e preservação do patrimônio cultural material usado como suporte para o desenvolvimento de nossa pesquisa.

Ao se depararem com os achados arqueológicos expostos, os alunos e professores vislumbraram um novo ambiente que agrega o objeto real aos estudos teóricos praticados em sala de aula. É bom destacar, que esse projeto possibilitou estabelecer um excelente canal de comunicação com os profissionais das escolas envolvidas com o projeto. Após cada visita, deixamos na memória novas possibilidades de ensino e aprendizagem relacionadas ao patrimônio material arqueológico.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 5.ed. - São Paulo: Brasiliense, 1982

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BUENO, J. B. G.; GUIMARÃES, M. de F. **Educação patrimonial**: potencialidades da leitura de imagens visuais de patrimônios culturais em livros didáticos de história. Anais do XXI Encontro Estadual de História – ANPUH-SP - Campinas: 2012.

CAMARAGIBE, Prefeitura. **Proposta curricular**: educação infantil, fundamental e educação de jovens e adultos. Camaragibe: A prefeitura, 2009.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: Entre Práticas e Representações. Lisboa: Difel, 1994.

GRUNBERG, Evelina. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. Brasília,DF: IPHAN,2007.

FLORÊNCIO, Sônia Rampim. **Educação patrimonial**: histórico, conceitos e processos. Brasília, DF: Iphan, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 4.ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FUNARI, Pedro Paulo. **Arqueologia**. 3ª. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

GUIMARÃES JUNIOR, Jaime de Lima. **Um olhar sobre a Educação Patrimonial no Ensino de História**: atividades prático-pedagógicas nos livros didáticos. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - UFRPE: Recife, 2020.

HORTA, M. L .P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Museu Imperial, 1999.

LEMOS, Carlos A .C. **O Que é Patrimônio Histórico**. São Paulo: Brasiliense,1987.

OLIVEIRA, A. L. N.; GUIMARÃES JUNIOR, J. L.; MELO JUNIOR, J. C. P. “Ler o passado através de artefatos?” Práticas pedagógicas no ensino de História a partir do patrimônio arqueológico. In: MARTINEZ, Lucas da Silva. (org.) **Entre currículos**: sujeitos e subjetividades contemporâneas. 1.ed. Curitiba: Bagai, 2020.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. **Ensino de História e Patrimônio Cultural**: Um Percuro Docente. 1ª. Ed. Jundiaí, SP: Paco, 2017.

Patrimônio Cultural. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2014.

SCATAMACCHIA, M. C. M. **Turismo e Arqueologia**. - São Paulo: Aleph, 2005.

ITAQUI, José. **Educação Patrimonial**: a Experiência da Quarta Colônia. Santa Maria: Pallotti, 1998.



EIXO TEMÁTICO II

**Patrimônio Cultural, Cultura
Popular e Memória.**



Revisitando os balcões das mercearias: histórias e memórias dos comerciantes de alimentos do Portal do Sertão (Arcoverde 1970-1980).

Helder Remigio de Amorim ⁵²

O TEMPO DA HISTÓRIA

A narrativa do historiador tem o papel de ocupar o lugar do passado no presente. Ao revistar uma pesquisa realizada em um momento fundamental da minha formação, realizo um trabalho de memória. Os aprendizados, os desafios, os anseios e as aspirações surgem como fagulhas do passado. Aquela dissertação de mestrado⁵³ foi escrita, sobretudo, com muito afeto. Apesar da orientação dos historiadores metódicos de que precisaria buscar, na prática da pesquisa, a imparcialidade, busquei encontrar, na tessitura da escrita, um caminho para reencontrar a cidade em que havia aberto os olhos para o mundo.

Naquela *operação historiográfica* seguindo as orientações da Prof^a Dr^a Ana Nascimento, ora me aproximava ora me distanciava das minhas próprias memórias. Havia a necessidade de encontrar caminhos, que estivessem próximos das exigências da academia, mas que não se afastassem da intenção de construir uma narrativa sobre uma cidade, que desejava (re)encontrar. Ao escolher pensar sobre as práticas culturais e memórias dos comerciantes de alimentos do município de Arcoverde, localizado a, aproximadamente, 250 quilômetros do Recife, enfrentei muitos desafios. O primeiro deles estava relacionado com a documentação. Como um historiador iria escrever sobre as mudanças no comércio de alimentos de uma cidade, onde não havia Arquivo Público? Como enfrentar a dificuldade de não encontrar documentos escritos de qualquer ordem sobre as camadas populares nos órgãos oficiais?

O afeto esteve sempre presente nos percursos desta pesquisa. Na reformulação do projeto, a Professora Ana Nascimento afirmava a necessidade de que a minha pesquisa deveria privilegiar as memórias

⁵² Doutor em História (UFPE), Mestre em História (UFRPE), Graduado em História (UFRPE), E-mail: helder.remigio@unicap.br.

⁵³ O presente artigo é parte integrante da pesquisa que realizamos para a dissertação de mestrado *Entre a mercearia e o supermercado: memórias e práticas comerciais no Portal do Sertão*, defendida em 28 de fevereiro de 2011 na Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE.

dos habitantes da cidade. Era preciso trazer vida para a narrativa. Logo, a metodologia da história oral se constituiu em um caminho fundamental para aquela travessia. A mobilização de familiares e amigos, em especial, da minha mãe, tornaram possível a realização das entrevistas nas minhas idas e vidas entre Recife e Arcoverde. O registro dos relatos orais de memória foram fundamentais para compreensão das práticas culturais do comércio de alimentos de Arcoverde. Nesse sentido, os acervos pessoais passaram a ter um importante lugar para construção do *corpus documental* da pesquisa.

Através das histórias contadas pelos habitantes da cidade, fomos seguindo trilhas procurando reunir fragmentos de documentação para que fosse possível escrever essa história. Antônio, Cleto, Ismar, Josefa, Rubaldo, Erby e Antônio Lins contaram suas histórias de vida, construíram múltiplos sentidos, selecionaram o que poderia ser dito, realizaram o trabalho da memória. Nos labirintos das suas palavras, imaginaram muitas cidades, como fez Marco Polo diante de Kublai Khan (CALVINO, 2009).

O CENÁRIO

Neste capítulo, abordaremos as principais vias de acesso aos gêneros alimentícios que a cidade de Arcoverde, em Pernambuco, oferecia aos seus habitantes durante a década de 1970. Apresentaremos sujeitos históricos, que tiveram suas vidas voltadas para o comércio, através das inúmeras mercearias espalhadas pelas ruas da cidade.

As “trilhas do comércio de alimentos”, caminhos abertos também por muitos que visitavam a cidade em busca de se abastecerem. Ao longo dessas trilhas, o leitor será apresentado a alguns comerciantes, que tiveram suas vidas marcadas pelo trabalho e foram fundamentais para o abastecimento de muitas famílias, principalmente, devido ao fornecimento de crédito. A cidade está localizada em uma encruzilhada de caminhos, que levam a várias outras cidades do sertão de Pernambuco e da Paraíba. Nesse sentido, o comércio, em especial o de alimentos, se transformou em uma das suas principais atividades. Essa localidade se formou a partir de uma feira de gado, impulsionada com a chegada da ferrovia no início do século XX. Todavia, durante a década de 1970, a feira de gado não mais existia, mas Arcoverde continuou sendo um centro de abastecimento de alimentos, tendo como principais eixos o mercado público, a feira livre e as mercearias, as últimas sendo foco deste capítulo.

Um grupo social específico será aqui tratado: os comerciantes de alimentos. Apesar das limitações impostas pela documentação, já informadas, anteriormente, insistiremos na tentativa de demonstrar

as práticas comerciais, os hábitos e os costumes, que se desenrolavam em um dos principais eixos de abastecimento da cidade: as mercearias. As memórias serão utilizadas como instrumentos para narrarmos as práticas comerciais da cidade da qual tratamos.

A década de 1970 representou um momento de muitas mudanças de consumo na sociedade brasileira e o comércio de alimentos foi um dos mais atingidos. As lojas de autosserviço ganharam as ruas do país e proporcionaram novas formas de sociabilidade e consumo, mas também deixaram marcas na memória de pequenos comerciantes. Trataremos de uma época em que os balaios eram utilizados como meio de transporte para as compras, sendo carregados por meninos, que esperavam, ansiosamente, a chegada do dia da feira livre. Uma época em que as mercearias pareciam não mais servir aos novos padrões pretendidos pela sociedade, sendo colocadas em discussão quanto a sua assepsia⁵⁴.

AS MERCEARIAS: MUNDOS DE VIDA E DO TRABALHO

Nesse momento, trataremos das mercearias e bodegas. Essas últimas existiam espalhadas, principalmente, nos bairros periféricos. Vendiam de tudo um pouco, serviam para abastecer a população local com produtos manufaturados de uso diário. Era por meio delas que habitantes das áreas mais longínquas do centro compravam o “pão nosso de cada dia”. Contudo, o abastecimento mais sólido era realizado nas mercearias. Muitas delas se localizavam na mesma rua do Mercado Público, bem próximas da feira livre. Esses estabelecimentos, também, comercializavam um pouco de tudo dentro da linha de secos e molhados: cereais, enlatados, sardinhas, charque, macarrão, manteiga, biscoitos, querosene, bebidas etc. Ofereciam bens de consumo essenciais para o dia a dia de uma casa. Eram locais de início e final de muitas histórias: se alguém quisesse saber alguma notícia, era só se dirigir à mercearia mais próxima que, certamente, voltaria para casa muito bem informado.

Em 1970, a cidade contava com, aproximadamente, 276 estabelecimentos, que comercializavam produtos alimentícios em forma de varejo⁵⁵. O número, provavelmente, era bem maior, já que uma grande parte dos estabelecimentos de pequeno porte, como as bodegas, funcionava na ilegalidade. Era uma prática comercial dos habitantes da cidade se abastecerem nas mercearias; elas desempenhavam um importante papel na vida econômica e social das famílias.

Infelizmente, restaram poucos fragmentos do passado desses

⁵⁴ As condições de higiene da feira livre e do mercado público foram questionadas no *Plano de Desenvolvimento Urbano de Arcoverde*. Objetivos, Diretrizes, Preposições, Programação. Vol. 2. Recife: [s.n.], 1979.

⁵⁵ Dados obtidos através da *Síntese Estatística dos Municípios - Pernambuco - Arcoverde*. Recife: Serpe, 1978. p.74.

estabelecimentos, que, durante muito tempo, foram as principais vias de acesso da população à alimentação cotidiana. Alguns memorialistas se dedicaram a esse registro em publicações, porém foi através de relatos de memória oral que obtivemos a maioria das informações sobre esses estabelecimentos comerciais. As mercearias eram sem dúvida espaços que concentravam, em si, significações diversas, mas também locais de “solidariedade entre o dono do botequim e alguns dos seus fregueses” (CHALHOUB, 2008, p. 266).

As memórias dos bodegueiros serão os principais meios que utilizaremos para discutir essas questões. O especialista em história oral Alessandro Portelli considerou que a utilização dos relatos orais, em uma pesquisa histórica, exige uma nova percepção do historiador: “não apenas um desvio gramatical da terceira para a primeira pessoa, mas uma nova e integral atitude narrativa. O narrador é agora uma das personagens e o contar é parte da história é parte que está sendo contada” (PORTELLI, 1997).

O universo das mercearias é, intensamente, marcado por uma série de significados e práticas, que definem a vida e o cotidiano de seus trabalhadores. Os relatos de memória oral que serão apresentados possuem algumas congruências temáticas fundamentais para compreendermos o universo pretendido. Porém, a ênfase será em conceber a funcionalidade dessas mercearias, mais especificamente em conhecer aqueles que colocavam seu funcionamento em prática.

OS DONOS DAS MERCEARIAS

Uma informação importante que obtivemos com a pesquisa histórica foi a origem migrante dos comerciantes entrevistados. Todos migraram para Arcoverde ainda durante a juventude, em busca de oportunidades ou de melhores condições de sobrevivência. No início da década de 1970, um jornal local afirmava a importância dos novos habitantes para a cidade, que eram então chamados de forasteiros:

Esta cidade tem o privilégio de ser beneficiada pelos forasteiros a quem deve o seu desenvolvimento. Todos aqueles que por aqui passaram ou se fixaram, deixaram plantados marcos de empreendimentos. E com esses benefícios recebidos, a cidade vem se projetando entre as demais, com o seu progresso vertiginoso (A REGIÃO, 1973, p.10).

É perceptível o discurso progressista da época, que tinha como intenção ofuscar a deficiência dos serviços urbanos, bem como criar a imagem de uma cidade bela e civilizada. A matéria do periódico demonstra a apologia aos forasteiros – considerados responsáveis pelo desenvolvimento, muito provavelmente membros da elite não nascidos em Arcoverde – e não às centenas de migrantes, que atravessavam as

encruzilhadas da cidade em busca de melhores ares. Quanto aos donos de mercearias ou bodegueiros, como também eram chamados, podem não ter sido responsáveis pelo desenvolvimento da cidade, mas tiveram uma participação relevante no seu abastecimento. A seguir, analisaremos trechos das histórias de vida de comerciantes, que migraram para a cidade, passaram por dificuldades semelhantes e depois se dedicaram ao comércio de alimentos. Um deles chegou a Arcoverde ainda na juventude e em sua bagagem trouxe o desejo de encontrar um ambiente propício para negociar:

Me chamo Antônio Pereira Quinto. Nasci em Triunfo, Pernambuco, em 1926. O que eu recordo é que nasci trabalhando, com seis anos já ia para a roça com uma enxadinha. Papai ainda botou na escola uns tempos, mas a gente não tinha condições, porque precisava de trabalhar pra criar os outros que eram doze. Não estudei. Era só trabalho. Eu vi que lá em Triunfo tudo o que eu queria tava explorado, não tinha comércio. Aí eu vim fazer compras aqui, cheguei e me engraçei com o lugar. Achei que aqui dava pra viver. Quando cheguei lá, disse ao velho. Ele aceitou: é, leve uma das meninas, pode enfrentar, o que você fizer nós aceita. Pronto, em 59, cheguei aqui. Aí foi só trabalhar dia e noite que nem um doido (Antônio Pereira Quinto, Arcoverde, 28 de janeiro de 2010).

Uma vida marcada pelo trabalho: Antônio, assim como muitos de sua geração, não teve acesso à educação formal, desde a infância, dedicou-se a ajudar o pai na agricultura. Nesse trecho da entrevista, percebemos movimentos de memória realizados no relato, que se apresenta como uma janela da sociedade, no qual “a memória individual e a coletiva alinham-se, assim, de maneira inseparável” (MONTENEGRO, 2010, p.63). Com o consentimento do pai, Antônio mudou-se para o lugar com que se “engraçou”, vislumbrando a oportunidade de negócios, que a cidade poderia oferecer. O entrevistado constrói a imagem de empreendedor, pois teria percebido que, no local onde nasceu, não havia espaço para desenvolver suas atividades. Chegou a Arcoverde com a intenção de comercializar alimentos, alugou um ponto comercial, abriu uma mercearia na cidade alta. Trabalhou muito, diariamente, e, durante muitos anos, esteve por trás de um balcão da Mercearia Triunfo, que levava o nome do seu local de nascimento. Depois, seus negócios se expandiram e a pequena mercearia foi ampliada, transformando-se em um supermercado. E, assim, chegaram a Arcoverde outros comerciantes, como Cleto Oliveira, que também vislumbrou que a cidade poderia oferecer condições favoráveis para comercializar alimentos. Em suas idas e vindas, deixou o local onde nasceu, rumou para São Paulo e, no retorno, passou a viver em Arcoverde:

Meu nome completo é Cleto Clemente de Oliveira. Eu não sou de Arcoverde, não nasci aqui, cheguei aqui vindo de São Paulo. Nasci no dia 25 de abril de 1935, distrito de Brejo da Madre de Deus, num patrimônio chamado Vila Judiá, hoje Jataúba, em Pernambuco. Meus pais foram agricultores, tive

dez irmãos. Eu todo dia ia aprender a fazer o nome, ia e voltava a pé, e o sofrimento daquela época era muito grande. Comia uma vez por dia, chegava meio dia mãe botava cada um no seu pratinho. Aí dizia: amanhã só peça meio-dia, antes não peça nada porque não tem. Quando completei uns quinze anos de idade, houve um fichamento na Paraíba, em Monteiro, para as frentes de emergência. Passei um ano e oito meses lá. Depois saí de Monteiro e fui para São Paulo, num pau-de-arara. Quando cheguei fui para a Imigração, que era um órgão do governo, não sei se hoje ainda tem, dava direito a você passar quatro dias lá. Os empresários do interior, da safra do café, e da madeira, chamavam o povo pra trabalhar. Naquele tempo São Paulo era um palco de madeira, hoje é o Amazonas. Me chamaram para a madeira, perguntei pra ele “Como é o serviço”? “É muito pesado lá, mas é o serviço que ganha mais”, eu fui. Eu disse, “agora vou trabalhar para ir embora”. Eu sei que nesse serviço passei mais de cinco anos. Eu cheguei lá no dia 13 de agosto de 1952, saí no dia 2 de setembro de 1957, pronto, cheguei lá com 17 anos saí com 22. Quer dizer que essa juventude minha foi dentro do mato, foi enfrentando cobra. Eu sei que no final de conta saí de lá no dia 2, cheguei aqui dentro de Arcoverde no dia 22. Eu já tinha uns parentes que viviam por aqui, e pro sítio num voltava de jeito nenhum. Aí eu fiquei por ali, um dinheirinho guardado no bolso. Eu tenho que botar um negócio porque se parar fica ruim. (Cleto Clemente, Arcoverde, 10 de janeiro de 2007).

A história de vida de Cleto está marcada pelo êxodo rural, pois as dificuldades enfrentadas, na infância, impediram que pudesse seguir adiante os estudos; logo cedo, teve que migrar em busca de melhores condições de sobrevivência. Trabalhou, ainda na adolescência, nas frentes de emergência, depois trilhou o caminho de muitos nordestinos em sua ida a São Paulo. A dureza e as péssimas condições de trabalho fizeram com que despertasse em Cleto o desejo de retorno. Trabalhou, arduamente, enfrentou os perigos das matas paulistas e retornou, não mais para o sítio onde nasceu, mas para uma cidade, onde moravam alguns familiares e na qual teceria sua vida comercializando alimentos.

Assim como Antônio Quinto, o entrevistado apresenta, intencionalmente, recursos para demonstrar sua exímia visão comercial. Concordamos com a afirmativa de Montenegro quando afirma: “Refletir acerca de uma história de vida a partir do relato oral de memória é debruçar-se sobre fragmentos que o narrador – ainda que com a participação do entrevistador – selecionou para construir uma imagem, uma identidade” (MONTENEGRO, 2010, p.3). Quando Cleto chegou à cidade, direcionou o olhar e analisou as possibilidades de iniciar um negócio, pois o capital adquirido em São Paulo logo acabaria se não fosse movimentado. Depois de comercializar mercadorias, por alguns anos na feira livre da cidade, também alugou um ponto comercial e abriu uma mercearia no popular bairro do São Cristóvão. Alguns anos depois, a mercearia se transformou no Supermercado São Cristóvão LTDA, que funcionou por pouco tempo.

O historiador que se aventura na pesquisa com fontes orais, além de utilizar um aparato teórico complexo, lida, diretamente, com a vida e,

em alguns momentos, enfrenta limites que possuem relação direta com a intimidade do entrevistado. Mas durante a entrevista com outro dono de mercearia, Antônio Lins, que teve também a participação do filho de Erby Lins, um comentário proporcionou alguns questionamentos: “Eu trabalhei demais, não me lembro de tudo, mas trabalhei muito, fiz muita coisa, não fui devagar não. Eu tinha um depósito, botava as coisas na cabeça e levava, lutei muito, trabalhei” (Antônio e Erby Lins, Arcoverde, 20 de junho de 2007). Esforçando-se para recordar, o entrevistado busca quadros de imagens na memória que, juntos, formam um pequeno filme. Talvez, com o enredo que mais marcou sua vida: o trabalho. Admite não se recordar de tudo, mas executa, perfeitamente, o movimento da memória como trabalho. Segundo o historiador Michel Pollak:

A memória é um fenômeno construído. Quando falo em construção, em nível individual, quero dizer que os modos de construção podem tanto ser conscientes como inconscientes. O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização” (POLLAK, 1992, p. 200-212).

Após essa breve apresentação dos donos de mercearias, iremos adentrar nos seus estabelecimentos. É evidente que o reduzido número de fontes historiográficas sobre as camadas populares dificulta o trabalho do historiador, impossibilitando a realização de uma análise mais apurada no caso das mercearias de acordo com o que foi mencionado no início deste capítulo. Porém, mesmo com as adversidades, através de alguns estilhaços do passado é possível analisar as imagens e memórias do tempo das mercearias.

NA PONTA DO LÁPIS: LIVROS CAIXAS E CADERNETAS

Antes da chegada dos caixas registradores do supermercado, que pareciam ter uma pantagruélica fome de dinheiro, as mercearias de Arcoverde dispunham de um sistema de crédito controlado por livros caixas (pertencentes aos bodegueiros) e cadernetas (de posse dos fregueses). Contudo, a confiança, a amizade eram os principais esteios das relações de crédito. Não raro, alguns fregueses deixavam de pagar as dívidas e, imediatamente, o elo da relação era fendido, mas, dificilmente, esfacelado.

A sociedade daquela época era, altamente, regulada pelos olhares dos vizinhos e amigos. Sendo assim, quando um pai de família tinha seu nome sujo na praça, não significava apenas perder a oferta de crédito nas mercearias, mas, principalmente, ter que carregar no seu dia a dia os olhares de censura dos seus pares. A relação entre freguês e bodegueiro estava muito além das questões comerciais, pois a afetividade entre as partes, em muitos casos, havia sido construída

ainda na juventude. Era, no momento das compras, onde as conversas de “pé de balcão” surgiam, logo a intimidade se apresentava através das palavras utilizadas e dos assuntos variados.

A invenção que rege cada encontro particular (sem o que a amizade não seria o que é) correspondem condições históricas de possibilidade. Cada um ajusta os modelos de que dispõe em função da posição que ocupa: a amizade fornece referenciais sociais na medida em que permite afirmar uma identidade, uma singularidade. (VICENT-BUFFAULT, 1996, p. 10).

Com o supermercado a afetividade e a amizade cederam lugar à impessoalidade. As relações de crédito também foram modificadas, porém os donos de mercearias continuaram utilizando um instrumento regulador do crédito, onde se anotavam as compras.

Neste sentido, um instrumento de escrituração contábil, simples e eficiente, que todo dono de mercearia não podia dispensar era a não menos famosa “caderneta” – um simples caderno onde se anotava os nomes dos clientes e suas respectivas despesas mensais. Os clientes faziam suas compras e as despesas eram anotadas na caderneta. No prazo estabelecido, a dívida era saldada e, imediatamente, era contraída outra – a ser paga no mês subsequente (SILVA, 2006, p. 1-7).

A maioria dos bodegueiros utilizava um caderno, onde constava a relação de nomes dos fregueses, bem como os produtos adquiridos pelos mesmos. Por outro lado, o freguês, também, tinha um dispositivo, que servia como regulador e comprovante das despesas realizadas. Apesar da oferta de crédito está vinculada a à confiança, o livro caixa e a caderneta funcionavam como eficazes mecanismos de controle do consumo. A necessidade de não quebrar o laço de amizade com o bodegueiro fazia com que muitas famílias se esforçassem para cumprir com o pagamento na data acordada. Por conseguinte, os bodegueiros aguardavam ansiosos o recebimento para arcar com as dívidas junto aos fornecedores. Naquele momento, era muito comum, a qualquer hora do dia, que os pais mandassem as crianças, em posse de uma caderneta, comprar algum tipo de alimento que precisavam: pães, ovos, leite, farinha, açúcar, manteiga eram carregados por esses meninos, que transitavam com passos rápidos e dispostos pelas ruas da cidade. Muitos por terem cumprido a obrigação e colaborado no abastecimento do lar, recebiam saborosas recompensas:

Lembro ainda muito fielmente, porque qual a criança que não gosta de chocolate? Quando ajudava nas compras davam um chocolate um “sonho de valsa” e ficava maravilhado, deliciando, comendo assim devagarzinho. Mas tinha uma série de opções para quem não pudesse comprar um bombom daqueles e quisesse adoçar a boca. (Entrevista com Rubaldo Moraes, Arcoverde, 07 setembro de 2007).

Rubaldo se recorda da infância, dos momentos de recompensa por ter contribuído no abastecimento do lar. Nesse momento, a memória gustativa traz ao seu paladar o doce sabor do chocolate da

infância. Ainda lembra que nem todas as crianças tinham acesso à doçura do chocolate, mas não faltavam opções mais baratas para que pudessem adoçar seus paladares. Porém, as pessoas envolvidas pelo cotidiano poderiam não perceber as imbricações, que permeavam o processo de compras em uma mercearia. A fidelidade dos fregueses, suas astúcias e micro-resistências se delineavam como um conjunto de intenções, que pretendiam garantir a continuidade do crédito. As lembranças sobre as antigas mercearias seguem na memória de muitos moradores da cidade.

No Beco de Buíque tinha a mercearia de Toinho Lins, ficava de frente ao mercado. Tinham muitas outras mercearias, mas sempre comprava lá, ficava mais perto, vendia fiado. Eu usava a caderneta, ele anotava. Às vezes aceitava o cheque da prefeitura, existia uma amizade e gostava de comprar lá. Quando era no fim do mês, ou com quinze dias, pagava. Tenho muita lembrança dessa mercearia, parece que estou vendo, era pequena, mas era bem cheinha. Tinha um balcão com uma balança em cima onde pesava as coisas, era uma mercearia que tinha de tudo, mas era pequena (Entrevista com Josefa Chagas. Arcoverde, 28 de outubro, 2010).

Nesse fragmento do relato, Josefa relembra o lugar em que fazia compras, define a preferência pela mercearia de Toinho Lins através da proximidade, da oferta de crédito, mas, principalmente, pela amizade. O exercício da memória busca auxílio na lembrança e na geografia da cidade por meio do Mercado Público, localizado no Beco de Buíque⁵⁶ para poder localizar as imagens e ressignificar a antiga mercearia. A lembrança de uma área da cidade funciona como fio condutor, que faz surgir nítidas imagens da mercearia em sua memória. Em uma dessas imagens está a caderneta, que controlava suas compras, bem como o livro caixa, no qual Toinho Lins controlava suas vendas.

Os espaços, assim, longe de serem uniformes e fixos, aparecem em movimento, segundo as práticas de seus usuários, impregnados de significados simbólicos, seja no ambiente urbano – no bairro, na rua ou no interior das habitações –, seja numa rede de relações “exteriores” a esses ambientes e que estabelecem com outros territórios (étnicos e culturais, políticos) e os situam numa dada configuração de poder. Desse modo, os espaços não são anteriores às práticas que os produzem; pelo contrário, são elas, as práticas, que lhes conferem significados (GUIMARÃES NETO, 2008, p.157-158).

Na ponta do lápis, os bodegueiros contabilizavam os gastos dos fregueses, dando sentido a uma rede de apoio social. Na medida em que os produtos eram escolhidos, pesados e colocados em cima do balcão, a soma das compras era, rapidamente, realizada. Em balaios, os fregueses carregavam seus víveres até suas residências. Naquele

⁵⁶ Localidade na região central de Arcoverde e que possui esse nome devido a proximidade com a antiga estrada que ligava a cidade a esse município. Na década de 1970 era um lugar de troca, de intensa circulação. Naquele período possuía uma considerável variedade de produtos, e era um local onde boa parte população se abastecia por meio da feira livre, do mercado público e das diversas mercearias.

contexto, as mercearias tinham um papel central no fornecimento de crédito e, em algumas épocas do ano, se estabelecia também uma rede de solidariedade. Observem um trecho da entrevista com Ismar Sobreira, filho de Natanael Sobreira que, durante muitos anos, foi proprietário da Mercearia Sobreira:

Lembro que naquele tempo, bacalhau era coisa baratíssima, vinha até em caixas de madeira. Então toda semana santa chegavam pessoas na frente da mercearia pedindo o jejum. Ele dava um bacalhau, e uma cuia de farinha, ou dava uns peixes que vinham enlatados, como as sardinhas de hoje. Sempre deu, o povo pobre frequentava a mercearia. Papai era muito humano nesse ponto, o povo pedia, e ele dava (Entrevista com Ismar Sobreira. Recife, 20 de outubro de 2010).

Em uma cidade, onde muitas famílias travavam lutas diárias em busca do alimento, era comum, em datas comemorativas como a semana santa, que homens e mulheres passassem pelas mercearias pedindo o jejum⁵⁷. A solidariedade enfatizada por Ismar pretende construir uma imagem de humanismo do seu pai, Natanael Sobreira, demonstrando o prazer que ele tinha em ajudar as pessoas, em dividir um pouco daquilo que não iria fazer falta com os mais pobres. Talvez, a necessidade de sobrevivência, bem como as dores e perdas sentidas na 2ª Guerra Mundial tenham despertado o sentimento de solidariedade no proprietário da mercearia. Contudo, a mercearia era uma atividade comercial, que visava o lucro e Natanael não podia ser generoso ao ponto de chegar à falência. Afinal, em época de alta da inflação, o crédito sem cobrança de juros já era uma maneira de ajudar os mais necessitados.

Nesse sentido, famílias encontravam dificuldades financeiras para realizarem suas compras semanais. Desse modo, a boa relação com os donos das mercearias era uma estratégia de sobrevivência fundamental, pois era esse elo que garantia a continuidade da alimentação das famílias. Manoel Ferreiro trata dessas questões em seu relato:

Criei a família todinha sofrendo, batalhei muito. Aqui dentro de Arcoverde até a minha velha pediu para comer, não vou mentir a excelência, e nem a ninguém. A gente se amparava muito nas mercearias, mas tinha que trabalhar pra pagar. As comidas daquela época eram mais devagar, você sabe que hoje a nação tá aumentando, e as coisas modificando mais, cada vez mais e melhor. Mas passei muita dificuldade. (Entrevista com Manoel Ferreiro, Arcoverde, 02 de novembro de 2010).

A luta diária em busca da sobrevivência é retratada por Manoel. Em sua memória, as dificuldades surgem como dias escuros e tristes em que sua família teve que contar com a solidariedade para resistir. O trabalho se apresenta como uma alternativa de sobrevivência, era

⁵⁷ O sentido da palavra é utilizado para designar a abstinência de comer carne vermelha adotada por cristãos em época de Semana Santa. Sendo o bacalhau e a sardinha permitidos nessa prática religiosa.

preciso trabalhar para manter o crédito nas mercearias. Por outro lado, o signo da fome está presente representando não apenas a memória individual, mas também a memória coletiva. Quando realizamos essa entrevista, os dias estavam melhores para Manuel, o ofício de ferreiro fez com que as dificuldades da vida fossem moldadas como as duras peças da sua oficina. Sob o aspecto social da fome, podemos lembrar as palavras de Josué de Castro.

A sensação de fome não é uma sensação contínua, mas um fenômeno intermitente com exacerbações e remissões periódicas. De início, a fome provoca uma excitação nervosa anormal, uma extrema irritabilidade e principalmente uma grande exaltação dos sentidos, que se acendem num ímpeto de sensibilidade, a serviço quase que exclusivo das atividades que conduzem à obtenção de alimentos e, portanto, à satisfação do instinto mortificador da fome. Desses sentidos, há um que se exalta ao extremo, alcançando uma acuidade sensorial incrível: é o sentido da visão. No faminto, enquanto tudo parece ir perecendo aos poucos seu organismo, a visão cada vez mais se vai acendendo, vivificando-se espasmodicamente (CASTRO, 2008, p. 229).

Além das memórias de fregueses e bodegueiros, foram raros os documentos escritos das mercearias, que resistiram à ação do tempo. Entretanto, através dos relatos de memória, compreendemos que a oferta de crédito era uma prática comum na maioria das mercearias, bem como o sistema de controle realizado através de livros caixas e cadernetas. Nesse sentido, iremos analisar um livro caixa da *Mercearia Sobreira*, procurando observar, nos seus registros, marcas da rede de apoio social, que representava.

Um antigo caderno empoeirado que, no passado, teve a funcionalidade de controlar o movimento comercial de uma mercearia. Em suas sinuosas páginas se apresentam cifras, produtos, somas, rabiscos, bilhetes que fazem do livro um labirinto permeado de escrituras. Apesar da complexidade das inscrições, tentaremos percorrer as partes desse labirinto na tentativa de apreender os seus caminhos, e por que não dizer: criar novos sentidos.

Em primeiro lugar, destacamos que a lista dos compradores, no livro caixa de Natanael Sobreira, estava organizada em ordem alfabética, o que facilitava a localização dos nomes no momento das vendas. Na medida em que os fregueses realizavam as compras, as páginas eram vestidas por marcas e valores dos produtos comercializados. As datas de aquisição dos produtos, bem como de quitação do débito também permeiam toda a extensão do documento. Além dos números, podemos perceber a importância que a aquisição de alimentos tinha para as famílias que se abasteciam nessa mercearia. Como afirmou Certeau:

O ato da compra vem “aureolado” por uma “motivação” que, poder-se-ia dizer, o precede antes de sua efetividade: a fidelidade. Esse algo mais não

contabilizável na lógica estrita da troca de bens e serviços, é diretamente simbólico: é o efeito de um consenso, de um acordo tácito entre o freguês e o seu comerciante que transparece certamente no nível dos gestos e das palavras, mas que jamais se torna explícito por si mesmo. É o fruto de um longo costume recíproco pelo qual cada um sabe o que pode pedir ou dar ao outro, em vista de melhorar a relação com os objetos da troca (CERTEAU, 2009, p. 52).

Através do livro caixa é possível percebermos os registros contábeis das compras, porém sabemos que, além dessas questões, processos de cunho cultural, social e por que não dizermos afetivos se delineavam no ato da compra. Esses últimos fogem das tessituras do registro escrito, mas estavam presentes nos olhares cuidadosos de fregueses e bodegueiros. Nesse sentido, por mais que tentássemos alcançar essas dimensões, muitas vezes esbarramos nos limites das fontes documentais. Fornecer crédito fazia parte do cotidiano de Natanael e estabelecer uma boa relação com os fregueses era fundamental para garantir a sua própria sobrevivência. No livro caixa, encontramos registros das compras realizadas por uma cliente chamada “Carminha”. Uma extensa listagem de produtos adquiridos como fumo, seda, cigarros, vinho, bacalhau, café, farinha, charque, feijão, pães entre outros. Contudo, o que nos chamou atenção foi a periodicidade das compras, não raro realizadas semanalmente, já, em alguns períodos do mês, as compras se tornam, praticamente, diárias. Não encontramos registros da realização de pagamento. Ao final da terceira página, localizamos a seguinte inscrição: “caderneta de fiado, velhaca”.

Todavia, percebemos que mesmo sem o pagamento das compras anteriores, Natanael autorizava novas aquisições. Após meses sem receber, a relação de confiança foi abalada, nitidamente as compras foram cessadas. Infelizmente, os limites do documento não permitem que saibamos os motivos que levaram Carminha a não quitar o débito. Mas, em uma cidade de raras oportunidades de trabalho, dificuldades financeiras atingiam boa parte da população, muito provavelmente Carminha teve que procurar, em outra mercearia, o estabelecimento de uma nova relação de confiança ou teria que contar com o “perdão” de Natanael.

Através do livro caixa da *Mercearia Sobreira* tentamos demonstrar como funcionavam as relações entre fregueses e bodegueiros, bem como a elaborada prática do crédito, desvendando hábitos e costumes, adentrando, em alguns momentos, pela vida privada de habitantes da cidade de Arcoverde. Desse modo, procuramos tratar que mesmo com o advento do supermercado, as mercearias que contavam com as cadernetas como instrumento de fornecimento de crédito continuaram sendo um grande atrativo para aqueles que

não possuíam dinheiro em espécie para realizar suas compras e que preferiram continuar alimentando uma antiga relação de afetividade com os bodegueiros.

FONTES

- A REGIÃO. Arcoverde, Dover Propaganda LTDA, nov. 1972 a mar. 1973. (APEJE-PE).
 Entrevista com Antônio e Erby Lins, Arcoverde, 20 de junho de 2007.
 Entrevista com Antônio Pereira Quinto, Arcoverde, 28 de janeiro de 2010.
 Entrevista com Cleto Clemente, Arcoverde, 02 de novembro de 2010.
 Entrevista com Cleto Clemente, Arcoverde, 10 de janeiro de 2007.
 Entrevista com Ismar Sobreira. Recife, 20 de outubro de 2010.
 Entrevista com Josefa Chagas. Arcoverde, 28 de outubro, 2010.
 Entrevista com Manoel Ferreiro, Arcoverde, 02 de novembro de 2010.
 Entrevista com Rubaldo Moraes, Arcoverde, 07 setembro de 2007.
 Livro caixa da Mercearia Sobreira. Acervo Pessoal da Família Sobreira.
 PERNAMBUCO. **Plano de Desenvolvimento Urbano de Arcoverde**. Objetivos, Diretrizes, Preposições, Programação. Vol. 2. Recife: [s.n]. 1979.
 PERNAMBUCO. Dados obtidos através da **Síntese Estatística dos Municípios** – Pernambuco – Arcoverde. Recife: Serpe, 1978

REFERÊNCIAS

- CALVINO, Ítalo. **As Cidades Invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
 CASTRO, Josué. **Geografia da fome**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
 CERTEAU, Michel de. GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano 2: morar, cozinhar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
 CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
 CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.
 GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Espaços e tempos entrecruzados na história: práticas de pesquisa e escrita. In: MONTENEGRO, Antônio. **Cultura, História e Sentimento: outras Histórias do Brasil**. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Cuiabá: Ed. da UFMT, 2008: 157-158.
 MONTENEGRO, Antônio. **História, Memória, Metodologia**. São Paulo: Contexto, 2010.
 POLLAK, Michel. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p.200-212, 1992.
 PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, n.14, p.25-39, 1997.
 SILVA, Wellington Barbosa da. Famílias em rebuliço: considerações sobre o advento do primeiro supermercado em uma cidade do Sertão pernambucano (Arcoverde, 1970-1980). In: **Encontro “Os Sertões”** – Espaços, Tempos, Movimentos, Anais. Recife: UFPE, 2006:1-7.
 VICENT-BUFFAULT, Annie. **Da amizade: uma história do exercício da amizade nos séculos XVIII e XIX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

Arquitetura eclética no centro do Cabo de Santo Agostinho.

John Kennedy Ferreira da Luz ⁵⁸

INTRODUÇÃO

No início do século XX, o recém-instaurado Município do Cabo de Santo Agostinho, localizado na Região Metropolitana de Recife, ao Sul do Estado de Pernambuco, assiste à formação de novos bairros, decorrente de um rápido fenômeno de expansão urbana em face de um novo quadro socioeconômico despertado pela industrialização da atividade açucareira, sua principal atividade econômica. Inspirados pela ideia de modernização propagada pela República Velha (1889-1930), bem como pela democratização do dicionário iconográfico da arquitetura internacional, os construtores desses novos assentamentos buscam alinhar-se com o contexto social vivido, utilizando como ferramentas a estética dramática do Ecletismo e o simbolismo nela contido.

Em linhas gerais, o Ecletismo pode ser compreendido como um movimento artístico-intelectual que se desenvolveu na Europa ~ mais precisamente na França oitocentista ~ em meio ao dualismo entre os modos tradicionais de produção e as inovações catalisadas pelas revoluções tecnológica, política e intelectual disseminadas desde a segunda metade dos setecentos. Iniciada ainda no século anterior, a Revolução Industrial atinge seu ápice na segunda metade do século XIX, instituindo o sistema capitalista de produção, que se materializará em uma nova realidade social, esta marcada pela mecanização do trabalho, pelo aumento populacional (sobretudo nos sítios urbanos, destino da população que deixa o ambiente rural para tomar parte nos novos processos de produção) e pela ascensão do proletariado como classe social (BENEVOLO, 2004). O embate entre as teorias políticas dominantes fomenta ainda mais o panorama contraditório

⁵⁸ Arquiteto e Urbanista (UFPE), Mestre em História (PGH - UFRPE). E-mail: jkl.confato@gmail.com.

da Revolução Industrial, pondo em campos opostos a aversão dos conservadores para com os novos paradigmas socioeconômicos e o regozijo dos liberais que, admitindo como benéficas as transformações assistidas, solicitam reformas da sociedade existente com base na remoção dos vínculos tradicionais (p. 24).

Assim, Benevolo (2004, p. 26) atesta que esse mesmo esforço crítico logo se manifesta na produção arquitetônica, mas, desta vez, depara-se com uma tradição conectada à exigência de uma regularidade estético-intelectual para a qual a produção artística da Antiguidade Clássica servia como cânone incontestável. Todavia, a situação se desenvolve de modo a incluir outras fontes de inspiração iconológica, que não provêm da Antiguidade e, logo, formas góticas, românicas, orientais, entre outras, somam-se àquelas de tradição greco-romana dando origem aos sucessivos *revivals* movimentos de resgate das tradições arquitetônicas de variadas civilizações, que pontuaram a produção da arquitetura no século XIX e início do século XX. Juntas, tais iniciativas configuram o Ecletismo, importante viés da Arquitetura Historicista que levava ao extremo a supracitada reinterpretação de referências iconográficas das produções arquitetônicas provenientes de outras civilizações. Pautado na ornamentação da edificação com os motivos escolhidos entre a enorme variedade de possibilidades iconográficas apresentadas, o Ecletismo é adotado como estilo padrão pela École des Beaux-Arts de Paris e populariza-se no Ocidente, destacando-se na produção arquitetônica oficial e civil.

Ideologicamente, o Ecletismo aparece fundamentado no questionamento investigativo do Iluminismo oitocentista e na concepção que este faz da cultura ao classificá-la como uma conquista (FABRIS, 1993). Propondo, efetivamente, uma discussão das instituições tradicionais à luz da razão, o Iluminismo analisa, objetivamente, a linguagem formal e as fontes históricas da arquitetura então praticada, auxiliado pela exploração sistemática do patrimônio arqueológico (BENEVOLO, 2004, p. 28). O Ecletismo é consequência da Revolução Industrial, e suas bases estão assentadas na ascensão de uma classe burguesa em busca da legitimação de seu poder intelectual (PEVSNER 1970 apud FABRIS, 1993, p. 131). Segundo Fabris (1993, p. 134), é lícito afirmar que o movimento em questão materializa a mentalidade do século XIX, de que as formas construídas devem ser representativas, evidenciando por meio da forma exterior o status de seu ocupante – donde a importância conferida à fachada da edificação e aos ornamentos que lhe serão aplicados. Para a autora, o Ecletismo associa-se a uma concepção do espaço urbano baseada em ideais de “magnificência,



Figura 1: *Petit Palais* - Exemplo de arquitetura eclética, inaugurado em 1900, em Paris. **Fonte:** autor, 2017.

expressividade, monumentalidade com a intenção de glorificar uma ideologia ou uma classe” (p. 135).

UM BRASIL QUE SE QUER EUROPEU

Não se deve generalizar as condições de inserção do Ecletismo europeu a toda produção dessa arquitetura fora do Velho Continente, uma vez que seu processo de disseminação se desmembra por panoramas imersos em distintas características técnicas, ideológicas e cronológicas. Se na Europa o Ecletismo surge com a aceitação da tradição adaptada ao novo paradigma socioeconômico, Fabris (1993, p. 135) afirma que, no Brasil, este aparece em conexão com o rechaço da herança colonial

ainda presente no país, uma vez que, neste caso, o passado para o qual os construtores recorrem como inspiração não é nacional.

Admite-se que a eventual aceitação do Eclesiastismo por parte do público brasileiro pode ser remetida a um sensível apreço por elementos e práticas culturais oriundos dos países europeus desenvolvidos, difundido, nessa sociedade, de modo geral, desde o início do século XIX, primeiramente, no âmbito de seu processo de emancipação política e intelectual em relação a Portugal e, posteriormente, na tentativa do Brasil independente de se afirmar como nação ao distanciar-se de sua experiência tradicional.

Se, inicialmente, os traços europeus eram percebidos pelos usos e costumes da metrópole importados pela aristocracia rural, a historiografia mostra que a situação se desenvolveria a ponto de permitir e, até mesmo, facilitar a inserção direta de elementos de outras culturas europeias, notadamente, a francesa, na sociedade brasileira, em um processo que, posteriormente, culminaria na instrumentalização de tais influências para a legitimação do Brasil como uma nação culturalmente moderna. Nesse contexto, as formas arquitetônicas de raiz europeia encontram um panorama cultural favorável em meio às representações positivas da cultura francesa inseridas na sociedade local, materializadas na busca por objetos, usos e hábitos estrangeiros, no Brasil e, conseqüentemente, em Pernambuco, durante o século XIX (CARVALHO, 1992). Tal fato direciona, tenazmente, a possibilidade de referências históricas a serem adotadas pela vertente eclética brasileira: se na Europa o Eclesiastismo surge com a aceitação da tradição adaptada ao novo paradigma socioeconômico, no Brasil, o rechaço da herança colonial ainda presente no país vislumbra o retorno a um passado que, contudo, não é nacional (FABRIS, 1993, p. 134).

Em Pernambuco, observa-se que Recife, cidade portuária, foi, diretamente, atingida pelas reformas das leis comerciais no início dos oitocentos. Sua localização estratégica, em uma porção acentuadamente oriental do continente americano, faz do Porto do Recife uma parada amiúde constante nas rotas em direção ao Oeste do Atlântico e a outros portos brasileiros. Tal fato atuou como grande facilitador da comunicação com a Europa, uma das principais causas de crescimento da região - ainda mais quando diante dos protestos de comerciantes privilegiados pelo monopólio português, ao contrário de outros portos brasileiros, a capital pernambucana manteve o livre acesso de mercadorias estrangeiras e o trânsito de pessoas e bens em um centro urbano, que se fortalecia no início do século XIX (SOUTO MAIOR, 2015).

A busca pela modernização nos moldes europeus se faz sentir durante todo o Império e mesmo após a Proclamação da República. Com efeito, a

República assinala um período também marcado pela ascensão de uma burguesia, o êxodo rural em função das dinâmicas de produção agrária e a afirmação do proletariado como classe social, e reafirma-se, no Brasil, o prestígio do modo de vida urbano, para o qual a influência europeia, antes caracterizada por preocupações de ordem estética e salutar, assume um caráter doutrinário ao ser utilizada pelo novo governo para a implementação das ideias tidas como progressistas, tendo o Positivismo como guia doutrinário. Por isso, além de fortificar os hábitos e o consumo de produtos estrangeiros, a máquina pública empenha-se não somente na renovação das feições urbanas, mas na verdadeira reconstrução de partes significativas das principais cidades do país (BRUAND, 2010).

Logo, a capital de Pernambuco, agora Estado Federado, enche-se de um sentimento cosmopolita e, mais uma vez, apoia-se nos padrões técnicos e estéticos europeus para empreender as transformações urbanas características da cidade durante a República Velha. Consequência direta desse pensamento europeizante, Recife assiste, mais uma vez, a um processo de reforma da estrutura urbana, com intervenções de ordem estética e salutar (CARVALHO, 1992, p. 43).

O ECLETISMO NO CABO DE SANTO AGOSTINHO

O Ecletismo é assimilado, também, pela produção arquitetônica das cidades do interior de Pernambuco, sobretudo naquelas que estabeleceram um contínuo interfluxo de bens e indivíduos com a capital, gradativamente impulsionado pelo processo migratório rural-urbano, em função da modificação das formas de produção da economia rural, bem como pela construção das estradas de ferro ligando tais cidades a Recife (SOUTO MAIOR, 2015, p. 23). Apoiado no trabalho dos mestres de obras e na democratização das técnicas construtivas e do referencial iconológico do ornamento arquitetônico, esse Ecletismo interiorano se caracteriza, acima de tudo, por seu caráter vernáculo, isto é, por se estabelecer fora da experiência acadêmica, marcado por um saber próprio do construtor que, na grande maioria dos casos, adapta e mescla o ornamento característico do que os jornais da época chamavam “a moderna arquitetura” às tipologias tradicionais, ou seja, à morada estreita e comprida herdada da arquitetura colonial.

Insere-se, plenamente, de forma tardia, quando a arquitetura historicista europeia já experimentava a concorrência de outros estilos – como o Art Nouveau, por exemplo. Da mesma forma, esse estilo se mantém influente durante as três primeiras décadas do século XX, mesmo quando teóricos e produtores de arquitetura, dentro e fora do país, punham em xeque suas regras formais. Em decorrência desse

anacronismo, esse Eclétismo se enquadra em um panorama deveras heterogêneo, não apenas por sua utilização ter coexistido por várias décadas com a inserção de outros estilos, mas também por incorporar elementos formais dos mesmos, ainda que, a princípio, estes tenham pertencido a um universo técnico-intelectual totalmente diverso do historicismo eclético. Assim, muito da arquitetura brasileira sob a égide do Eclétismo pode apresentar, em suas fachadas ornamentadas (de acordo com os preceitos do já mencionado “Estilo Beaux-Arts”) componentes decorativos provindos do Art Nouveau ou do Art Déco, por exemplo, uma vez que estes estilos tendiam a ser assimilados, conforme assinala Yves Bruand (2010), como mais uma fonte de inspiração iconográfica em meio à profusão de referências importadas.

O aparecimento dessa vertente popular está associado ao crescimento urbano e à ampliação do mercado consumidor a partir do final do século XIX. Nesse período, a concorrência de mercado aos principais produtos agrícolas pernambucanos, o açúcar e o algodão, não mais justifica sua exportação nos níveis até então praticados, fazendo surgir, encabeçadas por companhias estrangeiras, empresas dedicadas a utilizar o excedente dessa produção na exploração do mercado interno (SINGER, 1974, p. 289). Instaladas em Recife e nos municípios vizinhos, as fábricas pertencentes a tais empresas atraem um número considerável de pessoas, fomentando, assim, o surgimento de novos núcleos de habitação, ao mesmo tempo em que a instalação das usinas e dos engenhos centrais libera parte do contingente laboral rural, prontamente absorvido pela indústria, compondo uma classe proletária assalariada e consumidora (p. 300) que, por meio da aculturação, edificará seus espaços de moradia com base nos modelos produzidos pelo governo e pela elite.

É essa manifestação do Eclétismo que aparece no Cabo de Santo Agostinho, município localizado no Litoral Sul pernambucano, a 30 km da capital, Recife, e que a economia canvieira fixou como um dos mais importantes núcleos econômicos da região. Lá, o ornamento eclético, da mesma forma como ocorreu em outras cidades em torno da capital e no interior, também se faz presente no produto arquitetônico civil, principalmente, naquele integrado ao núcleo urbano, este em franco processo de expansão em face das transformações socioeconômicas experimentadas a partir do último quartel do século XIX. Durante o intervalo de tempo entre o início do povoamento, ainda no século XVI, e sua emancipação política no século XIX, o município do Cabo de Santo Agostinho consolida-se como um agrupamento de habitações de médio e baixo padrão cujas características morfológicas se mantêm inalteradas até a segunda metade do século XIX, quando a paisagem urbana começa a ser transformada (BARROS, 2004). Um importante

evento se desenvolve a partir da década de 1880, quando os antigos engenhos banguês passaram a ser substituídos pelos chamados engenhos centrais. Tal processo de aprimoramento de tecnologia na produção de açúcar e derivados (principal atividade econômica da localidade), que culminaria com a implantação das usinas, é o primeiro indício de industrialização do Cabo de Santo Agostinho. Em breve, a alta capacidade produtiva dos engenhos centrais e usinas, quando em comparação aos banguês, demandaria cada vez mais terras para o plantio da cana, resultando na tomada de terras destinadas à moradia. Assim, a mecanização da produção possibilitou a dispensa da mão de obra e, como resultado, verifica-se a movimentação de parte dos habitantes da zona rural rumo ao assentamento urbano. Socialmente, tal mudança no sistema produtivo, como uma manifestação tardia da Revolução Industrial, assinala a transformação do trabalhador rural em proletário e, em muitos casos, sua incorporação ao meio urbano, contribuindo para o processo de desenvolvimento do núcleo original (BARROS, 2004, p. 29). Sugere-se, assim, que tais transformações promulgam a liberdade do homem rural (agora urbano) na produção das edificações que utiliza – ainda que tal produção seja de certa forma delimitada pelas variáveis socioeconômicas e culturais. Logo, é lícito afirmar que, com a modificação da relação entre o trabalhador e dono da terra, promovida pela nova interface de produção no campo e a consequente mudança da população rural para o ambiente urbano, além de seu traslado do campo, o homem do Cabo de Santo Agostinho adquire a possibilidade de construção de suas próprias edificações. Logo, as massas deslocadas do espaço rural atuam na criação de novos bairros, dando início a um rápido processo de expansão urbana cujas formas arquitetônicas criadas, ainda que indiretamente, serão inspiradas pela ideia de modernização a partir da europeização da cultura, propagada pela República Velha (1889-1930) e pela democratização do dicionário iconográfico da arquitetura internacional – disponível em revistas e publicações, por exemplo – apropriado pelos construtores desses novos assentamentos em uma provável busca por alinhar-se ao contexto social vivido.

A produção eclética mais significativa no Cabo de Santo Agostinho é, de fato, aquela produzida pelas camadas menos abastadas, fixadas na referida localidade entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX. Trata-se, efetivamente, de um Eclétismo que se insere no bojo da produção vernácula da qual se falou anteriormente, levada a cabo pela atuação dos mestres de obras e construtores. É válido salientar que a atuação desses profissionais – cuja formação, conforme mencionada anteriormente, é creditada ao empirismo dos canteiros de obras – é impulsionada pelo já citado barateamento dos materiais de construção,

assim como pela democratização das técnicas e do repertório absorvido das construções das cidades de maior porte. Em suma, a natureza vernácula dessa produção pode ser percebida, por um lado, pela relativa simplicidade do ornamento empregado que, mesmo sendo parte indissociável da arquitetura eclética em voga na época, aparece adaptado às possibilidades técnicas e econômicas de seus produtores.

Da mesma forma, suprimem os antigos beirais que se estendiam sobre as calçadas para além da fachada frontal da edificação, e, em seu lugar, dispõem as platibandas ornamentadas. Estas, por sua vez, surgem ornamentadas, por vezes, com motivos de inspiração historicista, tais como os frisos, as cornijas e recortes que fazem alusão aos frontões; por outras, ostentam ícones criados ao gosto do proprietário ou construtor, como figuras geométricas ou elementos de inspiração floral: assim como o ocorrido em Recife e outras partes, o ornamento eclético cabense, fruto de uma apropriação tardia, também se mescla, de forma não intencional, a elementos provindos de outras bases artístico-intelectuais, como o Art Déco ou o Art Nouveau. Para Fabris (1993, p. 140), os exemplares desse Ecletismo de menor prestígio são, a uma vez, menos eruditos e menos rigorosos, e, também, mais fantasiosos do que os modelos construídos pelas camadas de maior poder aquisitivo. “Verdadeiras colagens poliestilísticas”, por integrarem, na mesma obra, fragmentos provenientes de demolições de construções anteriores, elementos provenientes de outros movimentos estéticos e motivos inéditos, criados com os instrumentos disponíveis no desenrolar da construção. O momento de disseminação do Ecletismo é o mesmo que vislumbra o barateamento dos materiais de construção decorrente de sua produção, agora, em larga escala (CARVALHO, 1992). Vê-se a substituição gradativa do bloco de pedra pelos tijolos cerâmicos, consideravelmente mais leves e assentados com argamassa. O ferro e o cimento tipo Portland compõem os objetos decorativos, como pinhas, cálices e balaústres, que se popularizam pelo baixo custo. A indústria dos materiais de construção, dessa forma, se coloca a favor do Ecletismo, produzindo insumos adequados a seus padrões estéticos. Somado a isso, tem-se a relativa facilidade de execução da técnica empregada na fabricação do ornamento, o estuque, cuja moldagem por meio de formas simplificava o processo de materialização do elemento decorativo, além do empirismo contido na própria técnica.

Vale destacar que, apesar dos ideais de novidade e modernização representados pelo ornamento eclético, no que diz respeito à tipologia onde esse ornamento é empregado no Centro do Cabo, diferentemente do ocorrido em outras cidades, como Rio de Janeiro ou Recife – nas quais, como se viu, fatias do espaço urbano foram submetidas a um rigoroso

sistema de remodelação – no caso do Cabo, percebe-se, no momento de inserção do Eclétismo, a persistência da paisagem tradicional pela manutenção da tipologia geratriz de tal paisagem: a casa urbana colonial. De qualquer modo, deve-se ter em mente que a arquitetura é mais facilmente adaptável às mudanças de paradigma do que o plano urbanístico cujas modificações exigem, quase sempre, uma alteração profunda do traçado urbano (REIS FILHO, 1970, p. 16-17).

Destarte, observa-se, no Centro do Cabo, de modo geral, a presença de edificações cujas fachadas são revestidas de relevos em estuque próprios da arquitetura do início do século XX, mas cujo fluxograma interno e a forma de implantação no lote é o mesmo estruturado ao longo dos três séculos de dominação portuguesa, diante da ausência de modificação da geometria do terreno urbano.

Tais edificações, térreas em sua grande maioria, mas com alguns exemplares acrescidos de um pavimento, ganham a roupagem do ornamento, o que permite, sem dúvidas, incluí-las no rol de produção do Eclétismo, mas surgem coladas nos limites frontal e laterais do lote estreito e comprido. Seus ambientes internos, com exceção do salão, em contato com a rua, e da cozinha aberta para os fundos do terreno, são privados de ventilação e iluminação natural, cobertos por um telhado de duas águas que, inclinadas para a frente e para a parte posterior da construção, encontram-se em uma cumeeira localizada no centro longitudinal do edifício. O modelo corresponde, em suma, à típica implantação da morada colonial tal qual descrita por Reis Filho (1970, p. 24-26).



Figura 2: Edificações dos números 64, 68 e 72 da Rua Vigário João Batista, Centro do Cabo. Fonte: autor, 2018.



Figura 3: Bloco de edificações dos números 82, 90 e 100 da Rua Vigário J. Batista. **Fonte:** autor, 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, a arquitetura eclética traz consigo um desejo implícito de modernização, pautado na apropriação da iconografia praticada na Europa, muitas vezes considerado uma simples vontade de europeização cultural. Entretanto, este suposto desejo se justifica quando se considera o lugar ocupado pelo Velho Continente no panorama de produção cultural internacional entre os séculos XIX e XX.

Mais que um desejo de copiar o que se praticava nas grandes cidades do outro lado do Atlântico, a sociedade brasileira em fins do século XIX e início do século XX apresentava a necessidade de desvencilhar-se de um passado ainda recente como colônia, alinhando-se às novas teorias sociais em rápida difusão no mundo contemporâneo.

No Cabo de Santo Agostinho, a busca pela modernização surge em paralelo a uma industrialização tardia, ainda confrontada pelas práticas agrícolas enraizadas no quadro socioeconômico regional, mas capaz de provocar, na sociedade local, as mesmas consequências inevitáveis experimentadas ao redor do mundo: migrações, aumento populacional urbano e o acesso de um novíssimo proletariado ao patamar dos consumidores.

Em breve, essa nova classe social, agora livre dos vínculos de raízes patriarcais que a prendiam ao dono da terra, se encarregará da produção de seu próprio espaço de moradia e, rapidamente, a mesma necessidade de adaptar-se à nova realidade sociocultural lhe será apresentada, tendo a arquitetura como veículo, onde o Eclétismo, por sua vez, aparece

primeiramente como ideal estético a ser perseguido. Posteriormente, este assume o título de símbolo das transformações experienciadas, como produto de um momento excepcional na história do Município, carregado de significados que traduzem os valores e a mentalidade da sociedade cabense da época.

REFERÊNCIAS

- BARROS, A. M. de. **O crescimento urbano formal e informal da cidade do Cabo de Santo Agostinho/PE e a consolidação de uma questão habitacional**. 2004. Dissertação de Mestrado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2004.
- BENEVOLO, L. **História da Arquitetura Moderna**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2004.
- BRUAND, Y. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- CARVALHO, M. R. de. **Eclétismo arquitetônico na cultura pernambucana**. 1992. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1992
- FABRIS, A. **Arquitetura Eclética no Brasil: O cenário da modernização**. In: **MUSEU PAULISTA**, n.1, 1993, São Paulo. Anais... São Paulo: 1993.
- PEVSNER, N. **Génie de l'architecture européenne**. v. 2. Paris: Le Livre de Poche, 1970.
- REIS FILHO, N. G. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. São Paulo, Perspectiva: 1983.
- SINGER, P. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife**. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia Editora Nacional/EDUSP, 1974.
- SOUTO MAIOR, P. M. **Nos caminhos do ferro: construções e manufaturas no Recife (1830-1920)**. Recife: Cepe, 2015.

Uma festa, vários patrimônios: o caso do São João de Campina Grande

Glauber Paiva da Silva 59

INTRODUÇÃO

Todos os anos quando o mês de junho adentra, diversas cidades do Brasil celebram os festejos juninos por meio dos vários símbolos que compõe o imaginário festivo. A busca pela celebração, por meio dos seus símbolos, é também a busca pela celebração da memória de práticas festivas que dialogam com a identidade da comunidade. Entretanto tais festividades se transformaram, na atualidade, ainda mais em instrumentos para arrecadação de capitais.

Este é o caso da festa da cidade de Campina Grande no estado da Paraíba, que promove, durante o mês de junho, o megaevento intitulado de “O Maior São João do Mundo”, criado pelo então prefeito, Ronaldo Cunha Lima⁶⁰. A festa que ocorre na cidade, há mais de 30 anos se tornou o principal evento festivo do estado da Paraíba em termos de arrecadação, proporcionando, para os festeiros, 30 dias de festa ininterruptas. Logo se legitimou, no cenário nacional, por ser um sucesso de público, renda, estrutura e patrocínio. Um aspecto interessante de se perceber é que, após o triunfo do festejo junino da cidade de Campina Grande em conjunturas locais, nacionais e até internacionais, alguns bens imateriais que dialogam, diretamente, com o festejo, logo se tornariam Patrimônios Imateriais da cidade ou do estado da Paraíba.

Desse modo, refletindo sobre essa articulação existente entre esses bens imateriais e o festejo junino da cidade, queremos compreender quais seriam tais Patrimônios Imateriais e como eles dialogariam com o festejo junino. Também entender quais as justificativas preponderantes para esses bens culturais se tornarem Patrimônios. É com essa premissa

⁵⁹ Doutorando em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Mestre em História pela mesma instituição e Graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: glauber.historia55@gmail.com.

⁶⁰ Ronaldo Cunha Lima nasceu em 18 de março de 1936 e foi um dos mais influentes políticos paraibanos. Foi vereador e prefeito de Campina Grande, além de deputado estadual e deputado federal, senador e governador da Paraíba. Também ficou muito famoso por suas poesias, se tornando Membro da Academia Campinense de Letras. Faleceu no dia 7 de julho de 2012.

que tentaremos pensar os diversos bens considerados Patrimônios, na Paraíba, que dialogam direta ou indiretamente com o São João da cidade e quais os motivos para esses vários bens serem considerados Patrimônios Culturais desse local.

Para a realização dessa empreitada, utilizaremos, principalmente, documentos produzidos pela Assembleia Legislativa da Paraíba para compreender a trajetória, referente a cada bem cultural tombado. Assim, metodologicamente, nos debruçaremos sob os documentos para fazer a análise e tentarmos observar as nuances que envolvem a festa e os Patrimônios.

Acreditamos que essa pesquisa seja relevante para compreendermos como as festas, de modo geral, adquiriram por meio de estratégias, meios para atraírem mais turistas e, conseqüentemente, capital. Quando se inserem novos complementos turísticos, legitimados pelo tombamento para eventos desse tipo, uma nova gama de significados e de público irá buscar conhecer. Assim, tais articulações não podem ser vistas com ingenuidade, mas pensando no que, estrategicamente, aquele modus operante trará de benefícios para o festejo.

Certeau (1980) define as estratégias como sendo uma força de detentores de poder, que tem por objetivo mapear, produzir e impor, conseqüentemente, calculando ou manipulando em seu benefício as relações de força. As estratégias da espetacularização das festas parecem estar bem-postas na sociedade, já que alia a conjuntura político-econômica das prefeituras, na tentativa da ampliação de captação de recursos dos meios públicos e privados na mercantilização dos festejos.

Conhecendo todo esse cenário, que articula as festas com o capital, a iniciativa privada e o turismo, seria leviano apontar que os vários Patrimônios oriundos da festividade campinense poderiam surgir para impulsionar o São João da cidade de Campina Grande? É ingênuo acreditar que Patrimônios Culturais tombados por iniciativa do Legislativo⁶¹ nasçam apenas para preservar tais práticas culturais. Seja pelo imaginário festivo da cidade e a busca pela valorização e visibilidade dessas práticas culturais em meio à sociedade brasileira, seja pelo impacto financeiro que eles podem gerar, decerto que os tombamentos se originam buscando fortalecer, despontar e resplandecer na tentativa de agrupar turistas, patrocinadores e investimento privado:

É crescente o número de cidades que têm buscado se inserir nos circuitos econômicos através do setor terciário, tendo a cultura expressa em seu território como principal suporte [...] promovendo-se a partir daqueles

⁶¹ Não entraremos no mérito em nosso artigo da legitimidade dos tombamentos por parte do legislativo em consonância aos de outros órgãos qualificados para isso como por exemplo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Todos os bens culturais imateriais que serão apresentados foram tombados por iniciativa da Assembleia Legislativa da Paraíba.

atributos que possam enlevá-las e diferenciá-las no mercado global, lançando mão da arte, dos equipamentos culturais, da arquitetura e do design como parte das operações urbanas apoiadas na cultura para atrair investimentos e seguir no encaixe do turista internacional. O patrimônio nesse contexto é cada vez mais pensado na chave proposta pelas Normas de Quito, relacionado à rentabilidade e ao desenvolvimento econômico e turístico, não mais como sinônimo de limitação e imobilismo que a ação preservacionista possa ter representado (GAGLIARDI, 2016, p. 114).

Desse modo, não seria exagero, nem muito menos uma afirmação vil, compreender que os Patrimônios Culturais Imateriais, oriundos do São João da cidade de Campina Grande têm como embrião a busca pela arrecadação financeira por meio da visibilidade e fortalecimento que os tombamentos de bens culturais trazem para o Patrimônio. No total, temos dois Patrimônios Culturais Imateriais tombados pelos Deputados Estaduais, que podemos articular com os festejos juninos da cidade. Sendo eles: a festa do “Maior São João do Mundo” e o programa televisivo conhecido como “Momento Junino”. A partir desse momento, vamos descobrir e refletir sobre cada um.

O MAIOR SÃO JOÃO DO MUNDO

O Maior São João do Mundo tornou-se Patrimônio Cultural Imaterial do estado da Paraíba no ano de 2011, conforme a Lei nº 9.390 de 28 de junho, sendo sancionado pelo então Governador do estado, Ricardo Coutinho (PSB)⁶². O Projeto de Lei foi feito pelo Deputado Estadual, André Avelino Gadelha (PMDB), e essa foi sua justificativa para a feitura do projeto:

O que é de um povo sem suas referências culturais? Maior São João do Mundo tem duração de 30 (trinta) dias. Por Campina Grande circulam mais de 1.500.000,00 (Um Milhão e Quinhentas Mil) pessoas que podem degustar da mais tradicional culinária nordestina. Os hotéis e pousadas ficam super lotados, especialmente do dia 10 (dez) a 29 (vinte e nove) do mês de junho, tendo que a prefeitura municipal abrir inscrições para hospedagem em casas de família. Sem falar nas centenas de empregos que são gerados, diretos e indiretamente, com a ampliação de vagas da nossa rede hoteleira, nos bares e restaurantes. São mais de 150 (cento e cinquenta) trios de forrós pé-de-serra espalhados pelas ilhas de forró do Parque do Povo, bairros, distritos, e diversas comunidades. São 166 (cento e sessenta e seis) quadrilhas com apresentações recepcionando turistas e se apresentando em grandes competições regionais e nacionais. São mais de 300 (trezentas) atrações de artistas locais e nacionais no palco Hilton Mota. É um importante momento, onde os nossos músicos podem expressar os seus maiores talentos. Ritmos como o côco, o forró e a embolada e tantos outros fazem a alegria do povo e dos turistas. São 28 (vinte e oito) anos de pura energia. A concessão de Patrimônio Cultural Imaterial

⁶² Os partidos no quais os políticos estão vinculados em nossa narrativa se relacionam com o ano em que o Projeto de Lei foi apreciado. Portanto, podem divergir com os partidos atuais em que eles estão postos, já que existe grande rotatividade partidária.

do Estado da Paraíba é um prêmio mais que merecido, além do que é um argumento, a mais, na busca de recursos para financiamento do São João de Campina Grande que orgulha não só a Paraíba, mas o Brasil e divulga de modo positivo, nosso Estado em todo território nacional e no exterior. É por tudo isto que Campina Grande faz o Maior São João do Mundo⁶³.

Em sua justificativa, três detalhes são interessantes⁶⁴ de se perceber: em um primeiro momento, o Deputado Estadual cita “O que é de um povo sem suas referências culturais?”, onde, pela premissa do seu questionamento, acredita-se que a construção de sua justificativa irá perpassar os terrenos comuns à identidade, cultura e memória. Entretanto observa-se que sua justificativa declina dessa incitação inicial, buscando, na verdade, focar nas perspectivas econômicas do festejo. Desse modo, em um segundo momento, a sua justificativa pontua a quantidade de pessoas que circulam no festejo, a lotação dos hotéis e pousadas, os empregos gerados nos bares e restaurantes, além dos trios pé-de-serra, cantores e quadrilhas. Mesmo quando se refere aos ritmos locais como o côco ou a embolada, o autor da justificativa demonstra que essas expressões seriam para alegrar os turistas. No terceiro momento, a intencionalidade do tombamento parece mais evidente, pois, claramente, existe a evocação da busca por recursos para financiamento do festejo.

O Projeto de Lei seguiu para Comissão de Constituição, Justiça e Redação para apreciação. O voto do Deputado Estadual e Relator Janduhy Carneiro (PPS) segue de acordo com o que propõe a justificativa apresentada, focando nos turistas e no investimento do festejo:

O Maior São João do Mundo tem duração de 30 dias, pelo município Campina Grande circula mais de um milhão de pessoas. É um momento importante, onde os nossos músicos podem expressar os seus maiores talentos e ritmos. A concessão de Patrimônio Cultural Imaterial do Estado da Paraíba é um prêmio mais do que merecido, além do que é um argumento a mais, na busca de recursos para financiamento do São João de Campina Grande que orgulha não só a Paraíba, mas o Brasil e divulga de modo positivo, nosso Estado em todo território nacional e no exterior. Isto posto opino pela juridicidade do projeto de lei nº 97/2011⁶⁵.

Assim, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação⁶⁶ segue o voto do Deputado Estadual Relator Janduhy Carneiro pela juridicidade, logo sendo aprovada pelo Governador Ricardo Coutinho. Mas a tentativa de patrimonializar o festejo não estagnaria por aí.

⁶³ Justificativa disponível no texto integral do projeto de lei. Disponível em: http://sapl.al.pb.leg.br/sapl/sapl_documentos/materia/33711_texto_integral. Acesso em: 25 de julho de 2020.

⁶⁴ Não fazemos a análise da justificativa do Projeto de Lei para desmerecer a patrimonialização do “Maior São João do Mundo”, mas para demonstrar que tal atitude não foi ingênua ou pensando tão somente nas questões referentes ao bem cultural e sua articulação com a identidade ou a memória campinense. Portanto, compreende-se que houveram interesses financeiros muito bem-postos para justificar tal patrimonialização.

⁶⁵ Voto do Relator disponível no texto integral do projeto de lei. Disponível em: http://sapl.al.pb.leg.br/sapl/sapl_documentos/materia/33711_texto_integral. Acesso em: 25 de julho de 2020.

⁶⁶ Composta pelos Deputados, Lindolfo Pires (DEM), Antonio Mineral (PSDB), Daniella Ribeiro (PP), Francisca Mota (PMDB), Raniery Paulino (PMDB) e Léa Toscano (PSB).

Naturalmente, as patrimonializações em níveis locais ou estaduais garantem respaldo e credibilidade nos estados e na região onde estão postos, mas quando o nível progride para uma perspectiva nacional, a patrimonialização alcança um novo patamar, atraindo olhares mais volumosos e, conseqüentemente, muito mais investimento, seja por parte do Governo Federal, seja do movimento turístico, que cresce exponencialmente.

Evidentemente que os Deputados Federais paraibanos também tentariam eleger O Maior São João do Mundo como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, e esse Projeto de Lei 1.727/2011 foi feito pelo então Deputado Federal e atual Prefeito de Campina Grande, Romero Rodrigues (PSDB). A proposta tinha como objetivo constituir O Maior São João do Mundo como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil e assegurar todos os efeitos legais, os direitos e vantagens da legislação vigente para a festividade campinense. Para tentar efetivar tal Projeto de Lei, Romero Rodrigues, entre suas justificativas, pontuou⁶⁷, além de toda história do festejo, tais alegações:

A Constituição Federal de 1988 ampliou o conceito de cultura nacional, ao considerar patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza imaterial de reconhecida importância para a sociedade brasileira. Em seu § 1º do art. 215, a Carta Magna determina que o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas, afro-brasileiras e de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. Nesse contexto se inclui o Maior São João do Mundo, realizado em Campina Grande (PB), considerado o maior evento do gênero. [...] A grande festa junina de Campina Grande foi criada em 1986, na gestão do então prefeito Ronaldo Cunha Lima que vendo a potencialidade das festividades juninas na cidade resolveu concentrar as festas no centro da cidade, aumentando a participação do povo campinense. Nasce, assim, O Maior São João do Mundo, acontecendo durante 31 dias, entre junho e julho. [...] Essa iniciativa de promover o São João de Campina Grande, tomada pelo poeta-prefeito Ronaldo Cunha Lima e sua equipe de governo, repercutiu além da região polarizada pelo município, projetando a cidade no calendário do turismo de eventos do País e levando a EMBRATUR a inserir e consagrar a marca “ MAIOR SÃO JOÃO DO MUNDO” entre os principais festejos populares brasileiros. [...] Este ano (2011) no Maior São João do Mundo mais de 90 artistas terão se apresentado no palco principal até o final do evento. No geral, são mais de 500 atrações. Um total de 160 quadrilhas juninas terá realizado 350 apresentações. Foram gerados cerca de 10 mil empregos diretos e indiretos e até o final deve ser visitado por cerca de 2 milhões de pessoas, entre paraibanos e turistas do Brasil e de outros países. [...] A magnitude, as peculiaridades, a diversidade e o conteúdo cultural do evento são riquezas únicas cultivadas há quase 02(duas) décadas pelos campinenses. Riquezas que certamente preenchem todos os critérios definidos pela Unesco e pela legislação brasileira para que o Maior São João do Mundo seja tombado como

⁶⁷ A justificativa do Projeto de Lei nº1.727/2011 continham três páginas e meia de arguições para justificar a constituição da festa campinense como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil. Por motivos de extensão, entendemos que seria necessário recortar alguns trechos para expor sua justificativa, retirando a discussão histórica ou detalhes do festejo atualmente. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?sessaoId=ABFE3533CD48294A985B8F2172EC52D55.proposicoesWebExterno?codteor=8942236&filenam=PL+1727/2011. Acesso em: 27 de julho de 2020.

Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil. Diante do exposto, esperamos contar com o apoio dos ilustres pares para a aprovação do presente projeto.

Com uma reflexão maior e exposição articulada, a justificativa do Projeto de Lei apresentada no âmbito federal é muito mais assertiva e adequada do que o exposto no Projeto de Lei apresentado à Assembleia Legislativa paraibana. Entendemos de tal modo, pois é possível observar o diálogo com a Constituição Federal e o artigo 215, que reflete acerca da constituição de Patrimônios Culturais Imateriais, além da discussão histórica sobre o São João da cidade de Campina Grande, destacando os primórdios do festejo na cidade, a construção do Maior São João do Mundo e seu idealizador, até os detalhes em números do festejo na atualidade. A temporalidade da festa e sua ligação com a cultura paraibana também são pontuados em sua justificativa.

Portanto as arguições discorrem sobre várias perspectivas, mas não podemos deixar de mencionar dois detalhes importantes expostos nela: em primeiro lugar, a sinalização sempre frequente do chamado idealizador da festa, Ronaldo Cunha Lima. O clã “Cunha Lima” é um dos mais fortes, na política paraibana, sobretudo na cidade de Campina Grande, e além do próprio Ronaldo Cunha Lima, desde a década de 1990, outros nomes se tornaram herdeiros da popularidade e dos votos do “patriarca” do clã, entre eles, seu filho, Cassio Cunha Lima (PSDB), do qual Romero Rodrigues é primo. Assim, tal veneração para com o idealizador não pode ser vista como ingênua ou desinteressada. Trazer à tona a memória do nome de Ronaldo Cunha Lima como criador da principal festa da Paraíba, em caráter econômico, é também exaltar o clã “Cunha Lima” do qual Romero Rodrigues faz parte.

O segundo detalhe, naturalmente se articula com a justificativa da Assembleia Legislativa da Paraíba, e é a parte econômica. A discussão envolvendo a economia e o turismo também é recorrente na justificativa do Deputado Romero Rodrigues, sendo uma das peças chaves para se obter a constituição do bem cultural em Patrimônio Cultural Imaterial.

O Projeto de Lei segue para a Comissão de Educação e Cultura para apreciação do mérito e teve por Relator o Deputado Federal Pinto Itamaraty (PSDB), não obtendo emendas da Comissão de Educação e Cultura. Estes foram alguns destaques⁶⁸ do voto do Relator:

Os tradicionais festejos de São João realizados na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba, constituem, sem sombra de dúvida, atividade cultural das mais ricas e relevantes, dotada de notável potencial turístico e econômico. A magnitude da festa campineira certamente a habilita a receber o título de

⁶⁸ Igualmente a justificativa do Projeto de Lei nº1727/2011, o voto do Relator Pinto Itamaraty continha muitas laudas, sendo necessário fazer o recorte de sua arguição para desse modo seguirmos com nossa reflexão em nosso artigo. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?sessionid=ABFE3533CD48294A985B8F2172EC52D5.proposicoesWebExterno?codteor=974415&filename=Tramitacao-PL+1727/2011 Acesso em: 27 de julho de 2020.

“Maior São do Mundo”, e sua riqueza, como manifestação da nossa cultura, torna justo o intuito de inscrevê-la como patrimônio cultural imaterial do Brasil. No entanto, cabe-nos ponderar que **reconhecer oficialmente determinada manifestação como parte do patrimônio cultural brasileiro não é, em absoluto, tarefa do Poder Legislativo.** [...] No âmbito federal, o órgão encarregado dessa proteção do patrimônio histórico e artístico brasileiro é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão afeto ao Ministério da Cultura. Tal incumbência foi conferida pelo Decreto-Lei nº 25, de 1937, que “Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional”. O documento legal que regulamenta, especificamente, a proteção do patrimônio imaterial brasileiro é o Decreto nº 3.551, de 2000, que “Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial”. O Registro a que se refere o Decreto – e que constitui o reconhecimento oficial de determinada expressão como parte do Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil – é um **ato administrativo**, realizado, portanto, pelo 3 Poder Executivo, mais especificamente, **pelo IPHAN.** [...] Quanto à preocupação do autor da matéria em análise – garantir ao Maior São João do Mundo os direitos e vantagens da legislação vigente – entendemos que não há necessidade do Registro oficial para que os festejos de São João realizados em todo o Brasil – e já reconhecidos pela nossa sociedade como parte integrante do valioso e diverso acervo da nossa cultura – possam ser beneficiários dos direitos e dos mecanismos de fomento instituídos pela legislação atual. Somos, portanto, pela rejeição do Projeto de Lei nº 1.727, de 2011, por tratar-se de matéria alheia à competência deste Parlamento, mas favoráveis à preservação da proposta nele contida por meio do encaminhamento da matéria como pleito ao Ministério da Cultura, na forma de Indicação, nos termos do art. 113 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

O extenso, mas elucidativo, voto do Deputado Federal e Relator Pinto Itamaraty é muito interessante para se pensar acerca dessa dualidade existente, entre os Patrimônios Culturais legitimados pelo Legislativo e os órgãos com poderes encarregados para isso, como o IPHAN. Mesmo reconhecendo “O Maior São João do Mundo” como referência de prática cultural, que movimenta os âmbitos econômicos e turísticos, o Relator compreende que o Legislativo não deve se sobrepor ao órgão que de fato tem legitimidade para fazer os tombamentos em caráter nacional. Para justificar seu voto, o Deputado Federal construiu uma narrativa que demonstra todo funcionamento do IPHAN, desde a sua gênese com o Decreto-Lei nº 25 de 1937, passando pelo Decreto nº 3.551 de 2000 e o trato com o registro de bens culturais de caráter imaterial, até os livros de registros e o processo administrativo de registro executados pelo IPHAN, por meio da Resolução nº 001 de 03 de agosto de 2006, que trata sobre tais tarefas.

Portanto, após elencar diversos motivos que demonstram as incumbências do IPHAN acerca dos tombamentos e a deslegitimação do Legislativo sobre isso, o Relator Pinto Itamaraty rejeita o Projeto de Lei, mas se põe como favorável à sua proposta, anexando requerimento para encaminhar para o Ministério da Cultura como forma de indicação para

sua análise. Entretanto, como veremos, a própria Comissão de Educação e Cultura rejeitou tal encaminhamento ao Poder Executivo: “III – Parecer da Comissão A Comissão de Educação e Cultura, em reunião ordinária realizada hoje, rejeitou, com envio de Indicação ao Poder Executivo do Projeto de Lei nº 1.727/2011, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Pinto Itamaraty”⁶⁹.

Mesmo cabendo recursos, não houve apresentação de arguições no limite do prazo e o Projeto de Lei nº 1.727/2011 em 25 de julho de 2012 foi arquivado. Ainda assim, em 2015, a indicação nº 5420/2013 foi analisada pelo IPHAN no Memorando nº 31/15⁷⁰ e entre algumas arguições relatadas sobre a importância nacional para a memória, identidade e formação da sociedade brasileira e sua continuidade histórica, foi levada em consideração a transmissão, entre gerações, da prática cultural se utilizando do critério de 3 gerações (75 anos). Assim, além de não observar o evento como passível de patrimonialização pelas características que o IPHAN compreende como necessárias, o critério de temporalidade também não se enquadra como suficiente, já que até o Memorando sair, o evento ocorria há apenas 25 anos, de acordo com o documento. Dessa maneira, ocorre a rejeição da indicação.

Conquanto, pelo principal órgão de regulamentação e patrimonialização nacional – IPHAN – e também pelo Legislativo, o megaevento campinense não obteve êxito em conseguir seu tombamento nacionalmente. Entretanto é possível observar, por meio dessa trajetória e das nuances que elas representam, a visibilidade que, a cada ano, o megaevento adquire no cenário nacional. O tombamento nacional não ocorreu, porém, as discussões acerca da importância do megaevento para a economia foram constantes, sempre fazendo a articulação entre cultura, turismo e investimento. O tombamento estadual, por meio da Assembleia Legislativa da Paraíba, está em vigor e com ele a premissa de alcançar, ano após ano, novos investimentos e consequentemente um número ainda maior de arrecadação. Enquanto o Projeto de Lei nº 1.727/2011 continua dormindo nos arquivos do Legislativo, acreditamos que, logo mais, novos Projetos de Lei apareçam e pleiteiem novamente o tombamento do “Maior São João do Mundo” em nível nacional. Se for necessário mais investimento e mais arrecadação, não se medirá esforços para isso.

O MOMENTO JUNINO

O Momento Junino é um programa televisivo em formato de show

⁶⁹ Parecer da Comissão rejeitando o envio para o Poder Executivo. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/dl/pdf/DCD29MAI2012.pdf.pdf#page=164>. Acesso em: 27 de junho de 2020.

⁷⁰ Memorando nº31/15 com a análise da indicação nº 5420/2013. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ce/documentos-1/indicacoes/resposta-a-inc-5420_13/view. Acesso em: 27 de julho de 2020.

musical, realizado pela TV Borborema durante todo o mês de junho. Aos sábados por volta das 12 horas, o programa/show se inicia com a exposição de diversos patrocinadores da Paraíba e do Nordeste pelos apresentadores do programa em momentos oportunos para discorrer acerca das marcas.

Mesmo ocorrendo dentro do Parque do Povo, que é, em teoria, um lugar público, apenas convidados podem prestigiar O Momento Junino. Normalmente, os convidados são os parceiros da própria TV Borborema, os familiares e amigos dos patrocinadores e a elite campinense. Obter o convite para adentrar no programa/show não é tão fácil para pessoas que não têm tanta influência ou conhecimento na cidade, sendo um evento que não pode ser vivenciado por todas as pessoas que querem participar. Quem não recebe o convite pode acompanhar fora da festa, nas grades de proteção que cerceiam os convidados do resto da sociedade ou às 12 horas do sábado ao sintonizar a TV Borborema e acompanhar a festa por meio da televisão.

Com vinte anos de programa, o Momento Junino configura-se como um dos principais programas “ao vivo” da televisão brasileira. Foi criado pelo diretor executivo da TV Borborema, Marcelo Antunes, e pelo apresentador Abílio José, ainda no próprio estúdio, onde permaneceu por dois anos. Com o crescimento estrutural do programa e aumento dos patrocinadores, o Momento Junino teve que mudar de local, indo primeiro para a Casa do Poeta no bairro do Catolé, Shopping Iguatemi e, posteriormente, para a Pirâmide do Parque do Povo, onde permanece⁷¹ até os nossos dias. Até o ano de 2013, os apresentadores do Momento Junino foram Abílio José – que foi o primeiro e o único a apresentar sozinho o programa – e Penélope Vieira, que já fazia alguns trabalhos na grade de programação da TV Borborema⁷².

Com a venda do Grupo Associados, do qual a TV Borborema fazia parte em 2015 para o Grupo Opinião, houve também mudanças na programação televisiva na busca de trazer novos ares para a programação. Assim um dos idealizadores do programa – Abílio José – perde a posição para Cleber Oliveira que, apesar de jovem, já é um influente comunicador campinense e Kalilka Vólia, que já faz parte da grade televisiva da TV Borborema, também assume no lugar de Penélope Vieira. Junto com eles se encontram uma equipe de cinegrafistas, produtores, repórteres, cantores, dançarinos e patrocinadores que garantem a festa todos os anos.

O programa, que já faz parte do cotidiano e imaginário junino da cidade, em 16 de junho de 2007 pela Lei nº 8.248, foi incluído no Calendário Turístico do estado da Paraíba, mas já no ano de 2016 é possível observar a efetivação da patrimonialização do programa. O Projeto de Lei Ordinária 848/2016, de autoria do Deputado Estadual Bruno Cunha Lima (PSDB), tinha como um

⁷¹ No ano de 2020, o Momento Junino foi apresentado da Vila Sítio São João por decorrência da pandemia do Corona Vírus. O lugar é estruturalmente mais isolado, o que era necessário para que não ocorresse aglomerações no local.

⁷² Informações obtidas no site TV Nordeste. Disponível em: <https://tvnordestina.com.br/2019/05/momento-junino-completa-19-anos-e-entra-entra-no-ar-na-sua-vingesima-temporada/>. Acesso em: 28 de julho de 2020.

dos seus principais argumentos a de que: “O Programa Televisivo Momento Junino de Campina Grande, editado e televisionado pela TV Borborema, reproduz a manifestação da cultura regionalista e o artista da terra”⁷³.

Foi amparado nesse discurso voltado às manifestações culturais e ao prestígio dos artistas da terra, que o Projeto de Lei foi pautado, caminhando em direção oposta à do Maior São João do Mundo, que visava muito mais os aspectos econômicos e turísticos do megaevento. No entanto é interessante perceber que o Projeto de Lei foi composto pelo Deputado Estadual Bruno Cunha Lima que, tal como Romero Rodrigues, faz parte do Clã “Cunha Lima”. Além disso, o projeto também contribui para rememorar e trazer prestígio para o idealizador do megaevento, Ronaldo Cunha Lima, já que o programa Momento Junino nasce sob influência do festejo campinense e acontece no mesmo local do Maior São João do Mundo.

O Projeto de Lei seguiu para a Comissão de Constituição, Justiça e Redação para apreciação e análise. A Relatora foi a Deputada Estadual Camila Toscano (PSDB), que, em seu voto, concluiu que:

A proposta legislativa em análise objetiva reconhecer como patrimônio o Momento Junino de Campina Grande, como elemento identificador da cultura popular, do ritmo do forró, da poesia e demais manifestações da cultura regionalista. Em assim sendo, conclui-se que a propositura é passível de aprovação, haja vista, que há percepção de que conhecimentos e práticas culturais constituem bens de valor patrimonial e elementos fundamentais na construção de identidades n é nova no Brasil. Atualmente as formas de expressão cultural que exteriorizam o valor social e manifestam o modus de vida através da dança, da musicalidade, da incorporação de elementos socioculturais que guardam relação umbilical com a identidade social se constituem por si no patrimônio cultural e imaterial, restando, no caso do Momento Junino de Campina Grande apenas o reconhecimento. Nestas condições, opino pela juridicidade e aprovação do Projeto de Lei nº 848/2016 na sua forma original. É o voto⁷⁴.

O voto da Deputada Estadual Camila Toscana, pela aprovação do Projeto de Lei, está pautado também nas premissas do texto do Projeto. Assim se destacam as expressões culturais por meio da dança, do ritmo do forró, da poesia e sobretudo da identidade regionalista que a cultura nordestina traria. O voto não leva em conta as perspectivas econômicas ou turísticas, nem muito menos faz reflexão acerca da manutenção do programa televisivo necessária para que o bem cultural tombado permaneça em voga. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no dia 06 de setembro de 2016, segue o voto da Relatora pela Juridicidade e aprovação do Projeto de Lei. No dia 01 de dezembro de 2016, a Assembleia Legislativa, por meio do Presidente Adriano Galdino (PSB), realiza o decreto e, no dia 23 de dezembro do mesmo ano, o Governador

⁷³ Tal arguição pode ser encontrada em documento do texto integral do Projeto de Lei. Disponível em: http://sapl.al.pb.leg.br/sapl/sapl_documentos/materia/49770_texto_integral. Acesso em: 28 de julho de 2020.

⁷⁴ Voto do Relator acerca do Projeto de Lei nº 848/2016. Disponível em: http://sapl.al.pb.leg.br/sapl/sapl_documentos/materia/10769. Acesso em: 28 de julho de 2020.

Ricardo Coutinho coloca sua assinatura.

Assim um programa televisivo que sofreu influências dos festejos juninos, especialmente, do Maior São João do Mundo, tornou-se Patrimônio Cultural Imaterial do estado da Paraíba. É importante perceber que essa legitimação muito mais do que trazer respaldo e prestígio para o próprio São João de Campina Grande – já que não são todos os turistas ou a própria população campinense que vão usufruir do programa/show – traz para a TV Borborema, que adquire ano após ano mais patrocinadores, mais investimento e arrecadação.

Outra questão mais grave a se considerar é a própria manutenção do programa televisivo. Os bens culturais materiais ou imateriais quando são tombados adquirem a necessidade de preservação, algo que não é garantia em algo tão comercial como o meio midiático. É perceptível que programas muito mais duradouros e de renome nacional tombaram quando suas audiências televisivas progressivamente caíam. Não estamos com essa reflexão esperando que o mesmo ocorra com o Momento Junino, mas compreendemos que tal decisão de tornar um programa televisivo como Patrimônio paraibano é arriscado e não consagra apenas os elementos da cultura, mas também impulsiona o programa/show para um outro patamar com a tentativa de trazer ainda mais visibilidade e consequente investimento e arrecadação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O São João de Campina Grande no ano de 2019 recebeu, aproximadamente, 1,8 milhões de pessoas, sendo injetados 300 milhões de reais na economia da cidade, com o faturamento de bares, hotéis e restaurantes aumentando em 30% quando relacionamos ao ano anterior do megaevento. Também houve 17 eventos privados, com os turistas de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, São Paulo, Rio de Janeiro, Portugal, Espanha e Suíça permanecendo na cidade por volta de 5/6 dias no período junino.⁷⁵ Os números são tão somente o reflexo da dimensão que todos os anos o São João de Campina Grande adquire no Brasil e no mundo.

O tombamento, em caráter legislativo, poderia ter influenciado nesse aumento progressivo de números que encontramos na festa campinense? Uma pesquisa mais extensa poderia verificar tal questionamento, mas o fato é que além desses dois bens culturais que se tornaram Patrimônios Culturais Imateriais do estado da Paraíba, podemos citar também mais outros dois bens que, indiretamente, estão articulados com o São João de Campina Grande e que se tornaram Patrimônio, muito provavelmente,

⁷⁵ Dados coletados no site da prefeitura municipal de Campina Grande. Disponível em: <https://campinagrande.pb.gov.br/romero-apresenta-balanco-do-sao-joao-2019-e-anuncia-novidades-para-o-proximo-ano/>. Acesso em: 29 de julho de 2020.

por consequência do festejo. Nos referimos ao Troféu Gonzagão, que é conhecido como o “Oscar” da cultura nordestina, por premiar e homenagear todos os anos um cantor do Nordeste brasileiro e que se tornou Patrimônio Cultural Imaterial pelo Projeto de Lei nº 98/2018, pela Câmara dos Vereadores de Campina Grande e que também caminha para ser do estado da Paraíba, pelo Projeto de Lei Ordinária nº 854/2019 da Assembleia Legislativa, como também ao próprio ritmo musical Forró que, por meio do Projeto de Lei nº126/2017, se tornou Patrimônio Cultural Imaterial da cidade de Campina Grande.

É possível que novos Patrimônios Culturais Imateriais, que se articulem com o São João da cidade de Campina Grande sejam legitimados por meio do legislativo campinense ou paraibano? Acreditamos que não só é possível, mas que, com toda certeza, esse será o panorama dos próximos anos. Enquanto a festa gerar o lucro que a cada ano cresce e tiver representatividade nacional e internacional, novos patrimônios serão necessários para suprir o apetite de arrecadação buscada pela prefeitura.

FONTES

Páginas digitais:

Prefeitura Municipal de Campina Grande

TV Nordeste

Documentos:

Texto Integral da Lei nº 9.390/2011

Documentos:

Texto Integral da Lei nº 9.390/2011

Texto Integral do Projeto de Lei 1727/2011

Parecer da Comissão rejeitando o envio para o Poder Executivo do Projeto de Lei 1727/2011

Memorando nº31/15 com a análise da indicação nº 5420/2013

Texto Integral do Projeto de Lei nº 848/2016

Voto do Relator acerca do Projeto de Lei nº 848/2016

REFERÊNCIAS

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano - 1 Artes de Fazer**. Petropólis: Editora Vozes, 1980.

GAGLIARDI, Clarissa Maria Rosa. **Turismo, Cidade e Patrimônio na Contemporaneidade**. Revista Turismo & Desenvolvimento. n. 26, 2016.

Capítulo II

“Espalhavam a morte, o crime com desembaraço e o sangue frio próprio dos sicários”: as representações do capoeira no Recife, da Primeira República, nas penas dos literatos.

Carlos Bittencourt Leite Marques 76

INTRODUÇÃO

Antes da capoeira e capoeiragem figurarem nos jornais e livros contemporâneos a esse trabalho, como uma manifestação cultural afrodescendente reconhecida como um dos patrimônios culturais brasileiro, elas estiveram presentes nas penas e canetas dos intelectuais com uma série de adjetivos e estereótipos pré-definidos, sendo os seus praticantes diversas vezes, representados como um bando de vagabundos, ébrios, arruaceiros, enfim, pertencentes à canalha da sociedade.

Um dos primeiros literatos a escrever sobre a capoeira como forma de luta o fez durante a década de 1880, mais precisamente em 1886, foi o republicano Plácido de Abreu (1886) que divulgou um trabalho a respeito da capoeira carioca, intitulado “Os Capoeiras”. Cidadão português nascido em 1857, seguiu os passos de muitos de seus conterrâneos, trabalhando no comércio carioca, sendo, também, militante do jornal *Correio do Povo*. Como praticante da capoeira e escritor, ele pôde descrever de maneira detalhada a mesma. Na sua narrativa, procurou mostrar como se dava o embate entre as maltas Nagoas e Guaiamus, como eram os golpes e os rituais de iniciação⁷⁷.

Plácido foi, talvez, o primeiro de alguns literatos que escreveram a respeito dos mandos e desmandos dos capoeiristas pelo Brasil. Sua posição era de denúncia contra as “(...) atrocidades cometidas pelos capoeiras (...)” e que a capoeira estava inserida no “mundo do crime” (ABREU, 1886, p. 35). Sua obra pode ser analisada como representação

⁷⁶ Mestre em História (UFRPE). E-mail: carlosbittencourt@hotmail.com

⁷⁷ Sob o título *Um titã da Capoeiragem* – Plácido de Abreu Jair Moura comenta a respeito desse sujeito e do seu livro *Os capoeiras*. O artigo está publicado na revista *Capoeira*, seção história, disponível em www.revistacapoeira.com.br.

de um homem que, apesar de praticar a capoeira, era filiado ao Partido Republicano, vendo-se, possivelmente, constantemente, ameaçado por parte considerável das maltas cariocas, que nos últimos anos do Império negociavam com o Partido Conservador⁷⁸. Embora o autor denuncie as “brutalidades” externadas pelos capoeiras, procura também representá-las como um traço típico da cultura negra de rua, brasileira, pois segundo suas palavras “(...) na África não é conhecida a nossa capoeiragem e sim algumas sortes de cabeçadas (...)” (ABREU, 1886, p. 11).

DESENVOLVIMENTO

Entretanto, a maioria dos letrados, que escreveram a respeito da capoeira recifense de finais do século XIX e início do século XX, a percebiam de forma diferente, deixando, também, suas impressões sobre ela. Muitas vezes, as construções imagéticas desses intelectuais estavam embebidas no olhar dos órgãos repressores, eternizadas na documentação policial, judicial, e administrativa. Alguns literatos pernambucanos também deixaram suas memórias a respeito da capoeira e seus praticantes e, mesmo não a tendo praticado - se o fizeram, não tivemos conhecimento como o autor carioca Plácido de Abreu - deixaram um importante registro a respeito da capoeira e dos capoeiristas.⁷⁹

Os intelectuais analisados, embora encerrassem uma grande diferença de idade entre si, estão sendo analisados em conjunto, pois viveram (uns mais e outros menos) durante o final do Império e primeiros anos da República, coincidindo com o recorte cronológico do trabalho. Dessa maneira, suas representações são bastante significativas, uma vez que permitem compreender um pouco mais a respeito dos estereótipos, arquétipos, adjetivações construídas acerca da capoeira e de seus praticantes⁸⁰.

Começemos a analisar a obra de Eustórgio Wanderley. Nascido no ano de 1882, Wanderley foi jornalista, professor e compositor tendo trabalhado no *Jornal do Recife* e *Diário da Manhã*⁸¹. Como a maior parte dos citados abaixo, frequentou o Instituto Arqueológico, Histórico e

⁷⁸ Carlos Libano fez um excelente trabalho sobre a ligação das maltas cariocas com os partidos políticos. (SOARES, C. E. L. *A negregada instituição: os capoeiras na Corte Imperial, 1850-1890*. Rio de Janeiro: Access, 1999.

⁷⁹ Libano Soares, em seu livro “A capoeira escrava”, também abordou como, durante boa parte do século XIX, “...a maneira como a imagem construída pelos homens de letras era parcialmente retirada do olhar policial perpetuado na documentação e de uma difusa tradição popular, também embebida da versão do repressor. SOARES, C. E. L. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004. p. 27.

⁸⁰ Por não haver discurso neutro e muito menos dissociado do lugar social do qual está sendo pronunciado, seguiu-se situando temporalmente e culturalmente os autores para melhor compreensão de suas representações a respeito da capoeira. Sobre a enunciação do discurso ver CERTEAU, M. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 2002. CHARTIER, R. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

⁸¹ PARAÍSO, R. *Academia Pernambucana de Letras: Sua História*. Recife: Recife, 2006.; A literatura infantil fora do livro: *jornal o Senhor Doutor e a Revista Tico-Tico*. <Disponível em <http://www.flch.usp.br/dlcv/revistas/desassossegco/contedo/02/Ligia%20R%20Maximo%20Cavaliari%20Menna.pdf>> Acessado em 10/07/2011.

Geográfico de Pernambuco, fazendo parte de um grupo que estudava o cotidiano da cidade⁸².

Em 1953, publicou o livro “Tipos Populares do Recife Antigo”, no qual fez um apanhado de muitos personagens, que povoaram as ruas do Recife e que ficaram na sua memória⁸³. Um desses indivíduos foi Nascimento Grande, citado por vários outros autores como “brabo”, “valente”, capoeira, sendo esta manifestação vista por esses, enquanto “arruaça”. Mas para Wanderley, Nascimento Grande:

[...] além da força muscular de que era dotado... tinha muita agilidade, conhecendo bem o **jogo nacional da “capoeiragem”** com os golpes de ataque e fintas de defesa, não se deixando, jamais alcançar pelo adversário e derrotando-o em pouco tempo com uma rasteira inesperada, uma cabeçada violenta ou com um “rabo-de-arraia”... (WANDERLEY, 1953, p. 94).

A capoeira, para esse autor, era mais que uma luta de antigos negros escravizados, era um jogo ou esporte nacional, ficando sua concepção muito próxima daquelas defendidas por Melo Moraes (s. d.) e Burlamaqui (1928). Em toda sua narrativa sobre Nascimento Grande, ele procurou representá-lo como um homem imbuído dos ideais, próximos aos que as elites tinham, em mente, para um homem civilizado. Era “um homem do trabalho e respeitador”, embora não levasse desaforo para casa⁸⁴. Nascimento Grande foi citado, também, por outros intelectuais como um afamado “valente” e bem articulado socialmente, mas quando se referiam a ele, era associando-o aos contextos das desordens, que explodiam nas ruas do Recife.

Talvez o que Wanderley estava tentando fazer era retirar, por meio de sua representação, o “(...) Sr. João Nascimento (...)” como praticante da capoeira de rua, onde na visão dos intelectuais estava sempre associada a “arruaças” ou “desordens”, transformando-o em um dos “azes” da capoeira em Pernambuco, “(...) jamais provocando quem quer que fosse para medir força com ele.” (WANDERLEY, 1953, p. 94). A descrição feita desse personagem fez com que certas características suas se assemelhem ao Manduca da Praia, capoeira carioca imortalizado nas palavras de Mello Moraes. Além de serem conhecedores da capoeira, eram respeitadores e conheciam bem sua superioridade na luta. Segundo Eustórgio Wanderley, Nascimento Grande “tinha (...) consciência da sua força física e enfrentava, sem temor, às vezes três, quatro ou mais adversários, brandindo sua pesada “bengala de volta” que alguns garantiam ser de ferro e não de madeira.” (WANDERLEY, 1953, p.

⁸² Artigo: Câmara Cascudo: um ermes universal no Nordeste do Brasil. Disponível em <<http://www.FUNDAJ.gov.br/observanordeste/obex05.pdf>> Acessado em 07/07/2011.

⁸³ WANDERLEY, E. **Tipos populares do Recife Antigo**. Recife: Editora do Colégio Moderno, 1953.

⁸⁴ Neste sentido, o homem que não levava desaforo para casa, antes de estar provocando arruaças, estava defendendo sua honra. Para as noções de honra no século XIX ver: SILVA, M. H. C. da. **Pretas de honra: trabalho, cotidiano e representações de vendedeiras e criadas no Recife do século XIX (1840-1870)**. 2004. 294 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em História, CFCH, UFPE, Recife, 2004.

94). Pagando tributo a Morais (s. d.) e Bulamarqui (1928), Wanderley destaca um dos mais citados “capoeiras” do Recife como praticante da luta nacional e não como um “turbulento”, que vivia às voltas com a polícia⁸⁵. Todavia, Wanderley foi, praticamente, uma voz discordante dos outros letrados, que escreveram a respeito da capoeira recifense.

Francisco Augusto Pereira da Costa nasceu na capital pernambucana no ano de 1851, falecendo em 1923. Coligado a um dos maiores potentados políticos do Estado em finais do século XIX e início do XX, o deputado federal, senador e vice-presidente Rosa e Silva, conseguiu espaço na política pernambucana como parlamentar, onde viria a defender os interesses da classe à qual pertencia, bem como os seus próprios⁸⁶. Ao longo dos seus setenta e dois anos de idade, Costa exerceu as funções de jornalista, advogado, deputado estadual e historiador, tendo sido um estudioso dos assuntos políticos, dos fatos históricos, das vidas de alguns “Pernambucanos Célebres”⁸⁷. Não eram apenas esses os interesses desse autor, ele foi também um:

[...] homem curioso, que gostava de andar pelas ruas, de parar nas esquinas, de conversar com as pessoas e de comer as comidas vendidas por populares, nos tabuleiros e nas barracas existentes nas esquinas. Não se limitava a comer esses alimentos, mas também conversar com seus vendedores, procurando saber como eram fabricados e a origem da matéria-prima que utilizavam na sua confecção (ANDRADE, 2002, p. 135).

Segundo Ivaldo Lima (2007, p. 109), a busca pelas origens não só dos ingredientes culinários, como também de práticas e manifestações populares foi um dos traços da obra de Pereira da Costa, que “(...) não enxergava nos homens do povo a condição de sujeitos de sua própria história”. Costa (1976) foi uma referência no estudo de tais práticas, porque se preocupou em escrever sobre os assuntos do seu cotidiano, narra fatos que circulavam pelo povo. Muitos temas da cultura africana e afrodescendentes foram vistos pelo autor, dentre eles poderíamos citar o samba, o maracatu e a capoeira⁸⁸.

No prefácio do livro “Vocabulário Pernambucano”, de Pereira da Costa (1976), Mário Souto Maior expôs que antes de se fazer um vocabulário de palavras originárias de Pernambuco, foi intenção de Costa reunir os léxicos, que estavam circulando pela população, isto é,

⁸⁵ Note-se que Wanderley citou erroneamente o nome de Nascimento Grande, pois chamou-o de João Nascimento, quando seu verdadeiro nome é José Nascimento. Cf. APEJE, Correio do Recife, 02.11.1908; APEJE, Secretaria de Segurança Pública, Códice 432, 30.05.1896; Para Coelho Neto era necessário retirar a capoeira da rua, levando-a para as academias, onde seriam treinados os melhores lutadores na capoeira, luta nacional do Brasil. Ver: NETO, C. “O nosso Jogo”. In: *Bazar*. Porto: Livraria Chadron, 1928. No terceiro capítulo iremos analisar um pouco mais a vida de José Nascimento Trindade, alcunhado por Nascimento Grande e sua ligação com políticos de proa em Pernambuco.

⁸⁶ HÉLIO. M. *Perfil Parlamentar – Pereira da Costa cronista e figurante: um historiador deputado nos tempos da República Velha*. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2001.

⁸⁷ A produção deste autor é de quantidade significativa, sendo aqui citadas algumas de suas obras a respeito da temática citada COSTA, F. A. P. da. *Dicionário biográfico de pernambucanos célebres*. Recife: Typografia Universal, 1882; COSTA, F. A. P. da. *A ideia abolicionista em Pernambuco*. In: *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco*. Recife: Typografia de F. P. Boulitreau, 1891; COSTA, F. A. P. da. *Arredores do Recife*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981.

⁸⁸ COSTA, F. A. P. op. cit., 1976.

ele pretendia reunir o vocabulário falado em Pernambuco. A capoeira, como visto, foi um dos termos abordados pelo autor que, mencionando o dicionarista Beaurepaire-Rohan, citou terem sido “(...) tais jogos, introduzidos pelos africanos (...) no Brasil”. Muitas das práticas culturais descritas por Costa eram relacionadas como sendo de origem africana e que teriam chegado ao Brasil por meio da escravidão (COSTA, 1976, p. 199). Na busca pelas raízes dos costumes, o hibridismo cultural era deixado de lado, assim como as transformações que se davam no interior da própria manifestação.

Para Costa (1976, p. 199), os praticantes da capoeira eram “indivíduos de baixa esfera, vadios, desordeiros (...)” o autor completava ser “extensivo hoje a toda sorte de desordeiros pertencentes a ralé do povo, entes perigosíssimos, por isso que, sempre armados, matam a qualquer pessoa inofensiva, só pelo prazer de matar”. Essa mesma representação a respeito do capoeira também podia ser vista em outros letrados, que viveram entre finais do século XIX e início do XX. No “Dicionário do Folclore Brasileiro”, Cascudo (1967, p. 180-181), ao referir-se a a “antiga” capoeira, citou que no Recife “(...) a capoeira permaneceu, indômita, perturbadora, desenfreada até a primeira década do século XX (...)”.

Porém, a documentação policial e judiciária não confirma tal desaparecimento. Nos autos de perguntas feitas ao réu, processo crime do ano de 1917, por exemplo, encontrou-se que este admitia estar brincando de capoeira, situação confirmada pela vítima. Assim, enquanto o réu desfechava os golpes armado de uma faca de ponta, a vítima defendia-se dos mesmos com um chapéu⁸⁹. Para Cascudo (1967, p. 180-181), no Recife, a capoeira, de meados do século XX, já havia se transformado e “hoje possui escolas, professores e manuais. Há mesmo um compêndio de Capoeira sem Mestre”.

Essa descrição é interessante, porque, a primeira vista, ela terminava por confirmar as representações tecidas por Wanderley acerca da capoeira recifense, todavia este já via alguns dos capoeiras de finais do século XIX como praticantes do esporte nacional, enquanto Cascudo (1962, p. 223) não enxergava-os dessa maneira e sim como “arruaceiros”, praticantes de uma capoeira indômita, desenfreada, sendo os contemporâneos a ele os praticantes vistos de outra maneira. Percebe-se, assim, que, mesmo para alguns folcloristas, os capoeiras que circulavam pelas ruas do Recife em fins dos Oitocentos e início dos Novecentos eram “brabos”, “valentes”, “turbulentos” e a capoeira “(...) jogo de rua, **arma de malandro** (...)”. Não conseguiam, portanto, ver a capoeira, desse período, como uma

⁸⁹ Memorial da Justiça de Pernambuco, Comarca: Recife, Ano 1917, Cx. 709.

brincadeira ou outra atividade lúdica.

Outro autor que partilhou dessa visão estereotipada, na qual o praticante da capoeira era um “desordeiro”, “valente”, “brabo”, “arruaceiro”, que vivia por suas empreitadas de capoeirista dando facadas, causando tumultos. Com interpretações de um conjunto de ideias tidas como de pessoas civilizadas, nunca estando a praticá-la como forma de distração, como um brinquedo, foi Guilherme de Araújo. Jornalista e carnavalesco, não teve formação superior, assim como Mário Sette, terminando apenas o primário. Ficou conhecido por suas reportagens policiais no *Jornal Pequeno* e imortalizado na música “Evocação N°1” de Nelson Ferreira, pois foi um dos fundadores do bloco *Apois-fun*⁹⁰. Católico e bem apegado a à família, ficou também conhecido, no meio forense, pois atuava em várias causas como uma espécie de rábula, trabalhando, por muitos anos, no jornal fundado por Tomé Gibson citado acima. Esse bacharel formado na Faculdade de Direito do Recife, no final do século XX, junto com outros nomes iria fazer história, na política pernambucana, como Estácio Coimbra, Irineu Machado, Sérgio Loreto⁹¹. Em algumas de suas publicações, Araújo utilizava o codinome Fortunato Sapeca, tendo publicado vários livros⁹².

No entanto, foi no ano de 1945, ano de sua morte, que esse autor publicou, no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, a crônica “Capoeiras e Valentões do Recife”. No início desse artigo, procurou situar o leitor no momento histórico, que ele descrevia: “Vamos falar sobre o Recife de outrora, quando a iluminação pública era de gás carbônico, da Nova Hamburgo (...) do Derbi de Delmiro Gouveia (...) Recife dos primeiros anos do século XX (...) dos pastoris, dos maxixes, das ruas escuras”. Depois, ele passou a falar da capoeira, dos “brabos”, dos “valentes”, que fizeram época até saírem da cena pública, ainda nos primeiros anos do século XX. (ARAÚJO, 1945, p. 118). Ainda, nesse mesmo artigo, o autor expõe seu preconceito racial contra esses personagens, argumentando serem “degenerados” socialmente por influência da grande hibridização de parte da população brasileira:

Passou essa época onde imperavam o cacete, a faca de ponta, consequência natural e lógica do ativismo, da influência racial dessa mescla de cafuzos, mamelucos, brancos, índios, mulatos e curibocas, tão bem descrita por Oliveira Viana (ARAÚJO, 1945, p. 120).

Para o autor, a violência era natural para aqueles hibridizados. Citando, para referendar suas palavras, Oliveira Viana, um dos

⁹⁰ WANDERLEY, E. op. cit., 1953.

⁹¹ BEVILÁQUA, C. *História da Faculdade de Direito do Recife*. 2ª ed. Brasília: INL; Conselho Federal de Cultura, 1977; PINTO F. L. *História da Faculdade de Direito do Recife*. Recife: Ed. Universitária, 1980. WANDERLEY, E. op. cit., 1953.

⁹² NASCIMENTO, L. de. *História da imprensa de Pernambuco (1821-1954): Periódicos do Recife - 1931 - 1940*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1983.

representantes, no Brasil, das teorias antropológicas racistas, que viam, nas misturas das raças, a perda da inteligência, da cultura, da moralidade. Para ele, o processo histórico brasileiro seria lamentável se dependesse dessa população, havendo apenas um meio de salvar o país, a clarificação da raça por meio de um processo étnico seletivo, no qual os membros das elites, notadamente da aristocracia rural, seriam seus representantes. Unia-se, dessa maneira, à superioridade racial com as dos grupos sociais de maior cabedal, que deveriam dirigir os rumos do país⁹³. Embora muito mais enfático a respeito do preconceito de raça que Sette, ambos viam o futuro do país associado às elites.

Para Guilherme de Araújo (1945, p. 120). , seriam os capoeiras representantes da mistura de raça existente no Brasil, herdeiros de tudo aquilo que contrariava os bons costumes das camadas médias e das elites, ‘rebeldes ao trabalho, dados a vadiagem e a arruaça e que faziam coisas terríveis, espalhavam a morte”. Aliada a essa representação, a imprensa também noticiava a ação dos “capadócios”, reavivando, constantemente, a imagem que se fazia da capoeira e de seu praticante. O que esses escritores consideravam como bons costumes dizia respeito e fazia sentido a uma parcela da população letrada, representantes quase sempre da classe média comercial e da aristocracia agrária. Assim, o capoeira representava tudo o que deveria ser execrado: “vadios”, “ébrios”, “desordeiros”, “arruaceiros”, “capadócios” cuja presença obrigava a fechar muitos estabelecimentos.

Enquanto uns assim, prejudicando a vida normal da cidade, o seu comércio, os seus negócios, outros, os capoeiras, à frente das bandas de música faziam coisas terríveis, espalhavam a morte, o crime com desembaraço e o sangue frio próprio dos sicários (1945, p. 120).

A fama de vagabundo, vadio, arredio ao trabalho, dos capoeiras vem, possivelmente, dos anos anteriores ao Código Criminal da República de 1890, quando a capoeira foi tipificada como crime, tendo suas características descritas nos Artigos 399 a 404. O Quinto Livro das Ordenações Filipinas (1603), no título 68, impunha que o desocupado arranjasse trabalho num prazo de vinte dias sob pena de, se assim não fizesse, ser considerado, então, como “vadio” e, como tal, “que seja preso e açoitado publicamente”. Por séculos, esse “que seja preso e açoitado”, foi aplicado, no Brasil, de forma cada vez mais severa – como punição no campo dos mais amplos delitos – possivelmente, atribuídos a toda sorte de despossuídos, o que, facilmente, alcançava toda sorte de turbulentos, ébrios, vadios e, claro, os praticantes da capoeira⁹⁴.

⁹³ VIANNA, O. *Evolução do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.; Para uma análise crítica sobre as teorias das raças no Brasil, ver: SCHWARZ, L. M. O *espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

⁹⁴ CÓDIGO FILIPINO, ou, Ordenações e Leis do Reino de Portugal: recopiladas por mandado D’el Rei D. Felipe. 1. – Ed. Fac-similar da 14ª ed., segundo a primeira, de 1603, e a nona, de Coimbra, de 1821/por Cândido Mendes de Almeida – Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2004. v.38-D.

Entretanto, esse estereótipo do capoeira arredio ao trabalho, representação daqueles que os desprezaram, correspondia a à vida dos retratados? As próprias alcunhas desses “brabos” nos insinuam que os mesmos possuíam profissão definida, apesar de parte desses vulgos indicarem, também, o bairro de origem e ou atuação. Temos por exemplo: Antônio Padeiro, Antônio Sapateiro, Libânio Carroceiro⁹⁵. Consultando a documentação pesquisada, vemos que muitos desses “desordeiros” possuíam profissão, sem contar com alguns capoeiristas, que serviam ou ao corpo da polícia ou ao exército⁹⁶.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos, aqui, como foram pintados quadros, arquitetado estereótipos, construídas algumas representações dos indivíduos que praticavam a capoeiragem, e a capoeira nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX. Por mais que tivessem seus comportamentos e atitudes estereotipadas, pode-se perceber, através desses quadros, o quanto esses personagens estavam inseridos no cotidiano da cidade, sendo peças fundamentais para se compreender o universo cultural e social desse período.

Com exceção, como visto, de Wanderley, grande parte dos letrados que narraram sobre a capoeira, no período proposto por nosso trabalho, a definiram como propiciadora de “distúrbios”. Sua prática esteve, geralmente, associada a à delinquência, seu lado lúdico ou de esporte/luta nacional não estiveram presente. É como se esse fato tivesse de ser omitido para justificar a repressão desenfreada que afligiu não só a capoeira, como também o maracatu, o candomblé, a jurema. Era preciso representá-los como marginais ou loucos para justificar a coerção. As camadas populares, assim, acabaram tendo suas imagens caracterizadas pela violência, abuso do álcool, boemia, preferência pelas meretrizes, sendo colocadas a margem do resto da sociedade, que se entendia moderna e buscava o progresso, espelhando-se nas capitais europeias, sempre aliada à ordem moral e social dos bons costumes.

Os literatos que escreveram a respeito da capoeira recifense estavam inseridos nesse contexto, ora defendendo os valores aristocráticos das elites pernambucanas, ora defendendo conceitos referentes a teorias das raças, guardando, em suas memórias, os estereótipos do “capadócio”, do “desordeiro”, do “brabo”, “valente”. Mas, nas entrelinhas de suas obras, foi possível observar que os capoeiras, conseguiram, às vezes, estabelecer negociações e alianças fortuitas com os agentes da ordem, fossem eles da

⁹⁵ FERREIRA, A. op. cit., 1942; ARAÚJO, G. de. op. cit., 1945. Para ver algumas alcunhas ver as obras referidas.

⁹⁶ Memorial da Justiça de Pernambuco, Processo Crime, Denúncia Crime, Recife, Ano 1903, Cx. 740. Neste processo aparecem dois dos personagens citados por Ascenso Ferreira e Guilherme de Araújo: Antônio Sapateiro e Libânio Carroceiro.

polícia militar, civil ou das forças armadas, estendendo as malhas de sua rede no meio da política estadual. Antes de serem simples “arruaceiros”, esses capoeiras souberam negociar, aproveitaram as brechas do sistema ou as criaram e por meio dessas táticas conseguiram sobreviver e viver no Recife de fins do século XIX e início do século XX.⁹⁷

FONTES

- ANDRADE, M. C. de. **Pereira da Costa** – O homem e a obra. Recife: CEPE, 2002.
- APEJE, Correio do Recife, 02.11.1908.
- APEJE, Secretaria de Segurança Pública, Códice 432, 30.05.1896.
- ARAÚJO, G. de. “Capoeiras e valentes do Recife” In: **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco**, v. 40, 1945, p. 118-122.
- CASCUDO, L. C. **Dicionário do folclore brasileiro**. 2ªed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1962. Mas sua 1ª ed. é do ano de 1954. .
- CASCUDO, L. da C. **Folclore do Brasil** (pesquisas e notas). Rio de Janeiro, São Paulo: Fundo de Cultura, 1967.
- CÓDIGO FILIPINO, ou, Ordenações e Leis do Reino de Portugal: recopiladas por mandado D’el Rei D. Felipe. 1. – Ed. Fac-similar da 14ª ed., segundo a primeira, de 1603, e a nona, de Coimbra, de 1821/por Cândido Mendes de Almeida – Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2004. v.38-D.
- COSTA, F. A. P da. **Dicionário biográfico de pernambucanos célebres**. Recife: Typografia Universal, 1882.
- COSTA, F. A. P. **Vocabulário Pernambucano**. 2. ed. Recife: Secretaria de educação e cultura, 1976.
- COSTA, F. A. P. da. A ideia abolicionista em Pernambuco. In: **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco**. Recife: Typografia de F. P. Boulitreau, 1891.
- COSTA, F. A. P. da. **Arredores do Recife**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981.
- FERREIRA, A. Os “brabos” do Recife. Recife: **Boletim da Cidade e do Porto do Recife**, jul-dez. 1942, nº5-6.
- MELLO, O. **O Recife sangrento**. 1938.
- MEMORIAL DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO, Processo Crime, Denúncia Crime, Recife, Ano 1917, Cx.709.
- MEMORIAL DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO, Processo Crime, Denúncia Crime, Recife, Ano 1903, Cx.740.
- WANDERLEY, E. **Tipos populares do Recife Antigo**. Recife: Editora do Colégio Moderno, 1953.

⁹⁷ Para Certeau, a tática é “a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza uma lei de uma força estranha. Não tem meio para si manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento “dentro do campo de visão do inimigo”, como dizia Von Bülow, e no espaço por ele controlado” (CERTEAU, 2008, p. 100).

REFERÊNCIAS

- ABREU, P. **Os capoeiras**. Rio de Janeiro: Tip. Seraphin Alves de Brito, 1886.
- BEVILÁQUA, C. **História da Faculdade de Direito do Recife**. 2ª ed. Brasília: INL/ Conselho Federal de Cultura, 1977.
- BULARMAQUI, Annibal. **Gymnastica nacional**, capoeiragem methodisada e regradada por Annibal Burlamaqui (Zuma). Rio de Janeiro, 1928.
- CERTEAU, M. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 2002.
- CERTEAU, M de. **A invenção do cotidiano**:1. Artes de fazer. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- CHARTIER, R. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- HÉLIO. M. **Perfil Parlamentar** – Pereira da Costa cronista e figurante: um historiador deputado nos tempos da República Velha. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2001.
- LIMA, I. M. de F. Práticas e representações em choque: o lugar social dos maracatus na cidade do Recife, nos anos de 1890 a 1930. In: **Cultura Afro-descendente no Recife**: Maracatus, valentes e catimbós. Recife: Bagaço, 2007.
- MORAIS FILHO, A. M. **Festas e tradições populares do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora de Ouro, s. d.
- MOURA, J. Um titã da Capoeiragem – Plácido de Abreu. Disponível < em www.revistacapoeira.com.br> Consultado em 23.03.2010.
- NASCIMENTO, L. de. **História da imprensa de Pernambuco (1821-1954)**: Periódicos do Recife – 1931 – 1940. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1983.
- PARAÍSO, R. **Academia Pernambucana de Letras**: Sua História. Recife: Recife, 2006.
- NETO, C. “O nosso Jogo”. In: **Bazar**. Porto: Livraria Chadron, 1928.
- OLIVEIRA, V. de. **Frevo, capoeira e passo**. Recife: CEPE, 1971.
- PINTO F. L. **História da Faculdade de Direito do Recife**. Recife: Ed. Universitária, 1980.
- SILVA, M. H. C. da. **Pretas de honra**: trabalho, cotidiano e representações de vendeiras e criadas no Recife do século XIX (1840-1870). 2004. 294 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em História, CFCH, UFPE, Recife, 2004.
- SOARES, C. E. L. **A negregada instituição**: os capoeiras na Corte Imperial, 1850-1890. Rio de Janeiro: Access, 1999.
- SOARES, C. E. L. **A capoeira escrava** e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850). Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.
- SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- VIANNA, O. **Evolução do povo brasileiro**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

Categorias imigrantes italianas em Pernambuco: discussão sobre regionalidades e perfis.

Vanessa Pereira de Albuquerque ⁹⁸

INTRODUÇÃO

Este artigo propõe a análise do perfil do imigrante italiano em Pernambuco e, para isso, começa refletindo sobre as necessidades de imigração na Península Itálica e as características dos grupos que chegaram ao Brasil em diferentes períodos, com objetivos distintos e perfilados de acordo com seus interesses nas terras americanas.

Examinando o funcionamento tático do sistema emigratório italiano para o Brasil, percebemos que era comum identificar estratégias “baseadas no relacionamento familiar, de aldeia e região ou mesmo de afinidade profissional e política” (BERTONHA, 2014, p. 95).

João Bertonha (2014) afirma que há diferentes períodos e motivos para a emigração italiana. No final da Idade Média, houve uma grande vazão, na Península Itálica, para países próximos como França, Espanha e Portugal. Já por volta de 1870, o eixo emigratório se volta para as Américas. A partir de 1918 (fim da Primeira Guerra Mundial), o fluxo retorna ao continente Europeu, devido ao arrefecimento das “oportunidades econômicas na América Latina e às leis de controle de imigração nos Estados Unidos” (BERTONHA, 2014, p. 89).

Entendemos que o fenômeno de massa ocasionado pela vinda de italianos ao Brasil, no final do século XIX e começo do século XX, não deve ser encarado de maneira generalizada, simplista, acidental ou sem planejamento. Ao contrário, é, em essência, um acontecimento de matizes complexas, que nos permitem compreender a dinâmica dos grupos que chegaram aos vários países do mundo e puderam influenciar, através de suas práticas e ideias, as diferentes regiões a que foram endereçados.

Assim explica-se a forte preferência de emigrantes de uma certa região na

⁹⁸ Graduado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Especialização em História do Nordeste pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) e Mestrado em História Social da Cultura Regional pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

Itália por um determinado destino no exterior. Os sicilianos e napolitanos preferiam os Estados Unidos e os vênnetos, o Brasil, enquanto os lígures davam preferência à Argentina e os lombardos à Suíça. Surgiram assim, em um primeiro momento, bairros sicilianos em New York, e vênnetos em São Paulo convivendo com outros bairros calabreses ou lombardos, todos com vida associativa e cultural próprias. Bairros “italianos” simplesmente não existiam nesses locais, ao menos não inicialmente (BERTONHA, 2014, p. 95, grifo do autor).

Dessa forma, é possível perceber a forte expressão regionalista refletida pela escolha, por parte dessas categorias emigrantes, de seus destinos. Essa identidade local dos indivíduos italianos é reflexo da própria construção da unidade nacional e da distinção dos povos envolvidos.

Todavia, não pretendemos afirmar que ao Brasil só vieram imigrantes do Vêneto ou que todo imigrante chegado aos Estados Unidos era siciliano, mas, ao fazermos notar essas características, planejamos compreender a importância das comunidades regionais nos países e localidades em que suas presenças foram mais significativas numericamente. Esperamos, também, apresentar e analisar outros segmentos regionais italianos chegados ao Brasil e, particularmente, a Pernambuco, onde puderam, também, participar, ativamente, das instâncias econômicas e das redes de sincretismo cultural desenvolvidas nesse processo.

Sabemos que, em Pernambuco, a presença italiana foi marcada pela adaptação desses estrangeiros ao comércio e à indústria. Vittorio Cappelli (2007) chama a atenção para os pequenos fluxos migratórios provindos da Itália meridional para localidades periféricas da América Latina, onde o advento da imigração em massa foi menor, mas, de todo modo, causou impactos significativos na “construção das modernas redes urbanas” (CAPPELLI, 2007, p. 1) nas regiões em questão. O autor afirma, ainda, que essas categorias imigrantes procuraram firmar-se em cidades portuárias, cujo crescimento urbano se deu a partir da década de 1870, e onde era possível desenvolver atividades de cunho artesanal e escapar da dura “seleção social” das grandes cidades, como São Paulo e Buenos Aires.

REGIONALIDADES E PERFIS

De uma maneira geral, a imigração italiana, no Brasil, destacou quatro grupos regionais principais: os vênnetos⁹⁹, os campanos¹⁰⁰, os calabreses e os lombardos¹⁰². Tal afirmação pode ser constatada, através

⁹⁹ Vindos da região do Vêneto, localizada no Nordeste da Península, litoral adriático. O Vêneto é composto pelas províncias de Belluno, Pádua, Rovigo, Treviso, Veneza, Verona e Vicenza. (SIMIELLI, 2014).

¹⁰⁰ Provenientes da região da Campânia, ao sul da Itália, estendida ao longo da costa do Mar Tirreno. A Campânia é formada pelas províncias de Avellino, Benevento, Caserta, Nápoles e Salerno. Idem.

¹⁰¹ São os indivíduos nascidos na região da Calábria, localizada na área meridional italiana, sendo cercada pelos mares Jônio e Tirreno. As províncias da Calábria são: Catanzaro, Cosenza, Crotona, Régio Calábria e Vibo Valentia. (SIMIELLI, 2014).

¹⁰² São oriundos da região da Lombardia, posicionada no Norte italiano, que faz fronteira com a Suíça. Na Lombardia estão localizadas as províncias de Bérgamo, Bréscia, Como, Cremona, Lecco, Lodi, Mântua, Monza e Brianza, Milão, Pavia, Sondrio e Varese. (SIMIELLI, 2014).

da observação do Gráfico 1

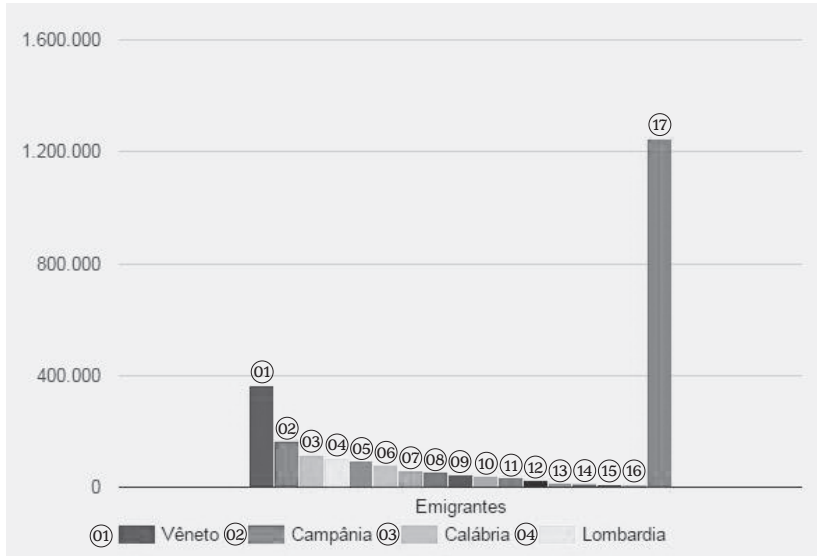


Gráfico 1. Fonte: Gráfico mostrando a emigração italiana para o Brasil, conforme as regiões de procedência. Período 1876-1920. **Brasil: 500 anos de povoamento.** Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2000. Apêndice: Estatísticas de Povoamento, p. 25.

A faixa 17 representa o total dos imigrantes italianos chegados ao Brasil durante o período de 1876 a 1920. É possível perceber que a população de origem vêneta (faixa 01) concentra cerca de 30% do total da imigração. Sabe-se que a maior parte desse contingente fincou raízes nas regiões Sul e Sudeste do país, onde havia profunda ação das políticas imigratórias implementadas pelo poder público. Desse modo, era natural que cidadãos italianos, que tencionassem sair do seu país, buscassem seus familiares já instalados em colônias pelo Brasil.

Podem-se somar ao caráter regionalista da imigração as habilidades para o trabalho dessa população, que era, majoritariamente, camponesa. Apesar da familiaridade com o trabalho na agricultura, muitos não conseguiram ocupação nessa área, devido a condições adversas nas fazendas e colônias, e às demandas crescentes nos setores industrial e comercial. Em Pernambuco, por exemplo, os promotores da imigração estrangeira eram, majoritariamente, comerciantes, pois a agricultura açucareira absorveu a mão de obra livre e barata disponível, em abundância, na província (EISENBERG, 1977).

Na realidade, o Brasil não foi eficiente na alocação da multidão de imigrantes, que ele próprio convocou, o que gerou oportunidade para que os mesmos se movimentassem pelo país à revelia do controle –

e dos benefícios prometidos – estatal. Através dessa possibilidade de deslocamento, vários indivíduos puderam chegar ao Nordeste do país. Essa migração interna talvez seja a mais evidente, muito embora existam indícios e documentos, que revelam uma intenção preliminar de determinados imigrantes em chegar às províncias da área setentrional brasileira.

Manuel Correia de Andrade, no seu estudo sobre a contribuição italiana na região nordestina, **A Itália no Nordeste**, cita registros sobre a presença dessa categoria imigratória desde a época Pré-Colonial (1500-1535). No final do período oitocentista, quando a saída de pessoas da Itália para a América se tornou mais abundante, o autor afirma que as características gerais dos indivíduos e grupos que chegaram ao Sul e Sudeste eram diversas daquelas que se encaminharam para o Nordeste, pois, aqui, não existiam áreas de ocupação predeterminadas, razão que, por si só, “selecionava” o perfil dos imigrantes recebidos, em sua maioria, homens, jovens, trabalhadores autônomos, afeitos ao comércio e à indústria.

Outro elemento muito comum associado à imigração, no Nordeste, é a propensão que essa região teve a receber categorias emigradas do *Mezzogiorno* italiano: “Nápoles, Salerno e Calábria” (ANDRADE, 1992, p. 72). Em Pernambuco, Andrade identifica uma imigração de pessoas “quase sempre de origem humilde, oriundas do sul da Itália [...] em sua maioria da Província de Potenza e em menor escala de Salerno e de Nápoles” (ANDRADE, 1990, p. 111-112).

No espaço temporal compreendido entre 1889 a 1930, denominado de Primeira República Brasileira, observa-se ora crescimento, ora arrefecimento da entrada de italianos no Brasil. É durante esse período que o Nordeste passa a receber números mais expressivos de imigrantes italianos, embora estes não possam ser comparados às entradas no eixo Sul-Sudeste, sendo possível visualizar a influência dos mesmos em setores importantes da economia em grandes cidades nordestinas e seus interiores próximos, como é o caso de Recife e Salvador.

Como foi visto, as políticas de colonização da República visavam a atrair imigrantes para as áreas meridionais do Brasil. Para o Nordeste, essas políticas não chegaram a ser concretizadas:

Embora tenham sido organizadas companhias colonizadoras, a migração foi feita de forma individual, por pessoas que procuravam uma nova terra onde pudessem trabalhar e enriquecer, contando com o apoio da própria família ou de amigos. A migração individual era feita, em geral, por jovens do sexo masculino, com idade inferior a 30 anos, que vinham para Salvador ou para o Recife à procura de trabalho no comércio. Muitas vezes eles desembarcavam no Rio de Janeiro e só após algum tempo é que se transferiam para o Nordeste. Mas Recife e Salvador nem sempre eram os pontos terminais destas migrações. Chegados a estas cidades portuárias, eles se dirigiam para

idades próximas, capitais de estado ou centros interioranos que ofereciam possibilidade de trabalho, dentro de suas qualificações profissionais. Uma vez no Nordeste, se o migrante tinha sucesso e se estabelecia, quando necessitava de empregados ou de auxiliares, procurava recrutá-los no seu país, na sua aldeia, principalmente entre parentes ou amigos de infância (ANDRADE, 1992, p. 97).

Foi através deste método de entrada no Brasil, reconhecido enquanto “cartas de chamada”¹⁰³, descrito no fragmento acima, que a imigração de italianos para o Nordeste tomou maior fôlego. O Período Republicano também é marcado pela chegada ao Nordeste de populações oriundas do Sul da Península Itálica, “em grande parte de Trecchina, província de Potenza, ou de Tortora, província de Cosenza, havendo também sicilianos e napolitanos” (ANDRADE, 1990, p. 58). Esses grupos transitaram por muitas esferas da economia nordestina e, segundo a argumentação da historiografia sobre o tema¹⁰⁴, obtiveram maior êxito nas atividades de cunho comercial e industrial. Destacaram-se nos setores da metalurgia, alfaiataria, sapataria, produtos alimentícios, artefatos decorativos de luxo e tinturaria.

Nossa pesquisa tentou identificar, através dos pedidos de naturalização realizados em Pernambuco por cidadãos italianos, a cidade de origem, idade, estado civil, profissão e domicílio de alguns desses imigrantes. Entendemos que não é possível tirar conclusões absolutas a partir dessa documentação, pois além de fragmentada, ela não dispõe sobre a quantidade real dos italianos em Pernambuco, limitando-se a documentar apenas aqueles que protocolaram pedidos de naturalização e, mesmo assim, é possível que existam outros pedidos em fundos documentais diversos, fora do alcance desta pesquisa.

Antes de mostrar nossos resultados é importante observar algumas características do processo de pedido de naturalização no Brasil. Com a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, todos os habitantes do país passaram, automaticamente, a ser considerados cidadãos brasileiros, salvo aqueles que, até 24 de agosto de 1891, declararam, oficialmente, a vontade de conservar a naturalidade de origem. Desse modo, em um momento onde a população estrangeira era abundante no país, não foi necessário protocolar pedidos de naturalização. Essa é mais uma fragilidade, que não nos permite considerar os pedidos em termos absolutos para quantificar a presença italiana.

¹⁰³ São documentos que passaram a ser obrigatórios para o desembarque no Brasil a partir de 1914, devido à intensidade e ao controle da imigração nos anos anteriores. Essas cartas também podem ser analisadas enquanto fenômeno sociolinguístico, alimentado pela escrita popular.

¹⁰⁴ Sobre as atividades econômicas realizadas por italianos no Nordeste ver ANDRADE, Manuel Correia de. *A Itália no Nordeste: contribuição italiana ao Nordeste do Brasil*. Torino - Recife. Fondazione Giovanni Agnelli, FUNDAJ, Editora Massangana, 1992. Ainda BONI, Luis A. de. *A Presença Italiana no Brasil*. v. II; Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. Também referente ao tema TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Ed. Nobel, Instituto Italiano de Cultura, 1989.

De acordo com o Decreto nº. 6.948 de 1908¹⁰⁵, o estrangeiro que pretendesse se naturalizar brasileiro deveria direcionar uma petição ao Presidente da República, intermediado pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, onde precisaria declarar sua nacionalidade, filiação, domicílio, profissão, Estado e especificação da prole, quando houvesse. Desse modo, os pedidos de naturalização constituem um instrumento útil para a caracterização de uma parte específica de estrangeiros radicados em Pernambuco. Observe-se a tabela seguinte:

Nome	Origem	Idade	Estado Civil	Profissão	Domicílio	Filhos (qnt.)	Ano do Pedido
Angelo Alberto de La Corte	Sapri (Campania)	N/I*	Casado	Caldeireiro	Triunfo	7	1883
Pedro Antonio Scanone	Moliterno (Basilicata)	N/I	Casado	Negociante	Recife	N/I	1884
Salvador Dianna	N/I	48	Casado	Mercador	Recife	N/I	1886
Miguel da Silva Pellico	N/I	48	Casado	Negociante	Sertãozinho	2	1886
Domingos Antonio Paschoal	N/I	47	Casado	N/I	Paudalho	N/I	1887
Carlos André Simões	N/I	45	Casado	N/I	Pesqueira	9	1888
Marcelo Antonio Carício	N/I	33	Casado	N/I	Recife	0	1888
Vicente Trezza	Salerno (Campania)	N/I	Solteiro	Ambulante	Recife	N/I	1889
José Francisco Pulez	Sapri (Campania)	N/I	N/I	N/I	São Bento	N/I	1889
Pedro Pacífico Pulez	Sapri (Campania)	21	Casado	Comerciante	São Bento	N/I	1889
João Baptista Pulez	Sapri (Campania)	24	Solteiro	Comerciante	São Bento	N/I	1889
Pedro Lamboia	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	1891
Francisco Garcia	N/I	N/I	N/I	N/I	Recife	N/I	1922
José Biondi	Cosenza (Calabria)	N/I	Casado	Engenheiro agrônomo	Recife	N/I	1926
Genaro Greco	N/I	N/I	N/I	Comerciante	Recife	N/I	1935
José Vicchioni	Caserta (Campania)	59	Casado	Agricultor	Quipapá	N/I	1942

Tabela 1: Pedidos de naturalização. **Fonte:** Tabela produzida a partir do Fundo Secretaria da Justiça: Pedidos de Naturalização. Fls. 112-121; 191-192; 436-441; 464-466; 474-475; 483-485; 500-504; 526-530; 547-550; 565-567; 569; 642-643; 701-703; 805-806; 863-891. APEJE, anexo 1. *Não Identificado.

¹⁰⁵ Consultar texto original do Decreto. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6948-14-maio-1908-516012-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 21 ago. 2020.

De acordo com a tabela apresentada, mesmo com diversas lacunas de informação, é possível verificar certa similaridade com as conclusões apresentadas por Manuel Correia de Andrade, já que, dos 8 casos em que a informação de origem foi identificada, todos eram provenientes do Sul da Itália e, dos 10 casos em que foi possível verificar o ofício do indivíduo, 8 apresentam profissões autônomas, ligadas ao comércio, respaldando o que tem sido dito pela historiografia local sobre imigração italiana.

Observamos, também, que, em metade dos casos, os indivíduos estão domiciliados em cidades do interior pernambucano, são todos do sexo masculino, a maioria são casados e com idade superior a trinta anos. Apesar da falta de informações nos documentos, muitos deles incompletos ou sem seguir, à risca, as recomendações da lei, é preciso reconhecer a importância desse material, que contribui ao melhor entendimento do perfil do imigrante italiano em Pernambuco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre os perfis regionais dos imigrantes italianos, que marcaram presença, em Pernambuco, nos ajuda a compreender uma das nuances de um fenômeno de massa ocorrido no Brasil, no período oitocentista. Entretanto, é possível afirmar que se trata de uma história a contrapelo, que segue na contramão do óbvio e, justamente por isso, traz perspectivas diferentes para os estudos italianistas.

O presente artigo pretendeu contribuir para a produção científica local, que estuda a presença italiana no Nordeste. Apesar da falta de incentivos à imigração, não podemos desconsiderar os grupos, que procuraram se estabelecer nas suas grandes capitais ou em cidades interioranas, onde havia possibilidade de trabalho. Não é possível argumentar, em função numérica, a influência desses migrantes estrangeiros em Pernambuco; entretanto, seria imprudente não reconhecer os significativos episódios, que auxiliam na construção de um maior entendimento sobre o fenômeno imigratório começado no século XIX.

Ressaltamos a importância desse estudo na configuração de uma historiografia local da presença italiana em Pernambuco.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4. ed. Recife: FJN; Ed. Massangana, São Paulo: Cortez, 2009.
- ANDRADE, Manoel Correia de. **A Itália no Nordeste**: contribuição italiana no Nordeste do Brasil. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1992.

_____. A Colônia Italiana em Pernambuco nas Décadas de vinte e trinta. In: BONI, Luis A. de. (Org.). **A Presença Italiana no Brasil**. v. II; Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.

_____. Italianos em Pernambuco. In: BONI, Luis A. de. (Org.). **A Presença Italiana no Brasil**. v. II; Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.

BENEDINI, Giuseppe; ARQUILLA, Matteo. **Na toca do jaguar**. Histórias da imigração italiana nas colônias da Bahia. Quaderni 11-12. ASEI/ Archivio Storico dell'Emigrazione Italiana. Sette Città, 2015.

BERTONHA, João Fábio. **Os italianos**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

BONI, Luis A. de. **A Presença Italiana no Brasil**. v. II; Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.

CAPELLI, Vittorio. **A propósito de imigração e urbanização**: correntes imigratórias da Itália meridional às “outras Américas”. Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, v. XXXIII, n. 1, p. 7-37, junho 2007.

CROCI, Federico. O chamado das cartas: migrações, cultura e identidade nas cartas de chamada dos italianos no Brasil. In: **Dossiê Imigração Italiana**. **Locus**: revista de história. Juiz de Fora: Programa de Pós-Graduação em História/Departamento de História, 2009 v. 15, n. 1.

DOMINGUES, Luís Manoel. O processo de industrialização em Pernambuco (1890-1920). **Revista SymposiUM**. Ano 4, n. 1, janeiro-junho de 2000, p. 57-76.

EISENBERG, Peter L. **Modernização sem Mudança**: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840/1910. Paz e Terra/Unicamp: Rio de Janeiro/Campinas, 1977.

_____. Falta de Imigrantes: um aspecto do atraso nordestino. **Revista de História**, São Paulo. Janeiro-Março 1973.

LAGI, Massimiliano; ARAÚJO, Rita de Cássia. **Italianos no Nordeste do Brasil**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano; Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

MELLO, José Octávio de Arruda. Historiografia e a história dos italianos na Paraíba: uma revisão crítica. In: BONI, Luis A. de. (Org.). **A Presença Italiana no Brasil**. v. II; Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.

PICCOLO, Helga I. L. Fazer a América: o imigrante italiano entre o sonho e a realidade. In: BONI, Luis A. de. (Org.). **A Presença Italiana no Brasil**. v. II; Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Fondazione Giovanni Agnelli, 1996.

SEYFERTH, Giralda. **Imigrantes, estrangeiros**: a trajetória de uma categoria incomoda no campo político. Revista Brasileira de Antropologia. Porto Seguro, 2008.

SIMIELLI, Maria Elena. **Mapas Políticos, Físicos, Temáticos, Anamorfoses e Imagens de Satélites**. São Paulo: Editora Ática, 2012.

TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico**: um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo: Ed. Nobel, Instituto Italiano de Cultura, 1989.

Os tempos da memória e a história da Vila Velha de Itamaracá.

Nátalli Emanuelli Araújo da Silva ¹⁰⁶

A narração toca indiretamente o sonhador, que se emociona, toma consciência e muda; a interpretação histórica toca indiretamente em sua vida os homens, que passam a se compreender melhor e mudam. Assim, os sujeitos históricos informados pelas interpretações, localizados, quando sonharem com o futuro e o passado, terão menos pesadelos, e quando viverem, no presente, encontrarão os melhores meios e termos para expressar seus interesses e realizar os seus projetos (REIS, 2006, p. 16).

INTRODUÇÃO

A sucessão de fatos históricos e o entendimento que temos deles é mutável, na medida em que também nossa sociedade se modifica. Neste texto, faremos uma reflexão acerca destas mudanças, mas, sobretudo, das experiências de escrita que conduziram esta história através do tempo. Escolhemos, para isso, a História da Ilha de Itamaracá, mas devemos logo alertar o leitor de que não terá uma relação linear dos acontecimentos ou mesmo uma análise dos documentos por eles mesmos.

O que pretendemos é entender como essa história foi construída em três momentos específicos, os quais iremos contextualizar e significar em relação a um ambiente teórico e metodológico posto para o Brasil e alguns referenciais europeus, que influenciaram a historiografia que se refere à Ilha de Itamaracá.

Então, esta nossa história, caro leitor, não vai seguir, exatamente, as regras acadêmicas, mas, para tranquilizá-lo, também não devemos negar os padrões que nos conferem cientificidade, mesmo porque este também será um debate travado neste texto. O que tentamos é, a partir deste estudo de caso, refletir sobre os problemas enfrentados

¹⁰⁶ Mestra em História Social da Cultura Regional pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Graduada em Licenciatura Plena em História (UFRPE).

pelo historiador em sua prática e na escolha de seu ambiente teórico.

O nosso ponto de confluência é o presente, que como indica Marc Bloch, em seu *Apologia da História*, “é o lugar de elaboração dos problemas em história” e é, também, no nosso entendimento, o lugar de ação dos sujeitos mesmo que eles sejam historiadores. Este lugar não deve ser somente de observação, mas também de tomada de consciência. Pode parecer inócuo, dentro do sistema acadêmico em que estamos inseridos, mas o tipo de história que resolvemos escrever é aquela que considera o passado e age sobre o presente.

Agora devo deixar o leitor a par das inquietações presentes, que nos levam a questionar a história dessa pequena Ilha Atlântica, que, por muito tempo, esteve esquecida em sua relevância histórica e mesmo social e que, hoje, passa por um trabalho de planejamento em sua estrutura patrimonial e econômica. É claro que esses dois fatores estão, intimamente, ligados e o leitor vai entender como, mais tarde.

ENTRE OS REGISTROS ARQUEOLÓGICOS E AS NARRATIVAS PATRIMONIAIS

Então, a nossa primeira parada é a década de 80, do século XX, onde encontramos a Ilha, mais especificamente, o bairro de Vila Velha, originalmente a Vila de Nossa Senhora da Conceição, sede da Capitania de Itamaracá que compõe a área de povoamento mais antiga da Ilha e uma das mais antigas do Brasil. Nesse período, a Vila sofreu intervenções arqueológicas e patrimoniais, que tinham como objetivo um novo entendimento de sua história e o estabelecimento com a população de uma dinâmica patrimonial com vistas a sua preservação.

Aqui, temos como fonte de investigação além dos poucos textos publicados, como relatórios e matérias de jornais locais acerca da intervenção e fontes orais atuais que nos levam a debater mais do que o tratamento dado aos bens patrimoniais, mais a construção da história da Ilha a partir da lógica de um grupo que também esteve presente, nas primeiras escritas historiográficas feitas para a Ilha já no início do século XX, com as quais também vamos estabelecer relação.

Por agora, o leitor precisa saber que essa intervenção gerou mais do que escritas historiográficas. Ela foi responsável também pela condução de uma memória coletiva, a qual devemos debater, nos parâmetros conceituais elencados por Michel Pollack e que são identificados, a partir da análise das fontes orais atuais produzidas pelos moradores da Vila.

Este momento da nossa escrita é muito relevante para a análise

geral que tentamos conduzir, posto que o sentido da construção da memória e os reflexos sobre a história “oficial” da Ilha são observados nos vários recortes que escolhemos, a saber início do século XX, passando pelo século XVII, voltando para o final do século XX e sempre em relação com os dias atuais, o nosso presente referencial.

O ambiente historiográfico pelo qual circula a história da Ilha de Itamaracá, nos períodos estudados, nos leva a refletir, como em Michel de Certeau, sobre o lugar social do historiador, como em Michel Foucault, sobre o lugar discursivo das produções historiográficas e como em Michel Pollack, sobre o lugar de construção das memórias.

Escrever uma historiografia da Ilha de Itamaracá, ou pelo menos parte dela, significa fazer viagens descontínuas no tempo. Isso porque os fatos que a conduziram foram escritos e reescritos de acordo com dinâmicas institucionais e com lugares de produção de saber, com interesses, enfim, de grupos que, em cada momento histórico, estiveram empenhados em um projeto maior do que o que compete à própria história da Ilha.

A narrativa que conduziremos, neste texto, deve, então, considerar elementos fundamentais para a construção da escrita histórica. Partimos, primeiramente, do conceito de verdade para analisar as produções referentes à Ilha, no século XX, utilizando-nos, sobretudo, dos diagnósticos de Carlo Guinzburg, em *o Fio e os Rastros*.

Do século XX, voltamos para o século XVII, onde confrontaremos documentos como relatos de cronistas e iconografias, que foram utilizados como fontes primárias para as leituras desta história construída posteriormente, na tentativa de observar o momento histórico em si, ou pelo menos aquele que as fontes a que tivemos contato podem nos indicar, pensando em uma perspectiva de que o documento deve ser entendido como verdade dos fatos:

O importante, creio, é que a verdade não existe fora do poder ou sem poder... A verdade é deste mundo. Ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade; isto é os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros (FOUCAULT, 2004, p. 12).

Neste tocante, gostaríamos, já, de levantarmos a poeira de uma discussão que, obviamente, não se encerra neste texto, posto que pré-existe a ele e é por demais complexa, que é a do lugar da verdade nos textos históricos, o ambiente da narrativa que pode ser criado ou conduzido pelo autor e que é responsável por um sentido de real, dado ao texto ou ao documento.

É importante para a nossa discussão, pois como indica a citação, acima, de Foucault, que estes discursos eleitos, por esforço do

poder exercido em sua fala, no contexto e mesmo na forma como é proferido, acabam exercendo um poder sob aqueles que recebem esses discursos. Um poder se exerce nesses discursos e, muitas vezes, dependendo dessas variantes, tornam-se discursos de verdade.

Para o nosso trabalho, é muito importante ter esta problemática sempre em pauta, posto que observamos a construção de uma história e memória, que se apresenta como parte de uma multiplicidade de discursos, sejam eles institucionais ou memorialista. Por este motivo, carecemos entender os mecanismos que cabem ao historiador para contar as suas histórias.

Detendo-nos, ainda, neste incessante escrever e reescrever a história, entendemos que muito já se discutiu sobre qual, então, seria a história mais correta, a verdadeira, e mesmo se haveria uma verdade histórica.

O momento de confronto dessas ideias e métodos de diferentes influências se dá, no momento da escrita, quando, como diz Michel de Certeau: “passamos do caos das fontes à condição de uma narrativa lógica e interessante de acordo com o seu lugar de produção, não da fonte, do texto historiográfico produzido” (CERTEAU, 1982).

O que acontece é que escrever. É ofício dos menos tranquilos: Se pode aprender a escrever, Mas não a escrever certo livro. Escrever jamais é sabido; O que se escreve tem caminhos; Escrever é sempre estrear-se. E já não serve o antigo ancinho (MELO NETO, 1995, p. 584 apud MONTENEGRO, 2010, p. 18).

Há quem questione, ainda, a imparcialidade dessa escrita. Durante o século XIX, os cientistas positivistas apregoavam a importância de se produzir argumentos pautados na objetividade das fontes, no observar e relatar, na crueza da descrição. E, durante muito tempo, esse modelo foi aplicado à história em uma real tentativa de ser reconhecida como ciência, de esquecer a herança dos primeiros historiadores, aqueles que, como Heródoto, lançavam mão de muitas fontes diversas: mapas, observação do ambiente, relatos de viajantes etc. e criavam uma trama que, de tão empolgante, era confundida com literatura, como pode ser observado na fala de Hayden White:

A narrativa em si não é o ícone; o que ela faz é descrever os acontecimentos contidos no registro histórico de modo a informar ao leitor o que deve ser tomado como ícone dos acontecimentos a fim de torná-los “familiares” a ele. Assim a narrativa histórica serve de mediadora entre, de um lado, os acontecimentos nela relatados e, de outro, a estrutura de enredo pré-genérica, convencionalmente usada em nossa cultura para dotar de sentido os acontecimentos e situações não-familiares (WHITE, 2019, p. 105).

Deste modo compreendemos a narrativa histórica como apresentada por Hayden White como um ponto de culminância entre o fato ocorrido e o relato sobre o fato, seja este oral ou escrito. A nossa problemática

não está, então, no fato de haver várias narrativas acerca da história da Ilha de Itamaracá, mas em entender o modo como foram elaboradas ao longo do tempo, que tensões discursivas a gestaram.

Para tanto, nós também elaboramos nosso próprio discurso sobre o período observado, a saber, o século XVII, palco dos maiores embates políticos, sociais e econômicos e para o qual foram eleitos como protagonistas os Holandeses que invadiram o norte da colônia brasileira.

O TEMPO E MEMÓRIA DA VILA

Às margens do canal de Santa Cruz, localizada na porção sul da Ilha de Itamaracá, sobre uma colina de onde se pode avistar boa parte da Ilha e, sobretudo o oceano atlântico em toda sua imensidão e sublime profundidade, divisamos um espaço que guarda segredos de uma vida material e de um imaginário, que está além das nossas expectativas. A Vila de Nossa Senhora da Conceição cujos habitantes estão em contato constante com uma sorte de gente vinda de várias partes desta imensidão, através da atracagem nos portos da Ilha, principalmente, daquele que se situa à margem do canal. Espanhóis, franceses, ingleses, bantos, nagô, holandeses, portugueses, trazem consigo também objetos vivos, por que cultura que fala do passado e se mostra enquanto presente.

Estamos falando de uma vila pequena em dimensão, mas que encerra a pluralidade no interior de suas bem construídas muralhas, na imponência da Igreja Católica que consagra Nossa Senhora como Padroeira, de onde se estendem ruas de pedra e barro, de caminhos ora largos e horizontais, ora estreitos e de uma verticalidade sinuosa, por onde passaram e ainda passam animais e uma gente que é fruto de tudo isso que podemos observar a olho nu e daquilo que só podemos desconfiar à guisa de uma sutil imaginação.

Ficamos com essa imagem, que pode muito bem ter sido a que os holandeses divisaram ao atracar, na vila, no mês de março do ano de 1632, onde se estabeleceram e tomaram parte do aparato administrativo e de defesa que já existia e era controlado pelos portugueses. Passaram a chamar a vila de Schoppe, em homenagem ao comandante das tropas que ocuparam a vila Sigismundo Schoppe.

Gaspar Barlaeus nos dá indícios da importância da manutenção do controle sobre a vila em seu: *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*, tanto na descrição, em linhas gerais da ilha, quanto nas inúmeras iconografias recolhidas, que nos dão uma ideia do que seria a vila, estabelecendo este texto como um dos poucos com material preciso sobre os aspectos físicos da localidade, no século

XVII, com o qual tivemos contato.

A vila acaba sendo a nossa referência, por tratar-se da sede da Capitania de Itamaracá durante o século XVII e primeira metade do XVIII, e, também, por ser o local mais habitado na Ilha, cerca de 100 famílias, informações obtidas através das ordens régias de Itamaracá, encontradas no Arquivo Público Jordão Emerenciano, as quais apesar do crescimento da Ilha como um todo, mantêm a mesma base fundiária, inclusive em sua distribuição espacial.

Nada melhor para vivenciar o panorama do período, do que utilizarmos imagens produzidas no século XVII, escolhemos para isso, principalmente, as recolhidas na obra *Imagens do Brasil Colonial*, de Nestor Goulart Reis, e, também, as produzidas pelos bolsistas do Projeto Levantamento do Patrimônio Subaquático do Litoral Pernambucano entre os anos de 2008 e 2010. Fazemos uma análise imagética no sentido de procurar indícios, como faz Guinzburg, que possam configurar uma narrativa sobre o período holandês, como ponto de partida e, em um segundo momento, que contraponha a historiografia tradicional enviando imagens que indiquem outras histórias.

O fato de serem as imagens iconográficas, os documentos dos quais dispomos que mais informações nos legam deste tema, é que precisamos fazer uso de pensar o ato de produção de imagens, sempre de acordo com um referencial histórico, visto que as mesmas são produto de um tempo e panoramas culturais específicos.

O estudo de imagens é feito a partir da perspectiva da produção artística, levando em consideração os estilos e técnicas em que se efetuou a imagem, sobretudo, o lugar sócio-cultural em que a mesma foi produzida, é claro que, quando tratamos das imagens holandesas feitas da Vila, temos um referencial máximo, que é político e dominador e que já foi, exaustivamente, debatido.

Todavia, acreditamos ser importante lembrar ao leitor que as imagens produzidas na parte norte da terra brasílica, pelos invasores flamengos eram, sobretudo, fontes de estudo estratégico, como as imagens que retratam as rotas de acesso à Vila Schopp por mar e através do Canal de Santa Cruz, dando ênfase ainda as dimensões geográficas da Vila.

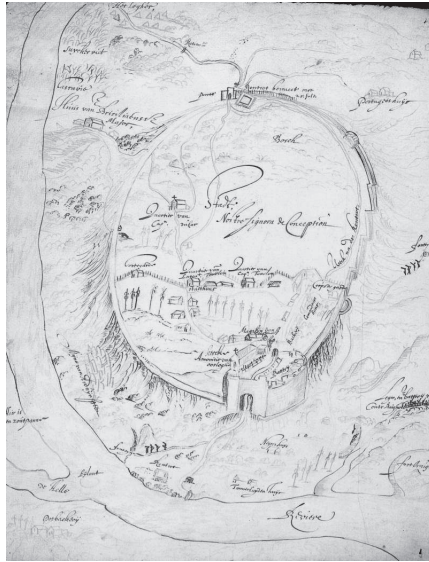


Figura 1: “StadtNostreSignora de Conception”, 1630.

Fonte: Produzida por autor desconhecida e recolhida por Nestor Goulart Reis a partir do original manuscrito do AlgemeenRijksarchief, Haia.

Essa imagem é recorrente, em nosso trabalho sobre a Vila, posto que é bastante significativa como documento produzido pelos holandeses e uma fonte rica em informações, das quais incorremos sobre os mais diversos objetivos: militares de defesa e, também, os urbanístico patrimoniais, além de ser a única imagem com a qual tivemos contato e da qual podemos imaginar algum tipo de relação cotidiana, ao vermos representadas as pequenas casas com suas também humildes plantações, a presença de um poder administrativo, a coroa portuguesa como legisladora de um local, que ao que consta nos documentos escritos, é de domínio privado, essencialmente, dos Senhores de Engenho.

Com uma imagem que retrata as muralhas encontradas e fortalecidas pelos holandeses na década de 30 do século XVII, estabelecemos uma rede de entendimento da ordem das relações de poder e vigilância, mesmo não sendo este o nosso foco e, como indicamos em outras partes do texto, pensamos que uma comunidade que vive isolada da sua colônia, de sua metrópole, em uma pequena ilha atlântica, seria, facilmente, manipulada por qualquer que fosse o invasor, mas o que vemos se revela, totalmente, oposto a esse pensamento.

A Vila de Nossa Senhora da Conceição sempre foi, de acordo com a fala de Henry Koster, local de vida agitada e toda peculiar, onde as pessoas se misturam com o vento que sopra do atlântico, onde

reconhecemos um cotidiano de escravos, soldados e juizes, mas também de padres e senhoras da corte que, de passagem para Pernambuco, se hospedavam nas belas casas, em estilo neo-clássico, que, à época do viajante inglês, já haviam perdido muito de seu brilho, atacadas pela crise econômica que, há muito, ecoava na vila. O fato é que apesar de decadentes, ainda guardavam em seus objetos de louça, como faianças portuguesas e porcelanas chinesas, as lembranças de uma colonização próspera ainda que breve.



Figura 2: Mapa da Ilha de Itamaracá. Fonte: Reis, 2006.

Nesta imagem da Ilha de Itamaracá são indicadas, também, as fortificações construídas pelos holandeses. Podemos ter uma noção do traçado urbanístico da Vila, e, principalmente, observamos a presença das estruturas físicas e de sua disposição espacial, além de reconhecermos que o que está posto é um mapa militar. Podemos divisar, também, uma área urbana que dá lugar, dentro de seus limites restritos, ao poder militar e religioso.

O trabalho com essa imagem nos remete à fala de Miriam de Souza Rossini: “O sentido da imagem não está apenas naquilo que mostra, mas no modo como mostra” (PESAVENTO, 2006) posto que essa imagem é bastante significativa, representando, ao mesmo tempo, a presença dos dois colonizadores, que debatemos durante o texto. Os holandeses seriam representados pelo aparato militar então edificado e a coroa portuguesa estaria presente através das

instituições da Igreja de Nossa Senhora da Conceição e da Capela da Misericórdia.

É interessante notar que, ainda, sobre essa imagem, a mesma foi produzida pelo cosmógrafo da coroa, João Teixeira Albernaz, como indicador das modificações bélicas feitas na Vila. Uma fonte de 1640, dez anos após a confecção da imagem anterior pelos holandeses, com a qual podemos observar um crescimento das áreas de interesse da Ilha, não se restringindo mais apenas à Vila de Nossa Senhora da Conceição, com a construção de fortes em todo o entorno da ilha, além do Orange, as fortalezas de Santa Luzia e da Catuama, está ao norte da mesma.

HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE

E, então, voltamos ao século XX, ao que parece, para entender de que forma esta herança da presença holandesa, na Ilha, se tornou tão latente e em que influenciou a construção de sua memória.

E para pensar a historiografia e a memória da Ilha, é importante, também, pensar estas intervenções arqueológicas e os estudos produzidos em espaços diferenciados de produção de saber. Nossa análise deve se pautar, então, em uma perspectiva teórica, seguindo a orientação de Roger Chartier: “As representações coletivas interiorizam nos indivíduos as divisões do mundo social e estruturam ‘esquemas’ de percepção e de apreciação que informam sua ação, mas não constroem o próprio mundo social” (CHARTIER, 1988, p. 68).

O que significa dizer para nosso objeto que a presença holandesa em Itamaracá, por exemplo, faz parte de uma articulação discursiva, que foi sendo construída ao longo de séculos dentro de um contexto mais amplo que o da própria Ilha de Itamaracá, porque acabou fazendo parte do imaginário da ocupação, que se construiu em todo o estado de Pernambuco.

E o que percebemos é que esse imaginário dito homogêneo, em Itamaracá, se apresenta e representa em tudo diverso e, apesar desse contato ser utilizado como sustentáculo econômico, fomentando o turismo, nossas leituras nos levam a crer que existe mais sutileza e que outros documentos podem ser legitimadores de um discurso diferente, nem melhor, nem mais verdadeiro, apenas de uma outra perspectiva, que com certeza se revelará surpreendente.

Nesse sentido, iremos buscar as referências de possíveis obras de elogio ao tempo da presença holandesa em terras brasileiras e, nelas, percebemos mais do que uma necessidade institucional de intelectuais como os que, no início do século XX, estavam à frente

dos Institutos Históricos e Geográficos pelo país. Devemos observar o lugar social (CERTEAU, 1992, p. 54) daqueles que escreviam sobre os flamengos, pois, talvez, também eles estivessem contagiados pelo espírito holandês e prontos a narrar seus feitos.

Nossa perspectiva reflete, então, sobre as produções intelectuais e o controle sócio-cultural exercido por essa elite erudita. Sendo que o discurso, como proferido por esse grupo, não toma somente o lugar de verdade, ele impõe poder a partir do qual as produções são moldadas e as memórias construídas em nome de um projeto de modernidade, que é intencionalmente elaborado.

Voltemos, então, a Foucault e ao presente, segundo o qual guia as articulações discursivas, as verdades que só se produzem em determinado espaço temporal e sobre tal pensemos, caro leitor, no nosso humilde papel de historiadores, de narradores de um lugar de análise científica que, à primeira vista, parece tão cômodo, mas que, em determinado momento, lhe vai encarar como que da borda de um precipício e questionar-lhe sobre suas verdades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tentar escrever a história da Ilha de Itamaracá, nos debruçamos sobre um sem fim de incertezas, de meandros da ordem de memórias desconexas, de documentos interpretados ao calor do momento e de discursos poderosos sobre o passado, talvez sejam todas as histórias, assim, de difícil decifração.

Cabe-nos aqui, então, não somente observar o passado, mas colocar problemáticas que partam do presente, este que nos inquieta cotidianamente. Nos deparamos, pois, com a construção de um lugar de memória e com um referencial de história para a Ilha, que perpassa aquilo que está inscrito nos documentos, nesses lugares do passado, posto que escamoteia a multiplicidade de depoimentos produzidos nesse passado, em nome do progresso e de referenciais de economia, que subjugam as condições de apropriação de toda uma realidade social.

Não é papel do historiador julgar as ações do presente, mas acreditamos que seja nossa responsabilidade colocar problemas a este presente baseado nos vários entendimentos, que temos do passado. Ao que nos parece, as ações de patrimonialização da Vila Velha de Itamaracá perpassam por situações de controle discursivo, que foram elaborados, institucionalmente, ao longo do século XX e que se legitimaram para além de uma memória coletiva, que ultrapassa e, muito, a herança holandesa na Ilha tão propagada por seus idealizadores.

Há que se rever, caro leitor, as apropriações patrimoniais elaboradas,

os discursos científicos proferidos, as memórias não só construídas, mas também as legitimadas e as relações de poder instituídas nesta trama, que se desenvolveu ao longo do século passado e que se testemunha na prática hoje.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. **História: A arte de inventar o passado**. Bauru, SP: Edusc, 2007.
- ALBERTI, Verena. **Manual de História oral**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2004.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Itamaracá, uma Capitania frustrada**. Recife: CEHM,1999.
- BARLAEUS, Gaspar. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil**. Recife: Fundação de cultura da cidade do Recife, 1980.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense – Universitária, 1982.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel,1988.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970. 11ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- GUINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: Morfologia e História**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- WHITE, Hayden. **Meta-história: a imaginação Histórica do século XIX**. São Paulo: EDUSP. 2019
- KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**, 2ªed. Recife: CEPE,1978.
- MELO, José Antônio Gonçalves de. **Tempo dos Flamengos: Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil**, Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Massangana, 1987.
- MICHEL Pollack. **Memória, Esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. **História, Metodologia, Memória**. São Paulo: Contexto, 2010.
- ORLANDI. Eni P. (org.) **Gestos da Leitura: da História no discurso**. Campinas; São Paulo: Editora da UNICAMP, 1994.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. (org.) **História, Imagem, oralidade e representações**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.
- PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 2ªed. São Paulo: Contexto, 2008.
- REIS, José Carlos. **História e Teoria**. historicismos, modernidade, temporalidade e verdade. Ed. 3; Rio de Janeiro: editora FGV, 2006.
- THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- VERRI, Gilda Maria Withaker. Brito, Jomard Muniz de. **Relendo o Recife de Nassau**. Recife: Bagaço, 2003.

Uma história de martírios - memória, esquecimento e história: a irmandade do Bom Jesus dos Martírios e sua igreja.

Albino Mário Santos Dantas ¹⁰⁷

INTRODUÇÃO

Recife, quarta sexta-feira desde o início da Quaresma. Quase 14h da tarde e a sombra solteira de uma torre sineira se projeta no magro *largo* da rua das Hortas. Portas e janelas – bocas e olhos do casario – testemunham à sua maneira o início da comoção. Homens pretos se organizam, disciplinadamente, conforme seu Compromisso; trombetas, estolas roxas, estandartes. O lugar ocupado na procissão é, por si só, eloquente, porque se distingue aí a hierarquia: provedores atuais e passados, fundadores, procuradores. Nas roupas, as insígnias ostentadas, no cotidiano missal, se carregam do significado que tudo aquilo representa.

O rosário de Nossa Senhora é de todos os homens, desde que se reconheçam como pretos ou pardos. O mesmo Compromisso que ritualiza o corpo da irmandade define sua cor e suas obrigações. Tudo isso faz sentido em um cotidiano vivo e recitado, no qual os lugares físicos e simbólicos retroalimentam um ao outro. A Igreja, o caminho e a Irmandade formam uma rede que estrutura um dos róis identitários dos homens pretos nos bairros de Santo Antônio e São José.

Este artigo aborda esses referenciais identitários e o desaparecimento deles como marcos topofílicos. Trataremos, aqui, o cortejo da quarta sexta-feira da Quaresma, a procissão do Bom Jesus dos Martírios, como um fenômeno sob dois prismas. Primeiro, como epíteto da estrutura da Irmandade do Bom Jesus dos Martírios dos Homens Pretos de Recife. O segundo prisma aborda a irmandade como *corpo* e sua performatividade frente outras identidades, que coabitam os bairros de Santo Antônio e São José em diversos momentos.

¹⁰⁷ Historiador, mestrando em História pela UFRPE. E-mail: albino.dantas@ufrpe.br.

A IRMANDADE DO BOM JESUS DOS MARTÍRIOS DOS HOMENS PRETOS

O cotidiano colonial apresentava matizes complexas e dinâmicas. Em seu interior, habitam os agentes cujas identidades, à luz do Saber Histórico, foram analisadas sob diversas perspectivas. Optamos, para construção de uma compreensão acerca da irmandade, por uma interpretação, na qual o cenário discursivo e a representação têm papel central. Associar-se a essa ou aquela confraria autoriza o indivíduo a representar um conjunto de valores e atitudes cuja percepção coletiva o distingue dos demais.

Devemos ter em mente que, no jogo semiótico, um signo não precisa substituir, totalmente, ou sequer, parcialmente, aquilo a que ele se refere. Com efeito e à guisa de conclusão, evocamos a ideia de Umberto Eco (2000): um signo pode mentir. Isto não vaticina que *todos* os confrades mentem ao tomar para si os valores de sua irmandade. Essa ressalva tem por objetivo ampliar os *lugares* dentro da cenografia discursiva articulada pelos indivíduos em sua gramática social.

As irmandades e ordens terceiras representam a porta de entrada para leigos na estrutura do Estado na colônia. Ocupar cargos da administração era vedado aos nascidos no Além-Mar e o rigor da vida, nos conventos, tornava esse caminho menos atraente. A troca pela adoção *mais ou menos* plena dos valores da confraria – os Compromissos preveem muitas para os irmãos – era um conjunto de benefícios tais como [...] assistência médica e jurídica, ao socorro em momento de crise financeira, em alguns casos ajuda para compra de alforria e, muito especialmente, direito a enterro decente para si e membros da família, com acompanhamento de irmãos e irmãs de confraria, e sepultura na capela da irmandade (REIS, 1991, p. 50).

Uma troca *justa* quando consideramos que a pujança das irmandades residia no número de seus confrades. Eram os espaços públicos onde as irmandades exibiam a extensão de seu corpo e reafirmavam sua identidade performativa¹⁰⁸. As procissões e os enterros ocupavam um papel central na existência das *irmandades-como-corpo*, porque essas se tornam visíveis àqueles *de fora*. Ambas carregadas de sua própria teatralidade participam do cotidiano colonial de formas distintas; como comunhão dos vivos e como contingência da vida humana, respectivamente. Vida e morte, encenadas pelas ruas, conformam o

¹⁰⁸ Compreendemos Performatividade como os “atos, gestos e desejo [que] produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas o produzem na superfície do corpo, por meio do jogo de ausências significantes, que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como causa. Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos” (BUTLER, 2003, p. 194).

mosaico da teatrocracia¹⁰⁹ nas cidades coloniais.

Podemos, agora, considerar que estar em uma irmandade ia *além* da profissão de fé. Era uma forma política, uma maneira de garantir auxílio em momentos críticos da vida, um caminho para o estabelecimento de profundos laços comunitários. Apesar de apresentarem homônimas espalhadas pelo território, seus Compromissos delineiam características locais. O Compromisso da Irmandade do Bom Jesus dos Martírios da então vila baiana de Cachoeira, de 1765, permite a participação de brancos na ausência de pretos daomeanos letrados¹¹⁰. Pouco mais de uma década mais novo, o Compromisso dos Martírios da vila de Recife sequer menciona essa possibilidade¹¹¹. Essa observação pode ser um indício das condições sociais dos respectivos grupos e ter relação ou não com o lugar em que se encontram.

A nação também aparece como um dispositivo para as irmandades. Uma retórica da origem africana se mostra como elemento cimentante da comunidade, embora exceções sejam feitas. No Compromisso baiano, a nação jeje é a macroidentidade e, além da ressalva já mencionada, admitiam-se *criolos* (isto é, nascidos em território colonial), contanto que não participassem de cargos eletivos. Essa mesma condição, no entanto, não se aplicava às irmãs criolas; estas gozavam de plenos direitos, como se daomeanas fossem. O compromisso recifense de 1776 proíbe a aceitação aos africanos da Guiné e Angola e não menciona proibição aos criolos. No Compromisso de 1787¹¹² da mesma irmandade recifense, a questão das identidades se afrouxa.

O que acontece nesse espaço de 11 anos? A doação do terreno, no extremo do bairro de Santo Antônio, no qual se construiu a capela que abrigou a imagem do Bom Jesus dos Martírios e a posterior licença eclesiástica para a construção da igreja dedicada à veneranda imagem da irmandade respondem à questão. As irmandades, por força de regra, hospedam-se em templos dos quais emana sua primeira identidade. Os primeiros irmãos se reuniam em altares laterais do templo-mãe e que, no caso da Irmandade dos Martírios, era a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Esta já era um *Lugar de Memória* para a

¹⁰⁹ “Por trás de todas as formas de arranjo da sociedade e de organização dos poderes encontra-se, sempre presente, governando dos bastidores, a “teatrocracia”. Ela regula a vida cotidiana dos homens em coletividade. É o regime permanente que se impõe aos diversos regimes políticos, revogáveis, sucessivos. Ela deve este nome a um russo de múltiplos talentos e atividades, mas desconhecido – exceto de Beckett que recebeu sua influência ao estabelecer o teatro da zombaria – Nicolau Evreinov. Sua tese, expressa a partir de ilustrações extremamente variadas, monta um tribunal teatral para todas as manifestações da existência social, notadamente as do poder: os atores políticos devem “pagar seu tributo cotidiano à teatralidade” (BALANDIER, 1982, p. 5).

¹¹⁰ Compromisso da Irmandade do Bom Jesus dos Martírios da Villa de Cachoeira, Bahia (1765). Disponível em: <https://docs.ufpr.br/~lgeraldo/compromissobahia.pdf>. Acesso em: 30 de julho de 2020.

¹¹¹ Compromisso da Irmandade do Bom Jesus dos Martírios da Villa de Recife, Pernambuco (1776). Disponível em: <https://digitarq.ahu.arquivos.pt/viewer?id=1157536>. Acesso em: 30 de julho de 2020.

¹¹² Compromisso da Irmandade do Bom Jesus dos Martírios dos Homens Pretos da vila de Recife (1787). Disponível em: <https://digitarq.ahu.arquivos.pt/viewer?id=1157548>. Acesso em: 30 de julho de 2020.

comunidade, inclusive por ter sido palco da coroação do ‘Rei do Congo’ local, em 1711. Curiosamente, a irmandade dos Martírios muda seu lugar de devoção da emblemática Igreja do Rosário para outra, a Nossa Senhora do Paraíso, mas preserva sua circunscrição.

O compromisso de 1787 aponta para uma irmandade, que constrói uma identidade própria. De sua igreja-mãe herda o sobrenome *dos Pretos* e deixa para trás, parcialmente, a retórica da origem africana. Aceita brancos e pardos, mas sem acesso aos cargos, sem direito de voto e com pagamento dobrado em relação aos irmãos pretos. Uma “inversão”¹¹³ daquilo visto no cotidiano maior, mas não uma afronta à ordem instituída. Legitimada pela chancela institucional da Igreja Católica e pelo calendário litúrgico, a irmandade-como-corpo sai às ruas na quarta sexta-feira da Quaresma. Ordenados na procissão, os confrades são vistos e reconhecidos como parte daquele todo e a inversão evidencia os lugares na hierarquia, porque pretos carregam as insígnias e envergam os cargos. O percurso do préstito seguia para as igrejas de Nossa Senhora do Carmo e Santo Antônio, voltava em direção à atual praça Sérgio Loreto e sua apoteose era na sede da irmandade, a Igreja do Bom Jesus dos Martírios.

O quadrilátero formado pelo tortuoso caminho da procissão delimita o lugar de ação da teatocracia da Irmandade dos Martírios. A Irmandade e a Igreja presenciam mudanças na tessitura urbana ao longo do século XIX e, de forma mais dramática, no começo do século XX. A face urbanística do ideário do Progresso é a haussmannização. A historiografia sobre o período trata esse processo como *embelezamento* e, sob o olhar urbanístico, as reformas seguiam três princípios básicos: circulação fácil e acessível dentro da cidade; eliminação da insalubridade em bairros densos; revalorização e reenquadramento dos monumentos, unindo-os através de eixos viários e perceptivas (PORTO *et al.* 2007, p. 2715).

Como aponta o arquiteto José Luiz da Mota Menezes (1993), o adensamento urbano em Recife, sobretudo nos bairros de Santo Antônio e São José, acelera ao longo do século XIX. Menezes associa às mudanças das áreas periurbanas à época, como o surgimento das *quintas* oriundas das divisões de engenhos como o Madalena ou Casa Forte. As vias de transporte, que antes atendiam à produção açucareira, passam a comunicar as pessoas do *continente* com o porto recifense. A ilha de Antônio Vaz, onde se localizam os bairros de São Antônio e São

¹¹³ Ao analisar aspectos da ordem e da desordem social, Georges Balandier (1982, p. 46) assevera que “o poder tem a capacidade de manipular diretamente e em proveito próprio o processo da inversão. A antropologia política tem apresentado, sob este aspecto, análises que inflétram as interpretações teóricas atuais e reavivaram a curiosidade histórica pelas instituições do passado que reforçavam a norma e a lei pela prática de ‘atos ao contrário’ – rituais da inversão ou da rebelião dramatizada”.

José, age como entreposto comercial. A viajante inglesa Maria Graham (1956) ressalta essa característica e chama atenção para quantidade de escravizados, mesmo em um momento de escassez resultado da tensão política dos momentos pré-Independência.

O lugar citadino da Igreja dos Martírios, de sua irmandade e palco de sua procissão, é também o da confluência animada pelo comércio. Diferentes grupos sociais tecem o cotidiano e formam, de sua maneira e da época, um imaginário *quase* telemático. Trata-se de um imaginário constituído por memórias próprias e adquiridas em narrativas sobre o bairro e sua gente e, como tal, sujeito às hipérboles, supressões e esquecimentos. Enquanto as coisas parecem *como sempre foram* e seguem sendo assim recitadas, uma mudança começa: o cotidiano antigo apresenta-se como um perigo ao novo que está ali, às vésperas de debutar.

O discurso médico que se difunde durante o II Reinado (1840-1889) maldiz um dos aspectos de distinção entre membros e não membros das irmandades: o sepultamento em seu templo sede. A compreensão científica, à época, associava os miasmas – odores resultantes do processo de decomposição de matéria orgânica – às doenças que volta e meia acometiam os centros urbanos. Além de distintivos sociais, os enterros representavam uma importante fonte de renda para irmandades, sobretudo para aquelas cuja sede era própria. Com efeito, a questão da morte era de tamanha importância que, em 1836, ocorrera uma revolta, em Salvador, contra o primeiro cemitério laico do Brasil, inspirado no mesmo princípio sanitário dos miasmas. A Cemiterada (nome dado à revolta) soteropolitana sinaliza a mudança de paradigma, que se desenrolará ao longo do século XIX.

A IGREJA DO BOM JESUS DOS MARTÍRIOS

O novo cotidiano que, lentamente, se instaura ganha nome no final do século XIX: *Progresso*. À luz do adágio cometeano, esse é indissociável da *Ordem*. O projeto republicano positivista joga sombras no passado imediato: para se firmar como “belo, limpo e virtuoso” é preciso um “feio, sujo e malvado”. Juízos de valor que estruturam um conjunto identitário e uma cosmovisão própria de um grupo. Nesse contexto, o processo de mudança de percepção, valores e atitudes coloca em questão as práticas cotidianas herdadas de uma outra temporalidade e recitada por uma outra sociedade. Os argumentos legais e médicos firmam essas mudanças e anunciam a emergência de uma nova ordem, que seleciona da ganga do passado seus próprios elementos confirmadores.

A Cemiterada soteropolitana pode ser compreendida como

uma fratura, que expõe as forças opostas citadas acima. Em Recife, a fratura foi menos exposta, mas não menos traumática. O relatório médico, publicado em 1845, analisado pela historiadora Vanessa Viviane de Castro Sial (2005) considera que inuações como aquelas feitas pelas irmandades não têm o cuidado e perícia técnica necessárias para lidar com falecimentos em decorrência de doenças contagiosas. O mesmo relatório propõe uma conexão entre o sepultamento de militares mortos pela Varíola e as doenças, que acometiam os vizinhos da Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares, na então freguesia de Santo Antônio. O cuidado *tradicional* dos vivos para com os mortos deve ser substituído pelas maneiras e pelos procedimentos da medicina legal. Toda a liturgia da morte guardada pelas irmandades figura, aos olhos dos não-irmãos, algo ruim a ser combatido.

As velhas igrejas representam a velha sociedade com seus vícios, desvios e odores. Antes da Martírios em 1973, foram demolidas as Igrejas Matriz do Corpo Santo (1913-1914) e de Nossa Senhora do Paraíso (1944). Duas delas fizeram parte do projeto de abertura da avenida Dantas Barreto, a Paraíso e a Martírios. Ambas abrigaram a Irmandade do Bom Jesus dos Martírios e sobre esse dado cabe uma ressalva: as demolições parecem atender à lógica haussmanniana e não uma perseguição sistemática à irmandade dos Martírios. O discurso médico do século XIX alicerça a construção do arcabouço jurídico, que reverbera nas ações políticas de esquecimento e renegação de um cotidiano que *deve ser* superado.

Os outros dois princípios ecoam nas ações contra a Igreja dos Martírios. A abertura de vias largas para circulação e a seleção de monumentos colocam o templo sede da irmandade em meio aos debates acerca do que devemos preservar. A historiografia sobre o patrimônio – sobretudo francesa – parece concordar que o momento pós-II Guerra Mundial foi o da *pulverização* das identidades e da busca de Lugares de Memória eloquentes para os diversos grupos, que buscam seu lugar na sociedade. A disputa entre o poder público e a Igreja dos Martírios se mostra na contramão desse processo percebido no cenário *planetário*. Na esfera Federal, o Ministério da Educação e Cultura e o órgão federal de proteção ao Patrimônio Cultural procuravam dividir a tarefa da salvaguarda do patrimônio material com as unidades da federação.

Com efeito, o ministro da Educação Jarbas Passarinho assinara os Compromissos de Brasília e Salvador em 1970 e 1971, respectivamente. O teor de ambos os documentos afirma a “inadiável necessidade de ação supletiva dos Estados e dos Municípios à atuação federal no que se

refere à proteção dos bens culturais de valor nacional¹¹⁴. Nessa intenção, e em meio à segunda administração do prefeito Augusto Lucena, na capital pernambucana, é dado início ao processo de tombamento da Igreja dos Martírios. A notificação 1051-A¹¹⁵, trazida nesse artigo *apud* Rosane Piccolo Loretto (2008), enviada pela diretoria do IPHAN para o responsável da Irmandade dos Martírios, traz duas coisas sutis. A primeira sinaliza qual o caminho argumentativo para a preservação da Igreja: sua arquitetura. Lúcio Costa, chefe da Divisão Técnica de Estudos e Tombamentos à época, desde os primeiros números da Revista do Patrimônio, apresenta a tese de que o Barroco é a raiz da verdadeira arquitetura brasileira e o Modernismo, seu herdeiro.

A Igreja dos Martírios representava a *pièce de résistance* do Barroco rococó nos estertores do século XVIII. A outra sutileza vem sob forma de erro: o imóvel não pertence à Mitra Arquiepiscopal, mas à irmandade. A retificação veio, prontamente, junto à resposta-agradecimento ao diretor do DPHAN à época. O edifício em pedra e cal substituiu, como signo de valor histórico, a irmandade que o construiu, as memórias da comunidade, o cotidiano que lhe conferia sentido. Apesar dos esforços da irmandade e de parte da intelectualidade recifense à época, em janeiro de 1973, a Igreja foi demolida dando passagem à avenida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de transformação do tecido urbano de diversas cidades brasileiras, nas primeiras décadas do século XX, desarticulou vivências e relações de significância de comunidades. Em nome de um projeto político social sintetizado sob a égide do Progresso, o feito *semeador* das cidades coloniais enfrenta a bulevardização da lógica haussmanniana. O Progresso à francesa não admite ruelas, becos, nichos, caminhos amalhados de coisas e gente. A abertura de vias largas e retilíneas não vê, nas testemunhas em pedra de outrora, um motivo de parada. Igrejas solitárias veem os casarios pouco a pouco sumirem, como as pessoas de uma procissão após a apoteose.

Em 1973, a Igreja dos Martírios contava com 177 anos de concluída. Barroca, em suas formas e colonial por força das datas, desconhecia já seus antigos caminhos de procissão. A decisão do então ministro da Educação Jarbas Passarinho sobre o destombamento da Martírios

¹¹⁴ Compromisso de Brasília de 1970, página 1. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20Brasilia%201970.pdf>. Acesso em: 1 de agosto de 2020

¹¹⁵ “Para os fins estabelecidos do Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, tenho a honra de comunicar a Vossa Senhoria que foi determinada a inscrição nos livros de tomo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a qual se refere o artigo 4º do citado diploma legal, da seguinte obra da arquitetura religiosa, pertencente à Mitra Arquiepiscopal de Recife, Igreja de Bom Jesus dos Martírios, em Recife/ Estado de Pernambuco. Solicitando a Vossa Senhoria queira me anuir a presente notificação, apresento-lhe os protestos ao meu elevado apreço” (LORETTO, 2008, p. 174).

concluía uma querela, que se estendia há pelos menos três décadas. O alento para as vozes discordantes da demolição do edifício veio sob forma da anastilose da fachada. O desaparecimento do caminho da procissão e da Igreja, em nome de um novo Recife, remete àquilo que Chimánanda Ngozi Adichie alerta ao falar sobre os perigos de uma História única. Isto é, silenciar, em várias instâncias, identidades e temporalidades conflituosas em nome de uma harmonia evocada pelo Passado em Comum. A procissão não segue mais seus antigos passos, a irmandade não está mais entre nós e a Igreja dos Martírios sucumbiu ao som onagro dos *Patrols*. E a quarta sexta-feira da Quaresma segue seu compasso ao fio dos anos.

FONTES

Compromisso da Irmandade do Bom Jesus dos Martírios da Villa de Cachoeira, Bahia (1765). Disponível em: <https://docs.ufpr.br/~lgeraldo/compromissobahia.pdf>.

Compromisso da Irmandade do Bom Jesus dos Martírios da Villa de Recife, Pernambuco (1776). Disponível em: <https://digitarq.ahu.arquivos.pt/viewer?id=1157536>.

Compromisso da Irmandade do Bom Jesus dos Martírios dos Homens Pretos da vila de Recife (1787). Disponível em: <https://digitarq.ahu.arquivos.pt/viewer?id=1157548>.

REFERÊNCIAS

ECO, Umberto. **Tratado de Semiótica General**. 5. ed. Barcelona: Editora Lumen, 2000.

CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.

BALANDIER, Georges. **O Poder em Cena**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

BUTLER, Judith P. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

REIS, João José. **A Morte é uma Festa: Ritos Fúnebres e Revolta Popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

MENEZES, José Luiz da Mota. Ocupação do Recife numa Perspectiva Histórica. In: **Revista Clio**. Série História do Nordeste: Recife vol.1, número 14. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1993.

PORTO, Aline L. G et al. A Influência “Hausmanniana” nas intervenções urbanísticas em cidades Brasileiras. In: **Anais do XI Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação** – Universidade do Vale do Paraíba, 2007.

SIAL, Vanessa Viviane de Castro. **Das Igrejas ao Cemitério: Políticas Públicas sobre a Morte no Recife do Século XIX**. (dissertação de Mestrado). Campinas, 2005.

Em busca da unidade estilística: intervenções arquitetônicas em igrejas recifenses no início do século XX.

Rômulo José Benito de Freitas Gonzales ¹¹⁶

INTRODUÇÃO

Ao longo do mês de março de 1930, foi publicado, em diversos jornais locais, o edital para o Concurso de projeto para “restauração” da Igreja da Madre de Deus, onde estavam presentes as recomendações pormenorizadas dos parâmetros a serem seguidos para a entrega do projeto. A restauração do templo foi a solução encontrada para resolver a antiga questão da desapropriação da Matriz do Corpo Santo, que ainda se encontrava pendente.

O projeto apresentado da restauração da Igreja da Madre de Deus, em 1930, marcou uma nova fase nas intervenções realizadas na Igreja Católica, nos seus templos. Considerada a primeira grande restauração feita em Pernambuco, a obra contemplou a recuperação das fachadas e do interior do templo. As intervenções foram justificadas pelo argumento de “que certamente por espírito de economia com tempo não foram feitas” (A RESTAURAÇÃO, 1930, p. 3).

Alguns anos antes, as igrejas Basílica do Carmo e Igreja Matriz da Boa Vista passaram, em menor grau, por intervenções semelhantes, utilizando-se a mesma justificativa: a necessidade da unificação estilística dos templos. Em tais intervenções, podemos encontrar similaridades com a teoria de restauro do arquiteto francês Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814 – 1876), especialmente no verbete “Restauration” do seu compêndio de arquitetura *Dictionnaire Raisonné de l’Architecture Française du XIe au XVIe Siècle*, publicado entre 1854 e 1868. Para o autor, “restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento”. (VIOUET-LE-DUC, 2000, p. 29).

¹¹⁶ Doutorando em Museologia e Patrimônio (UNIRIO/MAST). E-mail: romulobfgonzales@gmail.com.

Assim, se um edifício não continha todos os elementos necessários a compor um estilo, estes deveriam ser acrescentados no processo de restauração (CHOAY, 2003, p. 156). A contribuição de Viollet-le-Duc para a teoria do restauro se deu, sobretudo, no estudo dos monumentos medievais. Em sua extensa produção bibliográfica, percebe-se que a maioria dessas edificações foi construída em diversas épocas, expressando, nas sucessivas complementações, modificações e acréscimos, materiais e técnicas construtivas diferentes.

Assim, o restaurador deveria conhecer a época e o estilo, na qual procede cada parte do edifício antes de instaurar um programa de restauração: “esse programa, antes de tudo, admite por princípio que cada edifício ou cada parte do edifício devem ser restaurados no estilo a que lhe pertence, não somente como aparência, mas como estrutura” (VIOLETT-LE-DUC, 2000, p. 29).

A teoria do restauro estilístico difundida por Viollet-le-Duc teve profunda influência em projetos de restauração executados, sobretudo, na segunda metade do século XIX e início do século XX na Europa. No Brasil, influenciou o trabalho de restauradores, até mesmo nas obras executadas pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como explica Sergio Miceli:

A modalidade técnica escolhida para o trabalho de restauração enquadra-se nessa [...] lógica de embelezamento do estilo e conseqüente diluição das marcas sociais. Apesar das afirmações em contrário, a tradição preservacionista no Brasil nunca conseguiu superar a orientação doutrinária consagrada por Viollet-le-Duc, defensor da chamada “reintegração estilística” que não é outra coisa senão o delírio de “purificar” o prédio e vias de restauração de quaisquer acréscimos posteriores à construção original” (MICELI, 1987, p. 44-45).

Assim, este trabalho tem a intenção de estabelecer a relação entre as intervenções caracterizadas como *restauração* no início do século XX em Recife, com a teoria de restauro de Viollet-Le-Duc. Para a realização deste trabalho, utilizou-se uma metodologia de pesquisa documental e bibliográfica. Foram pesquisados jornais de grande circulação como *Diário de Pernambuco*, *A Província*, *Jornal Pequeno* e *Jornal do Recife*, que publicavam, com frequência, notícias sobre reformas de igrejas. Também, foram consultados trabalhos que de alguma maneira convergem, teoricamente, para o assunto aqui tratado.

A OPINIÃO DOS “ESPECIALISTAS”

Desde o final do século XIX, vários templos pernambucanos realizaram obras de “aformoseamento” e “restauração” da sua estrutura. A primeira grande intervenção promovida pela Arquidiocese de Olinda e Recife caracterizada como “restauração” foi a da Catedral de São Salvador do Mundo (Sé), em Olinda. Segundo Menezes (1985), o templo

foi iniciado em 1540 por ordem do donatário Duarte Coelho Pereira, seguindo alvará régio de 5 de outubro de 1535, que criara a Paróquia do Salvador, matriz da então Vila de Olinda. Com a criação da Diocese de Olinda, em 1676, foi elevada ao título de Catedral.

Em 1911, o arcebispo Dom Luís Raimundo da Silva Brito resolveu realizar uma intervenção denominada por restauração, mas o projeto por ele empreendido transformou o templo colonial em um com estilo neogótico, com a perda de quase todos os elementos decorativos. Como justificativa, o arcebispo relatou vários problemas de conservação e com a intervenção seria possível dar a Catedral uma dignidade que, supostamente, ela nunca teve, pois a mesma não tinha um “estilo” que a engrandeceria. (GONZALES, 2015).

Nesse mesmo período, os carmelitas pernambucanos empreenderam uma série de reformas na Igreja do Convento do Carmo no Recife, que incluíram mudanças de pisos, douramentos e repintura de imagens e retábulos (CONVENTO, 1939, p. 63). Segundo Araújo (2007) no ano de 1916, o frei provincial André Prat se queixou ao superior geral da ordem que não conseguia realizar certas obras de reparos em seus conventos, devido ao custo desses empreendimentos. Segundo o frade, os carmelitas estariam preocupados com a questão da salubridade dos seus templos e, por isso, tentavam sensibilizar os devotos com o intuito de que eles contribuíssem para sua ‘restauração’.

A partir de 1915, iniciaram-se os trabalhos no retábulo da capela-mor da Basílica, que já tinha sido alvo de intervenção entre os anos de 1897 e 1898, com a construção de um novo camarim¹¹⁷ (CONVENTO, 1939, p. 63). Para a execução dos trabalhos, Frei André Prat contratou os serviços de dois artistas, que começam a se destacar na cidade: Heinrich Moser e Balthazar da Câmara. Segundo Weber (1987), Moser formou-se em 1906 em Arquitetura pela Real Academia de Belas Artes de Munique e, a partir de 1910, instalou-se no Recife, onde exerceu a profissão de arquiteto e vitralheiro. Logo, começou a receber trabalhos de decoração de residências aristocráticas da cidade. Nesse meio tempo, conheceu o jovem pintor Balthazar da Câmara e começaram a trabalhar em projetos de decoração artística.

Na ausência de profissionais de Belas Artes na cidade e por ter estudado no exterior, Moser era visto como um profissional, plenamente, qualificado para discorrer sobre arte e estilos arquitetônicos, como mostram as diversas notícias publicadas, nos jornais da época, sobre o seu trabalho. (HENRIQUE, 1922, p. 1)

¹¹⁷ Segundo Dicionário Michaelis, o Camarim é um Nicho, vão ou trono, no retábulo do altar-mor, onde se expõe a imagem de um santo, o vinho ou as hóstias consagradas.

A primeira parte dos trabalhos executados por Moser e Câmara foi a remodelação do camarim a partir das obras já executadas. Assim, Moser projetou o famoso “Trono de Nuvens” para a colocação da imagem da padroeira do templo. Na obra, Moser utilizou concreto armado policromado, simulando o céu e anjos em torno da santa, mas mantendo grande parte da estrutura do retábulo do século XVIII. O sucesso do trabalho fez com que os artistas fossem, novamente, contratados para uma nova obra, dessa vez a pintura decorativa em toda a nave do templo.

Como artistas experientes em pintura decorativa de interiores, Moser e Câmara foram incumbidos de valorizar a monumental Basílica, mas sem alterar seu “aspecto primitivo”. Sobre os trabalhos, o jornal *A Província* de 13 de dezembro de 1920 escreveu:

Começaram já os importantes trabalhos complementares de embelezamento no interior da basílica de Nossa Senhora do Carmo, um dos mais venerados frequentados templos da nossa capital. Após a restauração e decoração feitas, há poucos anos e com feliz sucesso, na sua capela mor, quem penetrava nesse vetusto santuário, notava logo o contraste que oferecia esta com o resto da igreja [...]. A pintura decorativa, em harmonia com o conjunto da arquitetura da igreja e escultura dos seus altares, obedecerá ao estilo Luiz XV. No centro da nave principal figurará um grande painel, apresentando o arrebatamento de Santo Elias profeta, ao Céu em carro ígneo e entrega de sua capa a Santo Elizeu. O teto do coro terá rica ornamentação. As colunas, cornijas, imitação de fino mármore (BASÍLICA, 1920, p. 3).

Nessa e em outras ocasiões, os artistas apresentaram o trabalho, que estava sendo executado como uma releitura do estilo barroco, o qual acreditavam ser o estilo predominante do templo. Segundo Gomes Júnior (1998, p. 50), no início do século XX, havia um problema de reconhecimento no que diz respeito ao barroco no Brasil, que seria o reconhecimento da arte e da arquitetura que caracterizou, particularmente, o século XVIII no Brasil colonial; o segundo seria o reconhecimento de uma nova característica estilística, o barroco, que foi, aos poucos, se ligando ao conjunto de obras do referido período.

Portes (2016) afirma que o termo “barroco” sofria com a política civilizatória da arte que, seguindo os moldes do classicismo francês, condenava ao ostracismo as formas barrocas, que nada mais faziam que corromper a “boa forma”. Essa concepção pejorativa, trazida do século XIX, acaba repercutindo na relutância dos principais intelectuais brasileiros em defender o estilo nas primeiras décadas do século XX.

Analisando o discurso feito pelos autores e os resultados apresentados, nota-se o equívoco dos artistas ao afirmarem que o templo é, predominantemente, barroco. Na busca por dar ao templo uma “unidade estilística”, os artistas, ao afirmarem que estão reproduzindo elementos

“barrocos”, estão, na verdade, reproduzindo elementos decorativos de estilos variados como o *rocaille*¹¹⁸, típico do estilo rococó.

Segundo Myriam Oliveira e Emanuela Ribeiro, a decoração interna da Basílica começou por volta de 1730 e terminou no final do século XVIII, e incluem retábulos de estilo barroco e rococó. As mesmas autoras explicam que o retábulo-mor é um dos melhores representantes do estilo rococó em Pernambuco (OLIVEIRA; RIBEIRO, 2015). Como explica Germain Bazin (1983), a heterogeneidade de estilos das construções coloniais brasileiras deve-se ao longo período de construção das mesmas, no qual havia diversas mudanças entre o projeto inicial e o final, o que resultou, muitas vezes, na sobreposição de estilos ao gosto da época da construção.

Como grande parte da decoração do templo tem a predominância do estilo rococó, acreditamos que a escolha dos artistas foi baseada na reprodução dos elementos decorativos desse estilo nas paredes internas e externas do templo.

Esse paradoxo ficou mais evidente na reforma da capela-mor da Matriz da Boa Vista, que também estava sendo remodelada por Moser e Câmara. Inspirado na reforma da Basílica do Carmo, o pároco Jerônimo da Assumpção contratou os artistas a fim de “unificar estilisticamente” o interior do templo (MATRIZ, 1920, p. 2).

Segundo Pio (1967), o templo foi construído pela Irmandade do Santíssimo Sacramento, fundada em 1770. Sua construção iniciou-se em 1784 e foi concluída em 1844. Em 1839, a Irmandade decidiu substituir o primeiro frontispício, de alvenaria e pedra e com apenas uma torre, por outro mais imponente em pedra importada de Portugal, em estilo neoclássico. As primeiras pedras chegaram ao Recife em junho de 1840 e, entre 1852 e 1853, várias outras remessas foram recebidas.

As leituras estéticas feitas por Moser e Câmara, no templo, os levaram a projetar para o interior da Matriz um nova capela-mor com características semelhantes ao estilo neoclássico da fachada, o que consideraram ser o elemento mais importante do templo:

A unificação de estilos entre a fachada desse templo, que é do Renascimento italiano e, relativamente moderno, belo e rico em materiais, não poderia ser feito, em relação ao interior do templo, sem destruir tudo o que este encerra de estilo barroco e passante interessante sob o aspecto arqueológico (MATRIZ, 1920, p. 2).

Como podemos ver, a discussão sobre a importância da unificação dos estilos de uma construção estava em evidência nas intervenções em

¹¹⁸ Designação relacionada com a decoração de gosto rococó surgida na França nos últimos anos do reinado de Luís XIV (1643-1715). Apresenta irregularidades e assimetrias na sua forma, onde procura imitar as rochas (daí a origem do nome) e outras formas rústicas da natureza. Este estilo decorativo abandonou com a sua idealização o rigor clássico vigente até grande parte do reinado de Luís XIV.

igrejas pernambucanas, no início do século XX. Por mais discutidas que sejam as origens da restauração, a maioria dos estudiosos reconhecem que: “a partir de finais do século XVIII a preservação vai se sistematizar, assumindo, de forma gradativa, uma maior autonomia e consolida-se como campo disciplinar autônomo principalmente a partir do século XX” (KÜHL, 2006, p.18).

Apesar de nesse momento, as teorias do restauro publicadas na Europa já se distanciavam da teoria do restauro estilístico como modelo para intervenções, o pensamento de Viollet-le-Duc parece que, de alguma maneira, havia se mantido entre os artífices e intelectuais locais. As intervenções, aqui, apresentadas mostram como a ideia de construção de um ambiente estilizado, mesmo que nunca tenha existido, aqui se manteve, sobretudo, no caso das pinturas decorativas da Basílica do Carmo (GONZALES, 2017).

Como já foi, aqui, explicado, tal teoria privilegiava a concepção ideal de um dado monumento, sobrepondo-se a à passagem do tempo pelo qual o monumento passou. Assim, se um edifício não continha todos os elementos necessários a compor um estilo, esses deveriam ser acrescentados no processo de restauração (CHOAY, 2003, p. 156).

O RESTAURO DA IGREJA DA MADRE DE DEUS

Após o processo de desapropriação, que culminou na demolição da Igreja do Corpo Santo em 1913, a Arquidiocese procurou resolver o que fazer com o dinheiro da indenização. A solução encontrada para o impasse foi a restauração da Matriz da Madre de Deus, localizada próxima ao local do antigo templo e institui-la matriz da Paróquia de São Frei Pedro Gonçalves.¹¹⁹

Iniciada ainda ano século XVII, a atual Igreja da Madre de Deus foi construída entre 1706 e 1720, pelos padres da Congregação do Oratório de São Felipe Néri. Segundo Bernardes (2006), por sua participação em revoltas contra o governo do Império, a ordem foi extinta em 1830, com a incorporação dos seus bens à Fazenda Imperial.

Ao longo do mês de março de 1930, foi publicado, em diversos jornais locais, o edital para o Concurso de projeto para “restauração” da Igreja da Madre de Deus, onde estavam presentes as recomendações dos parâmetros a serem seguidos. Além da intenção de resolver a questão jurídica com as irmandades e transferir, definitivamente, a sede da paróquia, a Arquidiocese pretendia transformá-la na nova Concatedral da Arquidiocese.

¹¹⁹ Esta questão é tratada com mais detalhes na dissertação do autor (GONZALES, 2017).

Com a demolição do Corpo Santo, o templo acabou servindo como depósito de vários objetos, que pertenciam à matriz demolida, o que favoreceu a sua deterioração. Annibal Fernandes, em seu primeiro relatório como Inspetor de Monumentos¹²⁰ em 1929, alertou sobre as péssimas condições de conservação do templo, destacando a grande quantidade de objetos acumulados:

Lá estão amontoados restos do que foi a Igreja do Corpo Santo; as sacadas e as sanefas dos púlpitos, em pedra; velhos túmulos, sinos, cruzeiros de bronze, estátuas, o órgão, lâmpadas, pias, objetos de culto, a maioria jogado em socavões úmidos e sujos. [...] O aspecto interno é de integral abandono (FERNANDES, 1929, p. 14).

Ainda em 1928, as notícias sobre a restauração da Madre de Deus chamaram a atenção de Annibal Fernandes e Mário Melo¹²¹, que se manifestaram preocupados com a ideia. Em ofício datado de 8 de outubro de 1928, o Instituto Arqueológico, a pedido de Mário Melo, apelou para que “nas obras a fazer-se na igreja da Madre de Deus ser estabelecido um plano que não a descaracterizasse” (A EGREJA, 1928, p. 1).

A partir de março de 1930, a comissão iniciou, oficialmente, os trabalhos com a divulgação do edital, que deveria escolher o projeto para a restauração do templo. O documento publicado, nos jornais, continha apenas informações técnicas sobre a apresentação do projeto, não dando maiores detalhes. Apesar do título do edital se referir ao projeto por restauração, o mesmo não deixou claro quais parâmetros deveriam ser obedecidos para tal fim.

Da forma como escrito, o edital acabou chamando a atenção da Inspetoria de Monumentos Antigos, que viu, no documento, uma ameaça ao templo. Prontamente, Aníbal Fernandes, diretor do órgão, notificou a comissão, através do ofício 101, de 12 de março de 1930, onde ele questionou o projeto e reafirmou a necessidade de se preservar o templo, conforme a lei vigente:

A restauração pretendida pelos termos do mesmo edital, vem alterar sobremodo o caráter primitivo do aludido templo, o que viola a lei estadual nº. 1918, de 24 de agosto de 1928, que regula a defesa dos nossos monumentos artísticos e históricos, sob a proteção e vigilância desta inspetoria (FERNANDES, 1930, p. 82).

É importante lembrar que, naquele momento, já existia uma legislação, que previa a proteção de bens históricos, o que não era o caso

¹²⁰ A Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais de Pernambuco foi criada a partir da lei n.º 1918, de 28 de agosto de 1928, durante a gestão do governador Estácio Coimbra. Foi o primeiro órgão de preservação histórica criado no estado, e um dos primeiros do Brasil.

¹²¹ Annibal Fernandes e Mário Melo foram dois importantes intelectuais pernambucanos que trabalharam durante anos para a criação de uma política de preservação histórica no estado. O primeiro tornou-se o primeiro inspetor da Inspetoria de Monumentos Antigos, criada em Pernambuco em 1928, tornando-se junto com Minas Gerais e Bahia os estados que criaram legislações dessa tipologia antes da criação do SPHAN em 1937. O segundo era jornalista e nesse momento encontrava-se a frente do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), instituição criada em 1862 com a missão de estudar e recolher objetos relativos à história do estado.

de quando foram realizadas, anos antes, as intervenções na Catedral de Olinda, na Basílica do Carmo e na Matriz da Boa Vista.

Passadas as críticas iniciais, a Comissão responsável pelos trabalhos deu vitória ao projeto de autoria de Georges Henry Munier, arquiteto da conceituada firma “Brandão & Magalhães” em colaboração com Heinrich Moser e Balthazar da Câmara. O primeiro, era um arquiteto conhecido, na cidade, pela construção de imóveis privados, enquanto Moser e Câmara, como vimos, já tinham trabalhado em intervenções, em templos religiosos. O projeto foi aprovado com algumas ressalvas, conforme atestou o jornal *A Província* de 9 de maio de 1930:

Segundo informações que nos foram prestadas de fonte autorizada, o projeto respeita em todos os seus detalhes a arquitetura da igreja. Conclui a sua fachada, construindo a torre que lhe falta, absolutamente igual à que hoje existe, desbasta toda a cantaria, que atualmente desaparece sob grossa camada de tinta, e constrói as fachadas laterais que certamente por espírito de economia com tempo não foram feitas. Todos os motivos arquitetônicos serão rigorosamente respeitados (A RESTAURAÇÃO, 1930, p. 3).

O artigo de *A Província* deixou claro que a Igreja passaria por uma intervenção que respeitaria o templo, mas que seriam construídos elementos considerados “faltantes” como as fachadas laterais e a outra torre sineira. O principal crítico do projeto foi Mário Melo, presidente do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP) que após ter visto o projeto declarou:

O que se planeja para a Madre de Deus, externamente, altera muito o atual edifício. A frontaria vai sofrer modificações. O projeto está dentro do estilo da época, mas não se trata de reparo ou de restauração. Trata-se de modificação (MELO, 1930, p. 3).

No dia 16 de março de 1930, o IAHGP fez publicar, no *Diário de Pernambuco*, a transcrição de três ofícios enviados à Inspetoria de Monumentos, à Arquidiocese e a à Comissão de Obras da Madre de Deus. Nos documentos, a instituição pediu para que o templo não fosse descaracterizado (AS OBRAS, 1930, p. 3).

As críticas foram tão intensas que o próprio Arnaldo Bastos, presidente da comissão das obras, procurou, pessoalmente, Mário Melo para esclarecer que o projeto não descaracterizaria o templo. Na intenção de afastar mais críticas, a Comissão resolveu expor a planta do projeto para ao público na Igreja da Ordem Terceira de São Francisco (INSTITUTO, 1930, p. 3).

O projeto de Munier contemplou intervenções, em todo o templo, mas as principais mudanças ocorreram nas fachadas leste (principal) e nas fachadas norte e sul (laterais). A pedido da Arquidiocese no frontão da fachada leste, onde existia originalmente um óculo, foi aberto um nicho para a colocação da imagem de São Frei Pedro

Gonçalves, que, originalmente, ficava na fachada da Matriz do Corpo Santo (O SINO, 1931, p. 2).

Na fachada leste, também foi construída a torre sineira sul, seguindo o modelo da outra torre para a colocação do sino, que pertenceu ao Corpo Santo (O SINO, 1931, p. 2). A intervenção também contemplou a abertura de óculos com modelo semelhante ao removido do frontão, onde havia janelas e o acréscimo de ornatos às cercaduras das janelas semelhantes aos encontrados nas janelas do coro (CANTARELLI, 2012, p. 92); a substituição das portas das entradas laterais e a raspagem das camadas de tinta, que encobriam as cantarias (A RESTAURAÇÃO, 1930, p. 3).

As fachadas sul e norte (laterais) foram as que mais sofreram mudanças. A primeira teve o nível alinhado com a torre sineira e a sua platibanda foi remodelada com a colocação de coruchéus de modelo semelhante aos encontrados, anteriormente, na torre norte. Cabe ressaltar que, originalmente, o templo era contígua ao convento da ordem, assim a fachada sul só passou a existir após a abertura da Rua da Alfândega no século XIX (SIMIS, 2005).

Também foram abertos novos vãos divididos por pilastras no lugar das antiga portas e janelas de cercadura simples intercalados por óculos, com a abertura de portas e janelas alinhados e decorados com o padrão de ornamentação semelhante ao encontrado na fachada principal (CANTARELLI, 2012, p. 92). A fachada norte seguiu o padrão de ornamentação da fachada sul, com a construção de um pequeno jardim gradeado após a demolição da casa paroquial contígua ao templo.

Como podemos notar, as intervenções realizadas na Madre de Deus se encaixam, perfeitamente, na teoria do restauro estilístico. Além da reconstrução das fachadas norte e sul seguindo um modelo idealizado não existente, anteriormente, foram replicados elementos arquitetônicos encontrados em outros locais do templo como coruchéus e óculos na intenção de se criar uma unidade estilística.

Como vimos anteriormente, a ideia de se realizarem intervenções com a intenção de se unificar, estilisticamente, os templos já vinha sendo implementada em Pernambuco a algum tempo, como no caso da Basílica do Carmo e da Matriz da Boa Vista.

Após as polêmicas iniciais, a Arquidiocese procurou mostrar que a intervenção na Madre de Deus seria de fato uma restauração. No dia 1º de maio de 1932, o *Jornal do Recife* publicou um longo artigo, em matéria de capa, sobre uma visita que fez as obras, a pedido da Arquidiocese. O jornal elogiou o andamento e reiterou o argumento da Arquidiocese de que “ao contrário do que se fez crer, a princípio, não teve a restauração

intentada o intuito de alterar o estilo arquitetônico do templo que permaneceu o mesmo” (A RESTAURAÇÃO, 1932, p. 1).

Ainda que sob pressão para resolver a pendência jurídica, que se arrastava desde a demolição da Matriz do Corpo Santo, a restauração da Madre de Deus foi o primeiro grande projeto de restauração com viés científico promovido pela Arquidiocese. Após quatro anos de reforma, a Matriz da Madre de Deus foi, solenemente, reinaugurada no dia 13 de junho de 1934 pelo então arcebispo Dom Miguel Valverde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizando nosso estudo, concluímos que as intervenções realizadas nas Igrejas do Convento do Carmo, Matriz da Boa Vista e da Igreja da Madre de Deus marcaram uma nova fase nas intervenções realizadas pela Igreja Católica, nos seus templos. Esta última pode ser considerada a primeira grande obra de restauração arquitetônica feita em Pernambuco.

Apesar da teoria do restauro estilístico de Viollet-le-Duc, naquele momento, já se encontrava questionada na Europa, mas seus princípios encontraram forte aceitação entre os arquitetos do Brasil na época. Antes desse restauro, a Arquidiocese já tinha feito várias intervenções, caracterizadas como tal como as da Basílica do Carmo e Igreja Matriz da Boa Vista. Nesses casos realizados, muito antes da restauração da Madre de Deus, já se aplicou a ideia de uma unificação estilística, que, guardadas as devidas proporções, modificaram bastante a leitura estética desses templos.

Como vimos as análises feitas pelos “especialistas”, os artistas Balthazar da Câmara e Heinrich Moser acabaram por justificar as intervenções realizadas alegando a necessidade de se unificar o seu estilo construtivo. Como a maioria dos templos religiosos do período colonial, o longo período para a realização dessas construções acabou por criar uma sobreposição de estilos artísticos ao gosto do momento da sua execução. Por fim, esperamos que este estudo possa contribuir para a história da restauração arquitetônica em Pernambuco, ainda muito pouco estudada.

REFERÊNCIAS

- A IGREJA da Madre de Deus. **Diário de Pernambuco**, Recife, 11 nov. 1928, p. 1.
- A NOVA Concathedral de Olinda e Recife. **Jornal Pequeno**, Recife, 14 jun. 1934, p. 1.
- A RESTAURAÇÃO da Igreja da Madre de Deus. **Jornal do Recife**, Recife, 1º mai. 1932, p. 1.
- A RESTAURAÇÃO da Igreja da Madre de Deus – o parecer da comissão que examinou o

- projecto, aprova o com algumas modificações. **A Província**, Recife, 9 mai. 1930, p. 3.
- AS OBRAS da Igreja da Madre de Deus. **Diário de Pernambuco**, Recife, 16 mar. 1930, p. 3.
- BASÍLICA de Nossa Senhora do Carmo. **A Província**, Recife 13 dez. 1920, p. 3.
- BRASIL. **Decreto nº 6.738, de 14 de novembro de 1907. Approva os estudos definitivos para os melhoramentos do porto do Recife, Estado de Pernambuco.** Rio de Janeiro, 1907. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6738-14-novembro-1907-527672-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 22 mai. 2016.
- BAZIN, Germain. **Arquitetura religiosa barroca no Brasil.** Rio de Janeiro: Record, 1983. 2 v. il.
- BERNARDES, Denis. **O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822.** São Paulo: Hucitec: Fapesp; Recife, PE: UFPE, 2006.
- CANTARELLI, Rodrigo José Rodrigues. **Contra a conspiração da ignorância com a maldade:** a Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais e o Museu Histórico e de Arte Antiga do Estado de Pernambuco. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; MAST, Rio de Janeiro, 2012.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: Estação Liberdade; UNESP, 2006.
- CONVENTO e basílica do Carmo do Recife a trisecular imagem de N. S. do Carmo, que se venera na mesma Igreja por um devotado filho do Carmelo. Recife: Typ. do Diário da Manhã, 1939.
- EGREJA do Corpo Santo. **Diário de Pernambuco**, Recife, 29 mai. 1923, p. 2.
- FERNANDES, Annibal. **Relatório da Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais:** apresentado a 28 de abril de 1928 ao Sr. Secretário da Justiça e Negócios Interiores. Recife: Imprensa Oficial, 1929.
- _____. **Relatório da Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais:** apresentado a 19 de fevereiro de 1930 ao Sr. Secretário da Justiça e Negócios Interiores. Recife: Imprensa Oficial, 1930.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- GOMES JÚNIOR, Guilherme Simões. **Palavra peregrina:** o Barroco e o pensamento sobre Artes e letras no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- GONÇALVES, Cristiane Souza. **Restauração arquitetônica:** a experiência do SPHAN em São Paulo, 1937 – 1975. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2007.
- GONZALES, Rômulo José Benito de Freitas. **O Dom da destruição:** a reforma da Sé de Olinda no início do séc. XX. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.
- _____. **Arquidiocese de Olinda e Recife e a preservação de monumentos históricos (1910 – 1930).** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, 2017.
- IGREJA da Madre de Deus. **Boletim Mensal da Archidiocese de Olinda e Recife**, Recife, ano VI, nº 12, dez. 1930, p. 233-236.
- IGREJA da Madre de Deus. **Jornal do Recife**, Recife, 13 jun. 1934, p. 1.
- INSTITUTO archeologico. **Diário de Pernambuco**, Recife, 24 abr. 1930, p. 3.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. História e ética na conservação e na restauração de monumentos históricos. **Revista CPC**, São Paulo, v. 1, n. 1, abr. 2006. p. 16-40.

LEME, Dom Sebastião. **Carta Pastoral Saudando a sua Archidiocese**. Petrópolis: Typ. Vozes de Petrópolis, 1916.

MATRIZ da Boa Vista. **Diário de Pernambuco**, Recife, 6 mai. 1920, p. 2.

MATRIZ do Corpo Santo. **Jornal do Recife**, Recife, 12 jan. 1913, p. 2.

MELO, Mário. A Madre de Deus e a Cadeia Velha. **Diário de Pernambuco**, Recife, 4 mai. 1930, p. 3.

MENEZES, José Luiz Mota. **Sé de Olinda**. Recife: FUNDARPE, Diretoria de Assuntos Culturais, 1985.

MICELI, Sergio. SPHAN: refrigério da cultura oficial. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: SPHAN/Pró-Memória, n. 22, 1987, p. 44-45.

NASLAVSKY, Guilah. **Modernidade arquitetônica no Recife**: arte, técnica e arquitetura, de 1920 a 1950. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

O SINO do Corpo Santo. **Diário de Pernambuco**, Recife, 21 fev. 1931, p. 2.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de; RIBEIRO, Emanuela Sousa. **Barroco e Rococó nas igrejas de Recife e Olinda**. Brasília: IPHAN, 2015.

PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. **Anais Pernambucanos** – Vol. 5. Recife: FUNDARPE, Diretoria de Assuntos Culturais, 1984.

PIO, Fernando. **História da Matriz da Boa Vista e seu monumental frontispício**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1967.

PORTES, Bruce Souza. **Barroco, queijo e goiabada**: a construção conceitual e um barroco mineiro (Affonso Ávila e a revista Barroco - 1969 a 2000). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de São João del-Rei, 2016.

REMODELAÇÃO das velhas igrejas. **A Província**, Recife, 06 ago. 1930, p. 3.

RESTAURAÇÃO da Igreja da Madre de Deus. **Jornal do Recife**, Recife, 17 out. 1928, p. 1.

SIMIS, Tereza Cristina. **Convento dos Oratorianos de São Filipe Néri**: leituras arqueológicas de um convento que virou shopping em Recife-PE. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

TEVES, Frei Mathias. A restauração da igreja da Madre de Deus – um officio de frei Mathias Theves da comissão de arte sacra. **A Província**, Recife, 23 mar. 1930, p. 3.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração**. Apresentação e tradução por Beatriz Mugayar Kühn. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

A romaria ao Santuário de São Severino dos Ramos no município de Paudalho, Zona da Mata Norte, interior do Estado de Pernambuco.

José Édson Cardozo da Silva ¹²²

INTRODUÇÃO

Este trabalho apura o fenômeno cultural religioso das romarias feitas a São Severino dos Ramos, na cidade de Paudalho Pernambuco, na zona da mata Norte, interior do estado. Tendo como foco analisar a prática do voto e ex-voto realizado na devoção ao Santo. Desta forma, o santuário de São Severino dos Ramos corresponde à necessidade dos fiéis de buscar o alargamento de suas experiências com o sagrado. O santuário ganha importância social pelo inúmero contingente que visita o local, anualmente, enxergando o ambiente como lugar de devoção e intermediação através de São Severino dos Ramos.

Dada à relevância e atualidade do presente estudo, sua pertinência reside em possibilitar a compreensão e o esclarecimento de uma temática, que apresenta possibilidade de aprimoramento, cabendo destacar que não se trata de mais um modismo, pois apresentamos um embasamento teórico-metodológico, que dá sustentação ao tema. Dessa maneira, para fundamentá-lo e atender aos objetivos propostos, procuramos buscar, nas fontes, discursos relacionados ao argumento para poder definir, com propriedade, o que consideramos estar de acordo com o presente estudo.

Durante todo o ano, o antigo Engenho Ramos, localizado na Zona Rural do município de Paudalho- Pernambuco, recebe a visita de romarias com o intuito de visitar o santuário de São Severino dos Ramos, tradição religiosa e cultural que se tornou o ponto de partida deste estudo, no qual visamos compreender um pouco este fenômeno religioso envolvendo um mártir eleito por seus devotos como

¹²² Mestre em História Social da Cultura Regional pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Especialista em Psicopedagogia Institucional pela Universidade de Pernambuco (UPE), Graduado em Licenciatura Plena em História pela Faculdade Joaquim Nabuco (UNINABUCO).

Santo. São Severino dos Ramos é uma imagem devocional católica, venerado por devotos vindos de todos os estados do Nordeste e de outras regiões do Brasil.

Ao eleger uma imagem como santa, é dado um valor de cura, de realização de milagres. Na ocasião, ocorre uma troca entre devoto e santo. O devoto, ao receber sua benção, cria uma relação com seu mediador e quanto mais alcança a graça, mais confiança e credibilidade passa a depositar na imagem, partilhando para outrem que aquela imagem tem poderes e, com isto, o santo passa a possuir mais seguidores.

O desenvolvimento deste estudo deve-se ao fato das romarias realizadas a São Severino dos Ramos se consistir em uma ação relevante para o município de Paudalho. Vindo este estudo a contribuir para que outras pesquisas relacionadas ao evento venham ser desdobradas, tendo em vista a importância social que esta prática cultural religiosa representa para o município.

UM SANTO E SUA HISTÓRIA

Nada preciso se sabe-se a respeito da verdadeira identidade da imagem sacra de São Severino, nem tampouco de sua origem e de sua chegada ao engenho Ramos. Neste enfoque, pouco se sabe da vida de São Severino. De acordo com Andrade (2014), o que é sabido é que ele nasceu e morreu no século V. Era um rico cidadão romano, mas que viveu uma vida simples, doou seus bens materiais para os pobres e iniciou uma vida monástica no Egito e na Síria, desenvolveu trabalho missionário nas regiões da Áustria e Iugoslávia.

Segundo os relatos, uma das proprietárias do engenho Ramos tinha um filho sacerdote, este indo à Europa, trouxe a imagem milagrosa e deu a sua mãe de presente. De acordo com Araújo (1990), até meados do século XIX, existia na igreja um extenso caixão de zinco em que veio a milagrosa imagem. Ainda conforme Araújo (1990), o catolicismo venera mais de uma dezena de santos com o nome de Severino, entre muitos, seria uma tarefa difícil salvar a identidade da imagem venerada no engenho Ramos.

O catolicismo venera nada menos de trezes santos com o nome de Severino [...]. Seria difícil, entre tantos, estabelecer a identidade de São Severino que se venera na igreja de Nossa Senhora da Luz do Engenho Ramos; se claramente não existisse um militar. Pesquisas do esclarecido sacerdote da arquidiocese Olindense que pregou em 1919, durante uma solenidade ao eleito do Céu, trouxeram a luz sobre o caso. Severino era soldado do imperador Maximiliano Hércules, que governou Roma de 286 a 305 e se celebrou pela perseguição

aos adeptos da doutrina de Cristo. Prosélito e fervoroso do cristianismo – cujos ensinamentos praticava com verdadeiro amor e inquebrantável fé, apesar de viver num meio pagão e idólatra – desprezava o paganismo e aborrecia e reprovava o culto dos ídolos. Deixou, por isso, o serviço daquele que perseguia a sua religião e trucidava os de seu credo, no que foi imitado pelo seu companheiro de armas em crenças, Carponhore, com quem se retirou para a Itália. O imperador Maximiniano fê-los perseguir e prender. Interrogados, ambos, recusaram renegar o cristianismo. Valeu-lhes essa atitude serem mortos por sua ordem, no ano 304 da era atual terem-mártires da fé sepultura entre os cristãos e desde logo, veneralização [...] (ARAÚJO, 1990, p. 108-109).

Conforme Duby (1998), os mártires são em certa maneira os sucessores dos heróis e, como estes, apresentam uma coragem exemplificada. Não importando as múltiplas facetas que circulam a



Figura 01 – Imagem de São Severino no santuário. Fonte: Édson, 2019

história de São Severino dos Ramos e a constituição de sua imagem como sacra, para seus devotos o que importa é a fé, bem como, os milagres alcançados por intermédio dele.

LÁ VEM PASSANDO O CORTEJO

No Brasil, realizam-se romarias para vários santos como: Nossa Senhora de Nazaré (Círio de Nazaré), Madre Paulina, Nossa Senhora Aparecida, Padre Cícero, São Francisco de Canindé, São Severino dos Ramos, entre outros. Estas romarias são práticas que envolvem os romeiros num sentimento de crença, pela busca de uma resposta para nutrir as expectativas do cotidiano, como também a esperança da vida pós-morte. No Brasil, encontramos inúmeros espaços de romarias situados em povoados pequenos, de pouco reconhecimento e longínquo ou em locais dos mais conhecidos e visitados.



Figura 02 – Fotografia da Capela Nossa Senhora da Luz cercada por devotos. Fonte: Édson, 2019.

Segundo Souza (2013), a romaria é uma peregrinação religiosa, vista com mais frequência na prática do catolicismo popular, organizada por pessoas para seguir em direção a um templo ou espaço sagrado. Tal afirmação é levada em consideração neste estudo, assim como a denominação de **romeiro ou peregrino**, aos participantes das romarias.

Ainda conforme explica Souza (2013), as romarias são movimentos sociais e estes movimentos fazem com que pessoas de culturas e grupos distintos interajam, o que pode implicar mudanças demográficas quando realizada em grande escala ou de maneira permanente e pode desenvolver a circulação e difusão de crenças, técnicas e valores.

Os romeiros, que seguem em romarias para um santuário, têm entre seus objetivos, pagar promessas, agradecer pelas bênçãos alcançadas e fazer petições. Para Micek (apud MOTA, 2008), o romeiro é uma pessoa que pede, promete, recebe e retribui. Neste sentido, a promessa realizada e cumprida é uma maneira de agradecimento a Deus por todo o bem que ele, “pobre homem”, recebe da mão d’aquela que derramou o seu sangue para salvá-lo, como muitas vezes rezam e cantam.

O conteúdo da prece, que procede do coração do romeiro, é digno de ser escutado e refletido. O seu sentimento é transformar sua vida e alcançar através da fé seus objetivos, mas, para que estes objetivos sejam alcançados, ele projeta suas esperanças no santo intermediador e não mede distâncias e nem sacrifícios para seguir, em romaria, para um santuário.

Desta forma, as romarias ilustram um dos elementos mais sublimes do cristianismo, principalmente, no que se referem às práticas do catolicismo popular. A caminhada em direção a centros de romarias e/ou santuários apresenta significados que vão além do percurso de um caminhar. Importuna, no encaminhamento, uma direção voltada a um determinado local em busca do sagrado, da pureza e da aproximação

com a divindade.

A romaria também é constituída por outras atividades destacando-se as feiras, o comércio, os folguedos populares, os shows, as festas. Depois de pagar as promessas através de doações, entrega de ex-votos e assistência ao cerimonial litúrgico, os romeiros se reúnem na parte externa das romarias, que se transforma em centros de interesse folclórico, pela variedade dos elementos convergentes, danças, cantos, alimentos, indumentárias, sincretismo religioso, que encontram nesses movimentos as condições ideais à exteriorização dos vários tipos de manifestações populares (Andrade, [2014], s.d.).

Neste sentido, as romarias se popularizaram mundialmente e se constituíram elemento indefinível no mundo cristão.

A romaria representa um acontecimento sócio-religioso no seio da Igreja. Um grande número de pessoas espera a data específica das festas que acontecem nesses centros religiosos, para manifestar sua fé. Pode ser desde um gigantesco santuário como também uma pequenina capela. Não importa o lugar, desde que ele tenha um diferencial que conduza ao êxtase da devoção. O que importa é ir ao lugar certo, isto é, local de oração, templo, santuário para fazer sua prece e seu louvor, ainda que isto custe muito sacrifício e dias de viagem. Assim, as romarias, na sua maioria, são caracterizadas por longas e penosas viagens, quase sempre em grupo, acompanhada de muitos cantos, orações, meditações. Para o romeiro tudo isso é uma forma de expressar sua verdadeira devoção (Mota, 2008, p. 14).

Assim, as romarias, na sua maioria, são caracterizadas por longas e penosas viagens, quase sempre em grupo, acompanhadas de muitos cantos, orações, meditações. Para o romeiro, tudo isso é uma forma de expressar sua verdadeira devoção, explica Mota (2008).

Conforme os escritos, anteriormente mencionados, e, também, segundo Silvino (2012), as romarias constituem uma experiência liminar da vida religiosa. Elas são a libertação da estrutura social profana, que é, simbolicamente, um princípio religioso e específico. Tal afirmação levamos a refletir que, na história religiosa das romarias, a unidade moral é o indivíduo, o seu objetivo é a salvação, assim como o perdão de seus pecados e males do mundo estruturados após a morte, como também uma pura e simples benção.

Ao partirmos desta lógica, podemos concluir que a religião é um fenômeno histórico e um sistema social que traz, em seu interior, um aspecto político que independe da religião, podendo ser usado de acordo com a necessidade ou interesse participantes.

Portanto, a romaria é uma manifestação coletiva em que os participantes, ou seja, os romeiros têm como características as súplicas, os sofrimentos e, também, a felicidade por ter obtido a benção. É um fenômeno homogêneo entre indivíduos de várias localidades, com costumes distintos, mas que partilham a mesma fé.

Para Rosendhal (1999), os deslocamentos dos peregrinos aos lugares sagrados ocorrem de duas maneiras, a saber: uma em fluxo permanente de romeiros durante todo o ano e outra que ocorre somente no período de festa do santo. O fenômeno das romarias apresenta vasta expressão social, contribuindo para modificar os âmbitos sociais em vários aspectos, como o econômico, o social, o político e, sobretudo, o cultural. Esses fatores implicam direta e indiretamente o desenvolvimento dos ambientes batizados como sagrados.

ENTRE SIGNIFICADOS, CRENÇAS E REPRESENTAÇÕES

A prática de pedir e de agradecer pelas bênçãos conquistadas é uma prática longe de ser algo novo. Encontramos várias passagens bíblicas, nas quais são expressas algumas maneiras de realização de práticas de pedidos e agradecimentos. Por vezes, o agradecimento é dado através do voto. O voto é o cumprimento de uma promessa realizada a Deus ou ao santo de devoção, e, também, a qualquer outra força superior, dependendo da crença do indivíduo. Desta forma, Oliveira (2013) diz que o ato de seguir em romaria, de levar os romeiros, de por nome de santos nos filhos, usar objetos, entre outros, é feito de ação votiva.

Assim, a prática de pedir comporta dois instantes: o voto feito e o pagamento deste, através do cumprimento que pode ser realizado por diversas ações. A prática de votar é uma ação que motiva os romeiros a seguir em romaria. Para Steil, os votos põem os romeiros em movimento e são o motor duradouro de construção, eternização e vitalidade das romarias.

Além disso, são manifestações conduzidas pelo ato da fé que acabam dando sentido e significado a tal prática. Na observação de D'Angelo, é fundamental que o ser humano aprenda a conhecer e a compreender o conteúdo da fé. As pessoas acreditam em si mesmas, creem em um ser superior que ultrapassa o universo, os mares, a lua, o sol, as estrelas, o firmamento, o anoitecer e o amanhecer.

A fé é capaz de conduzir a liberdade humana. É sob este sentido, que se dá o significado da crença, e que conduz as pessoas a se tornarem devotas de seus santos. A promessa é uma troca entre devoto e santo. O ato da promessa é um trato feito, o devoto deve realizá-la com sabedoria e confiança no poder de Deus e também do santo, caso não houver, ambos não corresponderão aos pedidos.

Se, porém, algum de vós necessita de sabedoria, peça-a a Deus, que a todos dá liberalmente e nada lhes impropria; e ser-lhe-á concebida. Peça-a, porém, com fé, em nada duvidando; pois o que duvida é semelhante á onda do mar, impelida e agitada pelo vento. Não suponha esse homem que alcançará do Senhor alguma coisa; homem de ânimo dobre, inconstante em todos os seus

caminhos (BÍBLIA, Cf. Tiago, 1: 5-8).

Neste sentido, todo e qualquer pedido ou toda súplica deverão ser feitos de maneira sábia e fundamentada na fé, sem nenhuma dúvida, para que haja correspondência por parte da força superior. No ato do pedido, a credibilidade no superior e a confiabilidade de que suas súplicas serão atendidas não podem se distanciar. Ou melhor, não pode haver descrença no instante em que os pedidos ou as súplicas estão sendo feitos.

Se isso ocorrer, Deus é o intermediário, ainda que tenha o poder para tal, não atenderá o clamor daqueles que apelam à benção, “e não fez ali muitos milagres, por causa da incredulidade deles (Cf. Mateus, 13:58).” Esta expressão relata que Jesus Cristo não atendeu a muitos com operação de maravilhas devido à descrença do povo, que estava ali presente. É certo que Jesus Cristo era capaz de fazer prodígios em maior proporção, mas o descrédito restringiu a operação da graça, “por isso, vos digo que tudo quanto em oração pedirdes, crede que recebestes, e será assim convosco” (Cf. Marcos, 11:24).

Ao fazer o voto, os crentes devem seguir o que ordena os Ensinamentos Sagrados ao assinalar que ao fazer um voto, não se deve tardar em cumpri-lo, “quando você fizer um voto, cumpra-o sem demora, pois os tolos desagradam a Deus; cumpra o seu voto. É melhor não fazer voto do que fazer e não cumprir” (Cf. Eclesiastes 5: 4,5).

É neste sentido que devotos fazem os votos e, ao alcançar a graça, seguem para o lugar sagrado para pagá-los.

De acordo com Almeida (1997), Os votos colocam os devotos em movimento e são os motores permanentes de criação, perpetuação e vitalidade das romarias. Através dos seus votos, os devotos reconhecem sua condição terrestre e sua dependência em relação a uma ordem, que transcende a sua experiência humana e social, ao mesmo tempo, em que contribuem com sua parte na renovação do vínculo que os unem a esta ordem.

MILAGRES E REPRESENTAÇÕES DE FÉ

A ação dos ex-votos é um cumprimento exterior das bênçãos alcançadas, podendo ser definida como:

Objeto de cera, madeira, prata e outros materiais, em formas de cabeça, perna e outras partes do corpo humano; ou então muletas, pinturas fotografias, miniaturas para lembrar curas e proteção divina em perigos graças alcançada ou experiência religiosa [...].Quando entrega o ex-voto o pagador de promessa dá testemunho de fé na forma de uma oferenda deixada numa igreja ou ao pé de um cruzeiro, mas, sobretudo na sala de milagres dos santuários de romarias (POEL apud GORDO, 2014, p. 32).

A expressão dos ex-votos pode representar a parte física por ação,

impedimento, obrigações, sacrifícios pessoais, falas, gestos e ritos, que apresentam formas e valores litúrgicos dos mais diversos. São postos em igrejas, capelas, estátuas, cemitérios, cruzeiros, etc., para pagar promessas, agradecer uma benção recebida, consagrar, bem como, renovar um pacto de fé, constituindo as oferendas daqueles que, por intercessão do milagroso santo, obtiveram a cura desejada dos males que sofriam, e, também, das graças alcançadas. O ex-voto pode tomar formatos os mais diversos, mas busca representar uma cura vista como milagrosa ou uma promessa que foi atendida.

[...] a devoção tem como característica a fidelidade, o pacto entre o santo e o devoto. Se uma das partes falha, esse vínculo se rompe, perde-se a credibilidade, dificultando a dimensão relacional (devoto & divindade) existente na devoção. A sala dos milagres funciona como um “termômetro”; se o espaço está repleto de ex-votos e continua recebendo novas peças, é sinal que o santo continua fazendo milagres e merece a crença do devoto. Se ocorrer o contrário, é indício de que está ocorrendo uma crise na crença e o santo corre o risco de perder espaço na devoção (PEREIRA, 2009, p. 69).

Neste aspecto, o que a representação realizada pelos ex-votos simboliza não é a presença maléfica, mas sim o triunfo sobre ele, ou melhor, a afirmação do bem e da vida. Conforme Souza (2013), a confecção de ex-votos fica, geralmente, a cargo de artesãos especializados, mas tal confecção não visa objetivos estéticos e quem o confecciona não se vê como artista, não pretende elaborar uma obra de arte. “peças nem sempre tem valor em si, pois geralmente são confeccionadas de material simples; o valor está no significado, no que representam” (GORDO, 2014, p 32). Para Oliveira (2013), o venturoso, sem condição de adquirir peças industrializadas como as de parafina, realiza uma peça, em geral tosca, esculpida em madeira ou modelada em barro para pagar a “dívida” que tem com o santo.

O ex-voto pode ser visto como uma celebração da vida. Manifesta a alegria, o agradecimento pela graça, que afastou a morte e trouxe a cura dos males. Possui, assim, ao mesmo tempo, um aspecto grave e festivo. Mostra a vitória das forças sobrenaturais sobre o mal que atinge os seres humanos. A instituição das práticas votivas abre e fecha um ciclo transferencial, que pode ser imaginado quanto à existência da humanidade. Sendo desta forma, está longe de ser algo novo, pois “ela já existia em religiões antigas como forma de comunicação direta com o sagrado” (GORDO, 2014, p. 30).

Com base nesta teia, o ex-voto institui um diálogo entre o devoto e o santo, como também do devoto com os sujeitos, tendo em vista, como afirma Scarano apud Souza, (2013). “existe um entendimento que pelo cumprimento da promessa, um “milagre” aconteceu na vida daquele indivíduo” e ainda que, “o ex-voto é por definição uma expressão da

fé dos leigos, sendo feito à margem da igreja, o que, aliás, os tornou suspeito” [...] (SOUZA, 2013, p. 123). Sua existência, ao prescindir em parte da hierarquia eclesiástica, tornou-o suspeito. Isso aconteceu, sobretudo, na segunda metade do século XIX quando inúmeros ex-votos foram destruídos, queimados e abandonados, no momento em que as autoridades religiosas passaram a vê-los como afastado da ortodoxia católica, conforme Scarano apud Souza, (2013).

Segundo preleciona Gordo (2014), o ex-voto é uma manifestação com raiz na cultura greco-romana, instituindo um acerto de dívidas de cunho místico. Para Oliveira (2013), esse costume se generalizou na Grécia, tomando corpo em meado de 2000 a.C. de boa parte do Mediterrâneo, em espaços sagrados, onde os crentes pagavam suas promessas aos seus deuses, “os santuários de Delos, Delfos e Epidaurou, na Grécia, notabilizaram-se pela quantidade e qualidade das ofertas recebidas” (OLIVEIRA, 2013, p. 34). Trata-se de uma transação simbólica pela qual sua execução é particular: a petição feita e o juramento. Se tornando coletivo, havendo recebimento da petição. Neste instante, o milagre é notificado através das pertinências e ou sinalização, que deixe claro a benção recebida, ou seja, os ex-votos.

O acordo brota da fé de quem quer receber a graça com quem pode dar a graça, por isso a promessa quase sempre é um segredo guardado pelo fiel em seu íntimo. Quando a graça é alcançada e o “milagre”, realizado, é hora de externar a gratidão, **colocar para fora**¹²³ como testemunho para os outros que a divindade fez em seu favor. Os ex-votos são o cumprimento externo da graça recebida; eles tentam materializar em símbolos imagéticos o benefício recebido (OLIVEIRA, 2014, p. 31-32).

De acordo com Terrin (2003), o romeiro tem a necessidade de saber que sua participação no sagrado é duradoura; não se apaga no tempo: é o problema de seguir presente no lugar sagrado, embora tenha que o deixar. Para ele, os vastos ex-votos que cobrem as paredes dos santuários, e em geral dos santuários do mundo, exprimem esse desejo de presença contínua e perpétua.

Os ex-votos, em termos de forma, trazem rica diversidade dos tipos e materiais em muitas salas de milagres pelo mundo católico. São formatados como antropomorfos, zoomorfos, simples, especiais ou representativos de valor e, por fim, são tradicionais. Os ex-votos Antropomorfos são os que representam o corpo humano, no todo ou em parte, em desenho, esculturas, pinturas ou fotografias; os zoomorfos são as representações de animais; os simples são os objetos de uso cotidiano e religioso, como as fitinhas, os vestidos brancos e os sapatos, entre outros, que possuem valor pessoal do crente; os especiais ou representativos de valor são os ex-votos que, economicamente, têm valor monetário e de características orgânicas. A exemplo, pode-se citar moedas, objetos artísticos considerados de grande valor e bens de consumo imediato (como pequenos sacos de feijão, arroz e milho). Os exemplos dos orgânicos

¹²³ Grifo do autor.

estão, principalmente, para os miomas colocados em vidros, os dentes e as mechas de cabelos [...] (OLIVEIRA, 2013, p. 34 et seq.).

A crença, mostrada por meio dos ex-votos, declara a comunicação entre os devotos e o santo. Ela revela a necessidade que os crentes têm de obter melhor condição de vida.

[...] se um romeiro for à igreja, vestindo uma bata, está cumprindo um voto. [...] se ele, além disso, retira a bata para depositá-la em alguma parte da igreja ou na possível sala de milagres do templo, estará cumprindo uma ação ex-votiva (OLIVEIRA, 2013, p. 34).



Figura 3: Fotografia dos ex-votos em exposição na sala dos ex-votos. **Fonte:** Édson, 2019.

Para o romeiro, a desobriga, ato de depositar os ex-votos na sala dos milagres, representa a fé e a credibilidade no santo. Entre os ex-votos destacam-se também as cartas. Como diz Oliveira (2009), as cartas ex-votivas, hoje, são entre todas as tipologias as de maior expressão nas salas de milagres. Variam nos tamanhos, nas formas das escritas – se manuscritas, datilografadas ou digitadas. Nelas, são colocadas expressões de pedidos, agradecimentos, entre mais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço em que sedia o santuário de São Severino dos Ramos é um engenho banhado pelo rio Capibaribe e distante a 2 km da sede municipal de Paudalho, que, no passado, a fertilidade de seu solo proporcionou o desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar e, no presente, proporciona uma romaria que remonta ao século XIX e que merece investigação.

Contudo compreendeu-se que o antigo engenho Ramos se constituiu como centro de romarias a partir do momento em que foi erguido o santuário de São Severino dos Ramos, porém foi após a

realização do seu primeiro milagre, em meados do século XIX, que houve a proliferação das romarias. Tendo sido iniciada por moradores de cidades vizinhas a Paudalho e, posteriormente, por outras cidades de Pernambuco e estados vizinhos, seguido por outras regiões do Brasil. No entanto, verificamos que as romarias estão presentes em quase todas as religiões como expressão de fé e vivência com o sagrado. Sendo assim, constatamos a importância que a ação de peregrinar representa para o sujeito religioso.

No entanto, buscou-se, neste estudo, analisar a prática de votar e do ex-voto feita a São Severino dos Ramos. Desta forma, verificou-se que ambas as práticas são formas de comunicação com o sagrado. Os devotos por meio dessas ações de fé conversam com o sagrado. O contato com o sagrado pode ser feito através de seus santos de devoção, que mediam o contato entre o ser Superior e o homem.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. **Ao encontro dos romeiros do sertão**. UNB, 1997. Disponível em: <http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas1996/anuario96_taniamara.pdf>. Acessado em 2017.
- ANDRADE, Maria do Carmo. **São Severino do Ramos**. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, s.d.Recife. (2014). Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acessado em: Janeiro de 2018.
- ARAÚJO, Severino Soares de. **Paudalho terra dos engenhos**. [S.l.]- Avellar Gráfica e Ed LTDA. 1990.
- BÍBLIA, SAGRADA. Traduzida em português por João Ferreira de Almeida. Revista e atualizada no Brasil. 2ª Ed. Barueri-SP.
- D'ANGELO, Vanessa Coutinho. **Os milagres de São Severino dos Ramos e a novena poderosa**. Paudalho: [s.n], 1998.
- DUBY, Georges. **A sociedade cavaleiresca**. Martins Fontes: São Paulo, 1989.
- GORDO, Gomes Luiz Erlin. **Ex-votos: a saga da comunicação perseguida**. São Paulo: Editora Ave Maria, 2014.
- MOTA, Geová Nepomuceno. **O Fenômeno Religioso da Romaria sob a Perspectiva da fé Cristã: a romaria ao santuário de Bom Jesus da Lapa**. (Dissertação Mestrado). MG-BH, 2008. Disponível em: <<http://www.faculdadejesuita.edu.br/documentos/121213-7uWKnR8VIwO6d.pdf>>. Acessado em Janeiro de 2018.
- OLIVEIRA, José Claudio Alves de. **Ex-votos do Brasil: Fragmentos da Riqueza, Diversidade e Curiosidade da Religião do Povo**. UFBA Salvador-Bahia-Brasil, 2009, “n.p”. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19058.pdf>>. Acessado em 2019.
- OLIVEIRA, José Claudio Alves de. Ex-votos, Documentos e Memória Social ISSN: 2175-5493 Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/cmp/article/viewFile/3291/2993>>. Acessado em: março 2019.
- PEREIRA, José Carlos. **A Linguagem do corpo na devoção popular do catolicismo**. Revista de Estudos da Religião – PUC, São Paulo, vol. 3, 2003. Disponível em: <http://www.pucsp.br/rever/rv3_2003/p_pereira.pdf>. Acessado em: Fevereiro de 2018.

ROSENDHAL, Zeny. Hierópolis: **o sagrado e o urbano**. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.

SILVINO, Batista João. **O Lado profano da fé em São Severino do Ramos**. (Monografia apresentada ao departamento do Curso de Pós-Graduação em História) Nazaré da Mata, UPE, 2012

SOUZA, Ricardo Luiz de. **Festa, Procissões, Romarias, Milagres**: aspectos do catolicismo popular- Natal: IFRN, 2013.

STEIL, Carlos Alberto. **O sertão das romarias**: um estudo antropológico sobre o Santuário de Bom Jesus da Lapa-Bahia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

TERRIN, Aldo Natale. **Introdução ao estudo comparado das religiões**. São Paulo: Paulina, 2003.

Redescobrir, reencontrar: uma análise dos processos migratórios dos judeus e cristãos-novos na Capitania de Pernambuco.

Ana Lúgia Lira da Silva ¹²⁴

INTRODUÇÃO

A presença judaica, na capitania de Pernambuco, se deu anteriormente à chegada dos Neerlandeses em 1630. É o que nos mostram documentações como “A Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil; Denúncias e confissões de Pernambuco 1593 – 1595” que trata da visitação de Heitor Furtado de Mendonça, chegado a Recife, em 21 de setembro de 1593, com a responsabilidade de proceder a visitações esporádicas, autorizadas pelo Conselho Geral do Santo Ofício de Portugal.

A Inquisição foi estabelecida, em Portugal, por Dom João III em 1536 e atuou, por cerca de três séculos, tendo como foco a vigilância da vida dos cristãos e a punição por meios de humilhações, tortura, confisco de bens e morte contra todos que fossem considerados contrários à fé e à doutrina católica. Mesmo esse Tribunal não tendo se estabelecido na colônia brasileira, a engrenagem de vigilância, perseguição e punição alcançava os seus moradores por meio das visitações. A primeira dessas visitações aconteceu no final do século XVI (1591-1595) e agiu nos territórios da Capitania de Pernambuco e da Capitania da Bahia de Todos os Santos.

CRISTÃOS-NOVOS, CRENÇAS ANTIGAS

Cristãos-novos eram judeus convertidos à força ao catolicismo. Muitos deles continuavam a praticar, em segredo, sua religião original, fazendo surgir um fenômeno denominado de criptojudaísmo, uma maneira encontrada, pelos convertidos à força, para a conservação e manutenção da fé e da religiosidade.

Em muitos casos, famílias portuguesas que haviam se dividido,

¹²⁴ Mestra em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco.

anteriormente, com membros entre Portugal e a República das Sete Províncias dos Países Baixos (hoje Holanda), passaram a imigrar também para a Capitania de Pernambuco. Este processo se deu, principalmente, com indivíduos portugueses que professavam a fé judaica e que estavam na República dos Países Baixos e perceberam, na ocasião da tomada da capitania de Pernambuco, uma grande oportunidade de enriquecimento com o comércio do açúcar. Isso se deve ao fato de que os neerlandeses precisavam de intermediários tanto na questão linguística quanto nas práticas de produção e comércio do açúcar e outros itens a serem explorados das terras recém-conquistadas. Em troca, esses intermediários recebiam alguma liberdade de religião, porcentagens nos negócios intermediados e oportunidades.

No entanto, a presença desses intermediários não agradaria a todos. Em julho de 1641, um documento é enviado ao Conselho da Administração Holandesa. Tratava-se de um memorial contra as atividades dos judeus assinado por sessenta e seis pessoas residentes no Recife em nome dos cristãos reformados do Brasil:

“(…) A principal razão da preferência que os judeus gozam aqui procede do fato de serem da mesma nação e da mesma língua dos moradores do país, e não chega aqui um judeu que não seja logo empregado por um senhor de engenho ou por outra pessoa, e como são atrevidos e as funções são exercidas por correligionários seus, têm logo meios de atrair os negócios para suas lojas e todo o açúcar para suas mãos, deixando aos cristãos apenas o que lhes parece somenos. Para que esta situação não persista, os judeus devem ser mantidos nos limites que lhes são fixados na metrópole, onde, embora se lhes permita viver ali e comerciar, não se lhes consente ter loja aberta ou vender retalho, como aliás, procede em outros países, onde gozam de muito menos liberdade pois são obrigados a usar chapéus vermelhos, sinais amarelos no peito e outros distintivos deste tipo, para aviso aos incautos (MELLO, p. 279).

Segundo Ayres (2015, p. 98), podemos perceber a real situação da Capitania, observando que, em 1649, os judeus possuíam 32 dos 78 engenhos de moagem de cana de açúcar existentes na jurisdição de Olinda, tornando-se donos de 41% dos engenhos existentes na jurisdição. No entanto, uma frase do Frei Manuel Calado levanta a questão de que se é verdade que muitos judeus enriqueceram na capitania de Pernambuco, também é verdade que nem todos os que vieram eram abastados, quando afirma que muitos judeus “não trazem mais que um vestidinho roto sobre si” (CALADO, p. 987)

Com a retirada dos neerlandeses em 1654 e a retomada do território, pela capitania da América Portuguesa, era chegado ao fim das perseguições aos judeus pela Classe Brasileira e retomada as perseguições do Santo Ofício e dos tribunais inquisitoriais católicos.

Até aqui, muitos estudos abordam o destino tomado pelos judeus durante e após os acontecimentos de 1654, no sentido da emigração

desse povo em direção a lugares como Nova Amsterdã (onde mais tarde foi fundada a cidade de Nova York) ou o retorno à República dos Países Baixos. No entanto este estudo analisa indícios que apontam para uma rota migratória dentro da própria capitania. Uma das muitas possíveis rotas ainda não estudadas e capazes de explicar a presença de tantos costumes judaicos presentes, em comunidades, no interior de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e demais estados nordestinos. A rota, aqui apresentada, formou-se após ser observado que havia elos, entre denúncias feitas ao Santo Ofício, que envolviam personagens da zona da mata e litoral e personagens importantes do agreste e sertão da capitania de Pernambuco, ecoando até a Paraíba.

O escritor judeu, Meraldo Zisman (2005), afirma que desconhecemos o número de marranos ou Cristãos-novos que desapareceram, no interior brasileiro, procurando lugares mais seguros de viver e onde o longo braço da inquisição não pudesse alcançá-los. Por proteção, procuraram a miscigenação racial e cultural. Zisman diz, ainda, que se compreende que com a retirada dos neerlandeses do Brasil e apagados os primeiros ressentimentos, pudessem os judeus remanescentes difundir-se, pacificamente, pelo território brasileiro, inclusive nas áreas do próprio nordeste, reduzindo ao mínimo as aparências de sua origem judaica.

UM REENCONTRO

A Serra do Ororubá, onde foi fundada a Vila de Cimbres, faz parte do complexo da Serra da Borborema, que avança pela região do Agreste, desde o Ceará até Pernambuco. Podemos afirmar que a região da antiga Vila de Cimbres, que compreende a serra do ororubá, é um oásis na região. A aldeia do Ararobá, que deu origem à Vila de Cimbres, também conhecida como Nossa Senhora das Montanhas, foi fundada em 1669. No verbete “Cimbres”, encontrado no Dicionário Topográfico, Estatístico e Histórico da Província de Pernambuco, publicado em 1863, Manoel da Costa Honorato, escreve (...) Não obstante a pobreza da aldeia, o termo é um dos mais ricos e de maior importância no Sertão pela riqueza natural e produtiva, pelos edifícios que ultimamente se tem edificado e pela instrução a que se tem chegado. (HONORATO, 1976, p.38)

Propomos, inicialmente, um diálogo entre algumas denúncias que juntas nos informam que, em 1716, havia uma Branca Dias moradora de Itamaracá cuja família sofria denúncias por judaísmo. Informa-nos, ainda, sobre um Capitão Marcos Castro, morador da Paraíba, acusado de fazer Sinagoga em sua casa e que, nos mesmos sertões, desta vez na

Vila de Cimbres, o Capitão Mór do Ararobá, João de Oliveira Neves, era denunciado por heresia.

Analisaremos, primeiro, a denúncia contra Brás Dias¹²⁵.

Jorge Roiz da Silva, natural do Rio de São Francisco e morador da Freguesia da Muribeca no lugar chamado Mengonga, homem casado que vive de suas rezes e de ir ao sertão tratar de alguma cabeça de gado que lá tem, veio denunciar que estando no sertão no lugar chamado Mazanga distrito de piranhas deste Bispado de Pernambuco, ouvira dizer a um homem que a casa do Capitão Marcos Castro, morador na Paraíba que tem fazenda de gado no sertão, tem uma sinagoga . E também denunciou que ouvira dizer a outras pessoas que Brás Dias cirurgião morador de Goiana disputava e defendia que não seria possível que a virgem Nossa Senhora concebesse e parisse sendo virgem, mas que ele não lembra por ser já há tempos o que ouvira o que o dito disse e assinou comigo. Congregação do Oratório de Pernambuco. 18 de agosto de 1716.Frei Bartolomeu de Pilar, qualificador.

A denúncia, acima, tem duas vítimas diferentes: O Capitão Marcos Castro, acusado de fazer sinagoga em sua casa e o Cirurgião Brás Dias, acusado de heresia¹²⁶. Em outra denúncia, desta vez feita por Manoel Coelho dos Reis cuja a vítima era Antônio Tavares, Brás Dias também é novamente citado, tal qual é citada toda a sua família, e denunciado como sendo neto de Branca Dias de Itamaracá, praticante de judaísmo¹²⁷. Analisando os registros do Santo Ofício, podemos perceber que nem toda denuncia a respeito de heresia estava fundamentada em judaísmo, porém o limiar era muito tênue entre uma temática e outra.

A denúncia contra Brás Dias era gravíssima e recorrente entre os judeus, por isso mesmo ele não seria o único acusado de heresia por falar contra a virgindade de Maria, mãe de Jesus. No ano seguinte, 1717, O Capitão do Ararobá, João de Oliveira Neves, sofreria acusação do mesmo teor e proveniente, também, de um morador do lugar chamado Muribeca, no Bispado de Pernambuco¹²⁸. Denúncia contra o Capitão João de Oliveira Neves:

Cosme Dias de Oliveira, homem casado, ourives de prata, morador na freguesia.de Santo Amaro de Jaboatão deste Bispado de Pernambuco, natural da freguesia da Muribeca do mesmo Bispado, veio denunciar que em novembro passado de 1716 ouviu dizer ao capitão Major das Entradas Manoel Gonçalves Sá morador do ararobá, sitio chamado da Cruz deste Bispado que o Capitão mor do dito Ararobá João de Oliveira Neves dizia e defendia com argumentos que a virgem Nossa Senhora concebeu por obra de verão achando-se presente na mesma ocasião com ele o denunciante Felipe Caminha, homem solteiro, morador do termo do Ororubá no sítio da Cruz

¹²⁵ Fonte: IAN/TT, Inquisição de Lisboa, Livro 277, Caderno do Promotor 84, fl 167. Transcrição Paleográfica feita por Sandro Vasconcelos (Mestre em história pela UFRPE) e Ana Lígia Lira.

¹²⁶ Segundo o Catecismo da Igreja Católica, Heresia é a negação após o batismo de algumas verdades que devem ser acreditadas com fé divina e Católica, ou igualmente uma obstinada dúvida com relação às mesmas.

¹²⁷ IAN/TT, Caderno do Promotor 108, fl260 a 262.

¹²⁸ Denúncia contra o Capitão de Ararobá João de Oliveira Neves.Fonte: IAN/TT, Caderno do Promotor 86, fl240. Transcrição paleográfica feita por Sandro Vasconcelos (Mestre em História pela UFRPE) e Ana Lígia Lira.

que trata dos gados e também lhe disse o dito Manoel Gonçalves que Manoel Gomes serviu de Juiz no Termo do Ararobá onde é morador, sabia do mesmo, e depois mais que havia (?) público, que o dito Capitão Mor João de Oliveira Neves era irmão de um homem que foi penitenciado pelo santo ofício e que Estava na Bahia quando o dito irmão foi penitenciado e da Bahia se veio retirado para Os sertões e veio ultimamente residir no dito ararobá onde é morador. E sem do lhe dito este seu depoimento disse que estava escrito na curadoria e que a todo o tempo que fosse perguntado estava pronto para dizer o mesmo. Congregação do Oratório da Villa Do Recife de Pernambuco. 2 de julho de 1717. Frei Bartolomeu de Pilar, qualificador E vice comissário.

Despacho 1 (acima)

Denúnciação contra O capitão mor do ararobá João de Oliveira Neves por Defender que a Virgem N. Sra Concebeu por obra de Varão.

Despacho 2.

O réu João OLiveira Neves.

Até aqui, os dados nos dizem que Bráz Dias é denunciado pela mesma heresia que o Capitão do Ararobá. As denúncias partem de moradores do mesmo povoado e, junto a eles, é denunciado o Capitão Marcos Castro Rocha por fazer Sinagoga na sua casa. A grande questão é se Marcos Castro, de alguma forma, pertencia ao ciclo de convívio de Bráz e do Capitão do Ororubá e se a casa, na qual se fazia sinagoga, pertencia ou estava próxima ao território de Cimbres. Segundo a plataforma SILB¹²⁹, em 1713, Marcos castro faz uma petição de terras especificadas como a seguinte sesmaria:

A sesmaria localizava-se no rio Paraíba, pela parte do sul até o rio Capibaribe. (...) O suplicante recebeu três concessões. a primeira em 1713 (PB 0110), a segunda em 1720 (PB 0173) e a terceira em 1731 (PB 0223). * Na carta PB 0223, o suplicante foi mencionado ocupando o cargo de tenente. * Na carta PB 0278, de 1740, o suplicante foi mencionado ocupando o cargo de capitão. * Na carta PB 0173, consta a informação que Marcos de Castro da Rocha era pai de João Tavares de Castro Rocha.

Especificações semelhantes são citadas em uma petição de 25 de janeiro de 1708 (Sesmaria, p.18). Portanto cinco anos anteriores à petição de Marcos Castro, que trata de Sesmarias de umas terras entre os Rios Capibaribe e Paraíba no sertão, dar-se-ão essas terras ao Tenente Coronel Manoel Fonseca e outras pessoas. Dentre a lista de “outras pessoas “está Joaquim de Oliveira Neves, apontado por Nelson Barbalho como pai do Capitão de Ararobá João Oliveira Neves.

Ao menos, de 1691 a 1721, João de Oliveira Neves respondeu pelo cargo de Capitão Mor de Ararobá¹³⁰, o que significa que quando a sesmaria é concedida tanto a Joaquim de Oliveira Neves (seu suposto pai) quanto a Marcos de Castro, O capitão João Oliveira Neves era um dos homens mais poderosos da região. É real a possibilidade de que as

¹²⁹ Disponível em: <<http://www.silb.cchla.ufrn.br/sesmaria/PB%200110%20>>. Acesso em 14/01/2019

¹³⁰ Disponível em: <<http://consorcioconiape.pe.gov.br/?portfolio=pesqueira>>. Acesso em 14/01/2019

duas sesmarias fossem próximas e, se assim fosse, é possível, dadas as coincidências, haver uma relação de poder, amizade, parentesco ou fé entre os dois denunciados.

Diante do fato do Capitão Mor do Ororubá ser citado em uma denúncia e a sede da capitania ser a Vila de Cimbres, sendo que Cimbres é caminho para a Paraíba, optou-se pelo início de um estudo em parceria com o NEPARQ (Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológica) para que se desse conta da análise de antigas estruturas, hoje em ruínas, cuja memória popular indiciasse ter algum vínculo com a história judaica. Neste sentido, os trabalhos foram iniciados por uma antiga ruína, que aqui denominaremos de Ruína Arawi, localizada na área pertencente à antiga Vila de Cimbres, protegida por séculos de quase inacessibilidade e muros feitos de pedra sobre pedra. Próxima desta, há uma segunda construção que despertou nosso interesse por tratar-se de uma espécie de poço, porém com medidas e formato bem particulares, levantando a possibilidade de tratar-se de uma possível Mikve¹³¹.

A construção que, aqui, identificamos como possível Mikve foi notada logo após a compra do terreno pelos donos atuais (25 anos atrás). No local, existe uma nascente de água, que é perene, e a água corrente flui por gravidade para outro poço, que fica 3 metros abaixo do primeiro.



Figura 01: Construção em pedra e tijolos ao redor de uma nascente que é sugestiva de uma Mikve.
Fonte: Arquivos NEPARQ-UFRPE (2017).

¹³¹ Mikveh (mikvah ou, ambos também escrito sem o termo - "h") é um banho ritual destinado para a efeitos de imersão ritual do judaísmo. A palavra "mikveh", tal como utilizado na Bíblia Hebraica, significa literalmente uma "coletânea" - em geral, um lugar para coleta de águas.

Toda a área, na qual estão localizadas as ruínas da casa e a possível Mikve, é cercada por paredes de pedra, que promovem isolamento visual da estrutura. Esta necessidade, caso estejamos falando realmente de uma Mikve, não se deve só por questões de pudor e sigilo, mas é interessante notar que há diversas lendas que povoavam o imaginário do judeu do século XIX.

Outra descoberta que ecoa nos preceitos judaicos se refere ao fato de que, em prospeção inicial, foram encontrados resquícios de cerâmicas domésticas e um garfo no entorno da possível Mikve. O povo judeu não considera a cozinha como um local sagrado. No entanto comer é um ato sagrado, o que atribui especial importância a todos os utensílios de uma cozinha, transformando-os em instrumentos divinos. A lei determina que os objetos da cozinha precisem ser imersos em um Mikve para serem purificados antes de serem usados.

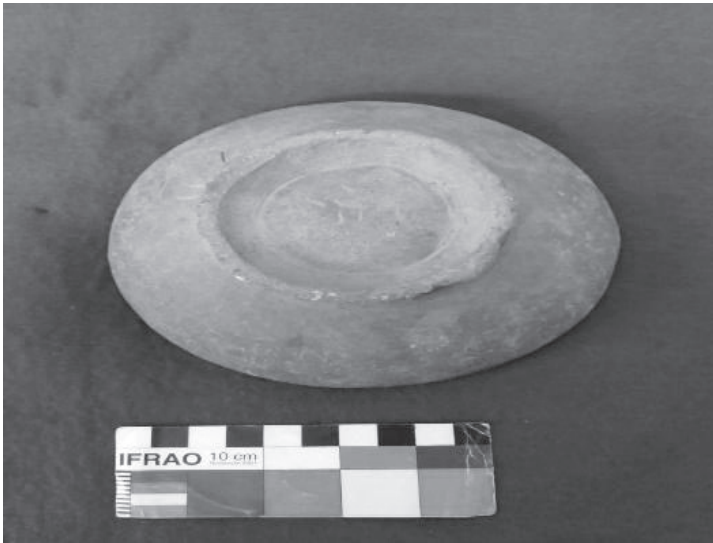


Figura 2: Tigela de argila encontrado na área de estudo cujo verso da mesma peça contém a inscrição hebraica “Chai” no fundo externo. **Fonte:** Ana Lígia Lira. (2018).

A inscrição contida, no verso da peça, foi reconhecida pelos Rabinos Gilberto Venturas (Brasil) e Haim Salem (Israel) como sendo o símbolo judaico Chai (חַי). O Chai é uma palavra em hebraico composta por duas letras: o “chet” e o “yud”.

No entanto dentre todos os indícios documentais, o que, mais fortemente, ecoou nesta pesquisa estava guardado dentro de uma das ruínas de pedra da região. Dedicaremos especial atenção à ruína do que parece ter sido uma residência e encontra-se perto da estrutura da possível Mikve. Tal escolha se deve, justamente, a esta proximidade. Nessa construção, é

possível observar a estrutura de alicerces, que é feita de pedra e elevada do solo aproximadamente 60 cm. Observa-se, ainda, parte do piso de coloração avermelhada. Além de três paredes de pedra, que limitam um cômodo separado na face sul da construção. A área de construção possui aproximadamente 40m².

Além da proximidade com a possível Mikve, outro fato despertou atenção especial para essa ruína. Em visita técnica realizada em 17 de março de 2018, foi notada uma espécie de recorte na parede dessa ruína, o qual possui fortes indícios de entaipamento (fechamento de um espaço, na parede, com o mesmo tipo de material construtivo do qual a mesma foi constituída), o que denota um cuidado maior em travestir a “localização” e/ou burlar, de certa forma, a existência e definição do local onde seria a porta, já que é a partir dela que inúmeras simbologias e representações afloram nesse universo da cultura judaica.

Essa particularidade conduziu a uma investigação, minuciosa, na estrutura do portal. O tempo tratou de desgastar o que, outrora, foi usado como uma argamassa unindo as pedras. Essa espécie de argamassa parece ser, ao primeiro olhar, uma mistura de barro com areia, porém estudos futuros poderão melhor definir. Foram notadas algumas pedras que, devido a este desgaste do material que as unia, estavam apenas seguras por encaixe. Ao retirar uma delas, percebeu-se que ela funcionava como uma tranca e, após esta pedra, existia um pequeno vão dentro da parede. Uma fina mistura de areia e barro escorreu, deixando, à mostra, a ponta de um invólucro que, no momento da retirada efetuada pela autora e por pesquisadores do NEPARQ, levantou várias possibilidades. Uma das mais plausíveis era tratar-se de um ex-voto. Prática comum, na região, desde séculos atrás até recentemente.

O documento encontrado tratava-se de um objeto cilíndrico semelhante à forma de um pergaminho, apresentando: camada 01 em parafina, camada 02 em papel vegetal da cor castanho com alguns frisos decorativos, camada 03 papel rico em celulose de coloração castanho, estrutura curvada, medindo (em curva) 10,5 cm. Pesando 7 gramas e indiciando guardar outro papel internamente.

Em junho de 2018, nas dependências do NEPARQ, o Professor Sandro Vasconcelos¹³² iniciou um complexo processo de abertura do invólucro para análise do material, ação que foi coordenada pelas Professoras Doutoras Ana Lúcia Nascimento e Suely Luna – SAI e acompanhada pela equipe do laboratório, pesquisadores envolvidos no trabalho e proprietários da área, onde o documento foi encontrado. O trabalho evoluiu com os seguintes passos:

¹³² Pesquisador do Museu da Cidade do Recife - Pernambuco

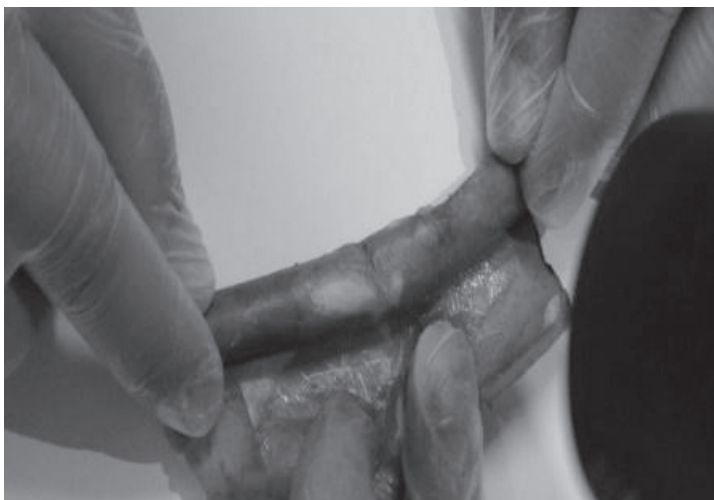


Figura 3: Retirada da segunda e terceiras camadas protetoras. **Fonte:** Acervos NEPARQ-UFRPE (2018).



Figura 4: Abertura do documento. **Fonte:** Acervos NEPARQ-UFRPE (2018).

Após a abertura do invólucro e constatação do seu conteúdo, mesmo não restando dúvidas de que o documento se tratava de uma mezuzá autêntica, embora sem datação estimada, convidou-se os Senhores Rabinos Gilberto Ventura (Brasil) e Haim Amsalem (Israel) para apreciação do documento e considerações sobre.

A visita foi feita em junho 2018, nas dependências da UFRPE, onde os Rabinos concordaram com a autenticidade do documento,

apontando-se para possível proveniência da comunidade Serfardi, ou seja, judeus originários de Portugal e Espanha. Foi atestado que a Mezuzá foi escrita em couro de carneiro, com tinta típica e apropriada e por pessoa competente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na documentação, aqui, apresentada e no estudo que, apesar de ainda estar em curso, já aponta para novos caminhos no que diz respeito aos processos de deslocamento do povo judeu e cristãos-novos, dentro da região, onde hoje se denota o nordeste brasileiro. Pensamos estar contribuindo para o esclarecimento da história de milhares e milhares de nordestinos, que se identificam como b'nei anussim (filhos dos forçados), no entanto sem suporte de material histórico, que dê conta de como se deram estes processos.

FONTES

Denúncias do Caderno do Promotor. Inquisição de Lisboa: IAN/TT, Caderno do Promotor 86, fl240. Denúncia contra Capitão Mor do Ororubá João Oliveira Neves. Transcrição paleográfica Sandro Vasconcelos e Ana Lígia Lira.

Denúncias do Caderno do Promotor. Inquisição de Lisboa IAN/TT, Caderno do Promotor 84, fl167. Denúncia contra Bráz Dias. Transcrição paleográfica Sandro Vasconcelos , Luciano Canuto.

A primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil; Denúncias e confissões de Pernambuco 1593 – 1595, editado pela FUNDARPE (Fundação de Arte de Pernambuco) , Recife em 1984, por José Antônio Gonçalves de Mello

O Tribunal Do Santo Oficio: Primeira Visita Do Tribunal Às Partes Do Brasil Bahia E Pernambuco (1591-1595).Halyson Rodrygo Silva de Oliveira. Departamento De História – UFRN. 2015.

Ata da Assembleia da Classe Brasileira de 21 de novembro de 1640, artigo 8. In: SCHALKWUK, F. L. Op.cit, p.148.

Arquivo da Companhia das Índias Ocidentais. Introdução e Tradução MELLO, J.A Gonsalves. Op.cit, p.276.

SESMARIAS, Documentação Histórica de Pernambuco. Vol1. Secretaria de Educação e Cultura do Estado. Recife, 1954.Pag. 18.

REFERÊNCIAS

ABRAHAM, Ben. *De Varsóvia a Entebe*. São Paulo: Sherit Hapleita do Brasil, 1991.

CALADO, Manuel. *O Valoroso Lucideno*. Belo Horizonte. Itatiaia, 987. v.I.

DINUR, Ben-Zion. *História Judaica: Sua Singularidade e Continuidade*. In: Vida e Valores do Povo Judeu. São Paulo: UNESCO, 1969.

UNTERMAN, Alan. *Dicionário Judaico de Lendas e Tradições*. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

ZISMAN, Meraldo. *Marranismo no Brasil*. Recife: Bagaço 2005.

AYRES, José Gustavo Wanderley. **Sinagogas Do Açúcar**: A Presença Judaica No Cabo de Santo Agostinho (1630-54). Recife, 2015. 185 f.: il. Dissertação Mestrado em História Social da Cultura Regional - Universidade Federal Rural de Pernambuco. Departamento de História. Recife, 2014. Pg.17

SANTOS, João Henrique. **A Inquisição Calvinista**: o Sínodo do Brasil e os judeus no Brasil Holandês. Haia, 2002.

SILVA, ALEX ROGÉRIO, Capistrano de Abreu e a Reconstrução da Primeira Visitação Inquisitorial a Bahia pelo Licenciado Heitor Furtado de Mendonça (1591-1595).

Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 8, n. 1 (jan./maio 2016) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016

Cultura popular: possibilidades de uma história dos esquecidos.

Emanuel da Silva Oliveira ¹³³

INTRODUÇÃO

A cultura popular pode ser pensada como um conceito heurístico, isto é, criado externamente aos grupos que assim são atribuídos e, como qualquer atribuição conceitual de grupos de um campo para outro, o processo de aproximação entre o real e o ficcional perpassa, indiscutivelmente, em qualquer discussão que seja proposta sobre o problema cultura popular. Assim, trataremos aqui, brevemente, sobre o processo histórico de percepção da cultura e algumas contribuições críticas que possibilitam uma ressignificação da cultura popular para além do dualismo popular e erudito ou baixo e alta cultura.

O atual estágio da História talvez perpassasse pelo que Peter Burke (2005) categoriza de “virada antropológica”. Essa virada trouxe à tona um emaranhado de novos problemas às correntes historiográficas, que tentavam se aproximar das pessoas ditas comuns, sem uma mudança necessária nas fontes, métodos e teorias. Deslizando, ainda, de forma generalizada em conceitos como massa, povo, gente comum, entre outros¹³⁴.

A cultura, como se tende a perceber, sendo um campo dentro das humanidades ou uma dimensão da História, a partir da década de 1970, vem tentando cumprir uma demanda histórica democrática, exaltando a necessidade de uma História daqueles que estavam à parte do centro de poder dominante. Daqueles que Hobsbawm (2013, p. 281) analisa que eram, ocasionalmente, tratados pelos historiadores como massa dominada, silenciados para a “glorificação e talvez para o uso prático de algum governante”.

¹³³ Mestrando em História, pelo PGH em História Social da Cultura Regional, UFRPE, Campus Recife. Bolsista CAPES.

¹³⁴ Uma das tentativas frustrante de mudança surge com a História Serial na possibilidade de percebê-los em essência numérica através do método quantitativo com documentações seriais da camada popular (BARROS, 2015, p. 98).

Representados pelo movimento de historiadores ingleses de corrente teórica “história vista de baixo” ou “história popular”, que buscou retratar historiograficamente os sujeitos excluídos, silenciados e invisibilizados da história, isto é, uma história de baixo para cima, adentrando na camada popular até então ignorada ou apenas tratada como coadjuvante da História Política dos heróis, grandes personagens da humanidade ou dos grandes fatos ocorridos (SHARPE, 1992). Muitos desses intelectuais influenciados por Walter Benjamin, que teve singular atenção com o outro, os excluídos, ou melhor, silenciados da história (LOWY, 2005).

Apesar de se haver correlatos conceituais da palavra cultura, iniciados pela escola dos *Annales* desde a primeira e segunda geração, será apenas na terceira geração na França e o neo-marxismo na Inglaterra, no qual dialogando diretamente com a antropologia, especificamente, com o conceito novo de cultura, apreendido graças à virada antropológica da História (BURKE, 2005), que consistirá na mudança de percepção compreendendo, agora, como uma produção de signos e símbolos de uma realidade simbólica (GEERTZ, 2008). Diversificando o que antes era sinônimo de um recorte generalista de classe, entre dominantes e dominados.

As discussões historiográficas sobre temáticas referentes à formação simbólica popular durante muito tempo foram ignoradas, quando vistas, foram tratadas em prol de uma visão romantizada e des-historicizada do outro (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 23). Em uma análise vertical, com interesses no arquivamento do exótico, primitivo, como “essência” de uma nação, incrustado muitas vezes de estigmas e preconceitos (HOBSBAWM, 2008) e (ANDERSON, 2008). Misturando curiosidade sobre os fazeres e interesses políticos maiores, surgira o campo do folclore que ainda não leva o nome de cultura. Uma vez que o popular foi visto apenas como “fazer desprovido de saber” (ARANTES, 2004, p. 14).

“Os conceitos se multiplicam, se diversificam ao serem aplicados, ao se tornarem fatores de pensamento” (BACHELARD, 1988, p. 23-24). De acordo com a síntese de Peter Burke (2005, p. 35), cultura em geral era usada para se “referir à “alta” cultura. Foi estendido “para baixo”, continuando a metáfora, de modo a incluir a “baixa” cultura ou cultura popular. Mais recentemente, também se ampliou para os lados. O que seria apenas referimento às artes e às ciências passou a descrever seus equivalentes populares como a música folclórica, medicina popular, literatura oral, cosmologia, entre outros. Em um terceiro momento, passou a se referir a uma ampla produção simbólica humana, isso é, uma enorme gama de artefatos (imagens, ferramentas, casas e assim por diante) e práticas (conversar, ler, jogar).

Será nesse terceiro momento, a partir da década de 1970, que a História

Cultural iniciará forças e arrebatará boa parte dos historiadores, com novas possibilidades históricas e problemas teóricos epistemológicos a serem historicizadas e teorizados, dentro do que Thompson (1998) chamou de “confuso e muitas vezes desajeitado campo da cultura”. Mas que trouxe e traz contribuições enormes para a nova política de lutas “antiopressões identitárias”, trazendo a História o conflito simbólico percebível por Bourdieu (2015) no conceito de distinção, uma luta de classes ainda mais complexa aos moldes de outras formas de violência, como a simbólica. Contudo, como critica Thompson (1998), uma História da Cultura não se explica em negação ao social, é necessário está em diálogo com a produção material ou para Chartier (1985), a análise não pode perder a dimensão social do cultural.

SOBRE CULTURA POPULAR

Não consideramos, aqui, o conceito de cultura em uma oposição à natureza, como, geralmente, é associado por quem reproduz o especismo antropocentrista, pois é dentro do espaço simbólico da natureza que a cultura, como construção humana, surge, não em antagonismo, mas a partir dela, em uma complexa transformação. Trazendo aspectos históricos da genealogia do conceito cultura, Marilena Chauí (2014, p.17), nos dirá que provida do:

verbo latino *colere*, cultura era o cultivo e o cuidado com [...] tudo que se relacionava com a terra; donde agricultura. [...] cuidado com as crianças e sua educação [...] com os deuses, os ancestrais e seus monumentos, ligando-se à memória, e, por ser o cuidado com a educação, referia-se ao cultivo do espírito. Em latim, *cultura animi* era o espírito cultivado para a verdade e a beleza, inseparáveis da natureza e do sagrado (CHAUÍ, 2014, p. 17).

Aos poucos, o conceito vai perdendo sua ligação com o campo e com os trabalhadores do campo, ganhando cada vez mais caráter urbano e burguês, assim o antropólogo inglês Tylor, em 1871, em sua obra clássica *Primitive Culture*, tratou os conceitos de civilização¹³⁵ e cultura

¹³⁵ A historiografia do século XIX, generalizada “positivista” francesa e alemã, baseava-se no conceito de civilisation (BURKE, 2005, p. 11). “A palavra civilização surgiu na França iluminista do século XVIII, com um significado moral: ser civilizado era ser bom, urbano, culto e educado. Para os iluministas, a civilização era uma característica cultural que se contrapunha à ideia de barbárie, de violência, de selvageria” (SILVA; SILVA, 2009, p. 59). Para Norbert Elias (1990, p. 23), civilização é uma “grande variedade de fatos ao nível tecnológico, tipos de maneiras, ao desenvolvimento dos costumes científicos, as ideias religiosas e aos costumes. Habitações- punições- alimentação. Dualidade no qual não há nada a que não possa ser feito de forma civilizada ou incivilizada”. No qual o ocidente fala de si próprio numa visão linear de progresso. “Além disso, ser civilizado era um ideal que todos os povos deveriam almejar, mas que poucos tinham alcançado” (SILVA; SILVA, 2009, p. 59). “Civilização é a consciência que o ocidente tem de si mesmo. Procura descrever o que lhe constitui em nível de sua tecnologia, ciência, visão de mundo, natureza e suas maneiras e muito mais (ELIAS, 1990, p. 23).” Procede assim que todo o resto do mundo necessita passar pelos estágios de desenvolvimento civilizatório aos moldes da Europa industrial e racionalista. Como myths de uma invenção europeia moderna, sendo um dos instrumentos discursivos de justificativa intelectual para exploração do mundo pelas potências capitalistas com o imperialismo que causa um período de conflitos externos a Europa, que é tratado para os imperialistas como uma belle époque entre o fim do século XIX e início do XX (HAMENOO, 2008); (MATOS, 2008). Ao mesmo tempo em que criava riqueza ordem e refinamento, no mesmo processo devastava com pobreza e degradação (MEDEIROS, 2007, p. 54). A ideia de uma civilização cai em descrédito, graças ao conceito antropológico de cultura. Que vai além do euro-centrismo da palavra alemã zivilisation (civilização), e seu caráter supérfluo como nos demonstra Elias (1990), que em seu estudo sobre o habitus nas cortes do século XVI-XIX, leva em conta objetos como o lenço, talheres ou urinol, um comportamento ensinado para a distinção do “civilizado” e do “bárbaro”. Enquanto, já se tinha na década de 1930, o termo alemão cultur (cultura), atrelado a algo mais profundo, que se destina a tratar do espírito da manifestação.

como sinônimos. Dirá que a “*CULTURE or Civilization, taken in its wide ethnographic sense, is that complex whole which includes knowledge, belief, art, morals, law, custom, and any other (capabilities and habits! acquired by man as a member of society*”¹³⁶ (TYLOR, 1920, p. 1)”. A cultura, assim representada por Tylor é um conjunto da vida simbólica de um grupo ou de uma sociedade, como uma entidade homogênea, capaz de operar e fazer sentir seus integrantes (POULOT, 2009, p. 19).

Concorda-se, aqui, ser inviável pensarmos o conceito de cultura desatrelado aos povos do campo, e, para refletirmos essa questão, Michel Onfray (2018, p. 57) nos conta que cultura, culto e agricultura carregam uma mesma homofonia, isto é: o saber; os deuses; e as lavouras. Acepções que procedem do deus pagão, de sua invocação e da antiga arte agrícola. A etimologia colere que pressupõe, simultaneamente, cultivar e honrar. E o sujeito, o camponês/paysan e paien/pagão em francês derivam da mesma raiz latina *paganus*, ou seja, pagão.

Contudo a cultura permanece atrelada aos fazeres das classes dominantes. Logo, “a consciência pesada do colonialismo se uniu assim à consciência pesada da opressão de classe” (GINZBURG, 2006, p. 12). A produção popular passando agora a ser vista como cultura primitiva, ora já tratada por Tylor (1920), vista como uma camada inferior da sociedade em evolução à camada erudita, mas que não deixaria de ser cultura, já que perpassa por sistemas simbólicos de grupos e sociedades. Em paralelo e em casos, absorvendo o também pejorativo folclore.

Para dar conta da invenção dessa nova dimensão da produção simbólica humana, pois a civilização e sua possível substituta, a “cultura”, distinta dos fazeres humanos em um recorte de classe. Entre os saberes e fazeres “folclóricos” ditos pertencentes ao povo; e os objetos tidos como de produção da elite. Concebidos como coisas cultas da cultura erudita, o verdadeiro bastião da civilização. Conta-nos Carlo Ginzburg (2006, p. 12) que a existência de desníveis culturais é pressuposta da disciplina que aos poucos se autodefiniu como folclore.

Como bem nos expõe Gilbert Durand (1998, p. 15), na lógica da concepção aristocrática de cultura, o outro era visto como pré-lógico, primitivo ou arcaico. E isso persiste nos modos de ver a formação da cultura. Sendo tratada como fruto apenas da produção das classes superiores, apontando as classes subalternas como meras receptoras da dominação (GINZBURG, 2006, p. 12). Com isso, servia-se aos folcloristas o colecionismo de objetos arcaicos, tanto que Gramsci (1968, p. 189) dirá que não há nada mais contraditório e fragmentado do que o folclore. (...) pedaços de várias concepções de mundo particular das

¹³⁶ (N.T. A) “cultura ou civilização é o complexo no qual estão incluídos conhecimentos, crenças, artes, moral, leis, costumes e quaisquer outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade”.

classes subalternas.

A cultura dita como primitiva passa a ser conceituada por uma palavra menos pejorativa, que é a de cultura popular, apesar de carregar, em si, boa parte da herança histórica de estigma da palavra anterior. Sua consistência teórica se concisa na ideia de que a cultura popular “são tentativas de classificar as formas de pensamento e ação das populações mais pobres de uma sociedade, buscando o que há de específico nelas, procurando entender a sua lógica interna, sua dinâmica e, principalmente, as implicações políticas que possam ter” (SANTOS, 1987, p. 44).

FOLCLORE COMO SINÔNIMO DE CULTURA POPULAR

Com o marco do surgimento da ideia de uma “cultura popular”, põe-se em dúvida a validade, importância, e necessidade da permanência teórica do campo do Folclore, negado pelas ciências sociais no Brasil (OLIVEIRA, 2008). A semelhança entre os dois campos foi fundamental para isso. Havendo alguns importantes autores para a consolidação das pesquisas folclóricas, como Câmara Cascudo (2014) que tratou o folclore como sinônimo de cultura popular. E oposta “a cultura de massa, produzida pela industrial cultural” (OLIVEIRA, 2008, p. 88).

Problematizando o que se poderia chamar de folclore, o autor Carlos Rodrigues Brandão nos trará que:

Na cabeça de alguns, folclore é tudo o que o homem do povo faz e reproduz como tradição. Na de outros, é só uma pequena parte das tradições populares. Na cabeça de uns, o domínio do que é folclore é tão grande quanto o do que é cultura. Na de outros, por isso mesmo folclore não existe e é melhor chamar cultura, cultura popular o que alguns chamam folclore. E, de fato, para algumas pessoas as duas palavras são sinônimas e podem suceder-se sem problemas em um mesmo parágrafo (BRANDÃO, 1984, p. 23).

Logo o folclore se afirmara como pertencente à cultura popular. O folclore seria responsável pela parte da cultura pouco legível, localizada num espaço que apenas o olhar de fora e em comparação perceberia como tal, além de sua característica de poder ser uma cultura esquecida, arcaica para o tempo presente, cujo seu estranhamento com a contemporaneidade seja revelador de historicidades. – “Era folclore o comportamento coletivo, tradicional, espontâneo, anônimo, regional que se mantinha pela tradição oral” (OLIVEIRA, 2008, p. 88).

De acordo com Adam Fox (2000, p.6), “*In the nineteenth century, the idea that popular tradition was the product of unmediated oral transmission and that it bore little relationship to the culture of the literate classes was the first principle from which the developing study of folklore began*¹³⁷”. O folclore

¹³⁷ “No século XIX, a ideia de que a tradição popular era o produto transmissão oral não mediada e que apresentava pouca relação com a cultura das classes alfabetizadas foi o primeiro princípio a partir do qual o desenvolvimento do estudo do folclore começou”.

surgirá com o desenvolvimento do capitalismo e suas consequências na modernidade. Será uma resposta nostálgica ao descrédito da antiga ruralidade substituída pela vida nos grandes centros urbanos. Para manter viva a riqueza desse passado em processo de destruição, os folcloristas, de acordo com Lucia Lippi Oliveira (2008, p. 87), “coletavam e traduziam histórias das populações rústicas, camponesas isoladas que conservavam histórias do passado, as sobrevivências”. Assim, como nos informa Dominique Poulot (2009, p. 219), outros como Charles Brun, na França em plena *belle époque*, tinha o objetivo de trazer o folclore para o ensino de história local, vinculando as crianças aos seus antepassados, despertando-lhes o orgulho do torrão natal.

Walter Benjamin (1987) – que como os folcloristas ingleses e franceses do século XIX – percebera as mudanças na cultura popular, causadas prospectivamente pelo desenvolvimento do capitalismo e a nova vida urbana direcionada ao trabalho, que não mais permite o ócio criativo. A revolução industrial afeta diretamente as narrativas orais, que se encontram em declínio no mundo ocidental. Com isso, a tradição oral recebe um forte golpe a partir da revolução da prensa de Gutenberg em 1450 e proliferação dos romances. Que não carregando a continuidade de saberes de riqueza coletiva, escolhem a soberba do vazio individual (BENJAMIN, 1987, p.201).

Questiona-se, todavia, até que ponto o Folclore como construção intelectual – isso é uma categoria de análise heurística – não teria crido e legitimado estigmas para com a classe popular, ao adquirir fragmentos de uma dimensão da cultura popular, que é externa ao folclorista, o fazendo submerso como dirá Bourdieu (2015, p.10), afogando-se em uma realidade que é dotada de códigos e sentidos, segundo a qual ela é codificada conforme a construção simbólica popular, exterior ao pesquisador dos “fragmentos”.

Como já percebido por Gramsci (2002, p. 133), desde a década de 1930, apesar de fazer relevância à iniciativa dos folcloristas de documentar aspectos do povo, o autor questionava o uso supérfluo do campo entendido como folclore e suas práticas, criticando o fato do estudo ser pautado, preponderantemente, como um elemento pitoresco. Tendo-se a ciência do folclore métodos, simplesmente, arquivistas, colecionistas de fragmentos, frente ao medo da destruição causada pela modernidade. Antônio Arantes (2004, p. 30) aponta que destituídos de seu conjunto de formação simbólica cultural, os fragmentos individuais nada significam por si, a não ser uma suposição fictícia de possibilidade do ter sido.

A cultura popular e, respectivamente, o folclore no Brasil têm seus antecessores no movimento naturalista do século XIX, que

buscava a “essência” do pitoresco, como nos aponta Lúcia Lippi Oliveira (2008). Além de um interesse da coroa portuguesa, a partir de 1808, também há uma forte demanda de curiosos europeus em desvendar os mistérios da natureza brasileira. Visando à absorção do exótico, do “Bom Selvagem”, à mestiçagem, entre outras imagens capazes de intuir um nacionalismo, através do ponto de vista natural, antropológico e histórico. Características forjadoras da nação e do nacionalismo, como apontado por Benedict Anderson (2008) e Eric Hobsbawm (2008).

Os folcloristas brasileiros surgiram, portanto, nessa embrincada literária da tradição oral, influenciados, externamente, pelo trabalho de arquivamento dos folcloristas ingleses do século XIX (CRUIKSHANK, 2006), e, internamente, pela demanda brasileira de identidade nacional. O Folclore estando ligado a um modo de ver essencialista, que ignora a mudança no tempo, negando a historicidade dos objetos, não concebendo como fenômenos que ocorrem presos no tempo histórico, e assim mutáveis, como tudo que faz parte da realidade humana.

Os folcloristas estavam ligados a uma elite reacionária, saudosista de um Brasil rural, agrário, do engenho (no Nordeste), antimodernistas (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009). Ao mesmo tempo em que por outro lado, representando um interesse nas classes populares pobres e excluídas das análises sobre o que é o Brasil, principalmente, a partir da década de 1940, indo além da catalogação ingênua, encarando como estudo da realidade social (GRILLO, 2015, p. 142). Com grandes intelectuais nacionais influentes ao exemplo: Sílvio Romero¹³⁸ (1851-1914) e Câmara Cascudo¹³⁹ (1898-1986).

CULTURA POPULAR E O CUIDADO CRÍTICO

A cultura popular ou culturas populares – como prefere o antropólogo Nestor Garcia Canclini, em sua fase teórica marxista (MEDEIROS, 2007, p.81) – “se constituem num processo de

¹³⁸ Sílvio Romero, responsável pela obra “Contos populares do Brasil” (1885), considerada a primeira grande compilação etnográfica da literatura brasileira. Fez um trabalho inspirado na produção dos famosos Irmãos Grimm, também respectivos do século XIX. Apesar de se contrapor ao romanismo, dos folcloristas europeus, preferindo exaltar o naturalismo forte no Brasil. Sua produção é semelhante ao do português Teófilo Braga, em sua obra “Contos Tradicionais do povo português” (1883). Dividindo os contos compilados de maneira cartesiana, demonstrando pelo conjunto da obra uma crença comum da época de que existem raças superiores e inferiores na cadeia evolutiva. Sua obra numa mentalidade turva do século XIX é influenciada pelo o que ficou conhecido como darwinismo social, dividindo-se pelos seus preceitos Étnicos de: contos de origem europeia; indígena; africana e mestiça.

¹³⁹ Câmara Cascudo foi um prolífico intelectual com uma obra gigantesca em sua maioria trabalhando o levantamento do folclore brasileiro. Cascudo, segue a lógica autoexplicativa dos contos, trazendo o trabalho descritivo de catalogação das narrativas, contudo consciente das possibilidades das fontes apesar de não adentrar em análises mais complexas do objeto como referente da construção simbólica cultural para compreensão do social e histórico Nordeste. Apesar de sua visão congelada no arcaico da cultura popular, do Nordeste em um passado forjado, sem presente e sem futuro (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 20). Câmara Cascudo percebeu o conto popular como revelador de “informação histórica, etnográfica, sociológica, jurídica, social. É um documento vivo, denunciando costumes, ideias, mentalidades, decisões e julgamentos” (CASCUDO, 2014, p. 6). Com méritos, vai além da mera catalogação do conto, como fez Teófilo Braga (1883) e Sílvio Romero (2017), inserindo também alguns pertinentes comentários sobre as práticas envolvidas no conto, porém não passa de observações muitas vezes elementares.

apropriação desigual dos bens econômicos e culturais de uma nação ou etnia por parte dos seus setores subalternos e pela compreensão, transformação, real e específicas do trabalho e da vida” (CANCLINI, 1983, p. 42). Culminando, muitas vezes, na reprodução de estigmas, preconceitos, silenciamentos e até exclusões por parte de alguns acadêmicos que evitam produzir uma autoanálise de lugar social de produção de discurso.

Incrementando-se uma sistematização maior para perceber o objeto, a historiadora Maria Ângela de Farias Grillo (2015, p.10) analisa a cultura popular em sua complexidade de poder ser, “uma produção feita para o povo e pelo povo; as feitas para o povo, mas não pelo povo; e as que não são produzidas nem pelo povo nem para o povo, mas por este adotadas. Pois estão adequadas a suas maneiras de sentir”. Esses modos de sentir populares, trazem à tona a subjetividade de se distinguir, em certos casos, o campo da cultura popular, problematizando-se até que momento determinada produção pertence a determinados grupos de consumidores.

Como perceptível na escrita do inglês E. P. Thompson (1998, p. 17), parafraseando-o, compreender a cultura popular exige-se necessariamente que superar os conceitos erudito e popular, alto e baixo, como formações autônomas. Sendo diferentes recursos que se fazem em trocas simbólicas entre as dualidades: escrito e o oral; metrópole e aldeia; dominante e subordinado. Em uma arena conflituosa que apenas em uma pressão imperiosa assume forma de sistema. O Historiador, ainda, nos alerta para o perigo do termo cultura nos distrair das contradições sociais e culturais, das fronteiras e oposições existentes dentro do conjunto.

Passando a considerar a dicotomia erudito/popular antes de tudo como problemas teóricos, apresentando que há de certa forma um terceiro nível mediano (CHARTIER, 1985, p. 54), que possibilita uma circularidade cultural (GINZBURG, 2006), de trocas de poderes entre o dominante e o dominado, e não em um sistema de imposição, pois é certo que dentro de todo conformismo se encontra a resistência. Assim é trabalhado no cotidiano de Michel de Certeau (2008), com a lógica do fraco, e em Carlos Ginzburg (2006), exemplificando seu personagem Menocchio.

De tal modo, como na percepção de cultura popular da filósofa Marilena Chauí (2014), sendo algo de uma lógica própria, possuindo no seu bojo a presença do conformismo, inconformismo e da resistência. Pois mesmo sobre imposição do dominante esses três pontos se verticalizam. Como na visão do filósofo Gaston Bachelard (1988, p. 32), o “nada” em ação direta é a distensão à suposta

continuidade da dominação, se refugiando no que é heterogêneo diante do que se manifesta. Antônio Arantes (2004, p. 45-46) reitera duas possibilidades de subversão: em primeiro lugar, interpretando, diferentemente, um mesmo conjunto de símbolos e reproduzindo, metaforicamente, as diferenças. A segunda forma é a reinterpretção de um mesmo material simbólico, recriando formas e interesses autônomos, que conflitam com os interesses dominantes.

Evitando o erro historiográfico que tratara objetos do folclore ou da cultura popular, no qual “substitui o símbolo pela ideia, a imagem pelo conceito” (CARVALHO, 2013, p. 149). Embarçando as formas com os conceitos, levando em conta o significado e ignorando o significante, trazendo a linguística de Saussure, evocada por Albuquerque Júnior (2013, p. 27). Semelhante ao alerta proferido por Roger Chartier (1985, p. 33) que eleva a importância dos historiadores se esforçarem para pensar a “relação das ideias (ou ideologias) e da realidade social através de categorias que não as da influência ou do determinismo (...) preocupação expressa por Febvre já antes de 1914”.

Antes de tudo, temos que assegurar uma tautologia necessária que é o olhar para a cultura popular e enxergar ali uma produção cultural autêntica, retirar as vestes do olhar de cima para baixo, seja ele nostálgico “romântico,” ou mesmo classista preconceituoso, no que se refere a uma produção de pobres, analfabetos desvinculados do espectro urbano. Que alguns, em suas análises, não levam em consideração que a resistência popular à dominação não se dá apenas aos moldes inconscientes tratados por Certeau (2008), mas também, de forma consciente, no que é expresso nas análises fenomenológicos de Bachelard (1988, p. 44), atribuindo aos sujeitos “o pensamento, a reflexão, a vontade clara, o caráter teimoso”.

Parafraseando Roger Chartier (1985, p. 37-38) que nos conduzirá à necessidade de ponderar não como nós pensaríamos se estivéssemos no lugar do outro; todavia que só pode conduzir a hipóteses quanto muito verossímeis e quase sempre falsas, é fundamental o esforço pelo contrário, por nos pormos em guarda contra os nossos próprios hábitos mentais e tratemos de descobrir os do outro, através da análise de suas representações coletivas e das ligações entre essas representações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto é necessário atentar no sentido de que a cultura popular, como qualquer outra instância conceitual, apesar da ilusão de uma unidade harmoniosa, devido à autonomia que adquirem os conceitos, pouco se encontra congruente. Na realidade, trata-se de contradições dialéticas, que nem sempre não maquiadas servem aos interesses

políticos dos grupos dominantes. Mas que em sua crueza representa a complexidade simbólica, que chamamos de cultura popular. Percebamos que a História necessita tratar esses sujeitos indo além de apenas abstrações conceituais. E como afirma Arantes (2004, p.22), quebrarmos o estigma de que a cultura popular se restringe a tradições passadas, pois como qualquer forma de cultura ela é viva no tempo e diversa.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A Feira dos Mitos: A fabricação do folclore da cultura popular (Nordeste 1920-1950)**. São Paulo: Intermeios, 2013.
- . **A Invenção do nordeste e outras artes**. 4.ed.rev. São Paulo: Cortez, 2009.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: companhia das letras, 2008.
- ARANTES, Antônio Augusto. **O que é cultura popular**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BACHELARD, Gaston. **A dialética da duração**. São Paulo: Editora Ática, 1988.
- BARROS, José de assunção. **O campo da História: Especialidades e abordagens**. Petrópolis, Rio de janeiro: Editora Vozes, 2009
- . **O Projeto de pesquisa em História: Da escolha do tema ao quadro teórico**. Petrópolis, Rio de janeiro: Editora Vozes, 2015.
- BENJAMIN, Walter. O Narrador. p.197-221. *In: Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura*. Obras escolhidas vol.1. Editora Brasiliense. 1987.
- BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. 2.ed. ver. 2 reimpr. Porto Alegre, RS: Zouk, 2015.
- BRANDÃO, C.R. **O que é Folclore**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.
- BURKE, Peter. **O que é história Cultural?** 2ª edição revista e ampliada. Trad. Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.191p.
- CANCLINI, N. G. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CARVALHO, Marcelo de. A fenomenologia da imaginação. *In: Conhecimento e Devaneio: Gaston Bachelard e Androgenia da Alma*. Rio de janeiro: Mauad X, 2013, p.141 – 172.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. História e Paradigmas Rivais. *In: CARDOSO, C; VAINFAS, R. Domínios da História: Ensaio de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro. Editora Campus, 1997, p.15-37.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Contos Tradicionais do Brasil**.1ª edição digital São Paulo: Global Editora, 2014.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CHARTIER, Roger. **A história Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa, Difel, 1985.
- CHAUÍ, M. **Conformismo e resistência**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.
- CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. 1. Artes de Fazer. 14ª ed. Petrópolis, Rj: Editora Vozes, 2008.
- DURAND, G. **O imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem**. Rio de

Janeiro: DIFEL, 1998.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**: Uma História dos Costumes, tradução brasileira de Ruy Jungmann, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, vol. 1, 1990.

FOX, Adam. **Oral and Literate Culture in England 1500-1700**. CLARENDON PRESS ·OXFORD, 2000.

GEERTZ, Clifford, (1926- 2004) **O saber local**: Novos ensaios em Antropologia Interpretativa. Petropolis, RJ, 2014.

GINZBURG, Carlos. **O queijo e os vermes**. 1ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

———. **Micro-história**: Duas ou três coisas que sei a respeito. In: O fio e os rastros: Verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Cia. das Letras, 2007. p.249-279.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, vol. 6 Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRILLO, M. A. F. **A arte do povo**: Histórias na literatura de cordel [1900-1940]. Jundiá: Paco Editorial, 2015.

HAMENOO, Michael. A África Na Ordem Mundial. (In) NASCIMENTO, Elisa Larkin. **A matriz africana no mundo**. São Paulo: Selo Negro, 2008.

HOBBSAWM, Eric J. **Nações e nacionalismos desde 1780**: programa, mito e realidade. 5ª ed. São Paulo: PAZ e Terra, 2008.

———. A história de baixo para cima. In: **Sobre a história**. São Paulo, Companhia das Letras, 2013. p.280-300.

LOWY, Michael. **Walter Benjamin: Aviso de Incêndio**. Uma leitura das teses “sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo, 2005.

MATTOS, Regiane Augusto de. **História e cultura afro-brasileira**. 1ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MEDEIROS, Roseane Borges de. **Para uma compreensão da cultura popular na teoria marxista**. Recife: Ed. Do Autor, 2007.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **Cultura é Patrimônio**: Um guia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

ONFRAY, Michel. **Cosmos: uma ontologia materialista**. Tradução: Dorothée de Bruchard. São Paulo: Martins Fontes – Selo Martins, 2008.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XIX**. Do monumento aos valores. São Paulo: Estação da Liberdade, 2009.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. **A escrita da História Novas Perspectivas**. (Org.) BURKE, Peter. São Paulo: Editora Unesp. 1991. p.39-62.

SILVA, Kalina Vanderlei. SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos** / Kalina Vanderlei Silva, Maciel Henrique Silva. – 2.ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2009.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**. São Paulo: companhia das letras, 1998.

TYLOR, Edward b. **Primitive culture**: researches into the development of mythology, philosophy, religion language, art, and customlondon john murray, albemarle street, w. 1920.



EIXO TEMÁTICO III

**Patrimônio Cultural e
História Colonial.**



Escravos em “Alagoinhas:” um estudo de caso no contexto da escravidão no Interior de Pernambuco (último quartel do século XVIII e primeiras décadas do XIX).

Alexandre Bittencourt Leite Marques ¹⁴⁰

INTRODUÇÃO

Uma vez o filósofo Sêneca, que viveu na Roma Antiga (4 a. C. – 65 d. C), retribuiu uma máxima ao seu amigo Lucílio: “isso não te dou como pagamento: devolvo-te um bem que já era teu”.¹⁴¹ Dessa forma, é assim que enxergo o presente artigo aqui escrito. Devolvo à professora doutora Ana Lúcia do Nascimento Oliveira uma pequena fração do seu conhecimento e da sua amizade, generosamente, passados a mim ao longo dos anos. A professora me acompanhou do início da graduação ao término do mestrado, na árida/fértil tarefa da pesquisa acadêmica. Ao procurar apelar minha “sede” pela história do agreste e sertão de Pernambuco, a professora Ana Nascimento ofereceu-me como “fonte” de beber a água de Alagoinha. Ao lado de outros valorosos professores, ensinou-me a caminhar por entre lajedos e lagoas, serras e caatinga do semiárido nordestino, seguindo o rastro de vestígios do passado.

O presente artigo é uma derivação de parte da nossa dissertação de mestrado, defendida no ano de 2012¹⁴². Aqui, tem-se como objetivo ampliar as análises, especificamente, acerca da presença de escravos africanos, crioulos e mestiços, em “Alagoinhas”, nos sertões de Ararobá de Pernambuco, no último quartel do século XVIII e primeira metade do século XIX.¹⁴³ O método de pesquisa utilizado foi calcado no paradigma indiciário, tendo a micro-

¹⁴⁰ Doutor em História pela Universidade de Évora (Portugal), mestre e licenciado em História pela UFRPE. E-mail: alexandre.bittencourt@hotmail.com

¹⁴¹ SENECA, Lúcio Anneo. *Aprendendo a viver: cartas a Lucílio*. Porto Alegre, RS: L&PM Pocket, 2020. p. 19.

¹⁴² Dissertação intitulada “Entre lajedos e lagoas: formação territorial, habitações e bens culturais no povoado de Alagoinhas nos sertões de Pernambuco (1775-1835)”, orientada pela professora doutora Ana Lúcia do Nascimento Oliveira e Coorientada pela professora doutora Kalina Vanderlei Silva. Ver MARQUES, Alexandre Bittencourt Leite. *Entre lajedos e lagoas: formação territorial, habitações e bens culturais no povoado de Alagoinhas nos sertões de Pernambuco, 1775- 1835*. 2012. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional) – Departamento de História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2012.

¹⁴³ Existiam variações em relação ao nome acima descrito. Na documentação dos séculos XVIII e XIX, ele poderia vir descrito como “Alagoinhas” ou “Lagoinhas”. Após ser alçada a condição de município em 1948, Alagoinhas perdeu o “s” do seu nome, passando a se chamar, desde então, “Alagoinha”. Nesse sentido, ao longo do presente trabalho, quando nos referirmos ao antigo povoado, usaremos o termo “Alagoinhas”. Sobre a passagem do nome “Alagoinhas” para “Alagoinha”, ver MACIEL. José de Almeida. *Questões de Toponímia Municipal Pernambucana*. Recife: Centro de Estudos Municipal/ FIAM 1984.

história como ângulo, que nos permite perceber detalhes da história local de Alagoinhas em consonância com o amplo processo da presença escrava no interior da capitania de Pernambuco e demais capitanias do norte do Brasil.¹⁴⁴ No que concerne às fontes de pesquisa, fez-se uso de dois inventários *post-mortem* pertencentes ao casal fundador do povoado, escritos nos anos de 1835 e 1847, além do processo cível de divisão da propriedade Alagoinhas.¹⁴⁵ Atualmente, os três documentos encontram-se localizados no acervo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP).¹⁴⁶

A presença de escravos originários da África tornara-se permanente nos sertões de Pernambuco, sobretudo a partir da segunda metade do século XVIII. Abertas as fazendas de gado, erigidos povoados e vilas, cultivadas as plantações de algodão e os roçados de milho, mandioca e feijão, potencializou-se, muito mais, a presença de escravos provenientes de Angola, do Congo, da Costa da Mina, entre outros lugares do continente africano. Apesar dessa presença marcante, há uma carência de estudos sobre o perfil dos escravos africanos e de seus descendentes nos ditos sertões.¹⁴⁷ Pouco se conhece sobre as características dos diversos grupos de africanos, que foram, forçadamente, introduzidos nessa distante região de Pernambuco, assim como dos seus descendentes diretos ou mestiços que ali nasceram. Como parte dos sertões de Pernambuco, Alagoinhas estava imersa nessa realidade descrita acima.¹⁴⁸

¹⁴⁴ O paradigma indiciário é um procedimento que rastreia e analisa os dados marginais, os resíduos tomados como pistas, vestígios, sinais e indícios de algo presentes nos documentos. GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. Em relação à micro-história ver: LEVI, Giovanni. *Sobre a micro-história*. In: Peter Burke. (org.). (1992). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992..

¹⁴⁵ IAHGP. *Inventário post mortem* de Gonçalo Antunes Bezerra, 1835. Acervo Orlando Cavalcanti. Caixa 61; IAHGP. *Processo cível de Divisão da propriedade Alagoinha*, 1835. Acervo Orlando Cavalcanti. Caixa150; IAHGP. *Inventário post mortem* de Antonia Maria de Jesus, 1847. Acervo Orlando Cavalcanti. Caixa. 64.

¹⁴⁶ A existência e paradeiro dos referidos documentos eram desconhecidos da atual população do município de Alagoinha. Nas nossas investigações no âmbito do mestrado, entre os anos de 2010 e 2012, localizamos os inventários e o processo cível no acervo do IAHGP, situado no Recife, capital de Pernambuco. Após a defesa da dissertação, disponibilizamos esses documentos digitalizados, bem como exemplares da dissertação impressa, para a biblioteca pública de Alagoinha e para a biblioteca da Escola Estadual Gonçalo Antunes Bezerra. A doação foi bem recebida pela sociedade alagoïnense, principalmente por dois dos moradores que há anos pesquisam sobre a história do referido município, o agora falecido Sr. Erasmo Lumba e a Prof^a. Lúcia Inojosa Freitas. Gentilmente, esses dois pesquisadores mencionaram o fato da nossa doação no livro que publicaram no ano de 2014. Ver: OLIVEIRA, Erasmo Lumba de; FREITAS, Lúcia de Fátima Inojosa. *Alagoinha: nossa terra nossa história*. Recife: libertas, 2014. p. 31.

¹⁴⁷ Exemplos desses poucos estudos sobre a escravidão no interior de Pernambuco podem ser vistos em: CINTRA, Ivete de Moraes. *Gado brabo de senhores e senzalas*. Recife: Centro de Estudos História Municipal, 1988. VERSIANI, Flávio Rabelo; VERGOLINO, José Raimundo Oliveira. *Posse de escravos e estrutura da riqueza no agreste e sertão de Pernambuco, 1777-1887. Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 353-393, abr./jun. 2003. DE CARLI, Caetano. *O escravismo e o sertão de Pernambuco. Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, n. 68, p. 77-122, 2015. NASCIMENTO, Marcelo O. do. *Pesqueira de 1800: a fazenda, o fundador e sua gente*. Pesquisa: Ed. do autor, 2016. SILVA, José Eduardo da. *Além do litoral: escravidão no agreste meridional de Pernambuco (Garanhuns, 1800-1850)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2020. MARQUES, A.B.L. “No ‘coração das terras’ - os sertões da capitania de Pernambuco e do reino de Angola: representações, conexões e trânsitos culturais no império português (1750-1808). Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade de Évora, Évora (Portugal), 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/25748>.

¹⁴⁸ Se por um lado, pouco se conhece sobre o perfil e a vida dos escravos nos sertões de Pernambuco, por outro, temos consideráveis estudos sobre os senhores desses escravos. Ao longo do século XX, diversos memorialistas, geralmente descendentes de importantes famílias coloniais, escreveram genealogias, biografias e histórias heroicas e saudosistas dos seus antepassados. É bem verdade que os escravos estavam presentes nessas narrativas, porém, de forma tangencial, pois o foco principal estava nos feitos das famílias colonizadoras que desbravaram os sertões. Exemplos desses estudos podem ser vistos em: BARBALHO, Nelson. *Caboclos do Urubá*. Recife: Cepe, 1977. MACIEL, José de Almeida. *Pesqueira e o antigo termo de Cimbres*. Recife: Centro de Estudos de História Municipal, 1980. WILSON, Luís. *Ararobá lendária e eterna: notas para a história de Pesqueira*. Pesqueira: Prefeitura Municipal de Pesqueira, 1980. Uma exceção foi o memorialista Augusto Duque que, na década de 1940, procurou analisar a presença escrava no interior de Pernambuco. O investigador debruçou-se sobre alguns inventários *post-mortem* dos anos de 1820 a 1830. Porém, conforme dito por ele, precisou interromper os trabalhos indeterminadamente, pois os tais inventários tornaram-se inacessíveis. Não sabemos se Duque posteriormente conseguiu desenvolver seus estudos. DUQUE, Augusto. *Documento sobre o agreste*. Recife: Secretaria do Interior e Justiça, 1947. Separata da *Revista do Arquivo Público*, 7.34, 1.º semestre, 1947. p. 27-28.

DESENVOLVIMENTO

O processo da expansão colonizadora sobre os sertões de Pernambuco e demais capitanias do norte do Brasil foi lento. A partir da região costeira, gradativamente, diversos colonizadores com suas famílias e escravos se espalharam pelo interior dos territórios das referidas capitanias. Nesses locais, aldeamentos, povoados e vilas se ergueram lentamente – principalmente, entre os séculos XVIII e XIX – em espaços abertos e zonas distantes dos grandes núcleos urbanos e administrativos do mundo do açúcar.¹⁴⁹ Ao fazer o percurso, que levava ao interior, essas pessoas se deparavam com uma série de dificuldades encontradas nos espaços dos sertões. Percorrendo esses caminhos, penetravam em um ambiente tido como inóspito para os colonizadores, caracterizado por clima quente, solo pedregoso, densa vegetação retorcida e espinhosa, animais selvagens, serras, morros, gargantas, escravos fugidos e variados grupos indígenas que resistiam à tomada de suas terras.¹⁵⁰

Após a vila de Cimbres ser erigida nos sertões de Ararobá de Pernambuco (1762)¹⁵¹, gradativamente, começaram a aparecer povoações periféricas, como Alagoinhas, em sítios pertencentes à área de abrangência jurídico-administrativa da dita vila. O memorialista Dorgival Galindo (1931) comentou sobre o processo de ocupação colonial do sítio Alagoinhas. De acordo com Galindo, foi no último quartel do século XVIII que um homem chamado João Antunes adquiriu a propriedade Alagoinhas de uns portugueses residentes no Brejo da Madre de Deus, interior de Pernambuco. “Acompanhado de sua mulher e seus dez escravos”, João Antunes fixou residência na encosta sul da serra de Alagoinha. Alguns anos depois, João vendeu sua propriedade para seu irmão mais novo, Gonçalo Antunes Bezerra, que vindo de Vitória de Santo Antão estabeleceu residência em Alagoinhas, trazendo consigo “sua mulher, filhos alguns escravos, e vários parentes e amigos com suas famílias” (GALINDO, 1931, p. 2-3). Ali, essas

¹⁴⁹ Sobre o processo da expansão colonizadora em direção ao interior de Pernambuco e demais capitanias do norte ver, por exemplo, os trabalhos de ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial: 1500-1800*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 6. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1998. MELLO, José Antônio Gonçalves de. *Três roteiros de penetração do território pernambucano, 1738 e 1802*. Recife: UFPE, Instituto de Ciências do Homem, 1966. PIRES, Maria Idalina da Cruz. *Guerra dos bárbaros: resistência indígena e conflitos no Nordeste Colonial*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002. BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *A elite colonial piauiense: família e poder*. 2. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. LOPES, Fátima Martins. *Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte*. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2003. PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec, 2002. MEDEIROS, Ricardo Pinto de. *O descobrimento dos outros: povos indígenas do sertão nordestino no período colonial*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000. SILVA, Kalina Vanderlei. *Nas solidões vastas e assustadoras: a conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII*. Recife: Cepe, 2010. FERRAZ, Socorro; BARBOSA, Bartaíra Ferraz. *Sertão: fronteira do medo*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2015. CUNHA, Elba Monique Chagas da. *Sertão, serções: colonização, conflitos e História indígena em Pernambuco no período pombalino (1759-1798)*. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional) – Departamento de História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2013.

¹⁵⁰ MARQUES, Alexandre Bittencourt Leite. *Entre lajedos e lagoas: formação territorial, habitações e bens culturais no povoado de Alagoinhas nos serções de Pernambuco, 1775- 1835*. 2012. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional) – Departamento de História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2012.

¹⁵¹ Sobre a criação da vila de Cimbres ver: FIAM/CEHM. *Documentos Históricos Municipais: Livro da criação da vila de Cimbres (1762 – 1867)*. Leitura paleográfica por Cleonir Xavier de Albuquerque da Graça e Costa. Colaboração do Departamento de História da UFPE. Introdução de Potiguar Matos. Notas de Gilvan de Almeida Maciel. - Recife: Cepe, 1985. 295 p. (Coleção Documentos Históricos Municipais).

pessoas assentaram a base que deu origem ao povoado¹⁵².

No século XIX, o cronista Pereira da Costa relatava a fundação do povoado de Alagoinhas como sendo efetivada no ano de 1805, em um sítio onde existia uma plantação de cereais. “Neste ano teve lugar a fundação do povoado Alagoinhas, na paróquia de Cimbres, por Gonçalo Antunes Bezerra, cuja denominação vem das suas numerosas e límpidas lagoinhas de água potável”. Ainda, de acordo com Pereira da Costa, anos depois, o tal sítio deu origem a uma povoação com “umas cento e cinqüenta casas, com algum comércio e animada feira semanal”, além de “um cemitério público, murado, com diversas catacumbas e jazigos particulares...” (COSTA, 1987, v. 7, p. 195-196).

De acordo com informações que coletamos nos inventários post-mortem do casal fundador de Alagoinhas, pode-se dizer que Gonçalo Antunes Bezerra faleceu no ano de 1835. Sendo assim, ele viveu, ao menos, trinta anos na propriedade. Durante esse tempo, realizou uma série de modificações no espaço: mandou edificar uma “morada de casas de taipa cobertas de telha”, bem como ordenou o cultivo de lavras de terras, de roçados e a criação de animais.¹⁵³ Por sua vez, sua esposa Antonia Maria de Jesus viveu por mais alguns anos, tornando-se responsável pelos bens do casal, até falecer no ano de 1847.

O inventário de Gonçalo Antunes traz algumas informações pertinentes à composição da sua família, como, por exemplo, os nomes de sua esposa, filhos, filhas e genros, bem como o estado civil dessas pessoas. Dentre os filhos e filhas herdeiros, um deles nos chamou atenção. Trata-se do Joaquim Antunes Bezerra. Durante nosso mestrado, identificamos que Joaquim foi descrito como “filho natural”. Isso significa dizer que ele era filho de Gonçalo Antunes com outra mulher e não com sua esposa, a Antonia Maria de Jesus. Porém, a história não para por aí. Percebemos que, ao longo da elaboração do inventário, o juiz municipal perguntou à viúva Antonia Maria de Jesus se havia algum outro filho a ser inscrito, no referido documento, para além dos filhos legítimos. Em circunstância de juramento perante o juiz, a viúva informou que seu finado marido Gonçalo Antunes, quando solteiro, teve um filho com uma escrava. De nome Bárbara, a escrava pertencia a um homem chamado Francisco Bento Monteiro. (ver figura 1). Do relacionamento entre Gonçalo e Bárbara, nasceu justamente o Joaquim Antunes Bezerra.

¹⁵² Agradecemos ao Ígor Cardoso, do Instituto Histórico de Garanhuns, por gentilmente ceder o livro do Dorgival Galindo, digitalizado, para que pudéssemos, mais uma vez, consultar essa obra.

¹⁵³ Ainda hoje existem vestígios da supracitada “morada de casas”. Ela é motivo de orgulho para os cidadãos alagoanenses, tendo recebido, inclusive, uma placa comemorativa. Entretanto, nos últimos anos, a falta de preservação fez com que este patrimônio se degenerasse de forma vertiginosa, restando somente às ruínas.

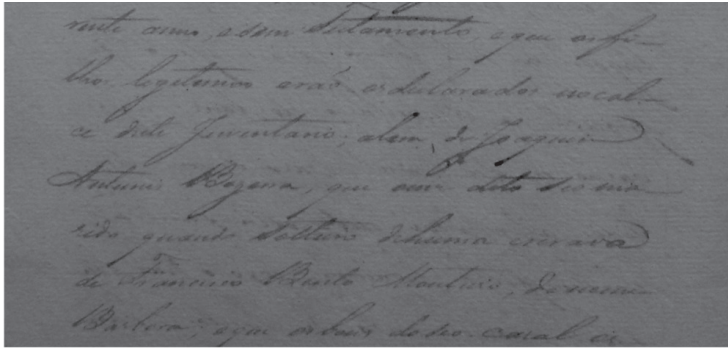


Figura1: Detalhe do inventário em que aparecem referências sobre o filho Joaquim Antunes Bezerra e sua mãe, a escrava Bárbara **Fonte:** IAHP. Inventário *post mortem* de Gonçalo Antunes Bezerra, 1835. Acervo Orlando Cavalcanti. Caixa 61.

Segundo consta no inventário, Gonçalo Antunes reconheceu seu filho natural, tendo este direito à partilha dos bens, incluindo uma parte da propriedade de terras. Joaquim Antunes Bezerra era casado com uma mulher chamada Severina Francisca de Jesus, e ambos ficaram de posse de um quinhão de 223 braças da propriedade Alagoinhas. Contudo, em se tratando da atualidade, a memória coletiva da população de Alagoinha, praticamente, não menciona a escrava Bárbara, assim como José Joaquim e sua esposa. De fato, poucas são as pessoas que ouviram falar que o Gonçalo Antunes teve um herdeiro com uma escrava. O esquecimento acerca da história do supracitado filho e da escrava Bárbara, na memória coletiva da população alagoinhense, nos sugere que houve tentativas das gerações passadas em silenciar e/ou manipular informações a respeito dessa ascendência escrava de um dos herdeiros do fundador do povoado.

Possivelmente, o silenciamento exemplificado, acima, se configura naquilo que o filósofo e historiador, Paul Ricouer, abordou a respeito do esquecimento e da memória manipulada ao longo da história da humanidade. Para Ricouer, há sempre o risco de a memória coletiva sofrer manipulação, motivada por uma “obscura vontade de não se informar, de não se investigar”, “por um querer-não-saber”, em suma, por uma “forma ardilosa de esquecimento” orquestrada pela história oficial. Ainda, segundo Ricouer, nas estratégias de esquecimento, “pode-se sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da ação assim como os contornos dela” (RICOUER, 2007, p. 455). Sendo assim, tudo indica que essa estratégia de manipulação da memória coletiva, se deu, também, na história narrada sobre a família colonial fundadora de Alagoinhas, que teve uma parte de sua origem silenciada pelas gerações seguintes, devido à existência de uma escrava, mãe de um

dos filhos do Gonçalo Antunes.

Na passagem do século XVIII para o XIX, os trabalhos realizados no antigo sítio Alagoinhas, bem como em outros sítios pertencentes à jurisdição da vila de Cimbres, em Ararobá, Pernambuco, eram baseados, principalmente, na plantação de algodão e na criação de gado. Nesse sentido, escravos passaram a ser utilizados no desenvolvimento de variadas formas de atividades. O memorialista Dorgival Galindo, que escreveu acerca da fundação de Alagoinhas, chegou a citar a presença de escravos na localidade, porém, o fez de forma generalizada. Na obra do Galindo (1931), os escravos foram abordados somente como um grupo homogêneo de pessoas cativas, isto é, sem as devidas particularidades que compõem cada um desses sujeitos¹⁵⁴. Entretanto, ao analisarmos os inventários post-mortem do casal Gonçalo e Antonia, percebemos detalhes importantes a respeito desses escravos como, por exemplo, a quantidade, condição, qualidade, nome, gênero, idade, estado civil, valor, trabalho, entre outras coisas. Apesar de pontuais, quando devidamente trabalhadas, essas informações nos revelam fragmentos das identidades e do modo de vida desses homens, mulheres e crianças escravizadas.

Em termos do trabalho que desempenhavam no dia a dia, a presença nos inventários dos escravos, ao lado de outros bens (gado vacum e cavalariço, lavoura de algodão, roçados e objetos como serra, serrote, enxó, escopro, pá, bacia, moinho, formão, entre outros) nos dá ideia das atividades que eram desempenhadas, diariamente, pelos escravos na propriedade Alagoinhas. O ritmo lento da natureza movia essa propriedade rural, mas isso não significa pensar que não havia os mais diversos tipos de atividades a serem feitas no âmbito doméstico, da agricultura, da pecuária, entre outros. Daí a presença de cativos para realizar o trabalho pesado. Mas quem eram essas pessoas? A análise dos quadros abaixo, baseada nas informações dos inventários do casal Gonçalo e Antonia, lança luz sobre as particularidades desses indivíduos, que durante muito tempo ficaram encobertas ao longo da história.

¹⁵⁴ Na época em que o Galindo escreveu sua obra, nas primeiras décadas do século XX, o foco era mais voltado para a descrição dos feitos das "grandes personalidades" da história. Nesse sentido, no que se refere à história local de Alagoinha, o enfoque recaía sobre os feitos de Gonçalo Antunes Bezerra e sua família colonial. Sendo assim, os chamados "grupos subalternos", isto é, a mulher, o pequeno agricultor, o indígena, os escravos africanos e mestiços eram relegados para segundo plano ou, até mesmo, esquecidos da história.

CONDIÇÃO	NOME	QUALIDADE	ESTADO CIVIL	IDADE	VALOR EM RÉIS
Escravo	João	Angola	Casado	50	300 mil
Escrava	Caetana ¹⁵⁵	Crioula	Casada com o pardo João	32	280 mil
Escravo	Francisco	Nação	Solteiro	50	300 mil
Escravo	Joaquim	Nação	Solteiro	60	150 mil
Escrava	Joaquina	Angola	Solteira	52	250 mil
Escrava	Maria	Crioula		11	220 mil
Escravo	Francisco	Pardo	Solteiro	75	100 mil

Quadro 1: escravos declarados no inventário de Gonçalo Antunes Bezerra (1835) **Fonte:** IAHP. Inventário de Gonçalo Antunes Bezerra, 1835. Acervo Orlando Cavalcanti – Cx. 61.

CONDIÇÃO	NOME	QUALIDADE	ESTADO CIVIL	IDADE	VALOR EM RÉIS
Escravo	Francisco	Angola		Velho	200 mil
Escrava	Joaquina			Velha e doente	50 mil

Quadro 2: escravos declarados no inventário de Antonia Maria de Jesus (1847) **Fonte:** IAHP. Inventário de Antonia Maria de Jesus, 1847. Acervo Orlando Cavalcanti. Cx. 64.

Ao comparar as informações contidas nos dois quadros acima, percebe-se, rapidamente, que o número de escravos caiu para menos da metade num espaço de 12 anos. Em 1847, só restaram o escravo Francisco Angola e a escrava Joaquina. Alguns fatores contribuíram para esse decréscimo, dentre eles, escravos que faziam parte do montante de bens que ficaram de herança para os filhos do casal, assim como escravos que receberam cartas de alforria, isto é, foram libertados. Também não pode ser descartada a possibilidade da morte de algum escravo ao longo dos anos. Contudo, vale ressaltar que a diminuição desses cativos se deu no plantel pertencente, exclusivamente, à Antonia Maria de Jesus. Recentemente, baseados nas afirmações do que chamam de “antepassados”, o pesquisador Erasmo Lumba e a professora Lúcia Inojosa afirmaram que, após a formação do núcleo urbano em

¹⁵⁵ No inventário, na parte das dívidas passivas, consta que a escrava Caetana havia sido comprada anteriormente aos cunhados e cunhadas da inventariante Antonia Maria de Jesus.

Alagoinha, durante o século XIX, começaram a aparecer escravos, “os primeiros personagens de cor preta que iam se aglomerando em casebres até formarem uma rua que passou a ser chamada de Rua dos Negros”.¹⁵⁶ Nesse sentido, é possível dizer que, provavelmente, o número de escravos tenha crescido em Alagoinhas como um todo, afinal, com o passar das décadas, não só a família Antunes Bezerra se expandiu, como também a própria localidade adquiriu características de povoado.

A sociedade escravista do Brasil era extremamente hierarquizada. Nos últimos anos, historiadores procuram discutir as categorias de distinção e grupos sociais, referentes aos séculos XVI ao XIX. Na documentação coeva, está presente o uso dos termos “condição” e “qualidade”. Esses termos tratam de “condição” jurídica: livre, liberto/forro e escravo – e das “qualidades”: índio, branco, preto, negro, crioulo, mestiço, pardo, mulato, cabra, etc. Por vezes, no lugar do termo “negro” ou “preto”, vinha o local de origem ou de embarque do indivíduo: Angola, Benguela, Jeje, Mina e Congo, entre outros. Por outro lado, os termos “negro”, “preto” e “crioulo” eram “qualidades”, que poderiam ser imputadas tanto aos homens e mulheres nascidos na África quanto aos seus descendentes diretos, já nascidos em terras americanas.¹⁵⁷ Nas sociedades escravistas e intensamente mescladas, biológica e culturalmente, “qualidades” identificavam, distinguiam e hierarquizavam indivíduos e grupos¹⁵⁸.

Conforme pode ser visto, nos dois quadros acima, condição e qualidade estão presentes no título de escravos dos inventários do casal fundador de Alagoinhas. A condição de escravo foi imputada para 04 homens, 02 mulheres e 01 menina. Por sua vez, em termos da qualidade dessas pessoas, constou “Angola”, “Nação”, “crioula” e “pardo”. Das duas, Angola e Nação significam que esses escravos eram provenientes da África. Neste caso, Angola é uma denominação um pouco mais especificada, referindo-se a escravos remetidos dos portos de Luanda ou Benguela, pertencente ao Reino de Angola, na África Centro-Occidental. Já Nação é um termo bem mais abrangente e poderia se referir tanto a Nação Angola quanto a outras localidades e grupos do continente africano, como, por exemplo, Nação Congo, Nação Mina, Nação Jeje, entre outros.¹⁵⁹ Em relação às qualidades crioulo e pardo, significa que eram escravos, que já nasceram em solo do Brasil, isto é, não vieram diretamente da África. Porém, há uma diferença entre essas duas qualidades. Crioulo significa que nasceu no Brasil, mas de pai e mãe pretos. Já pardo significa que o escravo era um mestiço. Nesse caso,

¹⁵⁶ OLIVEIRA, Erasmo Lumba de; FREITAS, Lúcia de Fátima Inojosa. *Alagoinha: nossa terra nossa história*. Recife: libertas, 2014. p. 24.

¹⁵⁷ IVO, Isnara Pereira; PAIVA, Eduardo França; AMANTINO, Márcia. *Religiões e religiosidades, escravidão e mestiçagens*. São Paulo: Intermios: 2016.

¹⁵⁸ PAIVA, Eduardo França; CHAVES, Manuel F. Fernández. PÉREZ GARCIA, Rafael M. (Org.). *De que estamos falando?: antigos conceitos e modernos anacronismos: escravidão e mestiçagens*. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

filho de pai branco e mãe africana, ou de pai africano e mãe branca¹⁶⁰.

Sendo assim, pode-se dizer que os escravos João e Joaquina foram, forçadamente, conduzidos a partir de Angola, na África, até chegarem aos sertões de Pernambuco, no Brasil. O primeiro escravo Francisco, no inventário de 1835, apareceu de forma mais genérica como Nação. Porém, no inventário de 1847, esse mesmo escravo foi descrito, mais especificamente, como Angola, o que demonstra exatamente a localidade de onde partiu. Por sua vez, o escravo Joaquim teve imputado à qualidade Nação, que é mais genérica e pode remeter a diversos lugares e grupos da África, conforme já salientado mais acima. Caetana e Maria eram crioulas. Isso significa que essas duas nasceram no Brasil, mas tinham ascendência não mestiçada, isto é, ambas possuíam ascendência direta de pais e mães pretos. Por sua vez, o outro Francisco era pardo. Em outras palavras, Francisco também nasceu no Brasil, mas era um mestiço, ou seja, uma parte de sua ascendência era branca e a outra negra.

Como dissemos mais acima, alguns dos escravos receberam carta de alforria. Gonçalo Antunes havia determinado que, após sua morte, dessem liberdade “gratuitamente” ao pardo Francisco e ao preto Joaquim de Angola. Segundo consta no documento, dois motivos levaram a libertação desses homens: 1) os “bons serviços” por mais de quarenta anos “como fiéis escravos, sem que em todo este tempo deixassem de reconhecerem as obrigações que lhes competia como escravos.” 2) por não demonstrarem “por tão longo tempo a menor desafeição a seus senhores”¹⁶¹. Para Gonçalo Antunes, sua esposa e filhos herdeiros, esses homens deveriam “gozar do restante dos dias que ainda poderão sobreviver, como forros que são, e ficam sendo deste dia para sempre, como se livres nascerem [...]”¹⁶².

Realmente, ao comparar a idade de todos os escravos arrolados no inventário de 1835, percebe-se que tanto Joaquim quanto Francisco eram os mais velhos do grupo, possuindo a idade de sessenta anos e setenta e cinco anos, respectivamente. Contudo, é sempre bom lembrar que escravos considerados velhos não possuíam o vigor físico de outrora. Sendo assim, para muitos proprietários, era preferível conceder liberdade a ter que sustentar com alimentação e moradia os velhos cativos. Não sabemos se foi isso que levou Gonçalo Antunes e seus herdeiros a conceder liberdade ao pardo Francisco e ao preto Joaquim.

¹⁵⁹ Sobre as denominações dos africanos e suas generalizações ver OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. *Quem eram os “negros da Guiné”? a origem dos africanos na Bahia*. Revista Afro-Ásia, Salvador, n. 19-20, p. 37-77, 1997.

¹⁶⁰ Ao analisar a escravidão nos sertões da Bahia, Erivaldo Fagundes Neves, afirma que identificava-se o escravo negro nascido no Brasil pelo genérico crioulo e, conforme a miscigenação, pela cor: mulato, cabra, pardo. NEVES, Erivaldo Fagundes. *Escravidão, pecuária e policultura: alto sertão da Bahia, século XIX*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012b, p. 120.

¹⁶¹ IAHP. *Inventário de Gonçalo Antunes Bezerra*, 1835. Acervo Orlando Cavalcanti – Cx. 61.

¹⁶² IAHP. *Inventário de Gonçalo Antunes Bezerra*, 1835. Acervo Orlando Cavalcanti – Cx. 61.

Porém, devido à elevada idade, estes, possivelmente, não tinham mais a saúde necessária para “gozar dos restantes dos dias que ainda poderão sobreviver”.¹⁶³

Entretanto, nem todos os escravos conseguiam sua liberdade através de cartas de alforria. Muitos apostavam na fuga para o mato a oportunidade de conseguir sua liberdade. Segundo Henry Koster, cronista que percorreu os sertões das capitanias do norte do Brasil durante o século XIX, os escravos fugidos procuravam se afastar dos lugares habitados, como uma vila e se escondiam em bosques, agrupados em números de dez a doze indivíduos. Essa gente tinha o conhecimento das matas, o que lhes propiciava condições para sobrevivência. Nos matos, “constroem cabanas, que são chamadas de mocambos nos lugares mais ermos, e vivem da caça e dos frutos que podem encontrar”¹⁶⁴.

Nos sertões de Ararobá, região onde o sítio Alagoinhas estava inserido, havia diversos sítios, povoados e fazendas que possuíam escravos em suas terras. Alguns dessas propriedades de terras tinham dezenas ou centenas desses indivíduos. Nesses locais, não seria difícil de imaginar que alguns desses escravos conseguissem fugir da sua condição de cativo e se embrenhassem pela caatinga adentro a procura de abrigo. Os escravos fugidos viam nos lugares mais afastados a oportunidade de se esconderem dos seus proprietários e das autoridades locais. Por outro lado, não somente escravos fugidos deveriam procurar lugar para se estabelecer. Mesmo após a abolição da escravatura (1888) ou até mesmo antes, escravos alforriados e/ou seus descendentes também deveriam vagar por entre a vegetação espinhosa à procura de algum lugar propício para se fixar e desenvolver atividades de agricultura e criação de bodes, cabras e ovelhas¹⁶⁵.

Não temos informações sobre fugas de escravos, no que se refere, especificamente, ao plantel do casal fundador de Alagoinhas, bem como de outros moradores do antigo povoado. Entretanto, possivelmente, as coisas não deveriam diferir muito da situação encontrada nos outros lugares, que também faziam parte dos sertões de Ararobá de Pernambuco e dos vastos lugares do Brasil, onde tais fugas de escravos ocorriam. Essa possibilidade ganha mais força devido à existência, até hoje, de três comunidades quilombolas no território do atual município

¹⁶³ Por falar em saúde, a escrava Joaquina teve a sua abalada entre os anos de 1835 e 1847. Isso porque no inventário, pertencente à Antonia Maria de Jesus, Joaquina apareceu descrita como uma velha doente, coisa que não foi descrita antes no inventário de Gonçalo Antunes.

¹⁶⁴ KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Tradução de Câmara Cascudo. 12. ed. Rio de Janeiro; São Paulo; Fortaleza: ABC Editora, 2003. p. 532

¹⁶⁵ Mais informações sobre escravidão, bens culturais e as comunidades quilombolas de Alagoinha podem ser vistas em OLIVEIRA, Ana Lúcia do Nascimento; MARQUES, Alexandre Bittencourt Leite. Da escravidão negra às comunidades remanescentes: bens culturais e lugar de memória no município de Alagoinha, agreste de Pernambuco. In: CESAR, Tiago da Silva et al. (Org.). *História, cultura e patrimônio: experiências de pesquisa* [e-book]. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2016. Além disso, ver também o blog <http://adilsoncostafilho.blogspot.com/>, pertencente ao professor Adilson Costa, da Escola Estadual em Alagoinha, que desenvolve com seus alunos do Ensino Médio trabalhos a partir da história oral sobre as comunidades quilombolas e outros assuntos concernentes ao município.

de Alagoinha. São pessoas dos povoados de Laje do Carrapicho, Magé e Alverne.¹⁶⁶ Independente da procedência dos antepassados dessas pessoas (escravos/libertos do antigo sítio/ povoado de Alagoinhas ou de outras localidades dos sertões de Ararobá que posteriormente se deslocaram para lá), o fato é que muitos membros dessa atual população têm características físicas dos povos do continente africano, o que já demonstra que seus ascendentes eram aqueles que um dia foram, compulsoriamente, retirados como escravizados da África para o Brasil e que adentraram e se espalharam nos sertões de Pernambuco.

CONSIDERAÇÕES

Conforme visto, ao longo do presente artigo, escravos africanos, crioulos e mestiços marcaram presença em “Alagoinhas”. Essa presença escrava estava em consonância com a realidade de outras partes dos sertões de Pernambuco. Contudo, assim como em outras partes do interior pernambucano, ainda há muito a ser investigado sobre a escravidão em “Alagoinhas”. A tarefa da investigação é árdua devido às poucas informações documentadas. Nesse sentido, é justamente por essa dificuldade que quaisquer vestígios, sinais e indícios que rastreamos nos inventários *post-mortem* devem ser tomados e valorizados como peças importantes, que contribuem para o preenchimento das lacunas a respeito desse tema. Infelizmente, esquecimentos e silêncios se fizeram e ainda se fazem presentes em Alagoinha. Sendo assim, nossa análise procurou retirar parte do véu, que encobre a história dos escravizados dessa localidade. Desse ato de desvelo, particularidades foram expostas, enfatizando, ao menos, fragmentos de identidade e de pedaços da história de alguns desses homens, mulheres e crianças vítimas da escravidão.

REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500-1800**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 6. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1998.

BARBALHO, Nelson. **Caboclos do Urubá**. Recife: Cepe, 1977.

¹⁶⁶ Comunidades certificadas e inscritas no cadastro geral da Fundação Palmares, órgão do governo federal. Ver: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/TABELA-DE-CRQ-COMPLETA-CERTIFICADAS-20-07-2020.pdf>

- BRANDÃO, Tanya Maria Pires. **A elite colonial piauiense: família e poder**. 2. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.
- COSTA F. A. P. **Anais Pernambucanos**. Recife: FUNDARPE/Diretoria de Assuntos Culturais. 1987. v. 7. (Coleção Pernambucana).
- CINTRA, Ivete de Moraes. **Gado brabo de senhores e senzalas**. Recife: Centro de Estudos História Municipal, 1988.
- CUNHA, Elba Monique Chagas da. **Sertão, sertões: colonização, conflitos e História indígena em Pernambuco no período pombalino (1759-1798)**. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional) – Departamento de História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2013.
- DE CARLI, Caetano. O escravismo e o sertão de Pernambuco. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, Recife, n. 68, p. 77-122, 2015.
- GALLINDO, Dorgival. **Traços históricos sobre a fundação de Alagoinhas e seus primeiros habitantes**. Tipografia Jornal de Pesqueira, 1931.
- DUQUE, Augusto. Documento sobre o agreste. Recife: Secretaria do Interior e Justiça, 1947. Separata da **Revista do Arquivo Público**, 7.34, 1.º semestre, 1947. p. 27-28.
- FERRAZ, Socorro; BARBOSA, Bartira Ferraz. **Sertão: fronteira do medo**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2015.
- FIAM/CEHM. **Documentos Históricos Municipais: Livro da criação da vila de Cimbres (1762 – 1867)**. Leitura paleográfica por Cleonir Xavier de Albuquerque da Graça e Costa. Colaboração do Departamento de História da UFPE. Introdução de Potiguar Matos. Notas de Gilvan de Almeida Maciel. - Recife: Cepe, 1985.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- IVO, Isnara Pereira; PAIVA, Eduardo França; AMANTINO, Márcia. **Religiões e religiosidades, escravidão e mestiçagens**. São Paulo: Intermeios: 2016.
- KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Tradução de Câmara Cascudo. 12. ed. Rio de Janeiro; São Paulo; Fortaleza: ABC Editora, 2003.
- LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: Peter Burke. (org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- LOPES, Fátima Martins. **Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte**. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2003.
- MACIEL, José de Almeida. **Pesqueira e o antigo termo de Cimbres**. Recife: Centro de Estudos de História Municipal, 1980.
- MACIEL, José de Almeida. **Questões de Toponímia Municipal Pernambucana**. Recife: Centro de Estudos Municipal/ FIAM 1984.
- MARQUES, A. B. L. **No “coração das terras” - os sertões da capitania de Pernambuco e do reino de Angola: representações, conexões e trânsitos culturais no império português (1750-1808)**. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade de Évora, Évora (Portugal), 2019.
- . **Entre lajedos e lagoas: formação territorial, habitações e bens culturais no povoado de Alagoinhas nos sertões de Pernambuco, 1775- 1835**. 2012. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional) – Departamento de História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2012.
- MEDEIROS, Ricardo Pinto de. **O descobrimento dos outros: povos indígenas do sertão nordestino no período colonial**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.
- MELLO, José Antônio Gonçalves de. **Três roteiros de penetração do território**

pernambucano, 1738 e 1802. Recife: UFPE, Instituto de Ciências do Homem, 1966.

NASCIMENTO, Marcelo O. do. **Pesqueira de 1800**: a fazenda, o fundador e sua gente. Pesqueira: Ed. do autor, 2016.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Escravidão, pecuária e policultura**: alto sertão da Bahia, século XIX. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

OLIVEIRA, Ana Lúcia do Nascimento; MARQUES, Alexandre Bittencourt Leite. Da escravidão negra às comunidades remanescentes: bens culturais e lugar de memória no município de Alagoinha, agreste de Pernambuco. In: CESAR, Tiago da Silva et al. (Org.). **História, cultura e patrimônio**: experiências de pesquisa [e-book]. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2016.

OLIVEIRA, Erasmo Lumba de; FREITAS, Lúcia de Fátima Inojosa. **Alagoinha**: nossa terra nossa história. Recife: libertas, 2014.

OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. Quem eram os “negros da Guiné”? a origem dos africanos na Bahia. **Revista Afro-Ásia**, Salvador, n. 19-20, p. 37-77, 1997.

PAIVA, Eduardo França; CHAVES, Manuel F. Fernández. PÉREZ GARCIA, Rafael M. (Org.). **De que estamos falando?**: antigos conceitos e modernos anacronismos: escravidão e mestiçagens. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

PIRES, Maria Idalina da Cruz. **Guerra dos bárbaros**: resistência indígena e conflitos no Nordeste Colonial. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.

PUNTONI, Pedro. **A guerra dos bárbaros**: povos indígenas e colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec: 2002.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora as UNICAMP, 2007.

SÊNECA, Lúcio Anneo. **Aprendendo a viver**: cartas a Lucílio. Porto Alegre, RS: L&PM Pocket, 2020.

SILVA, José Eduardo da. **Além do litoral**: escravidão no agreste meridional de Pernambuco (Garanhuns, 1800-1850). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2020.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Nas solidões vastas e assustadoras**: a conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII. Recife: Cepe, 2010.

VERSIANI, Flávio Rabelo; VERGOLINO, José Raimundo Oliveira. Posse de escravos e estrutura da riqueza no agreste e sertão de Pernambuco, 1777-1887. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 353-393, abr./jun. 2003.

WILSON, Luís. **Ararobá lendária e eterna**: notas para a história de Pesqueira. Pesqueira: Prefeitura Municipal de Pesqueira, 1980.

Espaço judaico no atual município do Cabo de Santo Agostinho - PE.

José Gustavo Wanderley Ayres ¹⁶⁷

INTRODUÇÃO

No século XVII, a região do Nordeste do Brasil era bem conhecida pelos portos da Europa. Seu principal produto, o açúcar, havia despertado o interesse dos Países Baixos. Atraídos pelo lucro do mercado mundial, a Companhia das Índias Ocidentais (W.I.C.) procurou controlar a produção do açúcar, mantendo o abastecimento de suas refinarias. Auxiliado por burgueses, empreenderam intensas disputas econômicas e marítimas buscando o domínio das regiões transatlânticas. Após diversas tentativas frustradas de conquista do litoral do Brasil, lograram êxito no Nordeste açucareiro, em 1630, com a invasão de Pernambuco.

Os primeiros anos da ocupação (1630-54) foram de guerra intensa, por isso a empresa garantiu o escoamento da produção pela manutenção de portos (Recife, Itamaracá e Cabo) e fortificações no litoral (Forte São Jorge, Forte São Francisco e Forte do Mar). Suas ações, no espaço, impuseram uma nova racionalidade face ao modelo português existente. Nossa pesquisa procura tratar de uma dessas zonas portuárias, mais especificamente nos atuais municípios do Cabo de Santo Agostinho.

O CABO DE SANTO AGOSTINHO

O Cabo por ser uma região geográfica banhada por dois grandes rios - o Jaboatão e Pirapama - permitia uma maior facilidade de abastecimento humano, a disseminação de rotas de penetração no território, o deslocamento da produção e a utilização dos múltiplos recursos hídricos da bacia. Gilberto Osório de Andrade e Raquel Caldas Lins destacam que “as incursões holandesas na bacia do Baixo Pirapama tiveram como principal objetivo estabelecer uma base militar

¹⁶⁷ Mestre em História Social da Cultura Regional pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: jogus_wa@yahoo.com.br.

ao sul do Cabo, com vistas ao assédio, por terra, do forte de Nazaré” (ANDRADE; LINS, 1984, p. 113). A região possuía uma considerável produção agrícola e pecuária, com vários engenhos de açúcar. Percebe-se, assim, que o interesse holandês se dava pelo fato de a região possuir as melhores terras férteis da Capitania.

Percebemos o interesse dos holandeses de dominarem o Cabo de Santo Agostinho, o segundo entreposto mais importante da Capitania, “em substituição ao Recife” já ocupado pelos holandeses, graças ao ‘Relatório de Adrien van der Dussen’ de 1640 feito à Companhia das Índias Ocidentais (BOXER, 1961, p. 297). Nele, fica explícito que:

Ao Conselho dos XIX na Câmara de Amsterdã lê-se que “o Cabo de Santo Agostinho conta com um ancoradouro de entrada estreita, perigosa, e com arrecifes e não comporta senão navios que demandam de 11 a 12 pés, mas é suficientemente bom para iates e barcos costeiros que vão até lá carregar açúcar para transportá-lo para o Recife e aprovisionar o forte, a guarnição e os moradores do Cabo e Ipojuca” (ANDRADE; LINS, 1984, p. 146).

O Cabo de Santo Agostinho servia como porto e ancoradouro ao Sul do porto do Recife, e seus rios de água doce eram essenciais para a manutenção de terras agricultáveis, populações e navios para a conquista da região, garantindo o desembarque das tropas e o apoio militar à conquista. Segundo Mello (1981, p.38), “era o Cabo de Santo Agostinho e suas proximidades o lugar para onde se dirigiam os navios dispersos que cruzavam o Atlântico Sul, constituindo-se o local de mais fácil identificação para os que vinham do Hemisfério Norte”.

“A perda deste local, o principal ponto de apoio” tanto para holandeses como para portugueses deixaria de prover a tropa com mantimentos e munições (WATJEN, 1938, p. 118). Os três principais portos utilizados pelos holandeses, no período, eram Itamaracá, Recife e o Cabo de Santo Agostinho. Como estava localizado, geograficamente, mais próximo do Cabo de Santo Agostinho, o porto do Recife serviu como centro das operações. O domínio do Cabo de Santo Agostinho como porto secundário era também essencial para a manutenção de tropas terrestres na região de Porto Calvo e da Grande Barra ou Barra Grande, sendo utilizado como marco geográfico, onde se pôde conter o avanço português. Por isso, se percebe-se, nas notas diárias, a intenção do Conselho dos XIX que se conquiste a região do Cabo, Porto Calvo e demais terras, pois com a formação de várias guarnições poderiam “prosseguir e conquistar as duas importantes fortificações do Brasil, em Cabo de Santo Agostinho e Arraial” (GALINDO, 2005, p. 93).

O “Relatório sobre o estado das Capitanias conquistadas no Brasil”, de autoria de Adrien van der Dussen, datado de 4 de abril de 1640, declara que a bateria de defesa ao pé do morro era “construída de pedra, muito boa e segura para castigar os navios que entrarem [e] aberta por

detrás e não pode ser fechada de modo a oferecer aos que estejam no interior dela, garantia e cobertura” (FHBH 1, 2004, p. 205). O domínio da região da barra do Cabo de Santo Agostinho abria caminho ainda para “ocupar Muribeca, Ipojuca, Porto Calvo e outros lugares com grande quantidade de homens, tendo como finalidade fazer com que os habitantes obedecessem” e a ampliassem a produção de açúcar (GALINDO, 2005, p. 93).

Para entendermos como se deu o domínio do Cabo de Santo Agostinho pelos holandeses, precisamos compreender como a região foi dominada em 1630. Após os cinco primeiros anos da guerra de conquista (1630-1635), muitos dos engenhos existentes estavam assolados, em ruínas, com moendas destroçadas, construções demolidas, açudes arrombados e bois e escravos em queda vertiginosa na região. Por isso, a empresa comercial procurou se estabelecer em torno do porto do Recife, garantindo, inicialmente, o escoamento da produção e a defesa das fortificações no litoral (Forte São Jorge, Forte São Francisco e Forte do Mar).

Para garantir a manutenção da conquista e dos engenhos, era preciso, no entanto, uma maior capacidade de interação, correlação entre as classes, indivíduos na colônia e a empresa comercial. Isso só ocorreu, em 1636, quando a Companhia das Índias Ocidentais decide substituir o Conselho do Governo, composto por cinco membros, por um sistema centralizado, semelhante ao utilizado pela Batávia. Para isso, preferiu então contratar um elemento político para promover a centralização política do Brasil Holandês e empresariar a conquista. O escolhido para assumir o Governo Geral foi o conde João Maurício de Nassau-Siegen. Isso é destacado por Watjen ao relatar que:

Depois de ter criado novos cargos administrativos ou nomeado novos funcionários, depois de haver feito a distribuição das tropas e instituído para a guarda do Recife uma milícia civil forte de quatro companhias, voltou João Maurício as suas vistas para o mais grave de seus empreendimentos: restituir aos domínios da sua Companhia a sua prístima capacidade de reprodução e aumentá-la sistematicamente de ano em ano (WATJEN, 1938, p. 153).

Essa postura fazia-se necessária, pois, na primeira metade de 1636, o cultivo de cana-de-açúcar não progrediu. Os seis anos de guerra haviam destruído as propriedades e deixado as terras improdutivas. Desse modo, visando o lucro da empresa, Nassau é colocado para governar o Brasil Holandês, estabelecendo-se no Recife em 23 de janeiro de 1637. Sua primeira atitude foi confiscar todos os engenhos de açúcar, que estavam em fogo morto e os colocar à venda a quem quisesse comprar, sejam católicos dissidentes, holandeses e judeus erradicados da Holanda. Dessa forma, os judeus puderam adquirir praças comerciais e terras naquele período, mediando transações comerciais variadas na colônia.

O aumento das concessões de terras, engenhos e partidos de cana colocados à venda permitiram a recuperação dos respectivos aparelhos utilizados na produção. “O erário do estado angariou 1.816.027 florins pagáveis em prestações. Os engenhos de açúcar foram reformados pelos novos proprietários” impulsionando os órgãos administrativos do governo holandês após a conquista da terra pela W.I.C. (WIZNITZER, 1966, p. 57).

A concessão de terras dar-se-ia mediante a compra e os indivíduos deveriam recuperar os canaviais. Isso foi permitido graças à lei de 2 de junho de 1637¹⁶⁸, decretada cinco meses após a chegada de Nassau a terra. Ela reconhecia a “indivisibilidade dos engenhos”, uma prática jurídica portuguesa, resquício do direito romano, que concedia: a indivisibilidade das terras (a terra não poderia ser partida), a primogenitura (herança aos mais velhos) e a masculinidade (apenas homens poderiam possuir). Percebe-se, assim, na atitude de Nassau, que suas ações administrativas e políticas estabelecidas no governo mantinham relações com as centralidades e interesses regionais para dar suporte à invasão. A indivisibilidade não apenas protegia o comprador, mas também impedia que as terras fossem destinadas, novamente, ao mercado para venda, quando da morte do dono, garantido a manutenção das terras a algumas famílias abastadas e seus herdeiros ou correligionários que as administravam. Algo raro e inédito para a época, nunca visto no Brasil, uma vez que dava possibilidade ao judeu de adquirir terras e investir nas mesmas.

Esse direito, inicialmente, exclusivo de luso-brasileiros foi estendido ao comprador holandês ou judeu durante a administração da terra pela Companhia. Essa política mestiça de atuar na região buscava não apenas apoio de particulares, mas também garantir a permanência de famílias no poder, orientando e facilitando o uso e a posse da terra. Percebemos, assim, que tanto a ocupação portuguesa quanto a holandesa mantiveram os privilégios senhoriais a certos grupos de famílias, garantindo o domínio da terra a seus ocupantes e descendentes.

O açúcar prometia fortunas e vultosos lucros, de modo que a compra de terras atraía interesses de “chefes militares, funcionários civis, inclusive vários Conselheiros Políticos, afora comerciantes holandeses e alguns judeus”, onde “fizeram-se senhores de engenhos, adquirindo propriedades confiscadas pela Companhia” (FHBH 1, 2004, p. 47-48).

Encontramos na documentação holandesa referência a judeus, a ilustres comerciantes e participantes de cargos administrativos como proprietários de engenhos, lavradores de roças, partidos de cana, marcadores, feitores e mestres de açúcar. Assim, compomos uma

¹⁶⁸ ARA, OWIC, 68, notas diárias, Recife, 2 de junho de 1637.

listagem comparativa baseadas nos relatórios de José Israel da Costa (1623), Willem Schott (1636), Carpentier (1638) e de Adriaen van der Dussen (1640). Graças ao parentesco judaico visualizado nos registros holandeses, referentes aos donos de terras, percebemos a rotatividade dos senhores de engenhos no período (ver Tabela 1).

No relatório de José Israel da Costa de 1623, antes da dominação pela Companhia Holandesa no Brasil, percebe-se que certos grupos familiares mantinham as terras sob seu controle, a saber: família Soares, Brandão, Mendonça, Pina e Lopes Veras. Essas famílias representadas pelos senhores de engenho detinham as terras e o aparato produtivo. Segundo Evaldo Cabral de Mello (2008, p. 139-140), nesse período, “a renovação do grupo senhorial não terá ultrapassado o caráter de um revezamento de indivíduos originários das mesmas categorias sociais” devido ao “peso econômico desses clãs, em contraste com os proprietários isolados, ou que ainda escapavam à teia cada vez mais densa das alianças domésticas”.

No relatório de Willem Schott de 1636, percebemos poucos indivíduos judeus no controle das terras, a saber: Lopes Veras e Vila Real. Isso se deve, principalmente, porque muitas famílias que abandonaram ou perderam suas terras, no início da conquista, ainda não haviam retornado ao seu respectivo domínio. No início da dominação, muitos senhores de engenhos portugueses não conseguiram se adaptar aos novos tempos, necessidades e exigências em meio à guerra, assim refugiaram-se na Bahia ou no interior de Pernambuco. Foram poucos e raros senhores de engenhos dispostos a investirem suas “poupanças de anos” no empreendimento holandês. Poucos indivíduos se sentiam seguros para retornar à produção, já que, em 1635, também se deu a rendição do arraial do Bom Jesus.

1623 - José Israel da Costa	1636 - Willem Schott	1638 - Carpentier	1640 - Adriaen van der Dussen
Diogo Soares			Diogo Soares
Fernão Soares		Fernão Soares	
		André Soares	André Soares
Domingos da Costa Brandão		Domingos da Costa Brandão	Domingos da Costa Brandão

Diogo Dias Brandão

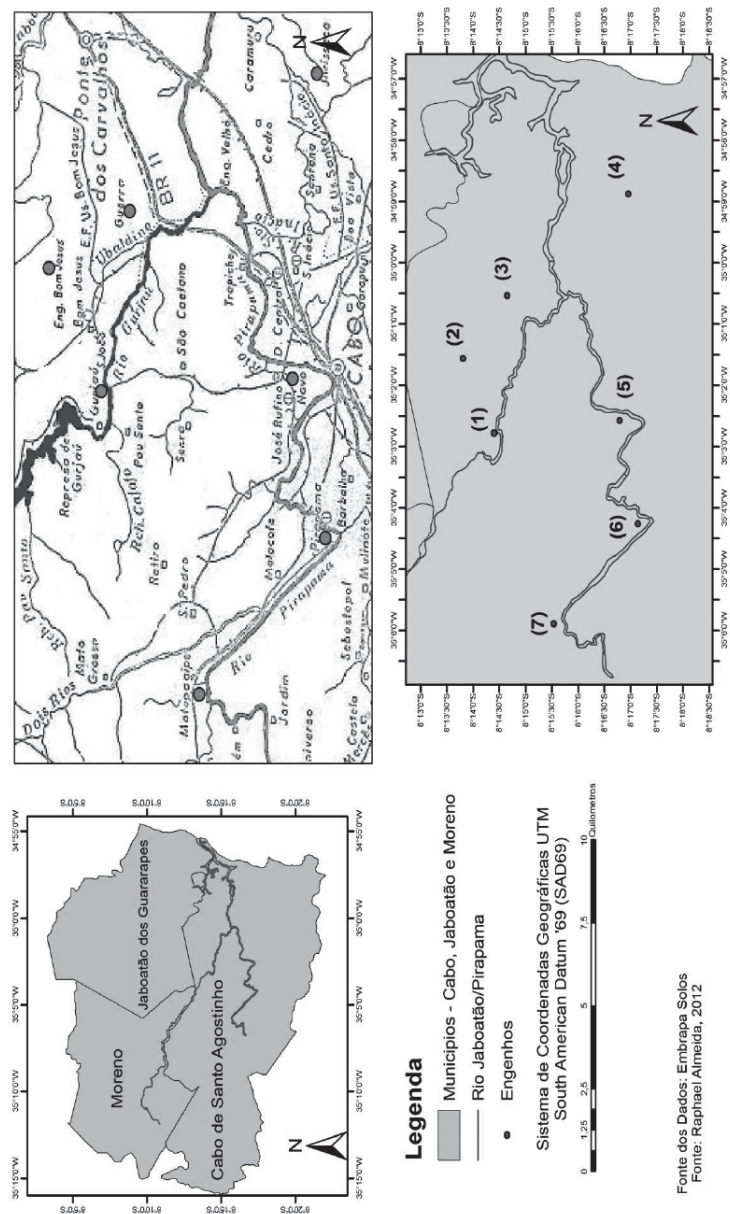
			Duarte Nunes
		Duarte Saraiva	Duarte Saraiva
		Fernão do Vale	Fernão do Vale
		Felipe Dias Vale	
Filipe Diniz da Paz			
Gaspar de Mendonça	Gaspar de Mendonça	Gaspar de Mendonça	Gaspar de Mendonça
Manuel Saraiva Mendonça			
Gabriel Pina			
Gaspar Fernandes Anjo			
	Jacob Stachhouwer	Jacob Stachhouwer	
	Martins de Couto	Martins de Couto	
	Mateus da Costa		
	Moisés Navarro		
Pero Lopes de Vera	Pero Lopes de Vera	Pero Lopes de Vera	Pero Lopes de Vera
	Vicente Rodrigues Vila Real	Vicente Rodrigues Vila Real	Simão Rodrigues Vila Real

Tabela 1: Lista comparativa dos donos de terras judeus¹⁶⁹

No relatório de Carpentier (1638) e Adriaen van der Dussen (1640), percebemos que famílias, antigos donos de terras de ascendência judaica, mantiveram seu domínio, como os clãs Soares, Brandão, Mendonça, Lopes Veras e Vila Real. No entanto percebemos o vertiginoso aumento de judeus na aquisição de terras, destacando-se na compra a família Soares, Vale, Navarro, Nunes e Costa. Apesar do acentuado aumento de judeus, na aquisição de engenhos, quando comparamos ao total de judeus no período, apesar de raros indivíduos se interessarem pela compra de terras, foram encontrados alguns poucos que investiram o capital adquirido, no comércio, na aquisição de terras.

¹⁶⁹ Cf. FHBH 1, 2004, p.28-32; p. 77-95; p. 142-174; MELLO, 1989, p.224.

Como nossa análise se concentra nos engenhos do Cabo de Santo Agostinho, procuramos identificar as áreas em que os judeus adquiriram propriedades e engenhos de açúcar, através do mapa 1.



Mapa 1: Ocupação judaica nos engenhos do Cabo.

Dos 78 engenhos da Capitania de Pernambuco, os judeus adquiriram 32, ou seja, tornaram-se donos de 41% dos engenhos existentes na jurisdição. Já, com relação ao Cabo de Santo Agostinho, dos 16 engenhos existentes, os judeus adquiriram 8 das terras existentes na região. Os principais engenhos adquiridos por judeus no Cabo foram: o engenho São João Salgado (1), Bom Jesus (2), Guerra (3), Jurissaca (4), Novo (5), Pirapama (6) e Marapatagipe (7).

O primeiro engenho, São João (1), era propriedade de Pero Lopes Vera, “comprado no leilão de 1637 por 30.000 florins e produzia em torno de cinco mil arrobas de açúcar, pagos em cinco prestações anuais de seis mil florins” (WIZNITZER, 1966, p.60; MELLO, 2012, p. 113). Indicado ao Conselho dos Escabinos de Olinda, teve o pedido negado devido à sua condição judaica.

O segundo engenho, o Bom Jesus (2), também pertencia a Pero Lopes Vera e possuía uma produção anual de 6.000 arrobas. Com relação a este engenho, além de Pero Lopes Vera, é identificado, na documentação, que pertenceu a Duarte Saraiva comprado em 17 de junho de 1637 “por 60.000 florins, a liquidar em seis prestações anuais a partir de 1639” (WIZNITZER, 1966, p. 226). Duarte Saraiva era parente de Antônio Saraiva Coronel, talvez seu irmão e de Manuel Saraiva, “que devia-lhe dinheiro, pelo que ao chegar ao Recife este lhe reivindicou a posse do engenho. Duarte Saraiva era tio de outros senhores de engenho de Pernambuco como Gaspar de Mendonça e João de Mendonça e irmão de Antônio de Mendonça” (MELLO, 1989, p. 224). Ele viveu por volta de 1572 em Amarante (Portugal) e dali partiu para Amsterdã. “Em 1604 tornou-se cidadão em Amsterdã, tornando-se destacado membro da comunidade judaica, participando de negociações coletivas como representante da mesma” (WOLFF, 1986, p. 42). Seu nome era David Senior Coronel, e “viveu em Pernambuco no final do século XVI”, entre 1612 e 1618, possuindo bens e negócios, atuando inclusive como exportador de açúcar e importador de bens e produtos (MELLO, 1989, p. 417).

O comerciante era frequentador no litoral do Nordeste desde 1598, ano em que contraiu segundas núpcias. “Aliás, há referências de que o próprio Duarte Saraiva vivera em Pernambuco pelos anos de 1580 ou início de 1590 e frequentava a casa de Manuel Cardoso Milão”¹⁷⁰. Foi descrito, na documentação do Santo Ofício, como “homem já velho de mais de meia estatura e cheio de cãs” (MELLO, 1989, p. 339, 417, 428-429, 501). Em 1635 já estava no Recife, segundo consta nas

¹⁷⁰ Notas diárias de 1 de junho de 1635, OWIC, 68. Notas diárias de 5 de julho de 1641, OWIC, 69; A.J.Borges da Fonseca, Nobiliarquia Pernambucana I, p. 290 e II, p. 356; TT, Inquirição de Lisboa, CP 14, folhas 403 e CP 36, folhas 256/260. Em documentos notariais de Amsterdã de 1617 e 1618 há provas da negociação de Duarte Saraiva naquela cidade e Manuel Saraiva em Pernambuco, designado também como Manuel Saraiva Coronel: SR XI (2), p.226 e SR XIII (L), p. 106, in: MELLO, 1996, p. 224

Atas do Conselho Político, pois “teria vindo para o Nordeste pagando sua própria passagem, prescindindo a ajuda da Companhia” (MELLO, 1989, p.222). Era membro da comunidade judaica e consta que “pela sua idade e sua ação entre os correligionários era pessoa prática no judaísmo, um pregador leigo, sendo um dos seus filhos, Isaac Saraiva, haham¹⁷¹, isto é, rabino e mestre escola entre os judeus portugueses de Amsterdam” (MELLO, 1989, p. 226).

Em 1636, aparece como comprador de um terreno na Rua do Bom Jesus para construção da Sinagoga, pois “sua casa servia de esnoga, onde se reuniam os judeus a fazer cerimônias” (INVENTÁRIO, 1940, p. 189; MELLO, 1989, p. 222). Em 1639, acredita-se que já realizavam as reuniões religiosas na casa localizada na Rua dos Judeus. Com o dinheiro adquirido no comércio transatlântico, foi dono de três engenhos; dois localizados no Cabo e um em Ipojuca. Morreu, provavelmente, em 1651, segundo registros.

O terceiro engenho, Guerra (3), fazia parte naquela época da possessão de Ipojuca. Ele pertenceu a Fernão Soares em consórcio com seu irmão, Diogo Soares, que produzia de 6 mil a 8 mil arrobas de açúcar por ano. Filho de Isabel Soares, possivelmente, casado com Catarina de Albuquerque, viúva de Manuel Nunes Leão e neta de Jerônimo de Albuquerque e Maria do Espírito Santo. Quando solteiro, “foi denunciado em 1583, por manter em sua casa uma ‘toura’ de barro (que poderia ser uma toura ou mezuzá)” (RIBEMBOIM, 2000, p. 112).

O engenho Jurissaca (4) localizado próximo à foz da bacia do Pirapama, localizado um pouco afastado do leito maior do rio, foi comprado por outro destacado judeu da comunidade, Moisés Navarro, que chegara ao Brasil como mercenário contratado pela Companhia (dieanaeren). “Era possível aos funcionários da W.I.C. depois de três anos de serviço [tempo estipulado para se pagar a viagem] pedir licença e passar a trabalhar por sua conta” (BREDA, 2007, p. 84). Em 1635, ele pedira dispensa à W.I.C., permanecendo no Brasil Holandês como civil livre (vrijluiden), onde se tornou um importante comerciante judeu do Recife Holandês.

Em 1635, ao deixar as atividades militares, “demonstrou ser pessoa entendida no trabalho do açúcar e do tabaco, desse modo, conseguiu fazer-se nomear corretor desses dois gêneros” (MELLO, 1989, p. 232), podendo participar da exportação dos açúcares. “Em 18 de junho de 1637 adquiriu o Engenho Juriçara que fora de D. Luís de Souza pelo preço de 45.000 florins, a pagar em prestações de 5.000 florins a contar de janeiro de 1640”, integrando-se à sociedade holandesa

¹⁷¹ Cantor litúrgico da Sinagoga.

como acionista de terras (MELLO, 1989, p. 225-226; RIBEMBOIM, 2000, p. 95). Destacou-se, ainda no período, como corretor de açúcar (1635), arrematador da cobrança de dízimos e pensões dos engenhos e senhor de engenho (1637).

O engenho Novo (5), sob a invocação de São Miguel, foi comprado por Duarte Saraiva “em 23 de junho de 1637, também do Cabo, por 42.000 florins, a pagar em sete prestações anuais (MELLO, 1989, p. 226). O engenho Pirapama (6) pertenceu a Diogo Dias Brandão, “cristão-novo e morador na vila de Pernambuco”, que se declarou judeu com a sua esposa, filha de Miguel Dias de Alva (MELLO, 1989, p. 413). Diogo Dias era mercador, sendo mencionado no carregamento de navios em 1643. Esse engenho foi adquirido em “23 de junho de 1632 por 40.000 florins, a serem pagos em prestações anuais a partir de 1640” (MELLO, 1989, p. 226).

O engenho Matapagipe (7) sob a Invocação de São Marcos, “pertencente a Gaspar de Mere, agora abandonado, moe com água e pode anualmente fornecer 2000 a 3000 arrobas de açúcar” (FHBH 1, 2004, p. 58). Foi confiscado e vendido a Miguel van Merenburch e Martinus de Coutre. No que se refere a ele, poucas informações dispomos. A suspeita de sua origem judaica se dá pelo casamento com Maria da Costa, filha de Mateus da Costa, lavrador judaizante.

Ainda segundo a documentação estudada, dos sete engenhos, percebemos, segundo a produção de açúcar, que cerca de 28% dos engenhos eram bons, com produção anual de 7.000 a 10.000 arrobas de açúcares; 28% eram de menor categoria, com produção em torno de 5.000 a 6.000 arrobas e 44% eram de terceira categoria, com produção menor que 5.000 arrobas, conforme podemos verificar na Tabela 2.

Bom Jesus	10.000 arrobas	Bom
Guerra	8.000 a 6.000 arrobas	Bom
Juriçara	6.000 arrobas	Menor Porte
Novo	6.000 a 5.000 arrobas	Menor Porte
Pirapama	5.000 arrobas	Terceira Categoria
São João	5.000 a 4.000 arrobas	Terceira Categoria
Matapagipe	3.000 a 2.000 arrobas	Terceira Categoria

Tabela 2 - Classificação dos engenhos de judeus¹⁷²

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na análise dos engenhos do período, localizados no Cabo de Santo Agostinho, percebemos que a maioria dos donos de

¹⁷² FONTE: Cf. FHBH 1, 2004, p. 25

engenhos judeus e cristãos-novos que aqui aportaram, verificados como compradores de engenhos, 72% deles não possuíam cabedais necessários para se manterem. Por este modo, visando o lucro imediato, optaram por investir em engenhos mais baratos, que pudessem lhes oferecer um retorno financeiro imediato com o comércio e venda de açúcares.

Percebemos, ainda, que muitos dos investidores de ascendência judaica eram indivíduos marcados por trajetórias familiares de perseguição pela Inquisição de Lisboa. Eles aportaram, no Brasil e nos portos do Recife, pois além de ser mais fácil o retorno para a Europa, garantia a conversão dos investimentos em notas de créditos ou mesmo moedas de câmbio, transacionáveis na Bolsa de Valores, permitindo, assim, uma rápida conversão dos investimentos de terras em capital. Essa estrutura começa a ruir por volta de 1645-50 com as ações da monarquia portuguesa para restaurar o comércio marítimo, aniquilando as bases comerciais holandesas no Nordeste. A Reconquista, pouco a pouco, foi minando a produção econômica dos engenhos e aumentando a dívida dos senhores de engenhos junto ao governo holandês. A quebra dessas relações comerciais foi o estopim para a luta de reconquista portuguesa.

FONTES

INVENTÁRIO das armas e petrechos bélicos que os holandeses deixaram em Pernambuco e dos prédios edificadas ou reparados até 1654 [1656]. Recife: Imprensa Oficial: 1940.

FORTE DOS DADOS

Embrapa Solos.

CONFECÇÃO DOS MAPAS

Geógrafo Raphael Almeida.

MAPA

FELIPE, Israel - **História do Cabo.** Arquivo Público, Imprensa Oficial. Recife, 1962, 428p.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Gilberto Osório; LINS, Raquel Calda. **Pirapama:** um estudo geográfico. Fundação Joaquim Nabuco. Recife: Editora Massangana, 1984.
- BOXER, Charles R. **Os holandeses no Brasil.** Tradução Olivério M. de Oliveira Pinto, Brasiliense. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.
- BREDA, D.O. **Vicus Judaeorum:** os judeus e o espaço urbano do Brasil neerlandês (1630-54), 2007, 260 fl. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, RN, 2007.
- GALINDO, Marcos. **Documentação, Informação & História do Brasil nos Países Baixos.** Monumenta Hyginia: Dagelijkse Notulen. Recife: CEPE, 2005, Vol. I.
- MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Fontes para História do Brasil Holandês I:** economia açucareira. Organização e estudo introdutório Leonardo Dantas Silva;

apresentação Dorany Sampaio. 2ª edição. Recife: CEPE, 2004, v. 1, 263p.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro Veio**: O imaginário da Restauração Pernambucana. 3ª edição revista. São Paulo: Alameda, 2008, 390p.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O bagaço da cana**. Os engenhos de açúcar do Brasil Holandês. 1ª edição. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012, 209p.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **A Cartografia Holandesa do Recife**: Estudos dos primeiros mapas da cidade, do período de 1631-1648. Parque Histórico Nacional dos Guararapes, IPHAN/MEC. Recife, 1976, 50p.

Gente da Nação: Cristãos-novos e Judeus em Pernambuco 1542-1654. Recife, FUNDAJ, Editora Massangana, 1989, 552p.

MELLO, Ulysses Pernambucano de. O Cabo de Santo Agostinho e a Baía de Suape. In: **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**. Vol. LIII. Recife, 1981.

RIBEMBOIM, José Alexandre. **Senhores de Engenho, Judeus em Pernambuco Colonial - 1542-1654**. 5ª edição, Recife. Ed. do Autor 190p., il. [Tem prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello, escrito em abril de 1995], 2000.

WATJEN, Hermann. **O domínio colonial holandês no Brasil**: um capítulo da história do século XVII. São Paulo: Companhia da Editora Nacional, 1938, 546p.

WIZNITZER, Arnold. **Os Judeus no Brasil Colonial**. Tradução de Olívia Krähenbühl. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, Editora da Universidade de São Paulo, 1966, 218p.

Expedições, revoluções e medo: Pernambuco e o Naufrágio do Le Diligent (1792).

Lenivaldo Cavalcante da Silva ¹⁷³

INTRODUÇÃO

No vigésimo dia do mês de novembro de 1792, partiu da ilha de Fernando de Noronha, com destino ao porto do Recife, o navio de bandeira francesa, o *Le Diligent*, dessa feita, tinha como tripulantes seis marinheiros, incluindo o piloto e um praticante, todos franceses, além da presença do indivíduo identificado como Monsieur Bitancourt. Além desses, a embarcação levava um Cabo de Esquadra, cinco soldados e cinco praças e o Tenente José de Barros, todos integrantes da guarnição sediada na Ilha.

Após embarcarem, passam 24 horas sem sopro que pudessem se fazer ao mar, até que tomaram o rumo sul-sueste, empurrado pelo vento, que os atingiu impelindo-os pela *costa abaixo do norte*. Mantiveram-se impelidos, naquela direção, por cinco dias. Já próximo ao continente, sob fortes chuvas, avistaram terra, na altura da Baía da Traição, Paraíba. O tenente Barros ordenou que ancorassem no local, a tripulação francesa se posicionou contrária a essa ordem e o próprio tenente registrou que por não ter um práctico, que os guiassem, poderia suceder o pior. Tomaram a direção do mar, alternando a proa de Nordeste a Leste. Relatou que por ter passado vinte e quatro horas com a proa de Nordeste, acreditou que tivesse amarrado. Mas os ventos, nessa direção, escassearam e tomou o rumo Sul, esperando que estes, que estavam melhores que os anteriores, fossem suficientes para seguirem rumo ao Rio de Janeiro. O tenente Barros relatou, ainda, que encontrou “tantas correntes de água para o norte, que no outro dia estava abaixo da Baía da Traição”¹⁷⁴, sua peleja continua na tentativa de conduzir a embarcação ao seu destino, deu a ordem de “dar fundo a um ferro, e não foi bastante dar fundo a outro”¹⁷⁵, medida que não

¹⁷³ Mestre em História Social pela UFRPE.

¹⁷⁴ AHU_ACL_CU_015, Cx 182, D.12684. Anexo 18.

¹⁷⁵ *Idem*.

surtiu o efeito desejado, pois o navio sempre dava à costa.

Diante do risco que vivenciaram, não vendo forma de controlar o barco, o tenente Barros se jogou ao mar até que chegou, exausto, à praia, não sem sofrer revesses físicos ocasionados pela luta contra as águas da região. Desfaleceu, só acordando no dia seguinte, “deitando sangue por todas as partes das muitas pancadas que dei pelas pedras”¹⁷⁶. Depois de “quase morrer”, tomou juízo e descobriu onde se encontrava. Logo, informou ao coronel da cavalaria da Comarca da Paraíba, André de Albuquerque Maranhão, que de imediato tomou as providências cabíveis.

O NAUFRÁGIO DO LE DILIGENT

O Le Diligent, que havia ficado sem controle, foi jogado nos arrecifes do local e ficou preso. Pelas providências tomadas, o navio teve sua carga desembarcada e tudo foi colocado sob vigilância. Antes, contudo, fugiu do local um soldado e um praça, dos quais não tivemos mais notícias. O governador de Pernambuco, nessa data, era o D. Thomaz José de Melo, ele logo ordenou ao Doutor Ouvidor Geral da Paraíba, que se dirigisse ao local do naufrágio e procedesse uma devassa do que havia acontecido, mantendo a carga do barco sob vigilância e, além disso, a missão do ouvidor era evitar, o quanto fosse possível, o contato dos tripulantes franceses com os moradores da terra, pois era preciso evitar toda e qualquer possibilidade de que as abomináveis ideias francesas, baseadas na liberdade, igualdade e fraternidade, propostas pelo Clubes de França, se tornassem conhecidas pelas colônias.

Também fazia parte da missão, que foi investigar o que aconteceu com o navio Le Diligent, o mestre do Trem Real, Gonçalves José das Neves, e o Sota Patrão da Barra, José da Silva, especificamente, avaliar quais os procedimentos necessários para salvar a embarcação, ou que dela pudesse ser salvo. Os peritos avaliaram a situação e executaram todas as medidas, que entenderam necessárias para o intento. Os procedimentos duraram em torno de quatro dias. O barco apresentava a uma abertura no casco, por onde entrou água do mar e o madeirame e a quilha bem danificados; estava, ainda, cercada de rochedos por toda a parte. Mesmo com um panorama negativo, o Mestre Gonçalves José das Neves tentou dar uma espia para o mar, procedimento que consistia em utilizar um cabo para amarrar uma embarcação a outra, geralmente menor, para que puxassem a que estava com dificuldade de locomoção, seja por encalhe ou outro motivo. No caso, o prático José da Silva e outros que conheciam

¹⁷⁶ Idem

a costa, julgaram que, naquele local, a medida não lograria êxito. Ainda assim, dispuseram-se a ajudar. No dia seguinte à decisão, o *Le Diligent* foi amarrado a uma jangada e começaram a tentativa de desenganche, tamanha era a força das ondas, que todos os que estavam na praia foram utilizados nesse processo. Por fim, após alguns bordos, o Mestre Gonçalo voltou e afirmou que “a arrebentação era muita e que não podia vencê-la”¹⁷⁷. Assim, após avaliarem todos os aspectos, a posição e o estado do barco, além das condições adversas do mar, concluíram não ser possível salvar o navio, ou que as despesas para que isso acontecesse, excederia e muito o seu valor. Todos os envolvidos concordaram.

Após a missão avaliar que nada poderia ser feito para o desenganche, passam a desmontar o que fosse possível, mastaréis e vergas foram somadas à carga recuperada, além de se valerem de mergulhadores para resgatar uma das âncoras, que fora lançada na tentativa de evitar o enganche. Por fim, ao recuperar tudo o que foi possível, todos os integrantes presentes na diligência, peritos, tropa e franceses, que escaparam do naufrágio, dirigiram-se para a praça do Recife em um barco enviado para isso. Além desse, outro barco foi enviado à ilha de Fernando de Noronha, no qual estavam presentes o Sargento-mor do Regimento pago de Olinda, Antonio Jose Guimarães e mais treze soldados. O barco tinha a missão de trazer os demais franceses integrantes da tripulação do *Le Diligent*, todos presos. Sim, ao chegar, em Noronha, após alguns incidentes, associados a uma recomendação da Metrópole, todos os integrantes do barco foram presos, ficando detidos na ilha. Para dar ciência dos acontecimentos às autoridades devidas, o próprio *Le Diligent* é enviado a Pernambuco, uma vez que havia o entendimento da urgência em reportar a prisão e o barco era o que, naquele momento, seria o mais rápido.

EM BUSCA DE LA PEROUSE

Partindo do porto de Ruão em 22 de agosto do ano de 1792, o *Le Diligent* seguiu para o porto de Brest, onde se localiza o Arsenal da Marinha Francesa, e, em 5 de setembro de 1792, parte para o Atlântico com a missão oficial de encontrar Jean François Galaup, o Conde de La Perouse, que comandou uma expedição científica, que partiu do mesmo porto de Brest, em 1785, com dois navios, o *Boussole* e o *Astrolabe*, mercantes de 500 toneladas, que foram remodelados em fragatas com o objetivo de exploração do Oceano Pacífico, estabelecendo bases francesas, além de procurar lugar para caça de baleias e comércio de

¹⁷⁷ AHU_ACL_CU_015, Cx 182, D.12684. Anexo 22.

peles . O primeiro era comandado por La Perouse e o segundo pelo capitão Fleuriot de Langle.

Em janeiro de 1791, a Société d’Histoire Naturelle solicitou a Assembleia Nacional que se organizasse uma expedição em busca do explorador. Dois navios, o *Esperance* e o *Recherche*, foram enviados nessa busca, ambos comandados por Antoine Bruni d’Entrecasteaux. Em função dessa missão, em setembro do mesmo ano, o embaixador da França, em Portugal, solicitou, em nome de seu rei, uma licença que facilitaria a entrada daqueles dois navios no Brasil. A rainha de Portugal atendeu à solicitação e determinou que fosse expedido um passaporte ordenando “a todos os governadores e capitães gerais das diferentes Capitânicas dos domínios portugueses na África e América, que permitam a entrada nos portos daqueles domínios dos dois navios”.¹⁷⁸ Os dois navios, são os comandados Por Bruni d’Entrecasteaux. Não há solicitação de cortesia ao comandante do *Le Diligent*, o capitão Aristide Aubert du Petit-Thoars. Acreditamos que o capitão do *Le Diligent* levantou fundos para financiar parte de sua expedição em Busca de La Perouse, inclusive se desfazendo de algumas de suas propriedades. Um dos motivos para isso seria a possibilidade de que Petit-Thoars e La Perouse tenham batalhado juntos na guerra de independência americana. A missão do *Le Diligent* está registrada no passaporte¹⁷⁹ e Licença sem limitação assinada pelo seu soberano,¹⁸⁰ Luis XVI, objetivando dar cabo de uma longa expedição.

Antes de chegar a Fernando de Noronha e, posteriormente, naufragar na costa do Rio Grande do Norte, nos arredores da Praia de Sagi, a expedição comandada por Petit-Thoars arribou na Ilha da Madeira, Ilhas do Sal, São Nicolau e São Tiago. Diversos eventos ocorreram durante a travessia. Transportaram, por exemplo, quarenta portugueses da Ilha do Sal até a de São Nicolau, estes “estavam padecendo com a fome e a sede”.¹⁸¹ Em São Tiago, aportam em busca de mantimentos, mas o barco é mal provisionado e logo a tripulação é acometida por uma enfermidade, uma epidemia que sacrifica um terço da tripulação. Por fim, chegam a Noronha, onde arribam, buscando aguada e o restabelecimento, em terra, de parte da tripulação. Contudo, os procedimentos adotados pelo barco, desde o seu avistamento até a arribada, foram suspeitos. Ao chegarem diante da ilha de Noronha, ao invés de arribar, a embarcação começa a contornar o local, o que soa como atitude suspeita. Ao fim, toda a tripulação do barco de bandeira francesa é detida na Ilha.

Outro ponto que nos chama a atenção é a descrição do *Le Diligent*: o

¹⁷⁸ AHU_ACL_CU_015, Cx 182, D.12684. Anexo 1.

¹⁷⁹ AHU_ACL_CU_015, Cx 182, D.12684. Anexo 11.

¹⁸⁰ AHU_ACL_CU_015, Cx 182, D.12684. Anexo 9.

¹⁸¹ AHU_ACL_CU_015, Cx 182, D.12684. Anexo 3.

barco, um bergantim, embarcação com um ou dois mastros, que teve sua origem no século XVI e foi bastante utilizado até o XIX, normalmente, para transportar mercadorias. Velozes e ágeis, também foram usados por piratas e corsários. O *Le Diligent* media, aproximadamente, sessenta palmos de quilha, vinte e oito palmos de boca e dezenove palmos de pontal. Em cada bordo, avistavam-se cinco portas de artilharia – canhões – e mais cinco lugares para pedreiros, também conhecido como roqueira, perfazendo um total de vinte lugares para canhões. Agora, além da possibilidade de se armar com vinte peças de artilharia, o *Le Diligent* possuía, em sua proa, um guindaste que formava um conjunto com o arpão acoplado em seu gurupés – mastro que fica apontado para frente, no bico de proa dos veleiros – e mais duas correntes de cento e oitenta palmos de comprimento cada. O conjunto foi descrito, na diligência, como sendo um “[...] grosso ferro fixo na roda de proa e na ponta do ferro uma alça de cabo em que se faz fixo um moitão, cujo serve para se lhe passar um pedaço de cabo em que se faz fixo o ferro chamado [arpão] para quando se quer largar em outra embarcação, e juntamente acompanhado de duas correntes cada uma com cento e oitenta palmos de comprido, e juntamente com seu gurupés de correr dentro.”¹⁸² Tal descrição é acompanhada da observação que a embarcação mais parecia ser “de quem dava abordagens as outras embarcações e em tudo o mais que em si mostrava respeito em seus cômodos, se fazem quer ser feita para andar em guerra ou ao corso”¹⁸³ e nada aponta que a mesma estivesse preparada para negociação, ainda que tenham declarado levar, em sua carga, ferro para negociar¹⁸⁴. Aqui, podemos analisar a seguinte questão: O fato de estar aparelhada para o combate e com oficiais de infantaria a bordo não seria, necessariamente, um impedimento para o comércio; ao contrário, mesmo que estivesse sendo utilizada para o transporte de tropas para suas colônias, não poderia ser descartada a hipótese de estarem comerciando, uma vez que o mar sempre foi um grande perigo para essa atividade, já que os ataques piratas e corsários foram constantes e nem sempre foi possível andar em comboio para reduzir o risco de ataques. Nesse caso, uma embarcação rápida e que tivesse capacidade de combate, deveria ter mais chances de completar sua missão. Embora, aqui, a impressão que temos é que *um pouco de ferro para negociação* seria para cobrir as despesas em casos de necessidades. Essa, talvez, seja uma possibilidade mais plausível, uma vez que sabemos que a missão do *Le Diligent*, pelo menos a missão oficial, era de cunho científico ou resgate. Se a sua missão era científica, a sua configuração

¹⁸² AHU_ACL_CU_015, Cx 182, D. 12684. Anexo 29.

¹⁸³ Idem.

¹⁸⁴ AHU_ACL_CU_015, Cx 182, D. 12684. Anexo 4.

de guerra ou de corso assume uma proporção diferente.

A PRISÃO DA TRIPULAÇÃO FRANCESA

A embarcação surgiu nas proximidades da Ilha de Fernando de Noronha, por volta das sete e meia da manhã, do dia doze de novembro do ano de 1792¹⁸⁵ e fundeou, pela primeira vez, na parte oeste da “Fortaleza do Morro, onde lhe não fazia dano a artilharia das fortalezas”¹⁸⁶. Ficou, nesse sítio, até às nove horas quando “fez-se a vela buscando pela parte do Pico, fez novo bordo, e foi nele até a ponta da Ilha dos Ratos, sempre com a cautela de se não aproximar às fortalezas”¹⁸⁷. A partir daí, enquanto bordejava a Ilha de Noronha, usava uma sondareza, um cabo graduado utilizado para avaliar a profundidade. O uso desse instrumento foi percebido pelo comando da Ilha, que os observava com uma luneta. Durante todo o dia, o barco ficou fora do alcance da artilharia da Ilha. Em dado momento, o Capitão de Infantaria paga do Regimento do Recife, João Ribeiro Pessoa de Lacerda, comandante da Ilha, sinalizou a partir da fortaleza dos Remédios, “com um tiro de peça, e bandeira colhida”¹⁸⁸, avisando, dessa forma, que o comandante da embarcação ou deveria ir embora ou deveria fundear. O local em que se encontrava a embarcação, naquele momento, permitia ali deitar o ferro, mas não foi o que aconteceu e continuaram a bordejar a ilha até por volta das cinco horas quando, finalmente, fundearam no porto.

Como consta nos documentos analisados¹⁸⁹, logo que fundearam, saltaram a terra dois oficiais apresentando-se como pertencentes ao 6º Regimento de Infantaria Francesa, sendo um capitão e outro tenente. O capitão Luis Maria Vittorio Carnei de Trecesson, Cavaleiro da Ordem de São Luís e o tenente Le Glise ao descerem, não apresentaram o passaporte e nem a Derrota dos pilotos, como era de praxe nessas situações. Relataram que estavam em uma expedição particular de longa duração, sob as graças de seu Rei - Enquanto ocorre a detenção do Le Diligent, o soberano da França, Luís XVI, é julgado em dezembro de 1792 e executado em janeiro do ano seguinte, como naquele momento “estava o mar brabíssimo, não dando jazigo a nada (...) não pude mandar a bordo buscar o passaporte”¹⁹⁰; o que foi feito, na tarde do dia seguinte, quando os dois marinheiros franceses, que acompanhavam os dois oficiais, foram mandados, no escaler, de volta ao Bergantim para trazer

¹⁸⁵ AHU_ACL_CU_015, Cx 182, D. 12684. Anexo 2.

¹⁸⁶ Idem.

¹⁸⁷ Idem.

¹⁸⁸ AHU_ACL_CU_015, Cx 182, D. 12684. Anexo 2.

¹⁸⁹ Neste Artigo, trabalhamos, sobretudo, com o conjunto de 41 anexos, acerca da arribada e naufrágio do bergantim francês Le Diligent, registrados como Documento 12.684, datado de 16 de fevereiro de 1793.

¹⁹⁰ AHU_ACL_CU_015, Cx 182, D. 12684. Anexo 2.

o Passaporte e a Derrota.

No retorno, o escaler trazia o comandante do barco francês, o capitão Aristide Aubert du Petit-Thouars, além de mais dois oficiais e quatro marinheiros. O Capitão do Navio informou que daqueles dois oficiais, um era o Piloto e o outro Voluntário. A satisfação dada para arribar na ilha foi a de que sentiam “falta de refrescos, e mantimentos e trazer muitos doentes”¹⁹¹ e para tanto fez aquela parada forçosa. Apresentou, então, o passaporte, em francês, declarando que a assinatura era de seu soberano.

O comandante da Ilha de Fernando de Noronha, João Ribeiro Pessoa de Lacerda, relatou que “a primeira desconfiança que tive foi nas várias assinaturas e papéis em que estavam o nome do soberano por diferir muito a letra uma da outra”¹⁹². Apenas, no dia 14, é que o mar apresentou condições de permitir nova ida ao barco para executar uma devassa e, assim, certificarem-se se a necessidade alegada para arribar dos franceses era real. A devassa “que mandou tirar o comandante sobre a urgência desta arribada, achou que tinham mantimentos de sobejo”¹⁹³; além disso, só tinham nove doentes e “de tais moléstias que podiam restabelecer-se em vinte dias”¹⁹⁴. No mais, quando foi “tirada a devassa com toda a individuação, diferiram muito as testemunhas nos seus ditos”¹⁹⁵.

Vamos aos autos da vistoria realizada com a equipagem do Le Diligent. No dia 14 de setembro de 1792, fez-se o “Autuamento de Vistoria e exame (...) ao Bergantim francês denominado Le Diligent que se acha ancorado no porto desta ilha de Fernando de Noronha”¹⁹⁶. Ao chegar à Ilha de Fernando de Noronha, a tripulação era composta por apenas vinte franceses, oficiais e marinheiros “ao todo são três oficiais, outro mais de negócio, e dezesseis marinheiros”¹⁹⁷. Foram ouvidas, na ordem que se segue, as seguintes pessoas: Auguste Gouzane, solteiro, 26 anos e marítimo; Pier Corneg, solteiro, 26 anos e marítimo; Bigon, solteiro, 28 anos e marítimo; Pierre Baumau, solteiro, 22 anos; Luis Maria Vittorio Cernay de Trecesson, capitão do 6º Regimento de Infantaria Francesa, comandante dos Voluntários a Bordo do Le Diligent, solteiro, 33 anos, Cavaleiro do Hábito de São Luiz; João Batista Ramim José [Pulem] de [Bentaneus], solteiro, 23 anos, Piloto do Le Diligent; Aristide Aubert du Petit-Thouars, Tenente de Divisão e Comandante do navio Le Diligent, solteiro, 32 anos, Cavaleiro do Hábito de São Luiz.

¹⁹¹ AHU_ACL_CU_015, Cx 182, D. 12666.

¹⁹² AHU_ACL_CU_015, Cx 182, D. 12684. Anexo 2.

¹⁹³ AHU_ACL_CU_015, Cx 182, D. 12666.

¹⁹⁴ Idem.

¹⁹⁵ AHU_ACL_CU_015, Cx 182, D. 12684. Anexo 2.

¹⁹⁶ Como consta no Anexo 4 do AHU_ACL_CU_015, Cx 182, D. 12684.

¹⁹⁷ Idem.

Da vistoria, além dos dados sobre os tripulantes mencionados, confirmou-se que o barco saíra do porto de Brest, em cinco de setembro do ano de 1792, com destino ao Cabo da Boa Esperança. Após sua partida, arribou, pela primeira vez, na Ilha da Madeira; de lá, seguiram viagem e aportaram na Ilha do Sal; em seguida, detiveram-se na Ilha de São Nicolau e depois se detiveram na Ilha de São Tiago. Embora essa sequência seja confirmada pelas testemunhas, ocorrem divergências quanto ao tempo em que ficaram parados em cada uma dessas localidades. Outra discordância estava no número de tripulantes, variando de trinta e dois a trinta e sete tripulantes quando iniciaram a viagem e, também, divergiram quanto ao número de doentes e, em alguns casos, nenhum número é mencionado. Na inquirição ao capitão do 6º Regimento de Infantaria Francesa e comandante dos Voluntários a Bordo do *Le Diligent*, Luis Maria Vittorio Cernay de Trecesson, obteve-se a informação de que a missão do *Le Diligent* consistia em procurar as duas fragatas comandadas pelo capitão Jean François Galaup, o Conde La Perouse, que fazia sete anos que estava fora. Essa informação foi confirmada pelo Capitão do *Le Diligent*, Aristide Aubert du Petit-Thouars. Como mencionado, anteriormente, ambos informaram, ainda, que traziam a bordo mantimentos e ferro para negociação.

Quanto à conclusão dos Autos de Vistoria do Navio *Le Diligent*, no dia catorze de novembro de 1792, o Escrivão Manoel Thomaz da Silva informa ao Comandante da Ilha de Noronha, o Capitão João Ribeiro Pessoa de Lacerda, que deu os Autos por concluso, e que, diante do que constou, sentenciou que o navio ficasse retido no porto local, devido às divergências encontradas nas informações das testemunhas e por não estarem de acordo com as reais ordens de sua majestade, datada de vinte de outubro de 1745, que solicita que seja feita, em todos os navios que derem aos seus portos, sobretudo os casos de arribada forçosa, a verificação dos pontos do piloto e do cumprimento da derrota e se realmente a necessidade de arribada era justificada. A respeito da Derrota dos pilotos, na Ilha, não havia ninguém capaz de executar essa avaliação. Dessa forma, ficariam detidos até que o Governador e General de Pernambuco, D. Tomaz José de Melo, tomasse conhecimento do ocorrido e determinasse o procedimento a ser seguido nesse caso. O Capitão Lacerda relatou, ainda, que outra desconfinça aconteceu quando, no desembarque, os franceses se mostraram sobressaltados e assustados. Nada mais comenta sobre isso.

No dia dezessete de novembro de 1792, já em terra, o Capitão Aristide Aubert du Petit-Thouars tomou conhecimento da sentença, recebendo o comunicado de que estava detido por ordem do comandante local. Para esse feito, o Capitão Lacerda se reuniu em Conselho com os Oficiais de

Infantaria da guarnição e assinaram um Termo, no qual concordaram com a retenção dos franceses em terra, “[...] por esta razão, e pelas já ponderadas, concordamos em que fiquem retidos nesta Ilha, todos os oficiais e marinheiros e que só o piloto, com cinco marinheiros com um oficial nosso e guarnição de oito homens vão a Pernambuco, para o mesmo Senhor excelentíssimo General decidir.”¹⁹⁸

Se a prisão foi motivada pela desconfiança dos atos franceses, foi fundamentada na Ordem Régia de 21 de fevereiro de 1792, que, entre as razões ponderadas, “não dá interpretação alguma sobre os desta Nação senão que imediatamente seja preso no caso de saltar em terra”¹⁹⁹, justificou o comandante Lacerda. Assim, como os primeiros oficiais, os segundos e mais parte da tripulação saltaram em terra e foram detidos.

A “CARGA” DO LE DILIGENT

Se a prisão foi motivada pela desconfiança dos atos franceses, foi fundamentada na Ordem Régia de 21 de fevereiro de 1792, que, entre as razões ponderadas, “não dá interpretação alguma sobre os desta Nação senão que imediatamente seja preso no caso de saltar em terra”²⁰⁰, justificou o comandante Lacerda. Assim, como os primeiros oficiais, os segundos e mais parte da tripulação saltaram em terra e foram detidos.

Entre os franceses detidos, além de Du Petit-Thouars, destacamos a figura de Monsieur de Bitancourt, que se apresentou como piloto. Bitancourt é protagonista de algumas situações na Ilha, no mínimo insólitas, que levantaram mais suspeitas durante sua permanência. Desde que desceu a terra, ele insistia em ver como estava a embarcação, insistia, ainda, em uma licença para caçar, que foi negada mais de uma vez. O francês, a todo o momento, demonstrava seu interesse em chegar ao alto da ilha para verificar o barco. Em determinado momento, o piloto se encontrava nas casas da residência do comando, de onde se via a embarcação, mas insistia em subir ao alto da ladeira de Santo Antonio para de lá ter melhor visão. Esse aspecto é interessante, pois chegar ao alto da ilha permitiria ao francês uma visualização mais precisa das fortificações locais, bem como um melhor detalhamento do contorno da Ilha e das condições de porto, etc.

No dia 14 de novembro do ano de 1792, sob as ordens do Sargento Joaquim José de Santana, da Sexta Companhia do Regimento de Olinda e da guarda do presídio de Noronha, o cabo da guarda, o soldado pago da Primeira Companhia do Regimento do Recife, Manoel Alvarez da

¹⁹⁸ AHU_ACL_CU_015”, Cx 182, D. 12684. Anexo 3.

¹⁹⁹ Idem

²⁰⁰ Idem

Conceição e o soldado, José dos Santos Torres, da Terceira Companhia do Regimento de Olinda²⁰¹, acompanharam Monsieur Bitancourt pela Ilha quando no lugar denominado Boboca – ou Biboca – por detrás dos quartéis da Vila, o francês pediu para se afastar por questões naturais e isolou-se atrás de uma moita de matos, a pretexto de “desonerar o ventre”²⁰².

Esse afastamento foi consentido pelo cabo por este acreditar que se tratava da necessidade de maior comodidade e recato do piloto, além de ser a uma distância pequena. Porém, diante da demora no retorno dele, o cabo, julgando que já se passara tempo suficiente, decidiu verificar o que estava acontecendo e, ao se aproximar, surpreendeu Monsieur de Bitancourt de posse de um papel, onde o mesmo rabiscava algo que o cabo não pode perceber, pois, ao ser surpreendido, aquele colocou o papel em uma carteira “e a recolheu no bolso que não pude perceber nada da escrita pela aceleração com que guardou o papel, ficando o piloto muito assustado”²⁰³. Na sequência, O Cabo Manoel Alvarez relata ao Sargento Joaquim José de Santana que, por sua vez, informa o acontecido ao Alferes Francisco Xavier Salerno.

O comandante da Ilha, João Ribeiro Pessoa de Lacerda, após saber desse fato, pelo Alferes Salerno, pergunta pelo conteúdo do papel a Monsieur Bitancourt, que dissimula respondendo em francês, não sendo compreendido pelo comandante que “só lhe percebi o dizer que não”²⁰⁴. O comandante Lacerda relatou que Bitancourt havia informado ao Alferes Francisco Xavier Salerno que sua profissão era a de Engenheiro e que sabia construir castelos, acrescentou que, ao dizer isso, olhava para a fortaleza dos Remédios. O dito Alferes perguntou, em seguida, o que levou um engenheiro a andar embarcado, não sendo essa a sua profissão. O mesmo respondeu que a Revolução do seu reino o tinha feito embarcar como piloto do Bergantim Le Diligent, mas, nessa conversa com o Alferes, não ficou claro em que circunstâncias da Revolução.

Vários dos procedimentos realizados pelo Le Diligent e sua tripulação foram classificados como suspeitos, o que já seria suficiente para justificar a prisão do mesmo, fosse ele de qualquer bandeira, sobretudo a da França, uma vez que, naquele momento, acontecia uma mudança significativa no contexto político europeu, a Revolução Francesa, cujas preocupações causadas ultrapassaram as fronteiras, não apenas da França, mas de toda a Europa e atravessaram o Atlântico. Qualquer navio com bandeira francesa, já era visto como suspeito; já existiam

²⁰¹ AHU_ACL_CU_015, Cx 182, D. 12684. Anexo 35.

²⁰² AHU_ACL_CU_015, Cx 182, D. 12666.

²⁰³ AHU_ACL_CU_015, Cx 182, D. 12684. Anexo 35.

²⁰⁴ AHU_ACL_CU_015, Cx 182, D. 12684. Anexo 2.

recomendações para que determinados procedimentos fossem adotados em caso de contato com navios daquela nação. E, no caso do *Le Diligent*, a Ordem Régia de 21 de fevereiro de 1792 já informava sobre o cuidado ao tratarem com o mesmo.

Se havia todo um procedimento ao receberem navios, que não tinham como destino aquele porto específico, mas necessitavam de aguada, por exemplo, havia uma recomendação diferente, especial, para o tratamento com os navios franceses, exceto os navios comandados por Bruni D'Entrecasteaux, que deveriam ter toda a atenção dispensada a eles. O *Le Diligent* também era uma exceção, só que contrária. Acreditava-se que o *Le Diligent* estaria em missão a serviço dos Clubes de França, grupos organizados e opositores da monarquia. Um Clube específico seria o financiador do *Le Diligent*: o *Cercle Social*. O navio levaria a bordo, para divulgação nas colônias portuguesas na América, cópias da Constituição francesa em espanhol e português. O *Le Cercle Social* foi criado pelos revolucionários para a propaganda e difusão dos ideais de 1789, traduzia em todas as línguas da Europa, proclamações, documentos e Constituições. Era filiado aos jacobinos. Sua missão de difundir as referidas doutrinas, nos outros países, incluía a América.

Nos autos a respeito da arribada do *Le Diligent*, vemos uma cópia do documento que faz o alerta sobre o *Cercle Social*. Nele, João Gomes de Araujo informa que “Há tempo que o Club denominado *Cercle Social* (...) propôs huma subscrição para inviar um navio em busca de Monsieur de La Prouse (...) e ao mesmo tempo para tentar várias especulações de Comercio do Mar do Sul.”²⁰⁵ A Assembleia Nacional, que assume de fato o governo na França, está ciente e de acordo com a empreitada, que essa não é uma mera aventura de aproveitadores, que há um interesse comum ou interesses diferenciados, que poderão ser alcançados com ações em conjunto, é dito que “A Assembléia parece autorizar esta expedição que não deixa de ser suspeita (...). Além disto os mesmos franceses não duvidam seja um pretexto para introduzir nas colônias estrangeiras o mesmo espírito de liberdade que reina neste país e divide as forças dos soberanos do Novo Mundo, abusando do asilo que se costuma dar em semelhante ocasiões.”²⁰⁶ O medo de que esse “espírito de liberdade” chegasse as colônias era grande, a situação do Estado português, face à mensagem dos “clubes de França”, era bastante incômoda, já que, economicamente, dependia do que era produzido na colônia. Noutro trecho do documento 12684 do Arquivo Histórico Ultramarino, temos a informação de que no navio “[...] a constituição está traduzida em Português e Espanhol e que várias pessoas que se

²⁰⁵ AHU_ACL_CU_015, Cx 182, D. 12684.

²⁰⁶ *Idem*.

embarcam como naturalistas, se aplicam ao estudo destas línguas, tendo comprado para este efeito os livros necessários. Dizem-me que além das instruções da Sociedade levam outras relativas ao local e recomendações particulares.”²⁰⁷

A afirmação de que o navio tinha, em sua carga, exemplares da constituição francesa e traduzidas para a língua local justificava todo o medo existente por parte das autoridades e o combate a tais ideias deveria ser constante e minucioso. Por fim, nenhuma cópia da Constituição Francesa foi encontrada, a equipagem do *Le Diligent* foi levada de Fernando de Noronha a Pernambuco, onde ficaram presos no Forte das Cinco Pontas e depois para Lisboa em diferentes navios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto aos exploradores aqui mencionados, o comandante Bruni d’Entrecasteaux não completa a missão de localizar a expedição de La Perouse, morreu em 1793, na ilha de Java acometido de Escorbuto e desinteria, um mal que, durante muito tempo, acompanhou os que se aventuravam no mar. La Perouse, após a partida dos dois navios de Botanic Bay, Sidney na Austrália, em 1788, nunca mais foram vistos. Hoje, acredita-se que naufragaram nas ilhas Vanikoro, atual Ilhas Salomão e, em seguida, os que sobreviveram teriam montado um barco menor com os restos, que conseguiram recolher e depois teriam alcançado a ilha de Murray e entrado em confronto com os locais, do qual somente um garoto teria sobrevivido, François Mordelle. Já Aristide Aubert du Petit-Thoars retomou suas atividades na Marinha Francesa, recebeu o comando do navio de guerra *Le Tonant* de 80 canhões. No ano de 1798, em combate naval entre Inglaterra e França, em Aboukir, na batalha do Nilo, o comandante perdeu a vida, aos 38 anos de idade, quando seu navio foi alvejado por uma carga de artilharia inimiga, tendo perdido as pernas e um braço.

As autoridades da colônia atentas às recomendações da metrópole impedem o contato do *Le Diligent* com a população local. Se tinham ou não cópias da Constituição Francesa ou outros documentos, que divulgassem as “vis ideias dos clubes de França”, ideias de liberdade, fraternidade e igualdade, não encontramos nenhuma prova desses. Pernambuco continuaria “livre” da abominável doutrina, mas isso não durou muito. As novas formas de pensar alcançaram, com intensidade, a capitania nas décadas seguintes.

²⁰⁷ AHU_ACL_CU_015, Cx 182, D. 12684.

FONTES

Arquivo Histórico Ultramarino – AHU_ACL_CU_015, Cx 182, D. 12666.

Arquivo Histórico Ultramarino – AHU_ACL_CU_015, Cx 182, D. 12684. (45 anexos)

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, José Góes de. **Naufrações e Afundamentos**: Costa do Brasil - 1503 a 1995. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2000.

FERNANDEZ-ARMESTO, Felipe. **Os Desbravadores**: Uma história mundial da exploração da Terra. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LINEBAUGH, Peter. RIDEKER, Marcus. **A hidra de muitas cabeças**: Marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico Revolucionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

NASCIMENTO, Ana; CAVALCANTE, Lenivaldo; AMORIM, Darlan. A Arqueologia subaquática e o patrimônio submerso do litoral pernambucano: breve história transatlântica. **Clio Arqueológica** (CD-ROM). 2008; Volume 23 (n. 2).

NASCIMENTO, Ana; CAVALCANTE, Lenivaldo. Maré Cheia. **Revista História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro. N 109. Pp 34-37. Outubro 2014.

RAMBELLI, Gilson. **Arqueologia até debaixo d'água**. São Paulo: Editora Maranta, 2002.

O episódio dos *Males* e as práticas da intervenção pública na cidade do Recife em 1685.

João Carlos Berenguer Correia ²⁰⁸

INTRODUÇÃO

Em fins do século XVII mais precisamente no ano de 1685, irrompeu em Pernambuco uma doença epidêmica que foi denominada por seus contemporâneos como *Males*. Este surto pestilencial que desolou em poucos anos a cidade do Recife, que era ainda uma vila, fez com que os governantes locais pedissem apoio à Coroa portuguesa, o que deu origem a um dos primeiros movimentos de profilaxia urbana realizados dentro do Brasil colonial. O governador e capitão general de Pernambuco, neste período, era o Marquês de Montebelo, que após ter sido curado da doença, pelo Doutor João Ferreira da Rosa, que fora enviado para o Brasil a pedido do marquês, após o envio de várias cartas afirmando que já não havia médicos nas cercanias que pudessem assistir aos doentes, deu início a um amplo movimento profilático baseado nas ideias do citado doutor, que se baseava nos parâmetros da medicina hipocrática, principalmente nas ideias de Galeno, que foram amplamente utilizadas pelo Doutor João Ferreira da Rosa em sua obra *Trattado unico da constituição pestilencial de Pernambuco* (1694).

OS MALES E AS PRÁTICAS PROFILÁTICAS DO MARQUÊS DE MONTEBELO.

Acreditando que fatos anteriores à incidência da epidemia de 1685 tenham relação com as precárias condições de saúde em que já se encontravam os residentes do Recife no período do surto, resolvemos citar, neste capítulo, alguns fatos reunidos pelo memorialista Leduar de Assis Rocha para complementar o quadro apresentado nesta pesquisa. De acordo com Rocha (1956), antes de 1685 várias outras epidemias assolaram a região. Apenas em caráter ilustrativo da situação que a

²⁰⁸ Mestre em História pela UFRPE. E-mail: joaac1201@gmail.com

Região Nordeste enfrentava, em especial a Região Metropolitana do atual Recife, citaremos aqui algumas das epidemias, registradas durante o século XVII, que precederam à epidemia dos *Males*. Segundo Leduar de Assis Rocha, em 1641 “uma grande epidemia de bexigas irrompeu na capitania, causando imensa mortandade, sobretudo entre os índios, que tiveram aldeias inteiras devastadas (ROCHA, 1956, p. 311). O mesmo autor descreve outros momentos trágicos, como por exemplo, uma epidemia contagiosa que tivera início em 1645 a partir da Paraíba, como explica o autor:

Em 1645 irrompe uma epidemia de moléstia contagiosa e desconhecida, que surgindo na vizinha capitania da Paraíba, penetrou na praça do Recife, alastrando-se pelas imediações e interior, causando grande número de vítimas. Produzindo a moléstia morte repentina ou dentro de algumas horas – acentua Pereira da Costa – os que logravam chegar a três dias, porém escapavam do mal, ignorando os médicos a sua causa, mas, atribuindo-a a infecção e corrupção do ar... Não sabiam como curá-la – diz ainda Pereira da Costa – mas, por fim descobriram que frequentes e copiosas sangrias muito aproveitavam. Os hospitais da Várzea e da Misericórdia encheram-se de soldados atacados do mal “cuja circunstância fez arrefecer a ação da guerra posta em campo contra o invasor holandês, durante todo o tempo que reinou a epidemia”. Fazendo uma súmula do mal, diz um cronista coevo: “sobreviveram em Pernambuco umas doenças contagiosas de catarros, pontadas e febres malignas, e com as quais morreu muita gente por toda a capitania, e com mortes tão apressadas que dentro de vinte quatro horas picava a enfermidade e o enfermo acabava a vida”. A epidemia perdurava até 1646 (ROCHA, 1956, p. 32).

Rocha continua sua narrativa, que apesar de apresentar-se deveras factual, em alguns casos mostra-se como uma das poucas fontes que sobreviveram aos auspícios dos acidentes e da má conservação de documentos no país. A seguir mais um episódio de uma epidemia, no caso a das bexigas, aqui citado pelo autor, ocorrida na década de 1660:

Em 1664 e prolongando-se até 1666, outra grave epidemia de bexigas irrompe em Pernambuco, causando os maiores danos. “Era Pernambuco um hospital pelo grande número de apestados, e em todas as cidades, vilas e povoações – narra Loreto Couto – arvorou a epidemia o estandarte da morte. Já não sabiam nos hospitais os enfermos e nas sepulturas não havia lugar para os mortos”... E como o mal grassasse ao tempo do governo de Jerônimo de Mendonça Furtado, por alcunha o Xumberga, por tal nome ficou também apelidada a epidemia (ROCHA, 1956, p. 35).

Estes episódios supracitados nos possibilitam a visualização das precárias condições de saúde que a sociedade pernambucana já enfrentava, há vários anos, antes do irrompimento do surto que ficou conhecido por seus contemporâneos como *Males* em 1685.

E dentre todas as epidemias já enfrentadas pela região até então, a que recebeu a fama de ser uma das mais terríveis do século XVII, foi chamada de pestilência, ou *Males*, e teve início no Recife, segundo o médico João Ferreira da Rosa, em novembro de 1685 (ANDRADE, 1956, p.190). Segundo seus relatos, em menos de um mês houve mais

de 600 mortes. Sendo o total de vítimas 2.000 pessoas, em uma população que, segundo o autor, demoraria pelo menos quinze anos para chegar ao número de 10.000 habitantes (ANDRADE, 1976, p. 189). Todavia em documentação do acervo Ultramarino de Pernambuco, em carta escrita em 31 de maio de 1687, pelo Secretário do Estado, Pedro Sanches Farinha, informa o seguinte: “As doenças que na cidade de Olinda e Recife se padecerão este anno, e ainda continuão, passando ja de tres mil oz mortos”(…).²⁰⁹ Nesta carta o autor explica sobre as condições salutaras que antes gozava a região e que agora estava tomada pela doença e pelo medo (VER ANEXO I). Vejamos mais um trecho deste documento:

“Fôra sempre ‘Pernambuco chamado paraíso terreal, pelo salutífero de seus ares’, de sorte que aquelas mortíferas doenças ‘se entende nasceram de uma ponte que da cidade para a terra firme fizeram os oficiais da Câmara no ano de 1683’. Contido por uma muralha, o rio alagara ‘as campinas e várzeas, da terra firme, onde se fizeram grandes sapais, e paúis; ficando a água encharcada, e corruta; da mesma sorte e da maré impedida da mesma muralha e a enchente correndo para as várzeas acrescentou o dano. Como as doenças se demasiaram, logo os médicos advertiram ser a causa referida”; porque no charco apodreciam os mangues e se lançavam nele detritos de curtumes e outras imundícies” (Documento número 1418. Cd 02 pasta 018 subpasta 003 arquivo 0541)²¹⁰.

Podemos então estimar que o número de vítimas possa ter alcançado proporções maiores do que as já evidenciadas até aquele momento, alastrando o pânico entre a população. Este período da História pernambucana coincidiu com a chamada Restauração Portuguesa, quando os holandeses foram expulsos da capitania e os portugueses deram início à restauração de seu poder colonial e à produção econômica de Recife e Olinda.

Segundo informações coletadas por Pereira da Costa, em sua obra *Anais Pernambucanos* (1985), “a peste entrou no porto do Recife no mês de novembro de 1685 por meio de barris cheios de carne em estado de putrefação” (COSTA, 1985, p. 36).

[...] abrindo-se alguns desses barris, estava a carne já em tal estado de adiantada putrefação, que às suas exalações mefíticas imediatamente caíram por terra o tanoeiro e mais quatro ou cinco pessoas de serviço, que dentro de poucas horas perderam (COSTA, 1985, p. 36).

Esta relação entre a decomposição de corpos orgânicos e sua relação com o ar continuou sendo afirmada por outros estudiosos nos séculos seguintes. Como exemplo tomemos a obra *Ensaio sobre os perigos das sepulturas dentro das cidades, e nos seus contornos*, escrito em 1812 por Félix Vicq-d’Azir. Neste exemplar, o autor explica a relação

²⁰⁹ Documento número 1418. Cd 02 pasta 018 subpasta 003 arquivo 0541, linhas 3,4 e 5. Pertencente ao Acervo do LAPEH/UFPE.

²¹⁰ In: ANDRADE, Gilberto Osório de. Montebelo, os Males e os Mascates. 1969. Recife Editora UFPE. Página 141. AHU-FG: 298. Partes da carta foram coletadas no documento citado em Laboratório pertencente a UFPE. Lapeh.

entre a fermentação dos corpos orgânicos em decomposição e a maneira como estes integram suas qualidades ao ar e a atmosfera, infectando-os e infectando também outros corpos, como o próprio autor explica, “como um fermento podre” (VICQ-d’AZIR, 1812, p. 67). Vejamos o trecho a seguir:

A fermentação he hum movimento próprio as substâncias vegetaes, e animaes, nas quaes tem mostrado a experiência que muito depressa degeneraria em putrefacção, se certa força orgânica, cuja natureza he ainda desconhecida, não suspendesse os seus efeitos. À medida que a fermentação faz progressos, o ar elementar se desenvolve; a comunicação livre com o ar da athmosfera lhe dá todas as suas propriedades; extricando-se, e rarefazendo-se diminue a adherencia das partes do corpo em que se faz esse processo; e na desenvolução leva consigo as moléculas mais subteis, que ficão suspensas na athmosfera. [...] huma exalação ou emanação podre de natureza particular, e de fétido penetrante, e insupportável, que inficiona, bem como hum fermento podre, os outros corpos; [...] (VICQ-d’AZIR, 1812, p. 67).

Em relatos e cartas de médicos e viajantes do século XVII e início do XVIII encontram-se descrições detalhadas da situação de penúria na cidade. Entre os relatos do médico Cerqueira e Silva encontra-se a seguinte descrição: “Notava-se um calor tépido e pulso sossegado e em outros delírios, ânsias e grande febre, expirando todos lançando pela bocca copioso sangue” (BARBOSA, 1929, p.330). Assim, também descreveu Rosa “os moribundos deste achaque costumam colocar pela bocca (vômitos de atrabilis, também conhecidos como vômitos pretos) um humor negro, da mesma cor da ferrugem de chaminé” (Idem).

Para a compreensão e análise médica destes sintomas descritos, os médicos e cirurgiões do referido período buscavam as causas e também as possíveis medidas de controle e cura do surto epidêmico nas obras clássicas utilizadas. A medicina portuguesa, ainda pautada mais na filosofia clássica, tendo-se em vista a sua estrutura pautada no hipocratismo, como afirma o autor Jaime Larry Benchimol (2003) a qual buscava no meio externo e mesmo sideral as causas e as possíveis curas para as doenças relacionando-as à corrupção dos ares, águas e lugares, sobretudo devido à relação destes elementos com os astros, como escreve em sua obra o médico Ferreira da Rosa:

As qualidades ocultas celestes, notadamente manifestas através de cometas e de eclipses do Sol e da Lua. ou o ar viciado, quer pelo contágio dos astros, quer por ‘vapores’ e ‘seminários putritudinosos’, provenientes não só de alimentos corrompidos mas também de águas estagnadas e de cadáveres insepultos; ou ainda a ira de Deus contra os pecados dos homens. [...] E por causa comum (como he o ar) mata a muitos (ROSA, 1694. p.45).

Consoante o doutor João Ferreira da Rosa, Félix Vicq-d’Azir, também justifica que são várias as causas que perturbam o equilíbrio do ar, como as relações dos astros, os meteoros, as estações e mesmo as relações interpessoais entre os habitantes de um dado local, como podemos

verificar no excerto a seguir:

He igualmente certo que as qualidades da atmosfera dependem de hum prodigioso número de causas, que, mais ou menos, concorrem a conserva-lhe suas propriedades naturais, ou dar-lhe outras factícias; a fazello ligeiro ou denso, puro ou carregado de princípios heterogêneos, elástico ou quasi sem essa propriedade. O último dos infectos, bem como os meteoros, as estações, a temperatura dos diferentes climas, o número de habitantes de qualquer paiz, a pratica das artes, as operações do Commercio, tudo influe sobre o ar, e lhe produz certas mudanças (VICQ-d'AZIR, 1812, p. 69).

Durante a estada do Dr. João Ferreira da Rosa aqui no Recife, que segundo Osório de Andrade “aportou aqui o médico no ano de 1687” (ANDRADE, 1969, p. 39), o mesmo esforçou-se em comprovar suas teorias, ao então governador, o Marquês de Montebelo, acerca das catástrofes que, de acordo com suas postulações, estavam associadas à corrupção do ar e das águas. Já o governador buscava a causa da doença nas imundícies urbanas e, até mesmo nas causas relacionadas à moralidade da população, no que diz respeito, especificamente, à atividade da prostituição que, assim como a sujeira da cidade, se alastrava nesta área de portos. Todavia, ainda que não concordassem em unísono com a origem e as causas da epidemia, concordavam que era emergencial a tomada das atitudes de controle e cura, visto que a doença não poupava ninguém e muito menos lhes dava o tempo para delongas e buscas de curar que se acertassem.

A doença se apresentava rápida e letal pois muitos dos vitimados não sobreviviam muitos dias, alguns chegavam a perecer em menos de vinte e quatro horas, deixando assim o Recife quase desabitado, como descreve o doutor Ferreira da Rosa:

Pelo que experimentamos, ha sete anos, neste Recife de Pernambuco, temos entendido, que a este mal competem as definições dos Autores Allegados; pois tem causado tal mortandade, que em seus princípios quasi o deixou deserto, morrendo com muita brevidade; mostrando ser doença perexa e peraguda; acabando a vida aos mais em seis dias; e quando tarde, em nove; e muitos em dous; e alguns (mas poucos) não durarão mais de vinte e quatro horas. [...] fica sendo extraordinário o golpe; e chegou ao ponto de não haver homens para acompanhar o Santíssimo Sacramento (ROSA, 1694, p. 46).

O médico, acima citado, continua descrevendo que a forma rápida da doença fazia com que as covas não fossem feitas a tempo levando em algumas delas, além de rasas, vários cadáveres, estes ficando a mostra contaminavam o ar (ROSA, 1694, p. 48). Analisemos este breve exemplo posto pelo doutor Ferreira da Rosa:

Nos templos, dentro das vilas e povoações, abriam-se catacumbas ainda ‘verdes’ para meter cinco ou seis corpos sucessivamente ‘na mesma parte, ou covinha: esposos, pais, irmãos e filhos atropelando-se uns aos outros, no afã de continuar unidos mesmo além da morte. Covas tão rasas, tão à superfície, que era fatal se exalar ‘daquela porção deixada em o cadáver de má qualidade corrompido... um vapor lento (como diz Luís Mercado), ou uma

mistura elaborada (como diz Cipriano) fazendo assim o efeito do contágio, ou mostrando-se assim a sua natureza, que é uma infecção, que passa de uma parte à outra”(ANDRADE, 1956, p. 160).

Assim também explica Félix Vicq-d’Azir, quando comenta que a infecção do ar expõe os viventes a inúmeros perigos, muitas vezes funestos, como as febres malignas, por exemplo, e se o ar se encontra confinado, tornar-se ainda mais mortífero, devido aos princípios de sua corrupção.

[...] se o ar infectado se acha estagnado; se ele se não renova; e sobre tudo se he por longo tempo respirado, he ainda mais para se temer a sua infecção. Além disto, a experiência tem muitas vezes mostrado, que a infecção do ae expõe a evidentes perigos, e que muitas doenças de péssimo caracter, assim como as febres malignas, os typhos, as febres exanthematicas &c. são algumas vezes funestas consequências dele (VICQ-d’AZIR, 1812, p. 70-71).

Desta forma o surto epidêmico alastrou-se, com violência, pela região da vila do Recife e por todas as cercanias do que hoje compõe a região metropolitana do Recife. E poucos eram os que havia para cuidar de tantos doentes. Nisto se concentravam os padres de diversas ordens como jesuítas, carmelitas descalços e terésios, que vindos em diferentes momentos da história para esta então colônia, puseram-se ao árduo serviço de cuidar dos doentes e também de dar sepultura aos mortos, como explica Gilberto Osório:

[...] por isso o governador (no caso o marquês de Montebelo), voltando a residir na vila, cedeu o pardieiro aos padres terésios aqui chegados sete meses antes de começar a pestilência; chegados com frei Manuel da Natividade, visitador dos carmelitas descalços, os quais apurou Pereira da Costa, muito se esmeraram no socorro aos doentes dos males no Recife. Eles e também os jesuítas, “acudindo a esta grande povoação, que melhor se pudera chamar hospital de incuráveis e de miseráveis e horrendos espetáculos, onde tudo era horror e assombros da morte [...] que já não havia quem curasse aos enfermos e enterrasse os mortos” (ANDRADE, 1969, p. 80).

“Os médicos nesse achague quase não se encontravam”, afirma Andrade quando trata do pedido feito pelo governador à Coroa portuguesa. O Dr. Ferreira da Rosa foi requisitado pelo governador a vir para o Brasil, “em 1686, quando à erupção da pestilência dos Males, morreu dos mesmos o único médico que então havia entre nós” (COSTA, 1985, p. 35). Assim dizendo o Governador João da Cunha Souto Maior: “ficando-se sem quem applicasse remédios, nem quem curasse com acerto os achaques”²¹¹ (COSTA, 1985, p. 268) (VER ANEXO III). Após

²¹¹ Como cita o autor Gilberto Osório de Andrade em sua obra *Montebelo, os Males e os Mascates* (1969), “O aviso fora dado para Lisboa Por João da Cunha Souto Maior, em cujo primeiro ano de governo (1685-1688) irrompera a pestilência e em cuja carta a el-rei se dava conta de que logo no princípio dela falecera o único médico existente na Capitania; de sorte que ‘convém muito ao serviço de V. Mjde., que na primeira monção, venha para esta praça, um médico, ou dois de “boa ciência” era o de que se precisava, porquanto não appareca ‘quem acertasse no curativo deste achague; e por este respeito houve uma notável confusão, porque todos curavam, e ninguém sabia o que curava; e assim houve duras hostilidades por esta causa’. (Carta de 6/07/1686 – AHU-FG:289).

o dr. João Ferreira da Rosa, de acordo com Pereira Costa (1985), outros médicos foram requisitados pelo governo como o Dr. Domingos Fillipe de Gusmão, que veio para Pernambuco em 1696, e em 1720 era ele o único médico residente na vila do Recife (COSTA, 1985, p. 35-36). Além deste, de acordo com Osório de Andrade, o Marquês de Montebelo trouxera também o médico assistente Dr. Domingos Pereira da Gama que ficou em Recife até meados de 1710, embora, de acordo com o mesmo autor, tenha pedido traslado a el-rei para o Rio de Janeiro, onde se pagavam melhores remunerações aos médicos²¹² (ANDRADE, 1969, p. 56). Mas, como se viu a gravidade da doença no achaque, o Marquês resolveu contar com a experiência de quem, aqui já tratava da doença há três anos: o Doutor João Ferreira da Rosa. Apesar de questionar os passos da terapêutica do doutor e de não concordar, inteiramente, com suas doutrinas, o Marquês incumbiu o médico de “[...] urgentemente escrever um papel [...] para remédio dos forasteiros” (ANDRADE, 1969, p. 56-57). Ou seja, o governador precisava que o doutor elaborasse um documento contendo as diretrizes para que os que aportassem, no Recife, ficassem conscientes do contágio e seguissem à risca as recomendações para que não aumentassem, assim, o número de contagiados e, até mesmo, de óbitos. Outra preocupação apresentada pelo governador, e esta não era apenas uma preocupação dele, mas principalmente da corte portuguesa, era que não se embarcassem infectados para Portugal e também que os que para lá rumassem, que portassem uma documentação atestando seu estado de saúde e o estado em que se encontrava a província visitada. A resolução em se tomar essas medidas foi considerada após uma análise do doutor João Ferreira da Rosa sobre as condições do casario e das construções comerciais da vila. Para que possamos compreender esta relação, trataremos, no tópico a seguir, da formação dos bairros de Recife e dos problemas apresentados, pelo doutor João Ferreira da Costa, como responsáveis pela manutenção e proliferação dos males.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, nos propusemos a compreender as políticas públicas de saneamento e combate aos *males* no Recife do século XVII. O nosso principal objetivo foi o de tratar o corpo factual histórico, transformando-o em uma ferramenta capaz de corroborar ou invalidar, com mais rapidez, as teorias que são postuladas durante as pesquisas arqueológicas. Um exemplo bem-sucedido, neste trabalho, foi o apresentado pelo exemplo do Sítio Arqueológico do Pilar.

²¹² Carta de 6/08/1703. AHU-FG: 391.

Por fim citamos Gilberto Osório de Andrade que constata a eficácia das práticas adotadas no combate ao surto epidêmico que, embora fosse desconhecida a verdadeira causa por seus contemporâneos, foram eficientes no controle da proliferação dos verdadeiros vetores da doença:

Concebida na total ignorância, embora, do mosquito vetor da infecção amarelada, mas em função dum já pressentimento do vírus, a campanha de 1691 foi pioneira e precursora. De resto, com tantas fogueiras, aspersões aromáticas, fumigações, barreiras e desinfecções o mosquito deve ter tido reduzidas ao mínimo as condições de sua ecologia, particularmente doméstica. A política higiênica sanitária de Montebelo em Pernambuco nada faltou, praticamente, do que podia ser concebido e posto em prática no tempo. Veem-se dos 'bandos' visitas de saúde aos navios surtos no porto; isolamento dos enfermos em hospital para esse fim aparelhado; participação compulsória do óbito para controle profilático e estatístico e sepultamento condicionado à declaração da *causa mortis*; desinfecção de interiores, desinfecção ou destruição das roupas e demais pertences das vítimas dos *males*; limpeza obrigatória dos logradouros públicos, armazéns e domicílios; fiscalização e ronda sanitária, polícia de costumes, repressão ao exercício ilegal da Medicina ... Nada disso voltara a se fazer sob o governo de Caetano de Melo e Castro. Cuidava-se tão só e bizantinamente de como se deviam enterrar os defuntos (ANDRADE, 1956, p. 172).

Dessa forma passamos a ter uma visão mais clara e real do que foi o episódio chamado de surto dos *males* e o que ele representou para a História do povo pernambucano e para a História das medidas profiláticas e de manutenção da saúde em nosso estado.

FONTES

Cartas que chegaram a Portugal, vindas de Pernambuco, referentes as epidemias que por lá se alastravam. E informando sobre a quantidade de óbitos e das possíveis causas. (Fonte: AHU – Documentos 0541 e 0542. Caixa 1418 – Lapeh.)

Carta do Governador de Pernambuco, João da Cunha Souto Maior, sobre o falecimento do médico que havia na dita capitania. Documento 0259 – AHU.Caixa 1372. Fonte: Lapeh.

Documentação do acervo Ultramarino de Pernambuco, em carta escrita em 31 de maio de 1687, pelo Secretário do Estado Pedro Sanches Farinha. Documento número 1418. Cd 02 pasta 018 subpasta 003 arquivo 0541, linhas 3,4 e 5. Pertencente ao Acervo do LAPEH/UFPE.

ROSA, João Ferreyra da, **Trattado unico da constituçam pestilencial de Pernambuco : offerecido a ElRey N.S. por ser servido ordenar por seu Governador aos Medicos da America, que assistem aonde ha este contagio, que o compusessem para se conferirem pelos coriphéos da Medicina aos dictames com que he trattada esta pestilencial febre / composto por Joam Ferreyra da Rosa Medico formado pela Universidade de Coimbra, & dos de estipendio Real na ditta Universidade, assistente no Recife de Pernambuco por mandado de Sua Majestade que Deos guarde,** Lisboa: na Officina de Miguel Manescal, impressor do Príncipe Nosso Senhor, 1694.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Gilberto Osório de; DUARTE, Eustáquio. **Morão, Rosa e Pimenta**. Notícia dos três primeiros livros em vernáculo sobre a medicina no Brasil. Recife. Editora Universitária UFPE. 1956.
- _____, Gilberto Osório de. **Montebelo, os males e os mascates**. Recife, Universidade Federal de Pernambuco. 1969.
- _____, Gilberto Osório de. **Origem da Febre Amarela urbana na América do Sul**. Recife, 1976. Artigo.
- BARBOSA, J. Plácido. **Pequena História da Febre Amarela no Brasil**. Archivos de Hygiene 3, Departamento Nacional de Saúde Pública, 1929. Artigo.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. Histórias da medicina e saúde pública: problemas e perspectivas. In: ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de. **Ciências em Perspectiva: Estudos, Ensaio e Debates**. Organizadora. Coleção História da Ciência. MAST/MCT – SBHC. Rio de Janeiro, 2003.
- COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais Pernambucanos, 1834 -1850**. Recife: Fundarpe, 1985.
- ROCHA, Leduar de Assis. **Efemeridades Médicas Pernambucanas. Séculos XVI, XVII e XVIII**. Prefeitura Municipal do Recife: Departamento de Documentação e Cultura, 1956.
- VICQ-d’AZIR, M. Félix. **Ensaio sobre os perigos das sepulturas dentro das cidades, e nos seus contornos**. Imprensa Régia, Rio de Janeiro. 1812. Disponível em: <https://archive.org/details/b29339479> Acessado em 30 de maio de 2018.

A História Ambiental e as condições para a produção da cal na Ilha de Itamaracá nos setecentos.

Rodrigo Ibson da Silva Oliveira ²¹³

INTRODUÇÃO

A Cal, enquanto matéria-prima para a construção civil, tem uma longa história. As primeiras notícias de sua utilização remontam ao período clássico grego e romano, sendo utilizada ainda pelos egípcios. Na costa africana e nas Ilhas atlânticas, tornou-se importante produto de comercialização devido à variedade de seus usos.

Neste trabalho, discutimos a influência da Cal para a organização social da Ilha de Itamaracá e como a sua economia foi beneficiada por este produto, passando a entender a história da Ilha como um imbricado sistema em que a geografia impunha uma lógica própria e a qual era assimilada pelas mais diversas redes sociais, a fim de fazer prosperar a pequena ilha atlântica que teve um tão curto período de apogeu econômico, o qual se encontra também associado ao período de maior evidência de produção e comercialização da Cal.

Para entender o processo de produção e comercialização da Cal, fez-se necessário recorrer a estudos de entendimento geográfico e a fontes arqueológicas, que, por sua vez, deram origem à pesquisa e ajudaram a costurar a malha de informações, a princípio desconexas, referentes ao objeto. No que diz respeito às fontes históricas, recorreremos, sobretudo, aos arquivos de documentos oficiais da Capitania de Itamaracá, os quais nem sempre se referem, diretamente, à Cal, fato que podemos explicar por não haver um imposto específico para a comercialização deste produto e, também, pelo fato de sua distribuição ser feita, geralmente, através dos diversos rios que davam acesso da Ilha ao Continente e às demais Capitânias.

Para compreender o diálogo entre a história da Ilha e a produção de Cal, apresentamos a sua condição econômica durante parte do século XVII e os

²¹³ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

seus desdobramentos no século XVIII. Visto isto, precisamos atuar sob a relação deste ambiente político e, sobretudo, econômico na produção da Cal.

É importante ressaltar que nossa análise considera um ponto de partida histórico e que se baseia em uma diversidade de fontes arqueológicas e geográficas, que ajudam a dar sentido a um objeto que não é, naturalmente, um objeto de estudo histórico. Buscamos então, entender o que é a Cal, como é produzida e para que foi utilizada ao longo de dois séculos, no território da Ilha e em porções continentais associadas à Capitania de Itamaracá.

CAL: ASPECTOS SOBRE A SUA PRODUÇÃO

As primeiras construções registradas com o uso da Cal, na América colonial, foram cais, pavimentos e edificações públicas. Na Ilha de Itamaracá, encontramos ainda hoje vestígios de 14 fornos de Cal, que de acordo com dados arqueológicos²¹⁴ remontam ao fim do século XVII e início do XVIII.

A matéria-prima para o fabrico da Cal é a Pedra Calcária, os Fornos são estruturas escavadas em barrancos ou construídas de tijolos batidos, de pedra ou de ambos, como é o caso dos fornos encontrados na Ilha de Itamaracá. Utilizando a combustão por madeira ou carvão, o processo de produção durava em média 72 horas.

A partir do texto: *A Cal nas Canárias: Elementos para o seu estudo*, do Historiador João Adriano Ribeiro, temos o entendimento do sistema de extração, produção e comercialização da Cal nos Arquipélagos de Açores, da Madeira e das Canárias. Segundo o autor, a Cal figurava como importante recurso econômico, entretanto o mesmo chama a atenção para o tráfico deste produto entre as Ilhas do Arquipélago, que denota uma interdependência entre os locais de produção e de extração da Cal, tendo em vista que, em determinada Ilha, tinha-se acesso à pedra calcária e em outra à madeira ou ao carvão necessário para a queima da pedra.

Já a Ilha de Itamaracá tinha o privilégio de contar com uma riquíssima jazida de pedra calcária, bem como uma grande quantidade de madeira boa para queima em seu território, o que eliminou a codependência em relação ao continente, fazendo todas as etapas da produção na própria Ilha.

A extração de Pau-Brasil foi uma das principais atividades econômicas da Ilha até o século XVII, porém o que nos chama a atenção é um outro elemento natural: as salinas, outra fonte de matéria-prima

²¹⁴ Os dados arqueológicos utilizados na pesquisa são provenientes do levantamento efetuado durante a execução do projeto “Patrimônio Subaquático do Litoral Pernambucano”, entre os anos de 2006 e 2008, desenvolvido pelo Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco e financiado pelo CNPQ.

para a produção da Cal que vai diversificar esta economia, embora acreditemos que não influencie nos lugares sociais ocupados pelos grandes produtores de açúcar presentes na Ilha.

Acreditamos que este elemento natural também contribuiu (de forma mais modesta) para a ascensão social de diversos indivíduos, que habitaram a capitania de Itamaracá, na medida em que participavam de sua produção ou comercialização e que, assim como os grandes proprietários de terra, poderiam estar ligados a várias atividades produtivas ao mesmo tempo.

Criadas a partir do processo de evaporação da água (evaporitos), as salinas são o resultado da sedimentação do sal após a ausência da água. Esse processo também fornece informações sobre os fatores paleoclimáticos, os quais podem contribuir para uma melhor compreensão da dinâmica do solo, da paisagem, do ciclo hidráulico e, conseqüentemente, das possíveis ocupações em determinados locais.

Entretanto, o relevo, assim como a composição geológica da Ilha de Itamaracá, possui áreas que se apresentam como verdadeiros vales, os que são contemplados pelas águas vindas do mar por diversos canais que a cortam. Essa formação contribuiu bastante para a formação de salinas, as quais foram responsáveis não só pela extração do cloreto de sódio (NaCl), mas também por sua utilização no processo de calcinação da pedra calcária.

As salinas da Ilha de Itamaracá também foram mencionadas pelo viajante inglês, Henry Koster, o qual as descreve em seu diário: “nas ilhas colombianas usam sempre a cal e alguns agricultores em Pernambuco, há pouco tempo, introduziram o emprego desse álcali nas suas indústrias, mas existe no país um preconceito contra a cal, sob pretexto de que o açúcar obtido não é sadio, e isto obstou que muitas pessoas o adotassem. Nenhuma dificuldade surgiu para seu uso entre os próprios plantadores porque a facilidade de sua busca encorajava as experiências.” (KOSTER, 1978. P. 435).

As salinas tinham também a função de fornecer material para o processo de calcinação da pedra calcária, antes e durante o processo da queima. O processo se dava pela queima do material encontrado, em afloramentos naturais, decorrentes do relevo submarino, onde a pedra calcária seria encontrada com maior teor de calcinação.

A importância da produção de cal não se deve somente a sua utilização para a produção açucareira, como posto por Koster²¹⁵, o fato de os fornos de cal, encontrados na Ilha, se localizarem próximos às salinas, denota a ação em conjunto destes dois elementos naturais,

²¹⁵ Ibid. p. 345.

que segundo relatos de moradores, como o senhor Edenildo Lira²¹⁶, era utilizado também para a construção civil.

Para entendermos às circunstâncias físicas da produção da Cal na Ilha de Itamaracá, recorreremos ao entendimento de seu ambiente geográfico e geomorfológico, na medida em que estas condições possibilitam o diferencial para os demais aspectos observados em relação a outras Ilhas atlânticas, que também produziam ou utilizavam a Cal no período estudado.

É importante ressaltar que, neste texto, fizemos uso em larga escala dos pressupostos da História Ambiental, na medida em que compreendemos que equacionar a dinâmica do meio ambiente natural com os aspectos sociais, culturais e políticos de determinado ambiente histórico é possível de forma mais coerente se utilizarmos, por vezes, as ferramentas legadas em aliança pelas ciências humanas e pelas ciências da natureza.

Neste caso, fazemos uso da geografia em grande medida, mas também da biologia, da física e da química, de modo a construir um panorama espacial que justifique a utilização da Cal como matéria-prima e como elemento de construção de sentido social para uma configuração específica de economia colonial, como a experimentada nesta Ilha Atlântica.

Para elaborar um entendimento do nosso objeto e articular a nossa multidisciplinar discussão a partir da metodologia aplicada pela História Ambiental, achamos por bem conhecer em que medida este aporte teórico pode conferir, em amplo sentido, o entendimento de nossas fontes, sobretudo, no que diz respeito à escrita e à análise das fontes. Para tanto, faz-se necessário entender o caminho percorrido historiograficamente por este lugar de observação que adotamos em nosso texto.

Os primeiros debates, que incluem o ambiente natural em termos de reflexão histórica, remontam aos primeiros Annales. Lucien Febvre já considerava e elaborava uma história social em que os movimentos da natureza eram considerados como fundamentais para o entendimento da estrutura social. Mais tarde Braudel vai se referir da seguinte maneira: “Lucien Febvre costumava dizer: ‘a história é o homem’. Eu, por outro lado, digo: a história é o homem e tudo mais. Tudo é história: solo, clima, movimentos geológicos” (Fernand Braudel apud Moore, 2003, p.431).

Esta definição ampla de história vai acompanhar, na década de 1970, um outro movimento que, nos Estados Unidos da América, se preocupa

²¹⁶ Guardião do forno de cal, melhor conservado que fica próximo à Vila Velha, entrevistado pela equipe do projeto Patrimônio Subaquático do Litoral Pernambucano.

com os efeitos das intervenções humanas sobre a natureza. Junto a esta problemática, que ainda nos é atual, alguns historiadores, como Roderick Nash²¹⁷, vão retomar o debate dos franceses, ancorados nas temáticas propostas pela ecologia e seu ambiente de visibilidade no mundo moderno.

Entretanto a proposta de história ambiental que encaramos difere um pouco da tradição americana, preocupada com os problemas do presente e dos rumos tomados pela natureza a efeito da ação humana, e se aproxima do que fizeram os *Annales*, na segunda metade do século XX, quando indagavam dos efeitos da natureza para a dinâmica da população, para construção de recursos econômicos de uma sociedade e para a condição política da mesma na medida do alcance de seus territórios e de suas articulações com a produção e consumo de recursos naturais em suas diversas formas.

Para entender a produção da Cal, na Ilha de Itamaracá, estabelecemos um recorte em que configuramos os espaços geográficos da Ilha e sua relação com o sistema colonial que está dado para o período em que estudamos, final do século XVII e início do XVIII e refletimos de que forma este cenário físico-geográfico pode ter influenciado na condução e articulação produtiva da cal.

O LITORAL COMO PONTO DE VISTA HISTORIOGRÁFICO

Como via de entendimento, a Ilha de Itamaracá encerra singularidades territoriais que correspondem ao seu Status de Ilha e também à sua dinâmica de aproximação com o continente. Estes fatores devem ser analisados de forma a confrontarem os aspectos físicos de sua geografia, que possibilitam a navegação em seus arredores, o escoamento da produção e mesmo a própria natureza dos produtos encontrados na Ilha.

O primeiro passo, então, é entender como definir os limites litorâneos do Brasil colonial e, então, entender como se relacionam com a Ilha em questão, levando em consideração aqui que Itamaracá está em diálogo direto com as Capitânicas de Pernambuco e da Paraíba, o que diminuem as distâncias geográficas.

O que é importante saber agora é que um litoral é a extensão de território ao longo da costa, às bordas do mar e que, durante quase três séculos, a dinâmica de colonização brasileira fixou base nesta então estreita faixa de terra. Quando falamos da Ilha de Itamaracá, elaboramos que a sua dinâmica está relacionada ao movimento produzido pelo

²¹⁷ O historiador cultural foi responsável por ministrar o primeiro curso de história ambiental, no ano de 1972, na Universidade da Califórnia, publicando nos anos seguintes diversos livros que se tornaram referência na área como o *Wilderness and the American Mind*. (NASH, Roderick. *Wilderness and the American Mind*. Fourth Edition, Yale University; 2001.

litoral e, ainda, pelas variações geográficas de sua condição enquanto Ilha que compreendem também a definição que damos acima, posto que na condição de Ilha, ela se enquadra como uma faixa de terra cercada de mar, todo o seu território é delimitado por um litoral.

Como as faixas de litoral, devido às suas características naturais, são de dinâmica que está sujeita a modificações constantes, influenciadas por diversos fatores diretos e indiretos, nós não podemos ter uma noção exata de sua atuação em um curto período de tempo, precisamos elaborar o seu entendimento no sentido de uma evolução ao longo de séculos de atuação da natureza e do homem.

É neste sentido que muitos historiadores, sobretudo aqueles atrelados à História Ambiental, decorrem hoje os seus problemas para um entendimento deste ambiente, que sofre a interação destes fatores em comunhão. Por isso, o entendimento da geografia do local nos ajuda a entender de que forma a produção da Cal se assentou na Ilha.

A dinâmica litorânea está sempre em movimento e à medida que utilizamos dados e fontes acerca deste ambiente natural, devemos tomar isto como pressuposto. Podemos entender que a análise, por exemplo, de mapas e cartas náuticas do século XVII nos dá uma boa visão sobre a configuração da Ilha, entretanto devemos estar atentos às condições de mudança neste cenário.

Como historiador sempre nos foi útil confrontar mapas e iconografias do período colonial e confrontar com imagens atuais. As mudanças sempre foram visíveis no sentido da ocupação urbana e outros aspectos mais latentes aos olhos de quem está preocupado com as ações humanas, bem como com os fatores antrópicos que se tornam mais evidentes.

Entretanto se observarmos mais atentamente os dados legados pela geografia, percebemos que, para o ambiente físico, pequenos contrastes percebidos ao longo de séculos nos dão respostas diferenciadas, quando observamos um ambiente tão variável, mas cuja variação ocorre em um longo tempo.

Levamos em consideração ainda que nem toda mudança ocorrida no litoral tem apenas efeitos naturais, como os associados às mudanças climáticas, à subida do nível do mar e ao fornecimento de areias à linha da costa.²¹⁸ O homem também atuou de forma contundente, neste espaço, com a construção de barragens, retirada da cobertura vegetal (no caso da Ilha, vegetação de mata atlântica), ocupação de áreas de

²¹⁸ Os aspectos geomorfológicos e a relação histórica de entendimento da dinâmica litorânea ao longo de séculos pode ser observado a partir da leitura do artigo de Maria da Assunção Araújo: A evolução do Litoral em tempos históricos: A contribuição da Geografia Física. *In*: AMORIM, Inês; POLÓNIA, Amélia; OSSWALD, Helena. *O Litoral em Perspectiva Histórica* (Séc. XVI-XVIII). Instituto de História Moderna; Centro Leonar-do Coimbra; Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Porto; 2001.

mangue, construção de barreiras ao longo da costa de linhas de defesa, no nosso caso, de fortes e também a retirada de elementos naturais, no caso em questão, a pedra calcária.

A Ilha de Itamaracá possui uma área de aproximadamente 65 km². Ela deve ter sido separada do continente devido à deposição de sedimentos da composição da Formação Barreiras, já que os mesmos podem ser encontrados tanto na Ilha quanto no Continente.

A Ilha está localizada na Bacia da Paraíba que caracteriza-se por ser uma bacia extensional da margem atlântica brasileira de evolução tardia. (BARBOSA LIMA FILHO, 2004). A planície litorânea da Ilha se encontra compartimentada em Terraços Marinhos Superiores, do período Pleistoceno; Terraços Marinhos Inferiores, do período Holoceno; Flechas Litorâneas; Baixios de Maré e Arrecifes.

Na região adjacente à Ilha de Itamaracá, temos também um outro importante elemento de influência para as características geomorfológicas, que dizem respeito à dinâmica das marés, “devido à presença de barras arenosas e recifes que promovem a refração das ondas, fazendo-as chegar às praias com tamanho reduzido.” (MARTINS, 1997).

A salinidade também apresenta dinâmica diferenciada em ciclos sazonais, valores mais elevados foram observados em períodos secos, máximo de 37,6% e valores mais baixos no período chuvoso, mínimo de 28,88%. Esses valores apresentam flutuações próximas à costa devido à influência dos rios costeiros.

É importante relacionar a classificação dos grãos sedimentológicos obtidos na faixa litorânea, bem como na Plataforma continental, tendo em vista a caracterização dos mesmos e a compreensão do material encontrado. Neste sentido, a obtenção das análises se tornam relevantes na medida em que revelaram a existência da predominância da classe textural Areia, entre esta as cinco subclasses distintas de grãos, distribuídos ao longo da plataforma interna, são: Areia Muito Grossa; Areia Grossa; Areia Média; Areia Fina e Areia Muito fina.

Com estes resultados, podemos refletir sobre tratar-se esta área de deposição sedimentar de influência moderada, sobretudo apresentando areia fina relacionada aos locais, que se diferenciam por apresentarem como barreiras naturais à deposição e a presença dos arrecifes. Por outro lado, a nossa área de interesse, já relacionada, sobretudo as praias do Forte Orange, São Paulo e Forno da Cal apresentam dinâmica diferenciada e resultado granulométrico que indica acúmulo de sedimentos de granulometria média.

Em decorrência disso, observamos que essas praias não apresentam a interferência de arrecifes e como tal estão em elevado estágio de erosão. Este fator nos leva a acreditar que existe uma direta relação entre estes

eventos e a presença acentuada da pedra calcária, bem como de sua obtenção que, geralmente, é de difícil acesso, já que por sua formação geológica é encontrada em áreas de fundo das plataformas. Neste caso, temos uma ocorrência direta entre a formação e dinâmica dos recursos naturais e sua utilização, pensados a partir da perspectiva da História Ambiental, como elementos de intersecção entre a ação humana sobre o meio e também o inverso.

Toda a extensão do território da Ilha é formada por praias, as quais são “depósitos de sedimentos inconsolidados, constituídos geralmente por areias, cascalhos, conchas, entre outros acumulados predominantemente pela ação das ondas, que por apresentarem mobilidade se ajustam às condições hidrodinâmicas” (Suguio, 1992, p. 05). Mas podemos dizer que o ambiente praias é um pouco mais amplo do que o termo praia, pois se estende de pontos, permanentemente, submersos situados além da zona de arrebentação até a faixa de dunas ou escarpas, que fica à retaguarda do ambiente.

A área oceânica da Ilha tem aproximadamente 16 km de extensão formada por inúmeras praias, das quais listamos aqui em sentido do Sul para o Norte: Forte Orange, São Paulo, Forno da Cal, Pilar, Jaguaribe, Sossego, Enseada dos Golfinhos e Fortim. Para o nosso trabalho vai ser observada a dinâmica em apenas algumas destas praias, que correspondem aos locais que reconhecemos como de retirada de matéria-prima, pedra calcária, e como local de produção, onde pudemos encontrar estruturas de fornos da cal.

Assim, encontramos que a linha de costa da Ilha de Itamaracá, que totaliza 16.550 metros, passou por inúmeros processos de erosão e retirada de sedimentos, sendo classificada, hoje, como intensamente erodida, erodida e estável, o que faz referência à extensão da vulnerabilidade, passando de baixa, média e alta vulnerabilidade.

Praia	Área em M ²	Situação da Linha da Costa	% do Litoral
Forte Orange	1.239.969	Estável	7
São Paulo	1.284.320	Intensamente erodido	3
Forno da Cal	2.115.665	Intensamente erodido	0,8
Pilar	1.513.214	Estável	9,2
Jaguaribe	520.131	Erodido	20
Sossego	1.445.816	Estável	11
Enseada dos Golfinho	1.454.934	Estável	49
Fortim	618.620	Estável	11

Tabela 1: Configuração dos Padrões Geomorfológicos das Praias da Ilha de Itamaracá

Os dados necessários para a obtenção dos resultados presentes na tabela acima são frutos de pesquisas de campo, bem como da leitura documental, referente aos estudos geológicos já realizados na Ilha, tendo por base a metodologia Stevez e Finkl Jr. (1998). A partir destes dados, podemos reconhecer o grau de evolução das habitações, das áreas construídas e do desenvolvimento de atividade extrativa mineral e relacionar ao grau de erosão encontrado na linha da Costa.

Assim, podendo compreender em que medida se obtém áreas de atividade relacionada à obtenção da pedra calcária, bem como reconhecer a zona de exploração e a intensidade da mesma, com as quais poderemos reconhecer um período aproximado de utilização deste minério. A compreensão da linha da costa da Ilha de Itamaracá gera um número de possibilidades para o nosso objeto, na medida em que nos lega informações que não encontramos nos documentos históricos e que, quando existem, estão decodificadas sob outros termos e denominações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que a história nos diga muito sobre os fornos de Cal e sobre a economia a ele ligada no período, em Itamaracá e outras partes do mundo, a materialidade dos fornos podem nos indicar de que forma eles dialogavam com o ambiente em que estavam postos, fazendo como indica Pedro Paulo Funari²¹⁹ sobre a característica das fontes arqueológicas, “pois a cultura material pode não só complementar as informações textuais, como fornecer informações de outra forma não disponíveis e até mesmo confrontar-se às fontes escritas” (FUNARI, 2007. P.28)

Ao nos depararmos tanto com fontes escritas como com a materialidade dos fornos de Cal e de seu contexto de produção, buscamos empreender a crítica a estas fontes e colocá-las frente a frente no sentido da comparação temporal e da relação de seu sentido de produção.

Da mesma forma que em história podemos questionar a motivação para a escrita de determinado mapa de carga ou ordem alfandegária, podemos analisar a tencionalidade da construção de um forno de cal próximo ao que então conhecemos como fortim da Catuama. Construção que se localiza na porção norte da Ilha, em oposição à grande maioria dos outros fornos, que se localizam ao sul, na área mais habitada no período estudado.

Encontrar este forno de Cal próximo às ruínas do fortim suscitou muitas perguntas e algumas delas podem ser respondidas com a ajuda dos registros históricos. É neste íterim que encontramos o maior entendimento entre as duas ciências, onde uma não chega a outra

²¹⁹ FUNARI, Pedro Paulo. *Arqueologia e Patrimônio*. Habilis Editora: Erechim, RS. 2007.

encontra brechas e lança luz sobre questões até então obscuras.

A arqueologia histórica em parceria com a História sócio-cultural nos possibilita entender não só o panorama econômico como posto para Itamaracá entre os séculos XVII e XVIII, mas também elaborar condições para o entendimento de uma economia, que não figurou como interessante aos olhos da coroa, mas que esteve presente e a materialidade dos fornos de cal, encontrados em quantidade na Ilha, exatamente, na área de maior influência político-social e econômica, demonstrando que sua função, neste cenário, era maior do que denotam as fontes históricas.

Para a arqueologia é importante compreender que o espaço de observação do objeto é mutável e que os sítios²²⁰ sofrem intervenções humanas no presente e já sofreram ao longo dos séculos. Quando falamos da produção da Cal, não falamos só de uma única estrutura de produção, mas de uma rede de atividades difícil de rastrear por se tratar de atividades ligadas à população menos favorecida no cenário da coroa.

E, ainda, tratamos de vestígios materiais remanescentes aos séculos XVII e XVIII, encontrados em uma área de intensa atividade humana durante todo esse tempo até hoje. Sem contar que diferente dos bens imóveis arqueológicos com os quais todos estão acostumados, como Igrejas e casarões, os quais, naturalmente, fazem parte do que consideramos patrimônio, os fornos de cal não estão entre eles no Brasil e isto dificulta ainda mais o seu estado de conservação.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. **Itamaracá**, uma Capitania frustrada. Recife: CEHM,1999.
- BARLAEUS, Gaspar. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil**. Recife: Fundação de cultura da cidade do Recife, 1980.
- BICALHO, Maria Fernanda Baptista. “**Pacto Colonial, autoridades negociadas e o império português**” in SOHIET, Raquel, BICALHO, Maria Fernanda Baptista e GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. (orgs) *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro. Mauad, 2005. Pp.85 a 105.
- BOXER, Charles. **O Império Marítimo Português**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. **Portuguese Society in theTropics** – Madison: The Universityof Wisconsin Press/ Madison and Milwaukee, 1965.
- BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Tradução de Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor: 2005.

²²⁰ Sítios arqueológicos são determinados espaços que apresentam vestígios da cultura material de tempos pretéritos, que foram silenciados no solo ao longo do tempo. Os vestígios quando relacionados com o contexto do sítio, pode trazer informações importantíssimas acerca do “intenso” processo (dos indivíduos ou grupos) de ocupação e apropriação daquele dado espaço. Para saber mais ver: FUNARI, Pedro Paulo. *Arqueologia*. 2. Ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010. E Também para estudos aprofundados o livro: MARTINEZ, Victor M. Fernandez. *Teoría y Método de laArqueología*. Editorial Síntesis: España, 1990.

- CASCUDO, Luís da Câmara. **Geografia do Brasil holandês**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1956.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense – Universitária, 1982.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1988.
- CHAUNU, Pierre. **A economia: Ultrapassagem e Prospectiva**. NOVAIS, Fernando A. SILVA, Rogério Forastierida. **Nova História em Perspectiva**. vol. 1. São Paulo: Cosac naify, 2011. 560p.
- COLLINGWOOD, R.G. **The Ideal of History**. Oxford University Press: Oxford. 1946.
- CORRÊA, Dora Shellard. **Historiadores e Cronistas e a paisagem da Colônia Brasil**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 26, nº 51, p. 63-87 – 2006.
- FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, nº 44, pp. 555-558. 2002.
- FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder. Formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo, Publifolha, v.1; 2000.
- FREIRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala: Formação da Família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo, Ed. Círculo do Livro. 1986.
- KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**, 2ªed. Recife: CEPE, 1978.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **Fontes para a História do Comércio do Rio de Janeiro**. Atas do Colóquio Internacional de Estudos Luso Brasileiros, Coimbra; 1965, v. 2.
- MAGALHÃES, Diogo Franco. **O reinventar da colônia: Um balanço das interpretações sobre a economia colonial brasileira**. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP; 2008.
- MARTINEZ, Victor M. Fernandez. **Teoría y Método de La Arqueología**. Editorial Síntesis: España, 1990.
- MEDEIROS, Guilherme de Souza. **Arte da Navegação e Conquista Européia do Nordeste do Brasil** (capitanias de Pernambuco e Itamaracá nos Séculos XVI e XVII). Dissertação (Mestrado em História). Recife: CFCH/UFPE, 2001.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. **História, Metodologia, Memória**. São Paulo: Contexto, 2010.
- RENFREW, Colin. BAHN, Paul. **Arqueologia**. Teorías, Métodos y Práctica. AkalEdiciones: Madri, 1993.
- RUSSEL-WOOD, A.J.R. **Centros e Periferias no mundo luso-brasileiro 1500-1808**. Revista Brasileira de História, São Paulo, V.18, n.36, 1998.
- SCHWARTZ, Stuart. MYRUP, Erik. (org.) **O Brasil no Império Marítimo Português**. Bauru, São Paulo: Edusc, 2009.
- SOARES, Bruno Daniel. **Estudo da produção de Óxido de Cálcio por Calcinação do Calcário: caracterização dos sólidos, decomposição térmica e otimização paramétrica**. Dissertação de mestrado apresentada a Universidade Federal de Uberlândia-MG. 2007.
- SOUZA, George Félix Cabral de. **Elite y ejercicio de poder em el Brasil colonial: La Câmara Municipal de Recife (1710-1822)** Tese (Doutorado em História) Universidad d Salamanca, Salamanca, 2007.

Um breve ensaio bibliográfico sobre arqueologia e história da Ilha de Itamaracá.

Josué Lopes dos Santos ²²¹

INTRODUÇÃO

Pessoalmente, o interesse por estudar a Ilha de Itamaracá ocorreu desde os primeiros momentos de minha trajetória acadêmica no curso de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco. No ano de 2006, data de meu ingresso na Rural, estava sendo articulado um projeto amplo e ambicioso, que tinha como objetivo principal mapear os sítios arqueológicos litorâneos de Pernambuco, em ambiente aquático ou terrestre. O projeto de título “Patrimônio Subaquático do Litoral de Pernambuco” encontrava-se em sua fase inicial, sob a coordenação da Professora Ana Nascimento, vinculado ao Laboratório de Arqueologia da Universidade e financiado pelo CNPq. A partir da inclusão tanto minha quanto de demais colegas estudantes, em projetos de Iniciação Científica vinculados ao referido projeto maior, foi possível a realização de estudos bibliográficos, levantamentos históricos e mapeamentos arqueológicos sobre a Ilha de Itamaracá desde o século XVI até o século XIX. Esta base de dados subsidiou diversas pesquisas de estudantes em nível de monografia, dissertações de mestrado e teses de doutorado, inclusive a minha, que se encontra em fase de finalização. Como reflexo ainda desse acervo, foi possível a realização de minha monografia e também da dissertação de mestrado, ambas realizadas no Departamento de História da UFRPE, sob orientação da Professora Ana Nascimento, onde busquei analisar a construção de sociabilidades e materialidades com enfoque na atividade portuária.

O interesse pela história da Ilha de Itamaracá, porém, é bem mais antigo que as ambições dos projetos citados. Isso, pois, o processo

²²¹ Atualmente curso o Doutorado em Arqueologia na Universidade Federal de Sergipe e tenho como principal linha de investigação o estudo de sítios arqueológicos históricos litorâneos sob a perspectiva da Arqueologia Marítima, sou orientado pelo professor Gilson Rambelli. Estudei Graduação e Mestrado em História na Universidade Federal Rural de Pernambuco sob orientação da Professora Ana Nascimento entre os anos de 2006 e 2013. E-mail para contato: josue.lopeshistoria@gmail.com

de ocupação europeu, no local, remonta aos primórdios da própria colonização do espaço brasileiro por parte das potências de além mar a partir de 1500. Precisamos deixar registrado que, obviamente, a Ilha de Itamaracá era densamente ocupada por indígenas, que têm sua história ainda pouco abordada em estudos acadêmicos. Como consequência disso, a Ilha foi palco de uma série de pesquisas arqueológicas desde a década de 1980 e que forneceram valiosas informações aos objetivos de nossa própria narrativa. O diferencial proposto pela minha pesquisa, que hoje se encontra sendo desenvolvida no Programa de Pós Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe, sob orientação do professor Gilson Rambelli, está, justamente, no fato de que esperamos evidenciar o protagonismo do mar como elemento central na consolidação de uma cultura material específica, proporcionada pelas sociabilidades influenciadas pela maritimidade.

Torna-se salutar iniciar apontando algumas informações sobre a ilha, como sua localização e indicativos sociais. A Ilha de Itamaracá está situada a cerca de 50km ao norte de Recife, capital do estado de Pernambuco, tem como principal acesso as rodovias PE-035 e PE-001. Com território de 66,68km², é separada do continente pelo Canal de Santa Cruz. De acordo com os últimos dados do IBGE sobre a cidade, a ilha possui população estimada de 24.888, grande parte desta que sobrevive ainda de atividades relacionadas à pesca comercial e de subsistência, além do processamento artesanal de produtos da terra, como as passas de caju, frutos do mar e artesanato.

Outra importante atividade econômica local é o turismo ecológico, histórico e cultural. Itamaracá também é conhecida por ser a terra da cirandeira Lia de Itamaracá, considerada patrimônio vivo de Pernambuco e uma das responsáveis por perpetuar a tradição de dançar e cantar ciranda no Brasil. Registro, aqui, minha singela homenagem a mais ilustre itamaracaense: Viva Lia de Itamaracá!

A Ilha tem como limite ao sul o município de Igarassú, ao norte Goiana e a oeste Itapissuma, sendo o limite leste do território insular, justamente, o Oceano Atlântico. Itamaracá está inserida em uma baixada litorânea e faz parte da formação barreias, sendo separada do continente pelos médios 1km do Canal de Santa Cruz. Seu território é pouco acidentado com oscilações, que formam morros, a vegetação é composta, basicamente, por manguezais, resquícios de mata atlântica e vegetação secundária. A abundância de água potável, boas possibilidades para obtenção de recursos primários, como as frutas da terra, apropriadas condições de navegabilidade, além de topografia favorável à ocupação de acordo com o padrão urbanístico português fizeram com que a ilha de Itamaracá, já no início do século XVI, se tornasse foco na efetivação

do sistema colonial europeu.

O território da insular foi escolhido para ser a sede da Capitania de Itamaracá por diversos motivos, entre eles, o fato de a região ser mais próxima, geograficamente, a Pernambuco e por estar, já no início do século XVI, integrada a um sistema de navegação e movimentação portuária. Além de já possuir um incipiente núcleo urbano no momento de efetivação do sistema de capitanias.

Durante o século XVI, a ilha de Itamaracá, progressivamente, torna-se um importante entreposto comercial integrado ao sistema de navegação do norte do Brasil colonial. A constante movimentação de navios na zona portuária da ilha e a intensa atividade política e burocrática proporcionaram à Itamaracá o desenvolvimento de uma cultura material extremamente diversificada e significativa. Isso também para atender as demandas do ‘projeto colonial’ ao passo que se modificava, densamente, a paisagem natural, como também se aniquilava a ancestralidade indígena dentro dos novos tratos sociais imposta pelo contato.

Entre os séculos XVI e XVII na ilha de Itamaracá, já era possível encontrar a maioria das instituições que representam a materialidade da presença europeia. Casa de Câmara e Cadeia, Santa Casa de Misericórdia e armazéns, além de uma igreja matriz, que evocava a Nossa Senhora da Conceição, deveriam, também, cumprir as funções de vigilância cidadina, administração pública e, principalmente, o controle do espaço portuário. Completava esse contexto um sistema de defesa articulado, que se materializou através da construção de duas fortificações, uma em cada extremo do canal, no território insular (NASCIMENTO; LOPES, 2015). Não houve densidade populacional no local, como nas vizinhas (Igarassu, Olinda e Goiana). Nesse período, já que a Ilha e a capitania chegaram ao final do século XVII capengas, economicamente, ao ponto de o seu território, no continente, ser repartido entre Pernambuco e Paraíba até não ser mais uma dita ‘capitania autônoma’ para se tornar uma ‘anexa’.

Com o objetivo de dar suporte às questões relacionadas à governança é que foi fundada pela coroa portuguesa a Vila de Nossa Senhora da Conceição, atualmente conhecida como Vila Velha. A própria escolha do local para instalação do núcleo urbano já sugere uma lógica urbanística bem definida, na medida em que a vivência cidadina juntamente com os principais ícones burocráticos, administrativos e religiosos concentravam-se no topo de uma colina íngreme e sinuosa, com a finalidade, também, de controlar a atuação de embarcações, já que do alto da vila era possível ter visualização ampla da região portuária principal da ilha. A Vila de Nossa Senhora da Conceição era, também,

protegida por muralhas (NEVES, 2009). A vila tem data de fundação incerta, o mais provável, porém, é que já, na década de 1510, existissem colonos na região (NEVES, 2006).

Para completar o sistema de defesa local, foram construídos fortes e redutos em pontos prioritários. Na entrada sul do Canal de Santa Cruz, que garantia a guarnição tanto do acesso ao porto quanto à vila, foi construído um reduto, que hoje é conhecido como Forte Orange, apesar de as atuais estruturas do mesmo corresponderem a à Fortaleza de Santa Cruz, erguida pelos portugueses para suplantam a antiga estrutura do forte holandês, após a reconquista do território na década de 1650. Por volta de 1633, o Forte Orange foi construído pela Companhia das Índias Ocidentais para viabilizar o início do período de dominação holandesa no território da ilha de Itamaracá em um local, onde já existia um reduto português, estrategicamente, posicionado na entrada da barra principal da ilha. Na extremidade norte do Canal de Santa Cruz, era função do Fortim da Catuama proteger, também, essa entrada apesar da pouca navegabilidade daquelas águas. Esse fortim não apresentou grandes evoluções em níveis de estrutura física e já, em meados do século XVIII, suas atividades foram, oficialmente, encerradas. (NASCIMENTO; LOPES, 2014).

Existia intensa movimentação portuária na ilha de Itamaracá, entre os séculos XVI e XVII, melhor momento econômico do local. Na porção sul da ilha, sob a vigilância da Vila de Nossa Senhora da Conceição e resguardado pelo Forte, é que funcionava o principal porto da ilha e, conseqüentemente, da capitania. Por ser uma ilha litorânea, a movimentação de navios era indispensável ao fortalecimento e desenvolvimento econômico e social. Itamaracá tinha um porto, que viabilizava a circulação de produtos da terra como pau-brasil e madeiras em geral, açúcar, frutas tropicais, cal, além de documentos, funcionários, soldados e colonos, levando em consideração que essa era a única forma de acesso ao território insular.

DESENVOLVIMENTO

Diante de tudo o que foi exposto, é razoável admitir que um rico contexto arqueológico pode ser encontrado em Itamaracá. Nesse momento, esperamos apontar, de forma sucinta e sistematizada, os principais locais de fala relacionados a nuances da Ilha de Itamaracá que correspondem a pontos de interesse em minhas pesquisas pessoais, atualmente. Além disso, torna-se necessário acrescentar à discussão os principais conceitos dentro da Arqueologia Histórica Marítima, que articulados integram o arcabouço teórico, no qual baseamos nossas interpretações hoje.

O Instituto Histórico Arqueológico e Geográfico de Pernambuco, por exemplo, cultiva, desde o século XIX, o hábito de publicar, nos números de sua revista, extensiva documentação primária relacionada a diversas partes do Brasil colonial. Como lugar de memória, o IHAGP abre caminho, principalmente, para o conhecimento das fontes, principalmente cartografias e descrições de cronistas sobre a Ilha, já que era comum a prática da publicação integral de documentação transcrita. Em um número dessa revista, encontramos a ‘Relação das Praças Fortes, povoações e Cousas de importância que sua Majestade tem na Costa do Brasil’, escrita por Diogo de Campos Moreno em 1609 e publicada na revista, no ano de 1984. Esse documento apresenta ampla descrição sobre Itamaracá, principalmente sobre os redutos militares e assentamentos urbanos. Foi utilizado, também, como informação subsidiária à pesquisa nos arquivos (Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano e Arquivo Histórico Ultramarino), como também levantamento de dados cartográficos.

Especificamente sobre arqueologia existem trabalhos importantes, que apresentam percepções variadas sobre o objeto e propõem opções teóricas igualmente amplas. Vale ressaltar que boa parte dessa bibliografia foi produzida pelo Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, já que diversos pontos, na Ilha de Itamaracá ou em seus arredores, foram objeto direto de investigação arqueológica através de escavações, prospecções e análise laboratorial.

Dentre a produção discente, citamos, inicialmente, a dissertação de mestrado de André Soares (2009) intitulada ‘Diagnósticos dos impactos antrópicos em Vila Velha: Proposta para sua preservação e conservação’ defendida em 2009, tendo como objetivo principal enquadrar a vila dentro de uma lógica urbanística. O pesquisador evidencia a relevância arqueológica da região e denuncia as consequências da ausência de estudos arqueológicos mais aprofundados no local. Como opções teóricas e metodológicas, o autor apresenta Françoise Choay (2001) para justificar a construção do inventário e diagnóstico dos bens culturais da vila, além de argumentar a favor da utilização de fontes históricas como alternativa metodológica dentro da pesquisa arqueológica.

Em 2007, foi apresentada a dissertação ‘Arqueologia de uma fortificação: o Forte Orange e a Fortaleza de Santa Cruz, em Itamaracá, Pernambuco’ por Stella Barthel (2007) também ao programa de Pós Graduação em Arqueologia da UFPE. O trabalho teve, justamente, a intenção de realizar estudo sobre escavações no Forte Orange, a partir de informações arqueológicas e arquitetônicas. Apresenta os registros arqueológicos que atestam para os diversos processos de ocupação no referido reduto e evidencia os remanescentes materiais portugueses

e holandeses. O texto esmiúça as medidas do forte e descreve, detalhadamente, as etapas de escavação do mesmo, o que torna essa obra um precioso acervo bibliográfico.

Maria Eleonora Curado defendeu, em 2010, a dissertação de mestrado intitulada 'A Faiança do forte Orange'. Em seu trabalho, a pesquisadora buscou realizar análise tipológica das faianças provenientes de escavações arqueológicas realizadas no Forte Orange, onde enquadra as mesmas em categorias, de acordo com os atributos físicos da peça como forma, utilização e caracterização dos ornatos gráficos. Para isso, estabelece datações relativas através da identificação dos fabricantes (CURADO, 2010). Para ela, as informações levantadas deveriam ser interpretadas de forma contextualizada com outros dados tanto provenientes da cultura material como relacionados ao meio ambiente, devendo haver contextualização histórica ao estabelecer cronologias, que remontam ao século XVI.

Um dos primeiros textos acadêmicos que tratam da ilha de Itamaracá sob o ponto de vista da arqueologia tem data de 1993. No artigo 'O processo interétnico em uma feitoria quinhentista no Brasil', publicado na Revista de Arqueologia de São Paulo, o arqueólogo Marcos Albuquerque apresenta análise sobre os dados arqueológicos provenientes das escavações na antiga feitoria de Cristóvão Jacques, na porção continental, ainda nos arredores da ilha, ao analisar a construção e desenvolvimento das primeiras unidades funcionais relacionadas ao processo de ocupação colonial europeu no Brasil (ALBUQUERQUE, 1993). Tendo essa feitoria articulação direta com a ilha, pois ela deveria, nas primeiras décadas dos quinhentos, complementar o sistema defensivo da entrada sul do canal de Santa Cruz, além de funcionar como entreposto comercial de pau-brasil.

O texto apresenta os dados arqueológicos que atestam a existência da feitoria nas terras de Igarassú, extremo norte da capitania de Pernambuco e contextualiza as informações com densa análise filosófica e histórica sobre a Época Moderna. No estudo, Albuquerque observa, ainda, que existia, na região, um porto, que poderia funcionar desde a década de 1510 e que era conhecido como "porto de Pernambuco Velho". Justamente, o desenvolvimento dessa área foi o que favoreceu a o desenvolvimento do porto da barra de Itamaracá. Essa região é conhecida, hoje, como "Reduto dos Marcos", pois se constituía no marco divisório entre as capitanias de Pernambuco e Itamaracá, inclusive a estrutura física que demarcava os limites se encontra em exposição no IHAGP. (ALBUQUERQUE, 1993)

Já na obra 'Fortes de Pernambuco: Imagens do Passado e do Presente' organizada pelo arqueólogo Marcos Albuquerque, juntamente

com Veleda Lucena e Doris Walmsley (1999) se apresenta uma espécie de catálogo, baseado em arqueologia e história. O texto é composto a partir de uma coletânea de informações sistemáticas e sintéticas sobre os principais fortes ou redutos no atual estado de Pernambuco, oferecendo dados arqueológicos e históricos sobre as estruturas, quando disponíveis. Para Itamaracá, o livro apresenta três contextos de interesse na ilha ao listar o forte Orange, a própria Vila Velha e o fortim da Catuama como unidades funcionais de defesa da Itamaracá. A catalogação dos pontos defensivos oferece uma gama de informações como coordenadas geográficas, estado de conservação das estruturas arqueológicas, tipo de intervenção realizada no sítio, número de tombamento e registro no IPHAN, entre outras.

Na Ilha de Itamaracá, um dos principais focos das investigações arqueológicas foi o Forte Orange e desde a década de 1990 que o mesmo é alvo de diversas interferências tanto no sentido de estabilizar suas estruturas quanto em relação às escavações arqueológicas. O pesquisador Marcos Albuquerque esteve por trás das principais escavações no local, os resultados dessas pesquisas foram publicados, em forma de artigos científicos, em revistas ou anais de congressos. De maneira geral, a informação arqueológica apontou a existência de duas estruturas, uma ligada ao contexto holandês com suas ruínas identificadas em subsuperfície no pátio da praça de armas e a fortaleza de Santa Cruz, portuguesa, que prevalece na arquitetura visual do monumento atual. Buscando abranger o alcance temático, Albuquerque, ainda, se debruça sobre o estudo de apetrechos bélicos, cerâmica utilitária e cachimbos, também provenientes da escavação no forte. (ALBUQUERQUE, 1993, 1997, 2009, 2010).

Outra importante contribuição ao estado da arte sobre a Ilha de Itamaracá provém dos estudos de História. Um destes trabalhos é a dissertação de mestrado do historiador Guilherme de Souza Medeiros (2001) defendida em 2001 no Departamento de História da UFPE, no auge das discussões acadêmicas sobre os 500 anos de ‘descobrimento’ do Brasil. Nesse estudo, o autor expõe as especificidades gerais, que envolviam a arte de navegar no norte do Brasil colonial, nos primeiros séculos da sua exploração. A partir dessa pesquisa foi possível entender as características gerais do processo e, principalmente, agrupar informações valiosas sobre a Ilha de Itamaracá como entreposto marítimo, já que o autor mapeia e descreve os principais portos e ancoradouros da capitania.

Como introdução ao assunto na discussão acadêmica, apresenta-se o trabalho de mestrado do historiador Rustom Lemes de Barros (1981), que também fornece interpretações relevantes sobre a atuação

de frotas portuguesas no atual nordeste do Brasil, seu estudo pode ser considerado um pioneiro no assunto em Pernambuco. Apesar de não apresentarem, diretamente, estudo sobre o patrimônio arqueológico da ilha de Itamaracá, os dois textos se tornam relevantes, já que abordam de forma abrangente questões relacionadas à construção e consolidação de um sistema de navegação inter-regional nas capitanias do norte.

Manuel Correia de Andrade (1999) é a referência mais clássica no que concerne a estudos relativos à capitania de Itamaracá. Em seu livro 'Itamaracá: Uma capitania frustrada' o pesquisador relata alguns aspectos que, na sua percepção, foram cruciais para o insucesso da capitania. No seu estudo, busca evidenciar as relações que envolviam a governança na ilha de Itamaracá em diversos aspectos, sejam políticos, econômicos ou administrativos, ainda que timidamente desenvolvidos.

Complementa esta discussão, com perspectiva teórica relacionada à história política e econômica, os trabalhos acadêmicos de Luciana de Carvalho Barbalho (2009, 2016), que tiveram foco na tessitura das nuances políticas, que envolviam os processos administrativos na capitania em relação com a comarca de Goiana, no continente. Em suma, os conflitos internos envolvendo a governança local e as especificidades da administração da Capitania de Itamaracá desde o século XVI ao XVIII. Tendo em vista a estreita relação entre o desenvolvimento da cultura material e o fortalecimento das atividades burocráticas e políticas em nível local, essas leituras se tornam indispensáveis para o entendimento do nosso objeto de estudo em perspectiva mais ampla.

Por lançarem mão da análise histórica para estudar faces da cultura material na ilha de Itamaracá, alguns trabalhos precisam ser mencionados, também, por integrarem a equipe de estudos sobre a Ilha de Itamaracá, desde o início do projeto em 2006 no Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Em sua dissertação de mestrado intitulada 'Debaixo de Pedra e Cal: As relações socioeconômicas da Capitania de Itamaracá 1654 – 1763', o pesquisador Rodrigo Ibson Oliveira (2014) procurou analisar o contexto de produção e comercialização de cal a partir da ilha no período colonial, para tal realizou mapeamento dos principais fornos em seu interior e buscou evidenciar a relação dos mesmos com as zonas produtoras, seus destinos fora da ilha e também as formas de escoamento da produção. A dissertação foi apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da UFRPE, onde, atualmente, o pesquisador realiza seu doutorado sob orientação da Professora Ana Nascimento.

Já no texto 'Nos fragmentados degraus do tempo: por uma história e memória do patrimônio de Vila Velha de Itamaracá', a historiadora Nátalli Araújo (2014) teve como foco o estudo de como se desenvolveu

historicamente o processo de construção de memórias e identidades a partir do patrimônio cultural de Vila Velha e seu entorno. Uma de suas mais relevantes conclusões é a percepção de que a perpetuação do mito sobre a memória holandesa, na ilha, está muito mais relacionado a um discurso institucional e social do que necessariamente a cultura material de forma direta. O trabalho da pesquisadora utilizou, além de dados arqueológicos e históricos, informação oral e pesquisa sobre os processos de tombamento locais.

O laboratório de Arqueologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco (NEPARQ) também contribuiu, significativamente, para o avanço do conhecimento histórico e arqueológico sobre a Ilha de Itamaracá. Desde 2006, com o projeto de pesquisa “Patrimônio Subaquático do Litoral de Pernambuco” coordenado pela professora Ana Nascimento, a ilha se tornou foco de investigação sob diversas perspectivas, tendo como um dos principais objetivos estudar a cultura material em zonas costeiras de Pernambuco e a sua relação com a mar. Itamaracá se tornou terreno fértil para o projeto. Nesse sentido, a Arqueologia e a História, enquanto disciplinas acadêmicas específicas, articulam-se para viabilizar a análise histórica, principalmente no que diz respeito aos métodos de pesquisa.

Também por ter sido construída a partir de base sólida dentro das percepções clássicas de Arqueologia Histórica, eurocêntrica e colonialista para construção das narrativas, o estudo arqueológico sobre a ilha de Itamaracá sempre tendeu a privilegiar uma visão agrocentrada. Justamente para apresentar uma contrapartida, levando em consideração também esses estudos, é que temos o objetivo de empreender a narrativa com base nos pressupostos da Arqueologia Marítima. Para isso, analisamos o contexto visando evidenciar a função marítima dessas estruturas. Para o arqueólogo australiano Brad Duncan (2006), uma pesquisa baseada nesses postulados deve fugir do binarismo clássico: arqueologia histórica (terrestre) e arqueologia marítima (aquática), para tal sugere a utilização da perspectiva de ‘Paisagem Cultural Marítima’. Esse conceito, esmiuçado por Chister Westerdhal (1992), propõe um ponto de vista, onde os usos sociais do litoral, a partir da influência da maritimidade, se processam de forma definida através do uso do espaço geográfico, sociabilidades específicas, culturas marítimas, tradição pesqueira, materialidades, atividade portuária, dentre outros. Cabe ao papel do pesquisador da área buscar perceber e evidenciar essas nuances. Para embasar, existe a contribuição da sócio antropologia marítima, que tem em Antônio Carlos Diegues (1998) uma das maiores referências, no Brasil, ao esmiuçar o conceito de ‘maritimidade’ para explicar como o mar e as interações marítimas

se relacionam no imaginário social, nas relações afetivas, usos e significados dos espaços e também na cultura, inclusive a material.

A conformação espacial dos elementos da cultura material existentes na faixa costeira da Ilha de Itamaracá remanescentes desde os primeiros momentos de exposição do território aos interesses comerciais europeus são um bom exemplo dessa lógica. Nesse local, desde o século XVI, a intensificação da atividade portuária e a própria situação de ilha em que estava inserida Itamaracá proporcionaram uma relação direta entre o mar e o desenvolvimento social e urbanístico. Desde o sistema de fortificação local até a conformidade urbana em que está inserida a sua principal vila, foram pensados a partir de sua estruturação, em função do mar (receber e fiscalizar navios no porto ou proteger a área portuária e a vila, por exemplo). O que proporcionou, assim, o desenvolvimento de uma paisagem cultural essencialmente marítima. Pelo menos, essa é a tese que pretendo defender.

Em paralelo a esta produção acadêmica, que remonta a diversas faces do patrimônio cultural e da história da Ilha de Itamaracá desde o século XVI, existe uma vasta produção de intelectuais e memorialistas locais que, pelo menos, desde a década de 1970 se dedicam a escrever sobre a ilha. A maior referência nesse sentido foi escrita pelo médico Valdecirio Rodrigues (1971): 'História de Itamaracá'. Essa obra, apesar de ser embasada numa extensiva pesquisa documental, tem a narrativa embebida nas personalidades do autor e na sua própria percepção sobre os fatos históricos e os costumes locais. Alves da Mota (1985) em sua obra "Itamaracá: o Antigo e Moderno" confronta o boom social do século XX por meio dos reflexos nos modos de viver das pessoas de sua época, a primeira metade da década de 1980. A obra apresenta muitos dados políticos para justificar o quão "moderno" era a Itamaracá daquele período. Já Geraldo Granja Falcão, morador da Ilha, escreve, em 1984, o livro 'Itamaracá: a Ilha dos Cirandeiros', com forte característica memorialista buscou apresentar a narrativa focada na constituição do itamaracaense em sua relação com a pesca, as festas populares e os costumes locais. O 'Ilha de Itamaracá' de Sebastião Costa (1978) tem narrativa intensamente pessoal, o autor percorre os lugares e as tradições locais buscando expor as relações com o mar, principalmente, através da pesca e das tradições locais. Para finalizar, temos o 'História e segredos de uma Ilha' escrita por José Lopes no ano de 1975, onde o autor esmiúça os lugares de memória principais da Ilha de Itamaracá apresentando dados históricos sobre os mesmos, como também retratando os costumes locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parafraseando a dissertação de Mestrado do grande Lenivaldo Cavalcante (2009), também ex-orientando da Professora Ana Nascimento na UFRPE, acredito que, na vida acadêmica, os locais por onde você passou se transformam em portos seguros ou nem tão seguros assim. Mesmo que, hoje, meus vínculos profissionais estejam mais distantes da UFRPE e da professora Ana Nascimento, estes quase dez anos de ligação também me definem hoje. Agradeço a oportunidade proporcionada pela publicação deste texto, que trouxe memórias de um importante ciclo pessoal. Registro, também, um afetuoso abraço às professoras e aos professores do Departamento de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como também aos amigos que fiz em minha passagem por essa instituição que pude, realmente, chamar de casa. Finalizo este texto me desculpando por alguma obra ou autor que deveria estar citada neste ensaio, mas não foi, optei por pontuar os que mais se aproximavam dos meus atuais objetos de pesquisa ou que trataram de forma específica a Ilha de Itamaracá ou a própria capitania. Como não poderia ser diferente, o último agradecimento será destinado a todos os itamaracaenses, especialmente, os de minha família.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Marcus. Arqueologia do Forte Orange. **Revista da Cultura**. Rio de Janeiro, n. 15, ano IX, p 37-47. 2009.
- ALBUQUERQUE, Marcus. Arqueologia do forte Orange: O forte holandês. **Revista da Cultura**. Ano X, n 17. P 36-43. 2010. Pág. 37.
- ALBUQUERQUE, Marcus. Arqueologia História: Uma releitura dos descobrimentos. **Anais da Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira**. Rio de Janeiro, 2000.
- ALBUQUERQUE, Marcus. O processo interétnico em uma feitoria quinhentista no Brasil. **Revista de Arqueologia**. Vol. 7, p. 99-123, São Paulo:1993.
- ALBUQUERQUE, Marcus; LUCENA, Veleda; WALMSLEY, Doris. **Fortes de Pernambuco**. Imagens do passado e do presente. Recife: Graftorres, 1999.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Itamaracá, uma capitania frustrada**. Recife: CEHM, 1999.
- ARAÚJO, Nátalli Emanuelli. **Nos fragmentados degraus do tempo** : por uma história e memória do patrimônio de Vila Velha de Itamaracá. Dissertação (Mestrado em História) Recife: UFRPE, 2014.
- BARBALHO, Luciana de Carvalho. **Capitania de Itamaracá - Poder local e conflito: Goiana e Nossa Senhora da Conceição (1685 - 1742)**. Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa: CCHLA/UFPB, 2009.
- BARBALHO, Luciana de Carvalho. **Donatários e Administração colonial: A capitania de Itamaracá e a Casa de Cascais (1692 - 1763)**. Tese (Doutorado em História). Niterói: PPGH/UFF, 2016.
- BARTHEL, Stela. **Arqueologia de uma fortificação: o Forte Orange e a Fortaleza de**

Santa Cruz, em Itamaracá, Pernambuco. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Recife: CFCH/UFPE, 2007.

CAVALCANTE, Lenivaldo. **Pernambuco e o medo dos Clubes de França**: O caso do Le Diligent (1792 – 1793). Dissertação (Mestrado em História). Recife: UFRPE/DEHIST, 2009.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade/Editora Unesp, 2001.

COSTA, Sebastião. **Ilha de Itamaracá**. Itamaracá: Prefeitura Municipal de Itamaracá, 1978.

CURADO, Maria Eleonora. **A Faiança do Forte Orange**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) Recife: CFCH/UFPE, 2010.

DA MOTA, Alves. **Itamaracá** (o antigo e o moderno). Itamaracá: Prefeitura Municipal de Itamaracá, 1985.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Ilhas e Mares**: Simbolismo e imaginário. São Paulo: HUCITEC, 1998

DUNCAN, Brad. **The maritime archaeology and Maritime cultural landscapes of Quenscliffe**: A Nineteenth century Australian coastal community. Tese (Doutorado em Arqueologia). Austrália: James Cook University, 2006.

DURAN, Leandro. Arqueologia Subaquática ou Arqueologia Marítima?: definindo conceitos, contextualizando práticas e assumindo posições. **VESTÍGIOS – Revista Latino Americana de Arqueologia Histórica**. Vol. 6 N°2. 2012

FALCÃO, Geraldo Granja. **Itamaracá a ilha dos cirandeiros**. Recife: Rodovalho inc. do Brasil LTDA, 1984.

LOPES, José. **História e Segredos de uma Ilha**. Itamaracá: Prefeitura Municipal de Itamaracá, 1975.

LOPES, Josué. A Capitania de Itamaracá e o norte da América Portuguesa durante os primeiros séculos da colonização. In: ARAÚJO, Bruno. (org). **Textos e contextos: Escritos em História Social da Cultura**. Recife: Editora da UFPE, 2015.

LOPES, Josué. **Organização portuária da Ilha de Itamaracá entre os séculos XVI e XVII**: Articulações inter-regionais e internacionais. Dissertação (Mestrado em História - UFRPE). Recife, 2013.

MEDEIROS, Guilherme de Souza. **Arte da Navegação e Conquista Europeia do Nordeste do Brasil** (capitanias de Pernambuco e Itamaracá nos Séculos XVI e XVII). Dissertação (Mestrado em História). Recife: CFCH/UFPE, 2001.

MORENO, Diogo de Campos. Relação das praças fortes do Brasil. **Revista do Instituto arqueológico, histórico e geográfico pernambucano**. Recife, v. LVII, p 185-247. 1984. [1609]

NASCIMENTO, Ana. LOPES, Josué. A Ilha de Itamaracá e a organização da defesa no período colonial (séculos XVI e XVII): contribuição para a história do litoral norte de Pernambuco, Brasil. **Caderno de Estudos do LEPAARQ (UFPEL)**. Vol. 21. 2014.

NASCIMENTO, Ana; CAVALCANTE, Lenivaldo; AMORIM, Darlan. A Arqueologia Subaquática e o Patrimônio Submerso do Litoral Pernambucano - Breve Histórico Transatlântico. **CLIO Série Arqueológica** (UFPE) Vol. 23, p. 65-81, Recife: 2008.

NASCIMENTO, Ana; LOPES, Josué. Arqueologia e História urbana: Anotações de pesquisa sobre a Ilha de Itamaracá colonial. **História Unicap (Dossiê a História através dos documentos arqueológicos)**. Vol. 2, N. 3. 2015.

NASCIMENTO, Ana; LUNA, Suely; LOPES, Josué. Na rota das navegações: Análise do transporte marítimo na Ilha de Itamaracá nos séculos XVI e XVII. **Clio – Sério Arqueológico**. Vol. 25. N°2. 2011.

NEVES, André Lemoine. **A Transferência da cidade portuguesa para o Brasil – 1532-1640**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Recife: CFCH/UFPE, 2009.

NEVES, André Lemoine. **Vila (velha) de Nossa Senhora da Conceição de Itamaracá: História e morfologia urbana**. Anais do I Encontro Nordestino de História Colonial. João Pessoa: 2006.

OLIVEIRA, Rodrigo Ibson. **Debaixo de Pedra e Cal: As relações socioeconômicas da Capitania de Itamaracá 1654 – 1763**. Dissertação (Mestrado em História – UFRPE) Recife, 2010.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens de Vilas e cidades do Brasil colonial**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2002. CD-ROM

RODREIGUES, Valdecírio. **História de Itamaracá**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 1972.

SOARES, André Luiz Gomes. **Diagnósticos dos impactos antrópicos em Vila Velha: Proposta para sua preservação e conservação**. (Dissertação – Mestrado em Arqueologia). Recife: UFPE, 2009.

TEIXEIRA, Manuel. Os Modelos Urbanos Portugueses da Cidade Brasileira. **Revista Urbanismo 3 de origem portuguesa**. Lisboa: 2000.

WESTERDAHL, Chister. The maritime cultural landscape. **The International Journal of Nautical Archaeology**. N°21.1, 1992.

SOBRE OS AUTORES

Albino Mário Santos Dantas - Formado em História pela UFPE, é mestrando em História Regional pela UFRPE na linha de Patrimônio, Cultura e Memória. Atua na rede particular de ensino e já realizou trabalhos de levantamento etnohistóricos para projetos em arqueologia, consultoria para desenvolvimento de produtos educacionais digitais e revisão de materiais didáticos para editoras.

Alexandre Bittencourt Leite Marques - Doutor em História pela Universidade de Évora (UÉvora), Portugal, com bolsa de estudos CAPES/MEC-Brasil. Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Licenciado em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Investigador integrado ao Centro de História da Universidade de Lisboa. Professor da Escola Técnica Estadual Ministro Fernando Lyra/ Secretaria de Educação de Pernambuco (SEDUC-PE). Tem experiência em pesquisa e ensino, com ênfase em: América portuguesa, trânsitos culturais entre Pernambuco e Angola, Educação Patrimonial e Patrimônio Cultural. No âmbito do doutorado, escreveu a tese “No “coração das terras”: os sertões da capitania de Pernambuco e do reino de Angola: representações, conexões e trânsitos culturais no império português (1750-1808). Link de acesso: <http://hdl.handle.net/10174/25748>. No âmbito do mestrado escreveu a dissertação “Entre lajedos e lagoas”: formação territorial, habitações e bens culturais no povoado de Alagoinhas nos sertões de Pernambuco (1775 - 1835). Link de acesso: <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/handle/tede2/6177>.

Ana Cláudia Pontes de Lima - Graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade de Pernambuco (2004). Pós-Graduação em História de Pernambuco pela Universidade de Pernambuco (2006). Pós-Graduação em Coordenação Pedagógica pela Universidade Federal de Pernambuco (2013). Mestranda em História Social da Cultura Regional (UFRPE). Professora efetiva da rede municipal de Garanhuns desde 2006 e da rede estadual de Pernambuco desde 2010. Atuando principalmente nos seguintes temas: História Local, Memória, Ensino de História e História Oral. Email: euhanah2018@gmail.com. Instagram: [@professoraaninhapontes](https://www.instagram.com/professoraaninhapontes). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7657975467260643>.

Ana Lígia Lira da Silva - Bacharel em Comunicação Social (Esurp-PE), Especialista em Diplomacia e Negócios Internacionais (Faculdade Damas-PE), Mestre em História (UFRPE), autora de livros como: O

Capitão dos Índios (Editora oficina do Livro - Portugal); Um Brasileiro na SWAT (Editora Saraiva); A Noite Escura da Alma (Editora Nova Terra); O Diário do Silêncio (Editora Ecclesia); Escritora contratada pelo Grupo Editorial Leya (Espanha); Editora Oficina do Livro (Portugal); Editora Ecclesia (Brasil). Atua como escritora, palestrante e consultora editorial.

Angélica Pignata de Moraes - Possui graduação em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (2008) e Mestrado em História Social da Cultura Regional no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (2019). Tem experiência na área de História, Arqueologia e Patrimônio, com ênfase em Arqueologia e Patrimônio Arqueológico.

Carlos Bittencourt Leite Marques - Possui graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (2008) e mestrado em História Social da Cultura Regional pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (2012). Atualmente é professor da Universidade de Pernambuco e professor do Município do Brejo da Madre de Deus. Está inserido no Grupo de Investigación BRASILHIS-Historia de Brasil y el Mundo Hispánico en perspectiva comparada/Universidade de Salamanca. Realiza pesquisas na área de História e Ciências Jurídicas, com projeto “Criminalidade, violência e aparato repressor no Recife (1890 a 1920)”, desenvolvido na Universidade de Pernambuco. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil República, atuando principalmente nos seguintes temas: criminalidade, gênero e cultura popular. Contato pelo email: carlosbittencourt-@hotmail.com.

Emanuel da Silva Oliveira - Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional - Linha de Pesquisa 1, Cultura, Patrimônio e Memória - PGH - UFRPE, Campus Recife. No qual vem desenvolvendo a dissertação “Histórias de Trancoso entre subversão e esperança: Uma tradição camponesa esquecida”, a partir da Orientação da Dra. Ana Lúcia Nascimento Oliveira. Atualmente é bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo Programa de Demanda Social (DS). Tem como área de atuação a História Cultural, Memória e Oralidade. Graduado em História pela Universidade de Pernambuco - UPE - Campus Garanhuns. Foi bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) de Abril de 2017 a Fevereiro de 2018. Professor Facilitador voluntário pelo Programa Novo Mais Educação (NME) de Maio de 2017 a Novembro de 2018. E-mail: emanuelhistoria2012@gmail.com. Instagram: @emanu_oliver13. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/2746121385112757>

Glauber Paiva da Silva - Doutorando em História pelo programa de

Pós-Graduação da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e Mestre em História pela mesma instituição. Possui graduação em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e participa do Núcleo de Pesquisa e Extensão em História da Paraíba (NUPEHP) da Universidade Estadual da Paraíba como pesquisador vinculado a outras instituições na linha de pesquisa: Espaço, Cultura e Sociabilidades. Atualmente desenvolve pesquisa na área de História, com ênfase em Festas, Memória, Identidade e Cultura Nordestina. Tem interesse na área de História Cultural, como também no diálogo entre Cultura, Lazer, Festas, Tradições, Memória e Patrimônio Cultural e, História e Música.

Helder Remigio de Amorim - Doutor em História do Brasil - UFPE, Mestre em História Social da Cultura - UFRPE e Licenciado em História - UFRPE. Possui experiência na Educação Básica e no Ensino Superior, bem como na formação de professores. Em seus estudos se dedica as relações entre fome, cidadania, biografia, cultura, poder, cidade e história urbana. Possui estágio doutoral no Institut d'histoire du temps présent - IHTP (Paris-França) e mobilidade discente no Instituto de História da UFRJ. É membro da Associação Nacional de História (ANPUH - PE), membro da Associação Brasileira de História Oral e da Association pour la Recherche sur le Brésil en Europe (ARBRE). Atualmente é Professor do Programa de Pós-Graduação em História (Mestrado Profissional) e da Licenciatura em História da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Atua como Coordenador do Subprojeto de História e Filosofia do PIBID-UNICAP (2020) e atualmente é Editor-Adjunto da Revista História UNICAP. E-mail: helder.remigio@unicap.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9130968646928214>.

Jaime de Lima Guimarães Júnior - Mestrando em História Social da Cultura Regional (UFRPE), Graduado em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), professor pesquisador, membro do Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológica (NEPARQ), com pesquisas na área de Patrimônio Cultural e desenvolvimento de atividades de Educação Patrimonial. Também é consultor do Instituto Ouricuri e discente no curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Ciências Humanas ESUDA (FCHE) em Recife - PE com pesquisa na área de Preservação do Patrimônio Cultural Material Arquitetônico e Paisagístico. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4005295198649923>. E-mail: jaime.guimaraes@gmail.com.

João Carlos Berenguer Correia - Graduado no Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Pernambuco (2010) e Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (2018). Atua como professor de História

do Ensino Fundamental e Ensino Médio. E-mail: joaoc1201@gmail.com.

John Kennedy Ferreira da Luz - Arquiteto e Urbanista graduado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História (PGH) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e Doutorando em História também pelo (PGH) da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Atua nos campos de pesquisa da História da Arquitetura e do Urbanismo no Nordeste do Brasil, da História da Arte e dos estudos do Patrimônio, da Cultura e da Memória. Tem interesse particular na produção dos séculos XIX e XX, sobretudo no tocante à arquitetura vernácula e popular, dedicando-se à escrita sobre sua inserção no panorama geral da produção arquitetônica e sua relação com as instituições e políticas públicas do período Republicano. E-mail: jkl.contato@gmail.com. Instagram: @kennedyluz_. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1737974536943060>.

Jonas Clevison Pereira de Melo Júnior - Graduando em Licenciatura em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Já atuou como bolsista de Iniciação Acadêmica (BIA-FACEPE-UFRPE / 2016-2017); bolsista de Iniciação Científica (PIBIC-CNPq-UFRPE / 2017-2018); e bolsista de Iniciação à Docência (PIBID-CAPES-UFRPE / 2018-2020) na escola estadual Ministro Jarbas Passarinho, localizada no município de Camaragibe-PE. Atualmente é membro do Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológica (NEPARQ-UFRPE), bolsista de Iniciação Científica (PIBIC-CNPq-FUNDAJ / 2020-2021) e estagiário no Memorial Chico Science com bolsa concedida pela Fundação de Cultura Cidade do Recife / Prefeitura da Cidade do Recife (FCCR-PCR). Atua nas áreas de Arqueologia Pré-histórica e Histórica, Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial, Ensino de História e História da saúde e das doenças no oitocentos. E-mail: clevisonjonas@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5369785841074865>.

José Édson Cardozo da Silva - Mestre em História Social da Cultura Regional pela Universidade Federal Rural de Pernambuco-UFRPE, Especialista em Psicopedagogia Institucional pela Universidade de Pernambuco-UPE, Graduado em Licenciatura Plena em História pela Faculdade Joaquim Nabuco-UNINABUCO. No campo da História Social vem desenvolvendo pesquisa sobre o processo sócio históricos da religião popular, com ênfase no Catolicismo popular e outros segmentos da Cultura Popular. No campo de atuação, vem atuando na Rede Pública e Particular do Ensino Básico. Atualmente exerce a função de Coordenador Pedagógico regido pela Secretaria Municipal de Educação-SEDUC, do Município de Paudalho. No ato deste exercício, junto a Secretaria Municipal de Educação-SEDUC, vem promovendo projeto para aprimorar o processo de ensino-aprendizagem. Atuação

do coordenador pedagógico demonstra objetivos para as intervenções no sentido de qualificar o trabalho dos professores. A função do Coordenador Pedagógico tem como linha principal a construção de um processo de ensino aprimorado.

José Gustavo Wanderley Ayres - Mestre em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (2016) e especialista da invasão holandesa no nordeste do Brasil.

Josué Lopes dos Santos - Doutorando em Arqueologia na Universidade Federal de Sergipe e tenho como principal linha de investigação o estudo de sítios arqueológicos históricos litorâneos sob a perspectiva da Arqueologia Marítima, sou orientado pelo professor Gilson Rambelli. Estudei Graduação e Mestrado em História na Universidade Federal Rural de Pernambuco sob orientação da Professora Ana Nascimento entre os anos de 2006 e 2013. E-mail para contato: josue.lopeshistoria@gmail.com

Juliana da Costa Ramos - Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Pernambuco, possui Mestrado em História Social da Cultura Regional, Pós-Graduação *latu-sensu*, na área de Educação, em Tecnologias na Aprendizagem, pela Faculdade Senac de São Paulo e Graduação no curso de Licenciatura Plena em História, pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Atua profissionalmente como docente no ensino superior na graduação e pós-graduação, voltada a formação de professores. É diretora pedagógica na educação básica. Desenvolve pesquisas em Educação, Currículo e Políticas, Tecnologias na Aprendizagem, Ensino de História, Educação não-formal, Teoria da história, Intelectuais, Classes Letradas, Museologia e Patrimônio. E-mail: ju.ramos@live.com. LinkedIn: Juliana Ramos. Instagram: @ju.ram0s.

Lenivaldo Cavalcante da Silva - Pesquisador em História e Arqueologia, Professor de Ensino Médio e Superior. Mestre em História Social pela Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE (2009). Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2004) e Bacharel em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2003). Professor de História da SEDUC-PE, leciona na ETEPAM - Escola Técnica Professor Agamenom Magalhães. Endereço para Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1549647070773413>.

Luiz Adriano Lucena Aragão - Possui graduação em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (2007), Mestrado em História Social da Cultural Regional, na linha de Ensino de História, na Universidade Federal Rural de Pernambuco (2019). Atualmente é auxiliar em Assuntos Educacionais do Instituto Federal de Pernambuco

- IFPE Campus Igarassu e professor colaborador da Faculdade do Sertão do Pajeú - FASP, atuando também nos cursos de Licenciaturas na EAD (UFRPE e IFPE). É pesquisador do NÉPHECS - Núcleo de Estudos e Pesquisas História, Educação e Culturas da UFRPE. Tem experiência na área de História, com ênfase em Ensino de História. E-mail: prof.adrianolucenah@gmail.com. Instagram: @adrianolucenah. YouTube: Adriano Lucenah.

Marcos Antônio Alves de Vasconcelos - Mestre em História Social da Cultura Regional pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (2018). Atualmente é professor Efetivo e coordenador do curso de História no Centro De Ensino Superior Do Vale Do São Francisco (CESVASF), Professor no curso de Direito nas disciplinas de História do Direito e Antropologia Geral e jurídica da Faculdade, monografia Jurídica e Coordenador de NTCC De Ciências Humanas E Exatas Do São Francisco FACESF e professor efetivo da rede municipal de Cabrobó-PE de 6º ao 9º na Escola vereador Josenilton Bione Cavalcante. Coordenador do projeto residência pedagógica pela Capes (CNPq) com ênfase em educação patrimonial pelo CESVASF.

Nátalli Emanuelli Araújo da Silva - Mestra em História Social da Cultura Regional pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Graduada em Licenciatura Plena em História (UFRPE). Atua como pesquisadora e educadora na área de História e Arqueologia, mais especificamente em História sócio-cultural e de Pré-história do Nordeste do Brasil, com interesse nos estudos de preservação do patrimônio cultural. Apresenta experiência em Arqueologia e na prática da Educação Patrimonial. Tendo participado de Projetos de Levantamento e Educação Patrimonial junto a comunidades de pescadores e indígenas em municípios do Baixo São Francisco, de Alagoas, Sergipe e Pernambuco e na área de Implementação das Refinarias Premium I (PE) e Premium II (CE). Desenvolveu atividades de educação patrimonial ainda em municípios de Pernambuco, como Caruaru, Toritama, Nazaré da Mata, Santa Cruz do Capibaribe Taquaritinga do Norte e Buíque, oportunizando o processo de sensibilização de estudantes da rede pública de ensino a respeito da defesa do patrimônio cultural. Atualmente participa como educadora da rede de ensino privada, no Programa de pós-graduação em História do Brasil da UNIVISA e ministra a disciplina de Metodologia da Pesquisa para estudantes de ensino fundamental II e Médio do Colégio Visão do Recife.

Rodrigo Ibson da Silva Oliveira - Doutorando em História Social da Cultura Regional (UFRPE), Mestre e graduado em História pela mesma instituição. Arqueólogo pelo NEPARQ/UFRPE, Bacharelado

em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Atua na área de História Social da Cultura, com ênfase em História Colonial de Pernambuco e do Nordeste. Apresenta experiência nas áreas de conservação e valorização de comunidades tradicionais (pescadores e pescadoras, indígenas e quilombolas), ações de educação patrimonial, produção de material didático, como cartilhas, livros e catálogos. Atua como pesquisador em atividades arqueológicas, sob as perspectivas pré-coloniais, colonial, e do tempo presente, que dialogue e valorize, em sua multiplicidade, com as perspectivas de manutenção e conservação dos bens culturais Brasileiro. Participou de Projetos de escavação arqueológica e educação patrimonial na área de construção das Refinarias Abreu e Lima (Pernambuco) e Premium II (Ceará). Desenvolveu projeto de levantamento do patrimônio cultural e ambiental em ações de licenciamento ambiental para a Chesf/Fadurpe em diversos municípios do Baixo e médio São Francisco.

Rômulo José Benito de Freitas Gonzales - Doutorando em Museologia e Patrimônio (UNIRIO/MAST). Professor substituto do Departamento de Antropologia e Museologia da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: romulobfgonzales@gmail.com.

Vanessa Pereira de Albuquerque - Possui Graduação em História pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Especialização em História do Nordeste pela Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP e Mestrado em História Social da Cultura Regional pela Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE. Atualmente exerce a função de historiadora no Museu do Ceará pela Secretaria de Cultura do Ceará – SECULT-CE.

